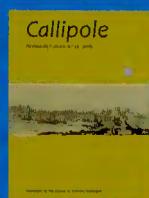
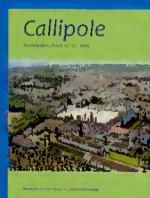
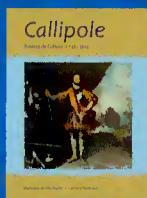
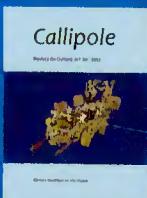
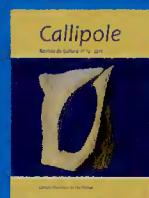
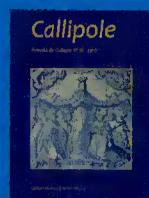
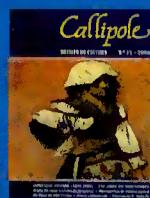
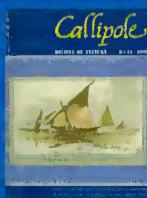
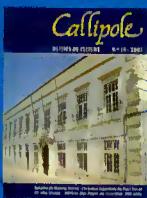
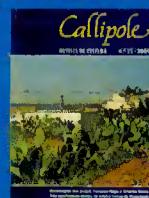
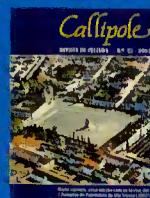
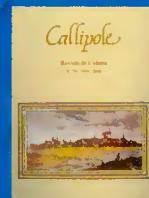
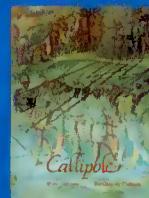
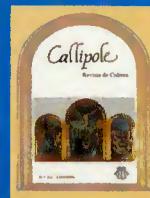
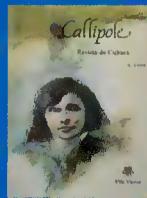
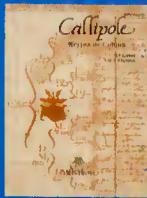
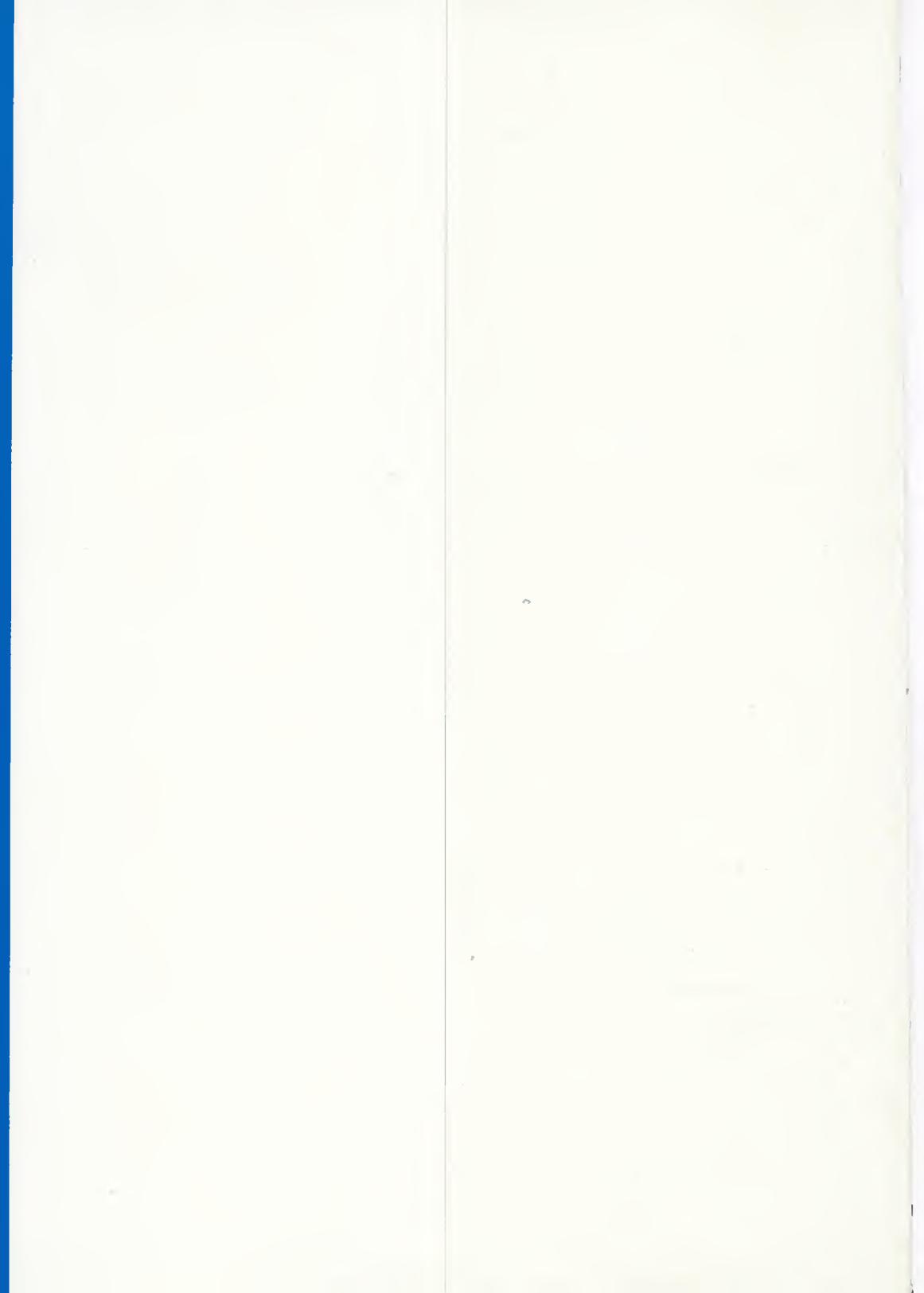


Callipole

Revista de Cultura n.º 25 - 2018



Município de Vila Viçosa • Câmara Municipal



Callipole

Revista de Cultura

Columbia

1990

Callipole

Revista de Cultura

N.º 25 – 2018



Município de Vila Viçosa
Câmara Municipal

Propriedade

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Director

Manuel João Fontainhas Condenado

Director Adjunto

Licínio Lampreia

Conselho de Redacção

Ana Rocha

Antónia Ruivo

António Almas

António Rosa

Carlos Filipe

João Ruas

João Tavares

Joaquim Barreiros

José Rosa

Licínio Lampreia

Luís Brito da Luz

Luís Lopes

Margarida Borrega

Mário Tavares de Oliveira

Moisés Cayetano Rosado

Noémia Serrano

Rute Pardal

Sandra Casaca

Tiago Abalroado

Tiago Salgueiro

Colaboradores deste número

Ana Isabel Machadinha

Anabela Pinto de Miranda Rodrigues

António Rosa

Armando Quintas

Bento Caldeira

Carlos Aurélio

Carlos Filipe

Catarina Esperança

Cristina Lopes

David Cranmer

Fátima Nunes

Francisco José Pegacha Pardal

João Ruas

Joaquim Saial

José Fernando Borges

Licínio Lampreia

Luís Lopes

Manuel João Fontainhas Condenado

Maria de Lourdes Cidraes

Mourad Bezzeghoud

Noémia Serrano

Ruben Martins

Rui Miguel Lobo

Tiago Passão Salgueiro

Vítor Serrão

Capa

Imagen da capa dos números de *Callipole*

© Colibri – Artes Gráficas

Administração e Redacção

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Praça da República

7160-207 Vila Viçosa

Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho

Endereço electrónico de *Callipole*

geral@cm-vilavicoso.pt

Execução gráfica

Colibri – Artes Gráficas

Periodicidade anual (25.º ano)

Tiragem: 500 exemplares

ISSN: 0872 5225

Depósito Legal N.º 121787/98

Os artigos são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA

Manuel João Fontainhas Condenado 7

“GRATIDÃO”

João Ruas 9

REVISTA DE CULTURA CALLIPOLE (1993-2018): UMA PUBLICAÇÃO COM VIDA

Licínio Lampreia 11

REVISTAS DE CULTURA NO SÉCULO XX PORTUGUÊS – APROXIMAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS À EUROPA

Fátima Nunes 35

PATRIMÓNIO INTANGÍVEL

UM REINO RESTAURADO SOB O MANTO DA SUA PADROEIRA: O CULTO A NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA NO SÉCULO XVII

Francisco José Pegacha Pardal 49

ALGUNS PROGRAMAS SIGNIFICATIVOS DAS FESTAS DOS CAPUCHOS

Joaquim Saial 73

ESTUDOS HISTÓRICOS

A COLEÇÃO DE TAPETES DE ARRAIOLOS DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA

Rui Miguel Lobo 97

IMAGENS DO PODER NA 1^a REPÚBLICA EM VILA VIÇOSA

Noémia Serrano 119

PORTUGAL COMO PAÍS PIONEIRO DA ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE

Anabela Pinto de Miranda Rodrigues 133

“O COMPROMISSO DA CONFRARIA DE MISERICÓRDIA”

IMPRESSO EM 1516

João Ruas 143

OS EX-VOTOS DO SANTUÁRIO DO SENHOR JESUS DA PIEDADE

Maria de Lourdes Cidraes 159

Índice

ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

OS FRESCOS MANEIRISTAS DA IGREJA DE SANTO ANTÓNIO DE VILA VIÇOSA	
<i>Vítor Serrão</i>	181
BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO DA FREGUESIA DE SÃO BARTOLOMEU E DA IGREJA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA DE VILA VIÇOSA	
<i>Carlos Aurélio</i>	217
DECADÊNCIA DA CAPELA DUCAL DE VILA VIÇOSA (1640-1644)	
<i>Catarina Esperança</i>	225
O P.º JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA (1839-96) E A MÚSICA	
<i>David Cranmer</i>	253
A ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL DO MÁRMORE DO ALENTEJO: PAISAGEM E MAQUINISMOS – O CASO DAS GRUAS DERRICK	
<i>Armando Quintas e Carlos Filipe</i>	273
RECONHECIMENTO DO MÁRMORE DE ESTREMOZ COMO PEDRA PATRIMÓNIO MUNDIAL	
<i>Luís Lopes e Ruben Martins</i>	293
A SISMICIDADE DE PORTUGAL	
<i>Mourad Bezzeghoud, Bento Caldeira e José Fernando Borges</i>	311
MUSEUS, TERRITÓRIO E INTERACÇÃO COM A COMUNIDADE	
A COLEÇÃO DE CHOCALHOS DO MUSEU-BIBLIOTECA DA CASA DE BRAGANÇA	
<i>Cristina Lopes e Tiago Passão Salgueiro</i>	327
O MUSEU DOS CRISTOS DE SOUSEL	
<i>Ana Isabel Machadinha</i>	343
RECENSÕES CRÍTICAS	
“O Convento dos Agostinhos de Vila Viçosa, panteão dos duques de Bragança”, Fundação da Casa de Bragança, 2017, de Miguel Soromenho António Rosa	355
“Torre do Cabedal e Pomar D’el Rei – património esquecido de Ciladas – Vila Viçosa”, de Tiago Salgueiro	
DA INESTIMÁVEL CONTRIBUIÇÃO <i>João Ruas</i>	363

NOTA DE ABERTURA

A revista de Cultura *Callipole*, editada pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, nasceu em 1993. Nesse ano, Manuel Inácio Pestana assumiu a sua coordenação e direcção, em estreita colaboração com Joaquim Torrinha, entre o primeiro volume e o número 10/11 (2002/2003). Editou-se com uma periodicidade regular e anual que ainda hoje mantém.

Vale a pena recordar a Primeira Página do número fundacional da Revista *Callipole*, onde Manuel Inácio Pestana explícita que a publicação “*Será o novo areópago das letras, das artes, da ciência e da cultura do nosso tempo, da história e da vida*”. São poucas as palavras que teríamos de mudar, para que o retrato nos resultasse exacto e actual.

Ao eterno agradecimento que devemos a Manuel Inácio Pestana, o “Homem de três pátrias” (como foi apelidado por Joaquim Saial), que também era calipolense de adopção e de afecto emocional e intelectual, quero inevitavelmente somar o que corresponde, com igual justiça e gratidão, a Joaquim Torrinha, esse paladino da história e da arte calipolense. Ambos figuras proeminentes na vida da Revista, que idealizaram e iniciaram o projecto.

Vinte e cinco anos é um período bastante considerável na vida de qualquer Revista de Cultura. Desde 1993, apesar do transcurso do tempo, que costuma arrefecer as realizações humanas, apesar dos diversos rumos que seguiram os esforços editoriais, nem uma só nuvem empalideceu o seu caminho até ao presente. De facto, na vila “capital do mármore” que a viu nascer, como que cimentada em pedra viva, a publicação resistiu a todas as dificuldades e vicissitudes que enfrentou na sua já longa caminhada.

Numa época em que prima a “leitura rápida”, *Callipole* protagoniza um projecto editorial modélico, que se foi construindo sem pressas, mas sem pausas e que traça um bosquejo reflexivo de temas relacionados não só com Vila Viçosa, o espaço privilegiado, mas também com o espaço alentejano e com outras geografias nacionais e internacionais.

Manuel João Fontainhas Condenado

Com efeito, a revista *Callipole*, o livro das cerca de sete mil páginas, reúne e garante um extenso e variado caudal de documentação que sem dúvida faz parte da bibliografia mais selecta da história e da cultura de Vila Viçosa e do Alentejo.

Hoje é unanimemente reconhecido que esta publicação constitui um trabalho de enorme interesse, qualidade e prestígio, pelos resultados e progressos de conhecimento que apresenta. E, além disso, é um exemplo destacado de trabalho interdisciplinar. A riqueza, a diversidade das ideias e o vigor das estudos dos nossos ilustres colaboradores fizeram de cada número uma peça livre e autónoma, um mosaico plural, heterogéneo e enriquecedor da criação cultural, sem dependências ideológicas e científicas, que certamente ganhará fôlego no futuro, com a incorporação de novas e valiosas colaborações.

Por isso, no ano em que comemoramos o vigésimo quinto aniversário da revista evoco e presto, em acto de pura justiça, a minha pública homenagem e preito de gratidão aos fundadores, aos directores, aos membros do Conselho de Redacção e aos colaboradores, que generosa e exemplarmente a serviram.

Mas, todo e qualquer projecto com tantos anos de vida é motivo simultâneo de tristeza e de alegria e tem um sabor agridoce, em que o desconsolo ao recordar o companheiro de viagem, ausente ou desaparecido, se vê atenuado ao rememorar o exemplo que nos deixou e que contribui para engrandecer esta revista.

Manuel João Fontainhas Condenado
Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa

“GRATIDÃO”

João Ruas

Em meados dos anos oitenta do século passado a Biblioteca Nacional de Lisboa promoveu um curso de actualização de conhecimentos em paleografia, catalogação de manuscritos e normas de transcrição. Foi nesse âmbito que conheci o Dr. Manuel Inácio Pestana, também ele trabalhava no Alentejo, província de onde era originário e exercia a sua actividade como professor e arquivista, em Portalegre e Vila Viçosa.

No entanto, já dera a sua colaboração à Biblioteca e ao Arquivo Municipal de Estremoz, instituições onde emprestava os meus serviços. Surgiu deste modo uma amizade, acrescida pela comunidade dos nossos interesses que o tempo foi fazendo e não irá desfazer.

Mais tarde, viemos mesmo a trabalhar juntos no Paço Ducal a partir de 1994 e assim nos tornámos visitas de casa e fizemos passeios com as famílias. Já em Vila Viçosa vim a conhecer um amigo de longa data do Manuel Inácio que por ser tão ímpar e genuíno se tornou também indispensável. Refiro-me ao Dr. Joaquim Torrinha com quem passei a privar e a partilhar estas andanças de estudar, preservar e divulgar os diferentes campos da História do nosso património.

Contudo, esse era também o tempo desta revista que ambos criaram e fizeram crescer. Senti o latejar da Callipole nas suas palavras, nos seus artigos, na procura de novos colaboradores, na ânsia firme de não deixar quebrar tal ímpeto nem perder-se este campo aberto que criaram para todos nós, aí escrevemos e nos encontramos.

Aceitei o conselho para ajudar a preservar e a prosseguir este espaço e este desígnio de estudar e partilhar, para sermos nós próprios a fazer o nosso encontro com a História e assim passamos o testemunho aos nossos sucessores.

Já no início deste século juntámo-nos com outros amigos em torno de uma tarefa para dar a conhecer o património da Misericórdia de Estremoz e publicámos um volume de estudos sobre essa Santa Casa que comemora cinco séculos nesse ano de 2002. Aqui também foi a vontade de conhecer que nos juntou por-

João Ruas

que tanto o Manuel Inácio como o Joaquim Torrinha tinham já trabalhado o Arquivo dessa Misericórdia e eu próprio trouxe também o meu contributo de arquivista e tudo culminou num bom livro do qual nos orgulhamos.

Mais tarde, já sem o Manuel Inácio, continuámos as nossas conversas sobre Estremoz, Vila Viçosa, terra de origem do Joaquim Torrinha, a nossa revista, os azulejos, a nossa História e a aventura do conhecimento.

Tínhamos encontros regulares quer no Palácio, onde tanto apreciava a sua visita, quer em sua casa e nas reuniões que precediam sempre a elaboração de cada número da nossa revista. Assim entenderam a sua importância os diferentes executivos da Câmara porque permitem prosseguir este ponto de encontro onde até os nossos colaboradores, vindos das partes mais remotas se sentem em casa e com a vontade de dar a conhecer esta Vila única e a região onde ela existe.

Bem hajam todos os que contribuem, cada um com o que sabe e pode, para mantermos este rumo e navegarmos nesse mar do futuro do tempo.

Gratidão é o que me é dado escrever ao lembrar o Manuel Inácio e o Joaquim Torrinha que mais dizer para além da saudade em não os termos aqui.

REVISTA DE CULTURA *CALLIPOLE* (1993-2018): UMA PUBLICAÇÃO COM VIDA

Licínio Lampreia*

No ano em que se celebra o vigésimo quinto aniversário da Revista de Cultura *Callipole*, justifica-se o nosso propósito de destacar os antecedentes, o enquadramento e as motivações que estão subjacentes à criação desta obra editorial, fazer uma incursão acerca das profundas raízes calipolenses da revista, dar conta das linhas gerais de várias etapas da sua renovação e evolução histórica e indagar como se forjaram os rasgos distintivos e os laços estéticos e temáticos desta obra. Vamos limitar-nos a ser uns cronistas fiéis, quase uns analistas, da evolução da vida da revista que o acto da apresentação do volume número 25 amplia e repete ininterruptamente, com algumas variações, o que vem sucedendo desde 1993. É nosso propósito dar conta dos prolegómenos desta publicação de cultura, e começaremos ressaltando dentro do conjunto, a modo de exemplo, os seus aspectos fundacionais para nos aproximarmos a uma parte importante das suas perspectivas editoriais, organizacionais e temáticas, e até de vicissitudes várias e de dias amargos e felizes.

Dado que é impraticável conhecer passo a passo o elenco pormenorizado dos vários aspectos e das múltiplas vertentes que servem de suporte à edição de *Callipole*, e para não nos perdermos ao longo do caminho, o que vamos expor a seguir, provavelmente de uma forma demasiado seca e bastante rápida, é o sumário alargado de um extenso e sistemático labor, que aqui apenas nos limitamos a delinear como que um itinerário que exige ser percorrido com aturados critérios, com um estudo metódico e com uma exigente reflexão científica e crítica.

Queremos começar este texto salientando que quando se fala de publicações de cultura, é inevitável que se fale da Revista *Callipole*, que representa e que é uma imagem de marca de Vila Viçosa. E essa imagem reflecte-se também na designa-

* Director Adjunto da Revista de Cultura *Callipole*. Por decisão pessoal, o autor deste texto não escreve segundo o Acordo Ortográfico.

ção *Callipole* (“cidade” bela, formosa e amena), numa inquebrantável simbiose que se manteria ao longo dos tempos e que encontra um eco estridente nos distintos trabalhos de sucessivos autores, que utilizaram sem parcimónia esta expressão. É, pois, do grego que Vila Viçosa recebe o seu nome, repetido vezes sem número e que gerou uma identidade e uma consciência colectiva que se converte em memória e que se transmite ao longo do tempo. Na capa da publicação, o seu cartão de apresentação, está inscrito também, com letras de vulto, o seguinte título: *Callipole, Revista de Cultura*. Por isso, a inscrição da palavra no título do livro, em primeiro lugar, pelo seu grau de ligação com a “vila ducal renascentista” e também pela sua capacidade de evocação, tem um valor acrescido e afigura-se como uma escolha particularmente feliz, que permite e perpétua uma aliança entre a revista anual calipolense e a bela *Callipole* de Andre de Resende¹.

Por outro lado, é muito nítido o conceito e a filosofia da revista dentro do conjunto das publicações que habitualmente se catalogam sob o rótulo de revisas especificamente de cultura.

Mas, não é um número particular que celebramos hoje, dado que nunca entenderemos um projecto desta natureza apenas pelo estudo e análise de um volume, mas acima de tudo o percurso de uma obra editorial com um quarto de século de vida, desde que a primeira edição deu ao prelo, que com raízes profundas em Vila Viçosa significou um importante contributo para o aprofundamento da discussão científica em torno dos mais variados temas e áreas de estudo.

A Revista de Cultura, editada desde sempre pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, foi criada em 1993, como antes referimos, que corresponde ao seu primeiro número, e estreou-se com periodicidade anual que ainda mantém. O primeiro volume foi dirigido institucionalmente pelo então Vereador da Cultura do Município, Francisco Chagas, durante a vigência do mandato presidencial de Josué Almeida Bacalhau.

Never podemos compreender satisfatoriamente o que se passou ao longo destes 25 anos, sem entender o que a geração dos fundadores, que idealizaram e criaram a Revista, foi capaz de pensar e de agir. Por isso, a ocasião obriga a recordar a quem a impulsionaram e a ajudaram a chegar até aqui, começando naturalmente pelos seus principais mentores.

O número fundacional na realidade foi coordenado e secretariado por Manuel Inácio Pestana², em indissociável colaboração com Joaquim Torrinha³, ambos já falecidos, enquanto que no Conselho de Redacção, a par do nome do próprio

¹ José Joaquim da Rocha Espanca, “*Memórias de Vila Viçosa*”, editadas pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983, 2.º vol. n.º 2, p. 39.

² Ilustre historiador e investigador, que exerceu uma longa e brilhante carreira docente. Foi assessor cultural da Câmara Municipal de Vila Viçosa e bibliotecário-arquivista da Fundação da Casa de Bragança, sendo autor dum bibliografia muito vasta e diversificada.

³ Conceituado investigador calipolense na área da cerâmica popular alentejana, da azulejaria e da história local.

coordenador da publicação e de Joaquim Torrinha, figuram os de Joaquim Saial, João Tavares e Olívio Caeiro.

Ora, convém lembrar como estamos longe daquele ano de 1993, nos finais do século XX, quando no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, pela voz de Manuel Inácio Pestana e de Joaquim Torrinha, foi apresentado o número 1 da Revista de Cultura *Callipole*, o que inaugurou uma tarefa editorial com 25 anos, felizmente nunca suspensa na sua publicação.

Ler a vinte e cinco anos de distância o número um da Revista de Cultura *Callipole* é como partir do quilómetro zero do desenvolvimento e da difusão de doutrinas sociais, históricas, artísticas e literárias, bem como da recuperação e da preservação da memória cultural de Vila Viçosa e do Alentejo.

De 1993 a 2003, sob a coordenação, primeiro, e direcção, depois, de Manuel Inácio Pestana foram dados à estampa 11 números, embora em 7 volumes, 4 dos quais duplos. O volume número 9 de 2001, foi o primeiro do século XXI.

Portanto, louvemos a esses mestres de energia, de esforço e de dedicação, que é ao mesmo tempo de estudo, de investigação científica e de compromisso intelectual e moral. A vida da Revista, e o necessário estímulo a novos e jovens autores, passou a primeira década da sua existência ao arrimo desses nomes



Fig. 1. Apresentação da Revista *Callipole* N.º 10/11, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Viçosa, em 23 de Novembro de 2004. Na Mesa, encontram-se, da esquerda para a direita, Joaquim Saial, Manuel Inácio Pestana, Pedro Roseta (à data Ministro da Cultura), Manuel João Condenado, Luís Damásio Capoulas (então Governador Civil de Évora, praticamente desaparecido na imagem), e Joaquim Torrinha. © Joaquim Saial

ilustres, que com uma indisfarçável paixão, com uma determinação renovada e com um enternecido e enraizado amor a ela dedicaram muitas horas do seu anoitecer. Num mundo em que muitas vezes campeia a ingratidão, trata-se de um reconhecimento incontornável e absolutamente legítimo. E não há melhor momento para o fazer do que nesta invocação dos vinte e cinco anos de *Callipole*.

Têm aqui pleno cabimento as palavras da Primeira Página de abertura do volume fundacional, em que são expostas claramente as coordenadas culturais da Revista: “*CALLIPOLE [....] será o novo areópago das letras, das artes, da ciência e da cultura do nosso tempo, da história e da vida*”⁴.

Eu acrescento, porém, que era, também, o prenúncio claro e inequívoco de que se preparava uma mudança radical e se inaugurava uma nova era do panorama nacional das Revistas de Cultura. Prefácio profético que continha já os genes do espírito que enformava semelhante projecto editorial que, aliás, continua a fazer caminho e a manter a periodicidade desejada.

Mais do que apresentar um programa editorial, o texto que abre o primeiro volume, assinado por Manuel Inácio Pestana, anuncia-se como uma matriz geral, que possa ser flexível e que possa renovar-se e adaptar-se continuamente aos tempos que correm e a uma sociedade em metamorfose, aberta ao mundo e múltipla nas suas diferenças, em que os contextos culturais se encontram em constante mutação.

Depois do falecimento de Manuel Inácio Pestana, em 2004, que é alvo de uma comovida e sentida homenagem no número 12, a direcção da Revista foi confiada, entre os números 12 – 2004 a 17 – 2009 a Joaquim Saial, e do número 18 – 2010 para diante, a Licínio Lampreia, doravante na qualidade de Director Adjunto.

Demais não será certamente referir que a publicação, com sinais indeléveis de não especialização e com conteúdos muito variados, se dedicou, numa perspectiva da sua evolução histórica e temática, à análise, teorização, investigação, descrição, inventarição, estudo e difusão de matérias relacionadas com o campo da história, da cultura, do património, da arquitectura, da história de arte, das artes decorativas e de espectáculo, da literatura e das ciências, em sentido que adiante se verá. Esta diversidade temática, associada a um vincado propósito de abertura, tolerância, liberdade e respeito devido aos outros, repercute-se, invariavelmente, quer no vasto conjunto de temas abordados, quer na notável e multidisciplinar plêiade de autores que submeteram os seus trabalhos à Revista.

Ou, por outras palavras, a Revista afirmá-se por uma honestidade intelectual e por um pensamento livre e plural, independente de qualquer escola, sectarismos ou credo religioso e distingue-se por uma missão desprovida de preconceitos e de fronteiras ideológicas, culturais, sociais e científicas.

A propósito deste estatuto assumido pela publicação, as suas páginas abrem portas à análise rigorosa, à discussão de ideias e de pontos de vista, à plena li-

⁴ Manuel Inácio Pestana, “Primeira Página”, in *Callipole* N.º 1/1993, p. 5. O parêntesis recto é nosso.

berdade de pensamento e à diversidade de expressões culturais, no sentido mais lato do termo, bem como à inovação e modernização exigida pela paisagem cultural e pelas mutações do panorama editorial.

Nela se pratica e potencializa a tolerância como resposta ao sectarismo; ou a liberdade como reacção contra a dependência; ou a reflexão como oposição ao imediato; ou, enfim, a pluralidade como refutação a proselitismos.

Cabe agora talvez recordar que em termos de estrutura organizativa, a Revista é constituída por núcleos temáticos diversificados, algumas rubricas são fixas e outras mais ou menos flutuantes, conforme as temáticas específicas definidas para cada número. As suas áreas preferenciais de interesse são as Humanidades e Ciências Sociais, as Artes e a Criação Literária, entendidas no seu sentido mais aberto. Sendo estas as suas áreas privilegiadas, *Callipole* abre-se a outros espaços e temáticas no âmbito local, nacional e internacional, publicando textos inéditos de personalidades de destaque no plano universitário ou intelectual. Esta estrutura flexível de cada número possibilita a inserção de vários textos, tais como entrevistas, artigos de opinião, memórias, comemorações de efemérides, notícias culturais e homenagens ou outro tipo de relatos de especial interesse, permitindo, deste modo, atenuar a carga da história, do património e da arte com a inclusão de outras áreas.

Embora sendo embrionariamente uma revista de matriz regional, com fortes ligações a Vila Viçosa e à área alto-alentejana, os seus conteúdos também têm percorrido um caminho de âmbito nacional e internacional que abrange não só o aro baixo-alentejano, mas também outras regiões da geografia nacional e, até dos espaços lusófono e ibérico, sempre que a sua temática seja considerada pelo Conselho de Redacção significativa, pela qualidade científica e artística do texto e pela oportunidade do tema.

Feita a análise de aspectos editoriais e estruturais, evidentemente muito sumária, vejamos agora o que se passa com a importante vertente dos conteúdos.

A vida e a obra de personagens ilustres dos vários ramos do saber, a multiplicidade de temas e a diversidade de áreas de estudo, fazem a sua eclosão como a flor que se abre e que aparece multiplicada à beira de qualquer caminho.

O enunciado merecia uma longa explicação, que não cabe neste espaço; ainda assim, sem ambicionar sermos exaustivos, e só para citar alguns exemplos mais representativos, é possível esboçar um resumo alargado das principais matérias: do ponto de vista temático e sequencial, o início deste trajecto remonta a Vila Viçosa e tem como solar a indefectível Casa de Bragança e a evocação histórica do quarto Duque, D. Jaime, aspectos que virão depois a ser muito desenvolvidos; uma parte importante do património, das encomendas artísticas e da história da corte ducal brigantina, a grande casa senhorial do reino em terras callipolenses, são objecto de circunstanciados e fundamentados estudos; as ligações históricas com os principais centros e rotas comerciais e culturais da Europa e do Mundo e a participação activa dos titulares da Casa de Bragança nas campanhas militares e na expansão portuguesa, mormente no Norte e na costa Oriental africana, são estudadas em expressivo número de páginas da Revista;

por outro lado, dá uma profusa e constante cobertura à corte ducal de Vila Viçosa, como centro de patrocínio artístico, cultural, literário, industrial e científico e de irradiação de cultura humanista nos séculos XVI e XVII; precisamente os tópicos da “Vila ducal renascentista” em mármore, a exploração desta rocha ornamental desde a época romana, a excepcionalidade do património geológico, a actividade extractiva e transformadora e os equipamentos e revestimentos marromóreos, são temas muito focados, principalmente nos últimos números; temos, ainda, um nutrido e excelente conjunto de textos sobre a singularidade das várias fases da evolução da forma urbana de Vila Viçosa, com especial destaque para a passagem de burgo medieval para a moderna vila ducal e renascentista, cuja problemática merece uma atenção primacial por parte da revista; publica, igualmente, estudos em que examina minuciosamente os mestres canteiros e as encomendas realizadas em Vila Viçosa no século XVIII, chamando a atenção para aspectos destacados das relações entre clientes e mestres; a importância da resistência de Vila Viçosa na decisiva batalha de Montes Claros, em 17 de Junho de 1665, para garantir a independência de Portugal durante a Guerra da Restauração, é objecto de um exaustivo e fundamentado trabalho de investigação, em vários números sequenciais; por outro lado, e em relação ao património abaluartado, apresenta distintos artigos com abundante informação sobre a rede de fortificações militares situadas na linha de fronteira terrestre do território alentejano-extremenho, sobre o seu importante papel nos enfrentamentos peninsulares e sobre o valor do castelo artilheiro de Vila Viçosa neste sistema, questões que são particularmente visíveis nos últimos tomos; estão impressas nas suas páginas um importante conjunto de textos sobre artes decorativas, sobretudo acerca da pintura a fresco e estuque relevado, do património azulejar, da faiança, da porcelana (nacional, europeia e oriental), da cerâmica e da olaria artística de Vila Viçosa e do Alentejo, com importantes ramificações pela fábrica Real de Louça e pela faiança de Estremoz, o que patenteia eloquentemente o interesse da revista pela vertente das artes decorativas, que nela têm um amplo e farto acolhimento; de outras colaborações, devemos salientar os diferentes textos sobre unidades industriais de Vila Viçosa e da região alentejana, como é o caso significativo dos Refrigerantes Serra d’Ossa e do processo de constituição e laboração da Sociedade Fabril Alentejana, Lda. (Sofal), instalada em Vila Viçosa num período de grande incremento do sector industrial português, sobre as quais recaem pormenorizados estudos; numa terra que é um centro exemplar de vocação e de influência religiosa, o mecenato religioso, o culto a Nossa Senhora da Conceição, até a forma como se veste a Padroeira de Portugal, a liturgia e as procissões no Enterro do Senhor, as igrejas e os conventos mandados edificar em Vila Viçosa sob o amparo brigantino, ou na região alentejana, deram lugar a uma reflexão constante de historiadores, arquitectos e historiadores de arte; as múltiplas expressões da teoria da história da saudade da Pátria e do modo como ela tem evoluído, assim como dos motivos superiores do povo português, por um lado, e a reflexão à volta dos entendimentos da chamada “filosofia portuguesa”, por outro, também constituem matéria de análise; o percurso biográfico e artístico de mestres do pincel e da pedraria, de consagrados pintores de azule-

jos e de arquitectura, do renascimento e do barroco, que nasceram ou estadiaram na bela *Callipole*, alcançam na Revista clara operatividade e evidência; das chamadas artes de espectáculo, a música tem uma presença constante e muito significativa nos seus conteúdos, sem esquecer o texto teatral e cinematográfico, embora estes apareçam nas suas páginas com ocasionais alusões e com grandes intervalos; a problematização da componente musical abarca homenagens a mestres de canto e a músicos de primeiro plano, artigos sobre a pesquisa de música antiga, com especial incidência na excepcional coleção musical do Paço Ducal de Vila Viçosa (século XVII) e de Nossa Senhora da Conceição, textos sobre a génesis da Nova Música Portuguesa e sobre as novas gerações de cantautores, compositores e intérpretes, como artífices da renovação da música portuguesa a partir da tradição e, até, um estudo sobre música folclórica oliventina que, no seu conjunto, são motivo de aturada investigação e reflexão; traça pormenorizados e frequentes percursos biográficos e artísticos de figuras proeminentes da cultura, da história, da arte, da ciência e das letras calipolenses, assim como de cronistas da historiografia local, que ocupam um lugar de destaque na Revista e são muitas vezes escolhidos por razões que se prendem com a comemoração de um centenário, com um falecimento e com a atribuição de um prémio, de uma distinção relevante ou de um grau académico; acresce que os temas publicados são importantes porque fornecem muitos dados relativos a instituições, sobretudo no que tange a instituições de carácter religioso e social, aos meandros da pobreza e da assistência e a várias Misericórdias, muito especialmente à Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, que têm uma presença muito sistemática nas suas páginas; os vários volumes incluem, ainda, um conjunto regular de recensões críticas de livros, um dos núcleos fundamentais da Revista, e de textos de apresentação de obras diversas dadas à estampa na publicação, de forma intervalada, entre 1994 e 2018; na intorneável componente da literatura portuguesa, resplandece com luz própria a diáspora e a obra da indefectível Florbela Espanca, nas primeiras décadas do século XX, que é alvo do maior número de amplos e profusos estudos e de vários trabalhos inéditos, assinados por autores nacionais e estrangeiros, presentes desde o primeiro número da revista; é à produção florbeliana que são dedicados os dois números especiais que a Revista editou; no conjunto dos textos de criação literária, de autores de língua portuguesa, sobressaem, pela sua elevada qualidade, os documentos sobre poetas e escritores como José Régio, Raúl Proença, Camões, Fernando Pessoa, Eça de Queiróz, António Sardinha e José Saramago; nas suas páginas são lembradas representações de Vila Viçosa, na imprensa periódica portuguesa e internacional, que permitem demarcar um percurso pelas memórias locais dos meados de novecentos e rasgar visões e panorâmicas que evidenciam, como revérberos, subtis aspectos de pormenor de memórias calipolenses, dos anos 1956-1958; a revista insere vários textos a propósito do material expositivo dos distintos núcleos museológicos calipolenses, incluindo a armaria, o que mostra bem o seu interesse pela valência museológica, numa terra que é conhecida como a “Vila Museu”, que se alarga a outros museus alentejanos, sem esquecer o arquivo fotográfico do Palácio Ducal de Vila Viçosa; ainda sobre a vertente museológica,

podem ler-se textos sobre a riqueza do acervo do centro interpretativo do tapete de Arraiolos e sobre a origem dos referidos tapetes do Paço Ducal de Vila Viçosa, cuja expressão desta memória é motivo de reflexão nos números mais recentes; podem, ainda, consultar-se vários estudos especializados e inéditos na vertente da estatuária e da arte pública, como é o caso significativo da estátua equestre de D. João IV; publica também artigos sobre estudos topográficos e toponímicos, no âmbito da evolução urbana e espacial; a grande mostra internacional, no quadro da recuperação do património histórico de origem, ou de influência portuguesa no mundo, desenvolvida desde 1958 pela Fundação Calouste Gulbenkian, constitui um relevante tema de análise, embora apenas num número da publicação; é muito significativo o conjunto de textos sobre o espaço lusófono, especialmente sobre Cabo Verde, permitindo criar pontes e aproximar comunidades que encontram na língua ou na história o denominador comum; das comunidades e simbologias judaica e cristã, dá também conta a Revista; também lá se encontram prósperas formulações sobre memórias históricas e arqueológicas de povoados pré-históricos, da romanização e do período hispano-árabe; sobre o assunto relacionado com a movimentação e actividade sismica há poucos estudos: um debruça-se sobre a sismicidade em Portugal; o outro centra-se sobre os efeitos do terramoto de 1755 nas terras alentejanas integradas no património da Casa de Bragança; temos, ainda, a abordagem de temas tão variados como a fauna, a flora, a caça, a pecuária e a agricultura (há novas leituras sobre o celeiro comum de Évora Monte no século XVIII e sobre o rei D. Carlos, enquanto agricultor e ganadeiro), e a alimentação (real e plebeia), no imaginário popular, embora de forma esporádica; podemos, também, assinalar um artigo sobre a reforma agrária em Portugal e em Espanha e outro sobre a luta dos camponeses no Alentejo e em Extremadura durante o período contemporâneo; o vasto núcleo dos artigos inclui, ainda, estudos mais de matriz sócio-cultural, populacional e demográfica, que incidem sobre o envelhecimento da população e sobre a expressiva emigração de trabalhadores do Alentejo e de Extremadura para a Europa Central, principalmente no período compreendido entre 1955 e 1975; das similitudes, diferenças e influências na transição política em Espanha e Portugal (1974-1982) e da representação política das mulheres nas eleições autárquicas de 1976 a 2009, no distrito de Évora, dá também conta a Revista; regista, ainda, o tema dos marfins afro-portugueses dos finais do século XV e do dealbar de quinhentos; constam também das suas páginas artigos sobre cartas de foral, poder e elites locais e municipalismo; em relação à arquitectura barroca da segunda metade do século XVIII, há uma visão actualizada da obra dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, integrada nas Comemorações do 250.º aniversário da inauguração solene do edifício (dia 2 de Julho de 1757); entre a diversificada produção que aqui dá à estampa é importante salientar o significado de várias colaborações sobre a arquitectura civil e religiosa, designadamente sobre o conjunto de projectos e de intervenções urbanísticas e arquitectónicas, promovidas em Vila Viçosa durante o advento do Estado Novo, principalmente entre as décadas de 1930 e 1950, e, ainda no encalço da arte templária, no âmbito da arquitectura luso-espanhola na Ordem do Templo; a revista anual calipolense,

apresenta, por outro lado, curiosas e interessantes interpretações acerca de problemáticas antropológicas e etnográficas, relacionadas particularmente com a memória cultural e tradições, com o imaginário do presépio português e com figuras do mesmo em Madrid, com festas e romarias locais (Festa dos Capuchos) e regionais, e com artefactos e batentes de portas do Alentejo e de Vila Viçosa; outras questões são também trazidas às suas páginas, como por exemplo as doenças endémicas no Alentejo, as pestes do século XVI em Vila Viçosa e a problemática genérica da sanidade e da medicina, que são porventura aqueles que melhor reflectem o carácter de não especialização da Revista e a abrangência dos seus artigos; as suas páginas comportam outras dimensões e perspectivas temáticas: uma, de notas e de notícias culturais sobre várias actividades (sirva apenas de exemplo a visita de João Paulo II a Vila Viçosa, em 14 de Maio de 1992)⁵, eventos, exposições, geminações com municípios espanhóis, colóquios, conferências e concertos na capela do Paço Ducal calipolense; outra, sobre a valência da epistolografia e da genealogia; e, ainda, outra sobre entrevistas; entre o rol dos seus materiais, encontram-se nóveis interpretações sobre diplomacia, tratados e convenções.

Mas, como seria possível falar de *Callipole*, e sobretudo da passagem onde se fala da vastidão dos seus temas e dos seus conteúdos, sem abordar os autores que lhe dão lustre e que alimentam os seus méritos? Sem dúvida, que não. Por isso, olhe-se, agora, com reverencial atenção para os autores que nela confiaram o seu esforço científico e criativo, o que mais pode aqui interessar. Nesta nossa silenciosa admiração pelo colectivo de autores, prevalece algo de meritório e admirável na Revista calipolense. Trata-se de um mérito que não corresponde apenas aos decisores políticos e à instituição editora, aos seus criadores, aos seus directores e seus membros do Conselho de Redacção, mas, em grande medida, aos seus generosos e acreditados colaboradores.

Estamos convictos de que uma das melhores formas de aferir o valor desta empresa é ter em conta a qualidade e a extensão da relação de colaboradores, como, aliás, se pode verificar nos sumários dos seus números.

Autores portugueses, espanhóis (em termos de autores estrangeiros, a colaboração espanhola é a mais nutrida e dá uma muito consistente colaboração no domínio da história, da literatura, da arquitectura militar, da sociologia e das artes plásticas); brasileiros, italianos, franceses, ingleses, suíços, cabo-verdianos e chineses⁶ dão uma constante e diversificada colaboração. E sem esquecer que o olhar que vem de fora é sempre enriquecedor e estimulante, sobretudo quando se trata de finos conhecedores da cultura, da história, da arte, da ciência e da poesia calipolense e portuguesa.

⁵ A memória da visita papal encontra-se gravada no seu busto, colocado no adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa.

⁶ Referimo-nos a Hong Kong, uma das duas regiões administrativas especiais da República Popular da China.

A revista anual de cultura da Câmara Municipal de Vila Viçosa, publica trabalhos de autores consagrados e jovens. Em qualquer dos casos, grandes figuras da cultura, do pensamento e da vida intelectual, científica e académica e talentos polimórficos cujas passadas estão impressas de forma indelével em tantos ramos do saber. O colectivo é, pois, representativo tanto de prestigiados investigadores, como de jovens autores. Trata-se, pois, de um mérito e brilhante rol de colaboradores que não se confina às fronteiras do espaço académico ou de centros de investigação, portugueses e estrangeiros, mas que se abre às novas gerações de universitários e estudiosos.

A publicação conta com um elevado conjunto de colaboradores, tanto portugueses como estrangeiros, abordando as mais variadas temáticas. Entre os cerca de 350 colaboradores da revista, que tornaram possível um labor editorial com 25 anos, cerca de 270 são portugueses e, aproximadamente, 80 são estrangeiros, com 10 países representados. Não podemos esquecer que são os autores que escrevem os textos e aos quais devemos a Revista que temos.

Em *Callipole* pratica-se, acima de tudo, a escrita do português, sendo respeitada a opção ortográfica de cada autor, no que diz respeito à aplicação do Acordo Ortográfico. Porém, aceita propostas de publicação de artigos, noutras línguas nomeadamente o castelhano (os textos escritos em espanhol permanecem nessa língua), o inglês⁷ (duas línguas europeias que compartem com a nossa o maior grau de universalidade), e o francês. Apenas existe um texto em inglês e outro em francês, publicados no número 7/8 (1999/2000). É este facto que justifica que vários números sejam bilíngues. Enfim, quando o pensamento é poderoso, pode escrever-se em qualquer língua.

Naturalmente que todos os artigos vindos a lume, da inteira responsabilidade dos respectivos autores, são alvo de pareceres favoráveis emitidos pelo Conselho de Redacção, cujas funções encontram-se formalmente definidas. A escolha dos seus membros obedece a critérios de representação multidisciplinar, de acordo com os temas preferenciais de *Callipole* e com a necessidade de reforçar várias áreas temáticas emergentes, assim como a ligações institucionais e afectivas a Vila Viçosa. Da verdadeira bibliografia deste livro, consta com letras maiores o Conselho de Redacção, constituindo o centro nevrálgico onde se decide sobre a admissão ou rejeição de colaborações enviadas para publicação, se analisa a sua situação geral e se discutem medidas relativas à composição, estrutura, temas e condições de edição. E quando lembramos este orgão é absolutamente justo não esquecer os 32 membros que, desde 1993, por lá passaram e que exemplarmente o serviram.

De qualquer modo, importa nesta indagação não esquecer a capacidade de renovação e de modernização da publicação anual, e que seria uma lástima não observar aqui, até pelo que pode esclarecer dos seus sucessivos movimentos e progressos. Sabemos que criar uma revista é uma obra custosa. Continuar, reno-

⁷ Vários textos de chamada de artigos e de resumos de alguns trabalhos aparecem neste idioma.

var e crescer é outra, bem diferente e, certamente, não menos difícil. Mas, a verdade é que umas e outras, desde sempre estiveram de mãos dadas, mostrando todas as suas potencialidades.

O genuíno respeito e o preito de gratidão aos fundadores do projecto editorial, não impediram que os seus continuadores sejam perfeitamente conscientes das lacunas e da necessidade de adaptar e de modernizar alguns aspectos.

Tal como a história das sociedades, é, nos seus melhores exemplos, uma peleja idêntica, e nelas sempre se dirimem as forças quase iguais da tradição e do impulso de renovação, pela simples necessidade expressiva de dar conta do tempo em que vivemos e das expectativas imediatas da actualidade, também *Callipole* é um modelo de constante adaptação a novas condições de existência, mantendo, no entanto os seus princípios fundamentais. É que tradição e progresso não são rigorosamente posições opostas. Precisamente uma das principais ilações que se podem extrair da fecunda obra de Max Aub⁸ é a constante procura do melhor do passado e do mais valioso e mais útil do tempo presente.

Por vezes é necessário abrir uma nova e determinada via que faça possível uma trajectória mais inovadora, perspectivada à luz de problemáticas actuais e mais de acordo com os nossos tempos. É justamente neste contexto, que Joaquim Saial transporta na sua bagagem não só um meritório labor científico, comprovado pelos trabalhos publicados desde o primeiro ao vigésimo quinto número, o que constitui um caso singular, mas também uma competente renovação da Revista, que protagonizou com redobrada ousadia, grande entusiasmo, extrema habilidade e maior êxito. Abriu novas pontes e rasgou outros caminhos na vida desta obra que permitiram aumentar o percurso, evitar acidentes indesejáveis, corrigir o traçado de algumas curvas e renovar o pavimento, substituindo alguns dos troços velhos por outros totalmente novos. Com critério e grande afã de rejuvenescer a Revista, e sem concessões indevidas, soube atinar na análise dos factos e dirigir com mão de mestre este importante ciclo.

Creio que vale a pena determo-nos no ano de 2004 e no número 12, já privado do impulso e do alento do seu principal criador, agora dirigido por Joaquim Saial, para respirar o novo ar que se fazia sentir naquele momento e que neste volume se percebe intensa e vigorosamente.

Acerca da compreensão do entendimento desta nova fase na vida da Revista, não posso imaginar melhor forma de fazê-lo que através das próprias palavras de Joaquim Saial ao afirmar que “*Não interessava revolucionar, mas sim modernizar, num saudável desejo renovador, em mudança de ciclo*”.⁹

Mas, que muda então neste processo de transição da arrancada inicial para este novo ciclo? Muda a natureza da organização e da relação interna e institu-

⁸ Max Aub (1903-1972) é um reputado escritor espanhol, de ascendência francesa, que cultivou distintos géneros literários, como a narrativa, o teatro e a poesia.

⁹ Joaquim Saial, “*Para Começar*”, in *Callipole* n.º 12-2004, Câmara Municipal de Vila Viçosa, p. 13.

cional e muda, com certeza, o grau e a qualidade da imagem e do aspecto gráfico, sem que com isso a matriz geral seja rasurada. Com efeito, a esta nova fase, que é também um tempo de superação, pertence, entre outras, as seguintes inovações: a elaboração do primeiro Estatuto Editorial que estabelece a sua filosofia, esquema organizativo e relações internas e institucionais¹⁰; a ampliação do Conselho de Redacção, que agora é constituído por dez membros, escolhidos com base no seu valor intelectual, ligações institucionais e afectivas a Vila Viçosa; a renovação do grafismo; a composição gráfica da capa, que passa a ter uma imagem normalizada, nova e moderna, sendo doravante facilmente reconhecível pelo seu desenho; a inclusão de novas unidades temáticas¹¹.

Mas, não ficam por aqui as necessárias inovações verificadas no número 12. A estas, há que juntar a modernização verificada no número seguinte, que obedeceu às seguintes alterações: a ampliação da dimensão das badanas, passando a da capa a conter fotografia de um aspecto artístico relevante de Vila Viçosa, com breve ficha explicativa; a alteração da composição da ficha técnica; os arranjos na estrutura temática, particularmente no capítulo dedicado à criação poética.

Por outro lado, é um credo que a Revista procura manter e reforçar os contactos e os canais de colaboração com diferentes sectores vinculados a esta problemática, com especial relevância para as instituições que editam revistas de cultura, assim como dinamizar e apoiar actividades e projectos culturais. Para já sirva de exemplo os vários Encontros Transfronteiriços de Revistas de Cultura. O tomo 13 de *Callipole* foi apresentado no segundo dia do I Encontro que teve lugar em Vila Viçosa, nos dias 26 e 27 de Novembro de 2005, onde recebemos múltiplas publicações culturais do Alentejo, Algarve, Extremadura e Andaluzia. A Revista foi anfitriã de um acontecimento inovador e significativo. Na verdade, a riqueza e a variedade do panorama das revistas de cultura, no âmbito do espaço geográfico do evento, foi analisada pela primeira vez neste fórum, sob os auspícios da Câmara Municipal de Vila Viçosa. Dois anos mais tarde, no dia 10 de Novembro de 2007, ocorreu o II Encontro Transfronteiriço de Revistas de Cultura em Badajoz, desta vez sob o patrocínio da *Diputacion Provincial de Badajoz*, que seguiu de perto o modelo adoptado em Vila Viçosa, com debates e uma mostra de revistas participantes, reafirmando as conclusões do anterior Encontro. Mais recentemente, a apresentação do tomo 22, esteve associada à realização do III Encontro, que ocorreu em Vila Viçosa, no dia 10 de Maio de 2015.

¹⁰ Este documento foi publicado na Revista de Cultura *Callipole* n.º 12 – 2004, Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 309-311.

¹¹ Acompanhe-se o desenvolvimento desta questão em Joaquim Saial, *Callipole* n.º 12 – 2004, Câmara Municipal de Vila Viçosa, p. 13.



Fig. 2. Integraram a Mesa da Sessão de Abertura do III Encontro Transfronteiriço de Revistas de Cultura o Prof. Manuel João Fontainhas Condenado, Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa e a Dr.^a Rosa Lencero, Directora da Edição Regional da Junta de Extremadura, com a apresentação da Dr.^a Ana Rocha, à data Vereadora da Cultura. © Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Depois desta breve resenha acerca dos principais movimentos na vida da publicação, compreendidos entre 2004 e 2009, percebendo o que neles há de novo sob a direcção de Joaquim Saial, cremos que vale a pena prosseguir no rasto da sua incessante renovação.

Vamos avançando pelo tempo e registando somas diferentes. Com o volume número 18 – 2010, que tem agora como Director Adjunto Licínio Lampreia, re-começou um novo período e foi dado outro salto significativo no sentido da sua consolidação, com o mesmo entusiasmo que transparece neste o momento em que conheceu a luz do dia. Sem entrarmos em grandes precisões sobre os momentos da subida de novos degraus, a Revista publica os números 18 a 24 em tempo de reestruturação, com um nova direcção e um Conselho de Redacção renovado, quer na ampliação sucessiva da sua composição, quer na atribuição de novas funções. De facto, a este período pertence a reformulação do Estatuto Editorial¹² que revê o papel da sua filosofia, o esquema organizativo e as relações internas e institucionais, constituindo uma carta de intenções, a revisão das

¹² O anterior estatuto editorial, da autoria de Joaquim Saial, que estabelecia a filosofia editorial, vigorava desde 2004 e foi aprovado pelo Conselho de Redacção em 18 de Junho de 2004 e em sede de Executivo Camarário em 21 de Julho de 2004. Com base neste estatuto, procedeu-se à sua reformulação, sendo aprovada por unanimidade pelo Conselho de Redacção realizado no dia vinte de Março de dois mil e doze.

Normas para publicar na Revista *Callipole*, a elaboração de um novo modelo institucional, organizacional e dos respectivos órgãos¹³; a introdução de novas unidades temáticas e de secções de notícias culturais, a selecção iconográfica de alta qualidade e a escolha criteriosa de ilustrações para os seus textos, o que converte paulatinamente os vários números num documento de grande importância. Esta gradual inserção de imagens supõe não apenas uma forma de perceber a realidade circundante, mas, sobretudo, significa a irrupção de uma nova forma de narrativa, formulada na expressão verbal e visual. É verdade que pensamos, sobretudo, com palavras. Mas, isso não impossibilita que a expressão da narrativa seja também visual.

Outra tendência tem a ver com a crescente extensão dos conteúdos e do aumento do número de páginas, operada mormente a partir do número 12, ainda que sem um maior volume devido a um papel diferente que permite uma leitura mais cómoda. E esta realidade é mais patente quando se compara com os primeiros números. O volume mais antigo tem 162 páginas, enquanto que o exemplar 20 tem 430 páginas, o que representa um recorde absoluto, para recorrer a um contraste extremo na medição do número de páginas.

Há outros aspectos que merecem ser observados de perto a propósito da evolução da dinâmica do livro. É que, a par da contínua incorporação de novos autores, nacionais e estrangeiros, apraz-nos registrar uma alteração fundamental: a chegada sucessiva de uma nova geração de jovens investigadores, sobretudo callipolenses, o que se reflecte de forma mais gradual e intensa a partir do último quinquénio. Deste modo, a Revista abre as suas páginas aos olhos jovens, curiosos e inquietos, dispostos a colocar o seu conhecimento ao serviço de todos.

Um outro ponto de vista tem a ver com a edição, em 2012 e 2104, de dois números especiais de *Callipole*, organizados por Ana Luísa Vilela, António Cândido Franco, Maria Lúcia Dal Farra e Fabio Mario da Silva, o que tem lugar pela primeira vez. Não podemos determo-nos nestes importantes livros, mas merece que se diga que nas suas 550 páginas resplandecem os mais extensos, completos e rigorosos estudos dedicados à obra de Florbela Espanca, da autoria de especialistas nacionais e estrangeiros, resultantes da compilação da investigação florbeliana produzida no âmbito do *Colóquio Internacional Florbela Espanca – O Espólio de um Mito*¹⁴.

¹³ No âmbito desta nova organização, o Cargo de Director passou a ser ocupado pelo(a) Senhor(a) Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa ou pelo(a) Senhor(a) Vereador(a) do Pelouro da Cultura, como aliás já aconteceu no número fundacional. Esta proposta encontra-se ancorada no facto deste cargo revestir um âmbito mais institucional e, sobretudo, por inerência do cargo camarário que ocupam na instituição, que edita e é proprietária da Revista. Ainda no quadro deste processo, foi criada a figura do Director Adjunto, com assento no Conselho de Redacção.

¹⁴ O *Colóquio Internacional “Flrbela Espanca. O Espólio de um Mito”*, foi organizado pelo Centro de Estudos em Letras da Universidade de Évora e pelo Grupo Amigos de Vila Viçosa, com o apoio da Câmara Municipal de Vila Viçosa, sendo realizado nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro de 2011, no Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa.

Não poderíamos abordar esta época da história desta publicação periódica sem evocar uma situação decepcionante e triste. Precisamente no ano de 2014 faleceu Joaquim Torrinha, vendo-se a Revista privada do alento de um dos seus principais mentores, como já foi referido. Não posso, nem quero, deixar passar esta oportunidade sem expressar o muito que *Callipole*, que tanto amou, e a cultura calipolense e regional, lhes devem. A Revista rendeu-lhe sentida homenagem, mais de uma vez, nos números 19-2011¹⁵ (ainda em vida do investigador calipolense), 21 – 2014, 22 – 2015 e 24 – 2017, o que reflecte o respeito que lhe votávamos todos nós. Ainda permanecem incrustados na nossa memória os seus ensinamentos e a sua firme tenacidade no trabalho. Do estímulo de Joaquim Torrinha aos autores mais jovens e da sua fidelidade atenta aos das gerações precedentes sabíamos de sobra; mas, depressa aprendemos também a apreciar a sua bondade e a sua imperturbável cortesia. Deixou em todos uma gratidão mais profunda do que a meramente intelectual.

Devemos acrescentar, porém, que os volumes mais recentes concentraram os seus esforços na produção de números dedicados parcialmente a apoiar a candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial, a tal ponto que organizou vários capítulos temáticos onde sobressai este propósito, que a partir do número 22 se percebe de forma mais nítida e energica. Ancorados nos progressos dos estudos e das investigações mais recentes, que permitiram deslindar aspectos que estavam ignotos e reforçar os níveis de fundamentação do valor universal excepcional do Bem “Vila Viçosa, vila ducal renascentista”, os trabalhos publicados por investigadores e especialistas, de diferentes áreas do saber, nos últimos números, que coincidiram com a inclusão de Vila Viçosa na Lista Indicativa de Portugal e

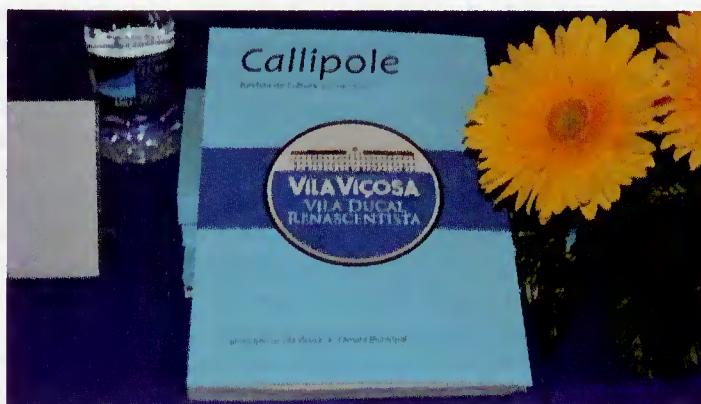


Fig. 3. Capa da Revista número 24, com a inserção do logótipo da candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO. © Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Vila Viçosa

¹⁵ Vide sobre o assunto Licínio Rocha Cardoso Lampreia, “Joaquim Torrinha, Um Homem do Século XXI”, in *Callipole* n.º 19-2011, Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 323-330.

com o consequente recrudescimento dos trabalhos de organização da candidatura às instâncias da UNESCO, revelaram algumas surpresas inesperadas e constituíram um contributo muito enriquecedor e um incentivo para este desígnio colectivo. *Callipole* serve, assim, de registo à repercussão de uma iniciativa patrimonial e cultural de grande importância estratégica para Vila Viçosa, cujo logótipo da candidatura veio precisamente a servir de capa ao número 24 – 2017.

E para terminar esta breve incursão sobre os momentos e as formas da evolução da publicação ao longo dos últimos 8 anos, resulta incontornável referir que em 2017 a Câmara Municipal de Vila Viçosa criou uma página electrónica da Revista, que se encontra disponível no sítio do Município na Internet. O modelo adoptado consistiu na criação de uma página de apresentação electrónica da edição em papel (anúncio da publicação impressa), mantendo a página electrónica da Revista dentro da sua página da Internet, mediante a inclusão dos seguintes conteúdos: capas de edições até ao número 20; títulos dos artigos e nomes dos autores das primeiras vinte publicações; Estatuto Editorial e Normas para publicar em *Callipole*. Esta plataforma tem reflexos positivos na divulgação e na visibilidade da Revista, na dinamização da interacção com o público e os seus autores, na captação de novos colaboradores e leitores e na criação de um contexto favorável ao estudo e à pesquisa de temas publicados nas suas páginas.

O balanço final do que atrás dissemos sobre a Revista, levando um pouco mais longe as formulações expostas, é de resumo fácil e instantâneo. Por um lado, é evidente que qualquer Revista de Cultura, aberta, dinâmica e enriquecida pela experiência, tanto deverá respeitar a tradição, que não significa necessariamente paralisação, como a mais recente novidade que, aliás, pressupõe procedência e diferença. Por outro, ficou claro que *Callipole*, que como vimos, foi submetida ao longo dos últimos catorze anos a várias e consideráveis renovações, através das quais enriqueceu a sua nomenclatura e diversificou as suas escolhas, mostrou-se pouca disposta a seguir continuamente os carris usuais, e que, sem abandoná-los completamente, procurou fazê-lo com novidade e inovação. Tudo ajuíza, portanto que está aqui, nesta confluência muito significativa, a génesis embrionária da perduração da sua vida e da sustentação do seu prestígio.

A sua história é uma dialéctica que resulta numa combinação ou síntese, sempre recomeçada. Imensas ondas, entusiasticamente juvenis e constantemente renovadas, precipitam-se sobre outras águas já tranquilas, mas que antes estavam também embravecidas, e que de novo as fustigam e as agitam. Às vezes é preciso ser onda bravia antes de ser acalmia.

Permitam-me acrescentar uma última observação a este propósito. Este movimento, foi acompanhado por mudanças de orientação, que consistem em ir mais longe, mas nem sempre na mesma direcção, de modo que as somas se adicionam para formar uma combinação favorável “*um pouco à maneira dos cavalos do xadrez que têm sempre à sua disposição várias progressões mas nunca no mesmo sentido*”¹⁶, para utilizar a feliz expressão de Claude Levi-Strauss.

¹⁶ Claude Levi – Strauss, “Raça e História”, Editorial Presença, 2008.

Neste conspecto há, ainda, uma vertente quantitativa que é digna de ser observada de perto. O livro que leva o título de *Callipole*, assim chamaram os seus fundadores a este percurso cultural, histórico, artístico e literário, tão reconhecido fora de Portugal como na nossa região e no país, e que será sempre o nosso legítimo orgulho, chega à edição número 25 – 2018, em que alcançou os 25 anos de vida, com um conjunto de 25 números e duas edições especiais. Embora em 21 volumes, 4 deles duplos. Sem faltar nem um só ano. Não há muitas revistas que chegaram a este patamar. Como se acabou de verificar, está bem longe de poder ser considerado um projecto frágil e transitório. Mas, o seu *curriculum* não só é meritório pela soma de números e de edições especiais que publicou, mas também pelo número de páginas que alcançam todos os seus tomos, cerca de 6.900 suportes de papel.

Mas, há outras motivações que reclamam a nossa atenção e que nos propomos comentar sobre as principais características, as especificidades e o enorme e gradual desejo de primor e de qualidade e que desde já posso anunciar de robustas. Em primeiro lugar, no panorama regional das revistas de cultura, muitos recordam o nome de *Callipole* e outros, até, reconhecem, o interesse de algum número ou, mesmo, a relevância de certos artigos. O que realmente sobressai é o significado histórico, literário e científico que representa o testemunho corporizado nas folhas publicadas e que, no seu conjunto, constituem um valor cultural que importa realçar. Contudo, muitas vezes não damos conta da verdadeira dimensão da grandeza e da singularidade da Revista, que é um livro fundamental por muitas razões. Vale a pena recordar agora o discurso do académico José Antonio Pascual, principalmente na passagem em que alude o seguinte aforismo do poeta Antonio Machado: “*Despacito y buena letra: el hacer las cosas bien importa más que el hacerlas*”¹⁷. Por um lado, pretendemos mostrar através desta máxima a inquietação e o descontentamento permanente que acompanham os poetas no seu ofício. Mas, há muito na frase de António Machado que me parece inteiramente aplicável ao caso de *Callipole*, porque explica algo que caracteriza toda a sua evolução: avança passo a passo, mas na direcção certa; sobe degraus na escala do aperfeiçoamento; e melhora progressivamente a sua qualidade. Com efeito, nada nela é mais relevante, desde o princípio, do que a qualidade científica dos seus conteúdos e o rigor das suas análises, publicamente reconhecidas, que são factores que se entrelaçam quando se trata de medir a relevância das revistas de cultura e que são, por si só, o bastante para justificar o seu prestígio e o impacto que a referida publicação tem. A isto há que acrescentar que a publicação tem um compromisso indiscutível com a interdisciplinariedade, que alcança, por proximidade ou não, um grande número de leitores, que as suas matérias suscitam uma assinalável implantação e uma indiscutível reper-

¹⁷ António Machado, referenciado por José Antonio Pascual, na sua contestação ao discurso de ingresso na Real Academia Espanhola de José Manuel Blecua, sob o título “*A Principios del Diccionario de Autoridades*”, lido no dia 25 de Junho de 2006, p. 81. Disponível em http://www.rae.es/sites/default/files/Discurso_Ingreso_Jose_Manuel_Blecua.pdf

cussão no seio da comunidade cultural, literária e científica, local, nacional e internacional, e que tem uma grande capacidade de incrementar o número de voações científicas e o estímulo aos escritores mais jovens, que são elementos que também intervêm na hora de calibrar os seus pergaminhos.

Como também é significativo nesta explanação perceber melhor as suas arrigadas origens institucionais e temáticas a Vila Viçosa, a cálida terra de Florbel Espanca, que é o contexto que resume, antes que nada, a sua essência e que através do qual consolidou e reforçou a sua posição adquirida ao longo dos tempos. É bem verdade que as frequentes lamentações acerca da incompreensão das instituições para com este género de publicações, não são certamente aplicáveis no caso de *Callipole*. É uma realidade que ao longo destas duas décadas e meia, a Câmara Municipal de Vila Viçosa tem mantido convictamente este importante veículo de transmissão de cultura local e cujo único e directo patrocínio reside desde o primeiro momento na autarquia local. A atenção que temos concedido às múltiplas expressões da publicação, leva-nos agora a uma interpretante leitura sobre a vertente temática. Nesta óptica, merece plena consideração a estreita e directa relação dos conteúdos dos seus artigos com o património cultural local, que todos os seus números espelham de forma insofismável, apesar da Revista manter o imprescindível equilíbrio entre a temática calipolense e a externa. Apraz-me pensar que abrir a Revista, desde as primeiras linhas até às últimas páginas, significa iniciar um interessantíssimo itinerário que nos leva constantemente a Vila Viçosa e que nos traça um percurso pelas suas memórias, onde perpassa o vasto mundo da história, do património e da cultura local, escritas com a colaboração de muitíssimos calipolenses e gravadas para sempre nas suas páginas. Propósito, aliás, de esperar num livro de cultura com procedência na vila que é também “Capital dos Mármoreos”.

Não me parece necessário insistir muito mais na importância desta aliança institucional e temática. Basta dizer que entre 1993 e 2018, em *Callipole* escreveu-se grande parte da história local, pois poucas foram as múltiplas valências do património cultural da “vila paça”, os grandes momentos e as figuras ilustres dos vários ramos do saber que não foram objecto de sólidas análises e de sustentadas abordagens que espelham um legado de grande riqueza e diversidade, tratando-se, pois, de um invulgar e fecundo labor cultural e científico. É lá que vamos encontrar perspectivas novas que continuam enriquecendo, talvez hoje mais que nunca, o caudal dos nossos conhecimentos.

Todavia, há outras vias interpretativas que importa trazer à colação. Não podemos deixar de lembrar que *Callipole* pela profusão de informação organizada, pela adução imparável de novos argumentos e sólidos testemunhos e pelo excelente repertório de trabalhos, muitos inéditos, é uma fonte preciosa de informações respeitantes à teoria das ideias e à história da cultura e das artes que, a partir de 1993, se desenrolaram em torno do arco regional, mas também da cena nacional e, até, mesmo internacional. É sempre um enorme celeiro que guarda abundante informação e um laboratório inesgotável de estudos. É notória a importância que esta descomunal base documental tem para historiadores, investigadores, académicos, estudiosos e, de um modo geral, para todos aqueles que se

interessam por estas problemáticas. Do acima exposto, podemos inferir que este tesouro cultural ensimesmado nas suas páginas, que se encontra à livre disposição pública, ao alcance de todos e que todos podem ler, reúne uma qualidade histórica porque sem a sua existência as condições de estudo, de consulta e de investigação não seriam as mesmas, quer pela quantidade e variedade de trabalhos que reúne, quer pelo refinamento científico com que foram levados a cabo. O potencial dos conteúdos desta obra vai certamente permitir a pessoas e instituições consultar informação cientificamente organizada e sistematizada, mas também possibilitar o futuro aprofundamento e a revisão geral de conhecimentos históricos e científicos. Dito doutro modo, uma obra amplíssima e catalogada e um ensino constante e actualizado de uma grande parte da história não só de Vila Viçosa, pequena localidade que detém uma vasta e poliédrica dimensão patrimonial, como de outras partes da geografia nacional e, até, internacional.

Como sucede desde o número inicial, *Callipole* vai mantendo os seus colaboradores e conquistando outros, numa prática regenerativa, saudável e obviamente necessária que a tem caracterizado. O incessante vaivém de autores e colaboradores, depois da publicação do primeiro volume, multiplica-se e reaparece com oscilante persistência. O ingresso de um novo colaborador, ou de um novo membro do Conselho de Redacção, é sempre motivo de congratulação porque é muito importante para o rejuvenescimento da publicação. A entrada do neófito supõe que se incorpora à “família *Callipole*” uma nova, rica e meritória colaboração e uma outra forma de pensar, na qual depositamos renovadas esperanças. Este duplo motivo de júbilo acrescenta-se porque em muitos casos são amigos a quem ficamos ligados por muitos anos de cordial afecto, de cumplicidades, de tarefas partilhadas e de relações de confiança e de profunda amizade, que não morrem e não definham. A amizade é uma bela palavra. Tem que ver com simpatia, solidariedade, alegria e vinculação afectiva e pode ser interpretada como uma expressão de sinergia e de empatia que se vai cimentando à volta deste projecto. Nalguns casos, levamos vários anos de correspondência assídua e sabemos inclusivamente o timbre das nossas vozes ao telefone. A companhia é boa e muito pode ajudar.

Outra perspectiva que alcança clara evidência tem a ver com os destinatários do nosso trabalho. Começo por dizer que aos noviços leitores, do longínquo ano de 1993, certamente não lhes podia passar pela cabeça que as páginas do primeiro volume, que começavam a folhear, fossem os prolegómenos de uma obra veraz e de referência e não de um projecto passageiro. Estamos, igualmente, convictos de que então, naturalmente, não podiam augurar que *Callipole* haveria de ocupar, por mérito próprio, um lugar cimeiro no panorama das revistas de cultura do nosso tempo.

Ainda que o destinatário imediato do nosso trabalho seja o académico, o investigador, o estudioso e o estudante confrontados com a busca do conhecimento e ávidos de um saber cada vez mais profundo e actualizado, não são, de modo algum, os únicos. Corresponde este lugar também a todo o público leitor.

Hoje, congratula-nos saber que há gente competente e entusiasta, que no “silêncio da escrita” está empenhada na gratificante tarefa de construir ideias e

de elaborar trabalhos inovadores que contribuam decisivamente para reforçar o prazer e a paixão que significa trabalhar pela nossa cultura. Estamos igualmente convictos de que há muito material inédito e muitas boas ideias de autores calipolenses, ou de forâneos, que merecem ser publicadas nas páginas da Revista. Por isso, certamente todos os anos estará perante nós, com os seus reconhecidos méritos e equipada com a sua recheada bagagem. Os leitores decerto conhecereão um tempo melhor para eles. Um dado primordial assegura esta asseveração: que no próximo número saberão alguma coisa que não sabiam no volume anterior. A descoberta e o progresso estão no cerne da dinâmica da ciência e da cultura. E *Callipole* nunca nos deixará esquecer isso. Certamente que muito cedo, ao ler os próximos números, os leitores poderão confirmar esta opinião.

O que mais interessa deste longo e porfiado labor colectivo é que a sua utilidade e o seu interesse prevalecem. Todo este hercúleo esforço humano, institucional e material dispendido durante um quarto de século não foi em vão e teve continuidade. A celeberrima e conhecidíssima frase que sentenciou Antonio Machado “*Caminante, no hay camino se hace camino al andar*”¹⁸, aplica-se a muita coisa, por exemplo à *Callipole*. É uma revista que continua a andar e a fazer caminho e que a sua viagem, nos últimos tempos, decorre por um itinerário mais amplo e largo. É assim também na vida humana e na das instituições. Hoje continuamos a apreciar o delicioso e inconfundível elixir que destila a sua criatividade. Mas, logo por aí se vislumbra também uma transformação de vulto, no fôlego que vinha da etapa primeva.

Nesta linha de argumentação está bem estabelecido que *Callipole* representa um raro exemplo de perseverança e tenacidade, de mobilização e renovação e de solidariedade e contribuições, cujos elementos se entrelaçam com frequência na execução de uma obra cultural, que tem todavia uma prolongação eloquente e florescente. É há um quarto de século a receita infalível. Foi aliás por causa disso que chegámos onde estamos. Não é pouca coisa. Trata-se de um ensino inolvidável para quantos temos alguma responsabilidade na vida cultural da sociedade do século XXI.

Temos, ainda, nesta perscrutação outros elementos de ligação que apontam para a intemporalidade dos seus conteúdos. Da mesma maneira que podemos ler várias vezes um grande romance, e é sempre novo, bem como rever um soneto de Góngora vezes sem conta¹⁹, os temas de *Callipole* resistem ao tempo e à sua própria obsolescência. Na verdade, numa sociedade ansiosa de novidades e do

¹⁸ Veja-se “Poemas de Antonio Machado”, disponível em www.poemas-del-alma.com/antonio-machado-caminante-no-hay-camino.htm

¹⁹ Vide o próspero sentido desta perspectiva na entrevista de Clara Ferreira Alves a George Steiner, publicada no jornal Expresso em 22/06/2002, na qual o influente crítico de literatura cita a Luis de Góngora y Lopes (1561-1627) que foi um religioso, poeta e dramaturgo castelhano e um dos expoentes máximos da literatura barroca do chamado Século de Ouro. Disponível em <http://perguntodromo.blogspot.pt/2011/10/george-steiner-2002.html>.

imediato, a Revista conserva a energia, a distância e o tempo necessários para se dedicar à difusão de estudos e de análises serenamente reflexivas, que permitem conteúdos intemporais e que assumem um carácter básico de ferramenta de consulta.

Esta Revista, que também se lhe poderia chamar sem desdouro o “Livro de Sete Mil Páginas”, conta com vinte e cinco anos, mas não oscilaram os seus cimentos nem se abriram fendas nas suas paredes. Parece que nasceu ontem. Mas, foi moldada persistentemente ao longo do tempo, que constrói e modifica, que transforma os objectos e as obras de arte e que lhes dá nova vida depois de criados, como refere Marguerite Yourcenar no seu belo livro de ensaios “*O Tempo esse grande escultor*”.²⁰

Contudo a questão do tempo tem outras formulações que vão noutro sentido. A Revista, pela quantidade e diversidade do material com que tem que operar, enfrenta-se muitas vezes com a negra face do tempo. Algumas vezes trabalhamos acossados pela pressa. Outras, observamos inconformados como as previsões iniciais não correspondem à realidade. Outras, ainda, deparamo-nos com a fotografia que não tem a qualidade exigida, com o excesso de tempo das provas tipográficas, com atrasos e adiamentos imprevistos, com correções de última hora e com o contínuo e indispensável controlo que é necessário exercer. Todas estas situações significam uma rémora grave no ritmo de edição e constituem um osso que é preciso roer com entusiasmo e ponderação. O problema do desfasamento temporal entre a duração prevista do ritmo de produção e o calendário de edição mantém-se em carne viva. Seja como for, não podemos resignarmo-nos a tardanças imprevisíveis porque sentimos a nossa *Callipole* como uma missão urgente.

Como nas grandes catedrais do passado, na direcção e na produção desta obra sucederam-se diversos modos de pensar e de agir que emanam de distintos presidentes e vereadores municipais, de várias gerações de membros do Conselho de Redacção, de autores e de outros contributos, cujos nomes se encontram totalmente ocultos detrás deste autêntico “Monumento de Papel”, e que acertam as agulhas no processo comum de elevar a Revista. Seria muito difícil destacar uma só pessoa ou uma experiência individual. Não devemos esquecer que qualquer projecto editorial se nutre de pessoas e de instituições, com a Câmara Municipal de Vila Viçosa à cabeça, que são as que lhe dão vida e o mantêm, e que não procede de um esforço isolado e pessoal, mas sim de um labor colectivo de várias décadas. As forças centrífugas fazem sentir o seu efeito e deixam as suas marcas nas distintas épocas.

No entanto, para entender o verdadeiro valor da Revista é mais fácil olhar para a forma como é vista e apreciada desde fora. Se tantos invocam o labor da Revista *Callipole*, se ecoam os vibrantes e prolongados aplausos da crítica e da imprensa especializada, se tantos a ela recorrem e se tantos confiam no seus estudos é porque realmente o seu trabalho é meritório. Acresce o número de vezes que os trabalhos nela publicados são citados pelos mais diferentes autores. E não se ci-

²⁰ Marguerite Yourcenar, “*O Tempo esse grande escultor*”, Lisboa, Difel, 1983.

ta por aparato, mas sim por honestidade intelectual. Tiro daqui o apreço em que é tida a Revista.

O imenso labor de *Callipole* foi já reconhecido pela opinião humana, mas também foi referendado pelo “tempo”. É precisamente o “tempo”, a sua fugacidade, a nossa transitoriedade, que quanto mais longo é mais elevado é o risco de interrupção que será, também de frustração pessoal de quem empreendeu a luta.

Hoje podemos olhar para o resultado total da obra com a reconfortante satisfação com que se contempla uma tarefa que ditosamente foi cumprida e que serenamente continua a brilhar. Sempre contamos com o património dos seus méritos e com as suas raízes fortemente consolidadas. Podemos comemorar estes momentos com narcisismo. Mas, eles são, acima de tudo, importantes para interpelar o sentido desta empresa, para renovar o esforço empreendedor, para reforçar a unidade em torno deste projecto e para afirmar a sua sustentabilidade e continuidade. Daí que cuidar de *Callipole* não é só partilhar o que fizemos de bem, mas é também pensar no melhor rumo a seguir, de molde a afrontar os repto que se colocam à vida futura da Revista. Tomando como ponto de referência o arranque inicial, e sem esquecer o longo caminho percorrido, fácil se torna entrever que sempre podemos ter alguma sugestão. Acima de tudo, devemos entender com plenitude o que está ocorrendo no tempo em que vivemos e prestar atenção à evidência de que nada se repete de todo. Ou, como diz claramente Heráclito “ninguém se banha no mesmo rio duas vezes”²¹. Na vida de uma instituição, como na vida de uma publicação, sempre podem suceder algumas coisas, podem cair ramos e brotar outros novos. É muito importante que quando se fale de *Callipole* se pense também que subsistem aspectos que importam consolidar e aperfeiçoar, como é, por exemplo, o caso de ampliar a sua distribuição, de incentivar a permuta com revistas afins, de manter e reforçar os contactos e os canais de colaboração com diferentes sectores vinculados a esta problemática, com especial relevância para as instituições que editam revistas de cultura, de reforçar a presença de acontecimentos, efemérides e de personalidades marcantes da história e do património local e, sobretudo, de incrementar a sua renovação e adaptação ao seu tempo.

Estamos absolutamente convencidos de que o nosso discurso poderia ter sido outro e, de certo, melhor. Talvez se poderiam acrescentar outros atributos, analisar diferentes matérias e estabelecer distintos paralelismos, que a cada momento garrulhavam à nossa volta. Também poderíamos ter demorado mais ou menos tempo. Mas, ao sentirmos a indescritível alegria de levar a voz da Revista e de falar dos nossos companheiros de caminhada, seleccionamos muito para não aborrecer, para não repetir e para não nos perdermos nos seus inúmeros corredores. E procuramos vencer as tentações de não ultrapassar demasiado os limites espaciais impostos.

²¹ Heráclito, filósofo grego, natural de Éfeso, cidade da Jónia, situada na costa ocidental da Ásia Menor, (actual Turquia), foi o autor da frase “ninguém se banha no rio duas vezes porque tudo muda no rio e no que se banha”. A tradução é nossa.

Certamente que a real dimensão e significação da vida de *Callipole* é muito maior do que os estreitos limites deste texto. Mas, também contar a realidade é uma empresa impossível porque toda a realidade é infinitamente complexa e multiforme e a narrativa não chega a abarcá-la totalmente. Precisamente por esta impossibilidade, ficaremos satisfeitos se conseguimos aproximar-nos um pouco mais das principais transformações, de algumas das dimensões comensuráveis desta obra escrita e do conhecimento mais rigoroso da sua situação actual.

No Alentejo, região pobre em Revistas de Cultura, e até em Portugal, a ressonância, a repercussão e a importância que o livro anual calipolense tem no mundo da cultura regional e nacional faz falta. É verdade que muito mudou na cultura alentejana e do nosso país ao longo destes últimos cinco lustros. Mas, também podemos afirmar com bastante imparcialidade que o projecto cultural corporizado à volta da Revista contribuiu, de alguma forma, para isso. Enfim, cremos que esta obra, tão diversificada, rica e completa, é um feito que os anais da cultura alentejana e nacional um dia assim o reconhecerão.

Eu poderia tecer aqui amplas considerações, se o tempo o permitisse, acerca de outras perspectivas e de diferentes manifestações desta obra editorial. Penso, contudo, que as anotações que deixei, embora em breve trecho, terão sido suficientes para medir bem a verdade da proposição de que partíamos: a Revista *Callipole* é hoje uma publicação de referência e de alta divulgação científica e cultural com qualidade e prestígio que excede os limites da nossa região e do nosso país. Por isso, talvez não sejam precisas mais explicações nem qualquer outra apreciação. Fale por nós a vastidão, a qualidade e o alto valor deste livro que se chama *Callipole* e que é uma revista de cultura por excelência.

Começamos o nosso discurso com uma confissão de humildade. Terminamos com uma manifestação de regozijo e com um registo que é de admiração, de orgulho e de confiança, mas também de responsabilidade. Ou, talvez, ainda isso tudo misturado num novo e estimulante compósito.

Uma última reflexão a respeito do livro que ora nos ocupa. Muitas vezes na hora de terminar um texto enfrentam-se na nossa consciência sentimentos e pensamentos desencontrados. Mas, permitam-nos neste momento dar livre curso à nostalgia e dizer em voz alta a quem preferiríamos ver hoje no nosso lugar: a Manuel Inácio Pestana e a Joaquim Torrinha. Sabemos que não é possível, porque a morte, ou a vida, não os deixou chegar onde necessariamente tinham que haver chegado. Neste momento, sentimos uma irreprimível satisfação, que, sem dúvida, também os fundadores e directores sentiriam.

NOTA: O autor expressa a sua gratidão à Câmara Municipal de Vila Viçosa pela cedência das fotografias identificadas como Figuras 2 e 3. De igual modo, manifesta o seu agradecimento ao Dr. Joaquim Saial que prontamente disponibilizou a fotografia identificada como Figura 1.

REVISTAS DE CULTURA NO SÉCULO XX PORTUGUÊS – APROXIMAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS À EUROPA

Maria de Fátima Nunes*

A abrir pistas

Em Madrid, 2018, Fernando Pessoa foi pretexto para uma exposição de pintura no Museu Reina Sofia. Da literatura de heterónimos e de um Pessoa refletido em várias revistas culturais, passou o curador português (subdiretor João Fernandes) para uma exposição de pintura, de pintores portugueses que atravessam a fronteira e abrem horizontes aos milhares de visitantes que mensalmente deambulam pelo triângulo dourado dos Museus da capital espanhola¹.

Pessoa entrou no Museu Rainha Sofia, porque “Tudo é uma forma de literatura”, reúne obras de arte de mais de 20 artistas portugueses. O poeta arrastou – a partir de 7 de maio de 2018, 160 obras de arte (pintura, desenhos e fotografia) envolvendo 20 artistas, com particular destaque para José de Almada Negreiros, Amadeo de Souza-Cardoso, Eduardo Viana, Sarah Affonso, Júlio, Sonia e Robert Delaunay, ou seja nomes fundamentais da história do Modernismo em Portugal, o que irá ser uma “uma grande revelação” para todos os que ali deambularem².

Queremos, pois, introduzir o tema das revistas culturais em Portugal como um terreno híbrido e muito polissémico, cruzando territórios, autores, editores, linhas de pensamento europeu e laivos de pátrias afetivas de diferentes modelos ideológicos³. As várias centenas de títulos que se alinham na obra de repertório

* Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-U.E. – mfn@uevora.pt

¹ Museu Reina Sofia, Museu do Prado e Museu Thyssen.

² Informação retirada de <https://gulbenkian.pt/noticias/fernando-pessoa-em-madrid/> [acedido 16 março 2018].

³ Cfr. Fernando Catroga, *A geografia dos afectos pátrios*, Coimbra, Almedina, 2013 que nos lança nos territórios pátrios do século XIX, onde as publicações periódicas jogaram um papel

e de referência fundamental de Daniel Pires⁴ são pretextos para podermos lançar olhares interpretativos sobre a sociedade portuguesa e a sua relação com o mundo – Europa, espaços coloniais e o «resto do mundo».

Foi esta interação de «pensar fora da caixa» desta exposição que nos animou a alinhar ideias, títulos, épocas. Por detrás da rede de pintores da sua época estão autores de artigos e dinamizadores de revistas de cultura e de literatura onde Pessoa colaborou. Este facto, uma exposição em Museu de arte internacional, tão perto de nós – Madrid, com ligações transfronteiriças vitais – faz pensar como falar de revistas é uma rede de contactos e uma rede de nomes da cultura e da criatividade artística em Portugal que sempre refletem o que se passa fora de portas, afinal não estamos acantonados ao último espaço fronteiriço da velha Europa? A tradição de publicações periódicas a ocupar o espaço público, num alinhamento internacional, europeu e americano. O espaço metropolitano e os espaço colonial que precisavam de ser ocupados com difusão de literatura, e ciência e modernidade, de cultura de vários matizes.

E quando chega a novidade material do uso de fotografia as revistas culturais atingem um ponto importante de difusão para atingir públicos ainda mais diversificados. Mas revistas não são apenas veículos de difusão de ideais, de ideais, de sonhos, projetos. Elas são materialidades em papel, tintas, imagens, textos, cheiros que cruzam horizontes e reúnem contributos de intelectuais envolvidos com o espaço público⁵.

Diremos que o século XX respirou por estas páginas, herdando uma memória de imprensa, de revistas culturais de afirmação nacional e municipalista que se foi robustecendo ao longo das várias cronologias ideológicas e políticas do Portugal novecentista: fim de Monarquia, República, Estado Novo, chegando a deixar pontes para o tempo da Democracia poder recriar, renovar, adaptar. Exemplos? Respiquemos alguns, bem conotados e vivos na memória coletiva da sociedade portuguesa. Por parte da Fundação Calouste Gulbenkian apontamos *Colóquio Letras/ Colóquio Artes; Colóquio Artes e Letras*; mas avançamos em outras direções, com a *Vértice*, com a *Brotéria*, a *Biblos*, a

de relevo na difusão de uma nacionalização de pátria comum. Em tempo recuado o nosso trabalho sobre imprensa cultural e científica abriu-nos horizontes para o papel instrumental de títulos de publicações periódicas, das Luzes e do Liberalismo que tiveram para a modernidade e para a difusão de uma cultura literária, científica e técnica ver Maria de Fátima Nunes, *Imprensa Periódica Científica (1772-1852) Leituras de "Sciência Agricola" Em Portugal*, Lisboa, Ed. Estar, 2001.

⁴ Referimo-nos aos instrumentos de trabalho fundamentais para enfrentar este universo imenso de títulos de publicações literárias vs. culturais. Ver Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX (1900-1940)*, Lisboa, Ed. Grifo, 1996; Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX, vol. II, tomo I (1941-1974)*, Lisboa, Ed. Grifo, 1999; Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX, vol. II, tomo II (1941-1974)*, Lisboa, Ed. Grifo, 2000.

⁵ Cfr. Clara Rocha, *Revistas literárias do século XX em Portugal*, Lisboa, IN/CM, 1985

Humanitas, o *Boletim da Cidade de Évora*, o *Jornal do Fundão*, a *Revista de Guimarães*, a *Seara Nova*, *O Tempo e o Modo*, a *Raiz e Utopia*. Locais, projetos, ideias que catalisaram uma plêiada gigante de artigos, de textos de autores que conseguiam ultrapassar os limites de censura e imposições à liberdade de expressão.

E no prolongamento de XIX para XX, nos factos municipalistas, destacamos a revista *Tradição*⁶. Uma lenda de cultura etnográfica de um Alentejo em Serpa, sob o mecenato e a importância do Conde de Ficalho e de várias outras gentes de elites sociais e culturais de época, gente que projetava para as páginas da revista ecos do que em Etnografia e Arqueologia se ia fazendo pela Europa dos nacionalismo e dos Estados-Nação. E hoje, esta revista – alvo de edição fac-similada, com responsabilidade da Câmara Municipal de Serpa – é uma das importantes fontes para o estudo de várias camadas existentes no Alentejo de periferia, ou num Alentejo de fronteira, a caminho de um centro de onde vinham modas e ventos culturais e inovadores.

Em tempo de I Grande Guerra, as revistas marcaram igualmente o tempo de texto informativo e doutrinário, artigo os recortes sobre o que estava a acontecer. *A Guerra Ilustrada* (Dezembro 1917 – Setembro 2018)⁷ e *Portugal na Guerra* (Junho 1917 – Dezembro 1917)⁸, duas publicações que traziam a Europa da Guerra para o espaço público e privado da I República, em rede com agências noticiosas internacionais. Matriz da ideia? Claramente a publicação que se impunha nas casas das elites para acompanhar o mundo português e o mundo internacional – ou seja a *Illustração Portuguesa* que teve nascimento de glória em 1903 (ainda em tempo de Monarquia e um fim em 1993, em tempo de Democracia) e cuja principal marca foi desde o início o uso da fotografia e da sua capacidade (teoricamente) objetiva e positiva de relatar e noticiar a realidade e a informação⁹, evidenciando como a positividade da fotografia era um mecanismo de sedução do público leitor.

Estamos, pois, perante sinais vivos de persistências e de inovações. Seguir cada um destes títulos permite tecer várias páginas, encomendar várias teses de académicas, em diferentes campos disciplinares das Ciências Sociais e Humanas, formando diferentes graus de proximidade entre a cultura em Portugal e a cultura na Europa que em Portugal. João Gaspar Simões escrevia na *Presença*, número 5¹⁰ – [1927] que “[...] não é a europeização de Portugal

⁶ http://ric.slhi.pt/A_Tradicao/revista [acedido 06 Abril 2018]

⁷ Typographia da Empreza do Jornal Illustrado. Illustrated London News & Sketch, Ltd., Milford Lane, Londres, Inglaterra.

⁸ Revista Quinzenal Illustrada. Director-Augusto Pina, *Redacção*, 3, Rue de Villejust – PARIS.

⁹ <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>

¹⁰ De particular relevo o ano deste número 5 – 1927, ou seja em fase inaugural de Ditadura Militar e do encerramento de liberdade de circulação de ideias e cultura, de forma livre, aberta e universal.

que nos deve apavorar mas a sua *provincianização*¹¹...». E quanta diversidade, e quantidade, de títulos e de artigos circularam como leitura nos anos vindouros, em ambiente de debate, em contexto de sociabilização cultural, em forma de diálogos invisíveis e cruzados o que se realizavam através de polémicas entre autores e entre revistas. Forma de resistir, invisibilidade de presença de ideais em debate e arautos de modernidade e de novidades de onde começava, realmente, a Europa – do outro lado dos Pirenéus. E estas publicações já não seduziam o público leitor em função da fotografia, mas antes do desenho de artes plásticas, do arranjo gráfico de cada número, de cada capa, das ilustrações – quase dados complementares e interpretativos de textos publicados – que acompanhava cada número e cada artigo. Uma junção perfeita entre literatura – cultura e artes plásticas, uma simbiose idiossincrática que muito fortaleceu a construção de marcas de identidade de muitas das revistas de cultura do século XX.

As revistas são atores coletivos que conseguem atuar, muitas vezes, com comprometimentos sociais muitas vezes comprometimentos, cívico, intelectual que nos ajuda a entender parte do travejamento da Nação e do caldo cultural de cada época do século XX – fim de Monarquia, Republica, Estado Novo e o novo tempo de liberdade de expressão – o tempo da afirmação e desenvolvimento da Democracia.

Humanidades Digitais e revistas culturais

Hoje temos os reportórios em papel – livros – de história da imprensa, dicionários de imprensa periódica, estudos sobre imprensa. Um Autor, erudito, estudioso dos temas imprensa literária portuguesa se destaca na segunda metade do século XIX a figura incontornável de Daniel Pires, já referenciado e caracterizado anteriormente. Um trabalho de recolha minucioso por catálogos das Bibliotecas institucionais (Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Pública do Porto, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Pública de Braga), verteu muito tempo útil de pesquisa e de interação em variados outros locais dispersos pelo país, como as bibliotecas de municípios e até alfarrabistas e catálogos de livros para venda em leilão. Podemos afirmar que há um tempo para visitar revistas culturais em Portugal entre Daniel Pires e Luís Crespo, o projeto digital de 'Revistas de Cultura em' Portugal – <http://ric.slhi.pt/>¹².

A necessária cadeia genealógica que é necessário fazer entre estes dois vultos do labor de trabalhar com revistas e publicações periódicas de fim de século XIX e século XX reflete igualmente o tempo de mudanças e de alteração tecno-

¹¹ Apud. Clara Rocha, *ob. cit.* p 79, nota 3.

¹² Ver recente entrevista do coordenador em artigo do jornal *O Publico*, «O século XX em revista(s)» – <https://www.publico.pt/2018/03/31/culturaipsilon/noticia/o-século-xx-em-revistas-1808525/amp> [acedido 03-04-2018]

lógicas verificadas. Investigadores, eruditos, e público em geral têm hoje um acesso quase instantâneo aos suportes de leitura existentes. Porém, sem os três volumes do *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX*, de Daniel Pires, sistematizado, com índices remissivos, bibliografia ativa e passiva, e índices geográficos¹³, a sofisticação tecnológica do acesso digital, imediato, elegante, informativo, não teria sido possível, ou pelo menos teria demorado muito mais tempo a ser disponibilizado ao público, a todo o público da sociedade de informação.

O grande deslumbrar de ter acesso imediato às revistas, imagens – traço artístico, informação técnica, fotografias, *écrans* que convidam a entrar num mundo mágico digital que nos traz um novo século XIX em Portugal. O simples gesto de carregar na fórmula de *www* de responsabilidade de Luís Crespo, permite-nos ter uma visão de conjunto (ainda em construção) de um conjunto de títulos que marcaram a vida cultural em Portugal ao longo do século XX. E esse olhar de conjunto permite observar as continuidades e as inovações nos títulos e nos artigos, nos Autores e nas redes de contacto que cada título inevitavelmente congregava¹⁴.

E como fazer investigação, hoje, com estas fontes históricas que são também material para jornalismo de investigação, para projetos de artes figurativas ou de teorias literárias? A forma de trabalhar, hoje, século XXI, este tema passa por nos ligar-nos às plataformas digitais, à fase do *open access*, aos projetos digitais que nos abrem novas janelas e nos permitem a comparabilidade rápida e eficaz, para além da pesquisa orientada e com elementos de crítica científica.

Movimentos culturais e artísticos que nos cruzam autores, títulos, imagens, desenhos, evocando em nós a simbiose do papel no seu tempo, e hoje, das revistas culturais. Este Seminário de História das Ideias (sob a coordenação de Luís Crespo) – revistas de ideias e cultura identifica-nos a Renascença Portuguesa, Modernismo vs. Vanguardismo e Anarquismo que se abre em duas plataformas informativas – documentação de / pesquisa conjunta. E tudo se ilumina, tudo se torna clarividente para a eficácia destes objetos de trabalho.

Podemos seguir Autores, temas, capas, e ilustrações [*Seara Nova /Portugal Futurista / Raiz e Utopia / O Temo e o Modo*]; sentir a materialidade plástica e a substância das ideias, pasmamos com a novidade de correntes estéticas, de fotografias artísticas (e não meramente informativas e de reportagem), de palcos

¹³ Cfr. Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX (1900-1940)*, Lisboa, Ed. Grifo, 1996; Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX, vol. II, tomo I (1941-1974)*, Lisboa, Ed. Grifo, 1999; Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX, vol. II, tomo II (1941-1974)*, Lisboa, Ed. Grifo, 2000.

¹⁴ O site <http://ric.slhi.pt> [acedido 08 Abril 2018] tem um conjunto de informação complementar e dinâmica, como dados adicionais, informação bibliográfica, motores de pesquisa temáticos que nos ajudam a desconstruir os artigos em palavras chave, em eixos temáticos, cruzando títulos de revistas e de artigos com outras fontes contemporâneas; um caldo cultural rico e que em muito ultrapassa os instrumentos de trabalho, em formato papel/livro, de Daniel Pires, um nome incontornável para alimentar todo este edifício digital e de novidades de modernidades tecnológicas.

cenográficos; entramos no imaginário de como os responsáveis viam, sonhavam, e observavam o mundo, o de muito perto e o outro, o mundo distante, mas tornado próximo pela força do papel, de letras impressas e em circulação. Mas mais importante, como registavam o que viam, o que pensavam, o que utopicamente sonhavam e também a agudeza da crítica e da intervenção social e política.

Fazer o rol de disponibilidades de *open access* é tarefa grande. Clara Rocha¹⁵, já em 1985, abordava a temática e a sua pertinência. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo disponibiliza uma lista de títulos e de *links* de e publicações onde encontramos matéria-prima para os nossos objetivos¹⁶. E se a tudo isto juntarmos o papel das bibliotecas digitais privadas e públicas que contêm revistas podemos entender como o universo das revistas de cultura é uma vasto oceano que já necessita de coordenadas de navegação, para que não haja naufrágios. Elas são claramente parte constitutivas de finos traços da nossa identidade cultural e da nossa memória coletiva. Referências especiais à rede *Europeana* [europeana local]¹⁷ a qual acolhe a <http://coleccoes-digitais.wikidot.com/portug> e que agrupa as coleções da BNP¹⁸, da Hemeroteca Digital¹⁹, repositórios vitais para trabalhar em qualquer parte do mundo a temática das revistas de cultura em Portugal no século XX. Ao longo deste ensaio foram já enumerados os títulos de referência para percebermos que a profunda ligação de artistas plásticos, escritores, publicistas e protagonistas de empreendimentos culturais de vulto. Modernidade e vanguardismo ligavam-se a ousadias e crítica ideológica, cultural decorrente de muita da cultura europeia que chegava por canais diversificados ao canto da Lusitânia. E que serviam vários objetivos.

Façamos viagem rápida ao atual Centro Nacional de Cultura que dá grande revista *Panorama Revista Portuguesa de Arte e Turismo* do período do Estado Novo. Uma publicação ideológica, da política do espírito sob a batuta do cenógrafo de ideias do regime, António Ferro. O interessante deste olhar de Ano Europeu do Património Cultural – 2018²⁰, para o «Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo» nasceu em 1941, por iniciativa de António Ferro, tendo publicado quatro séries até 1973, dentro da preocupação de promover, interna e externamente, Portugal como destino turístico²¹. *Panorama* em tempo de Democracia e da visão cultural de Guilherme de Oliveira Martins em que nela enaltece a construção

¹⁵ Clara Rocha, *ob.cit.*

¹⁶ Cfr. <http://annt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/10/2013-Periodicos-TT-online.pdf> [acedido 6 Abril 2018]. Uma longa listagem de títulos de variadas temáticas e épocas que por sua vez nos remetem para outras janelas digitais específicas de cada título.

¹⁷ <https://www.europeana.eu/portal/en> [acedido 6 Abril 2018].

¹⁸ <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html> [acedido 6 Abril 2018].

¹⁹ <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt> [acedido 6 Abril 2018].

²⁰ <https://ec.europa.eu/portugal/news/european-year-cultural-heritage-2018>. [acedido 6 Abril 2018].

²¹ Cfr. <http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/21840>. [acedido 6 Abril 2018].

da identidade cultural, o papel que teve na época para o turismo e para o património cultural português. Um discurso repleto de signos e de significados de património cultural, no século XXI, a partir da reconstrução/releitura de uma memória desta revista de longa duração (1941-1973). Este caso faz-nos refletir sobre o imenso capital cultural e intelectual destes baús esquecidos e deixados nas prateleiras de bibliotecas e de arquivos. A leitura de Oliveira Martins, em 2018, permite perceber a plasticidade informativa que as revistas de cultura têm e como a construção de identidades culturais e a abertura de janelas de público entendimento do passado para o presente nos faz tecer finas teias de memória reconstruída. As revistas são, pois, um inestimável repositório de informação para pensarmos o tempo presente e para ousar planejar o devir.

E o leitor de hoje faz escolhas sobre o passado, seleciona, elege e apaga do seu referencial de visão do mundo outros exemplos, outros títulos de parentesco, como *A Revista dos Centenários* que foi o órgão da Comissão Executiva da Comissão Nacional dos Centenários, presidida por António Ferro, sendo o seu objetivo principal propagandear a Exposição do Mundo Português que começa em 1939, ou seja com o fim propedêutico de fazer a preparação do público, tendo a duração de seja 31 Janeiro 1939 a 31 Dezembro 1940²².

Mas esta referência não se cruza com a identidade de imagem pública do Centro Nacional de Cultural, o que evidencia a existências de escolhas «trans-cronológicas» que separam datas de contexto para estabelecerem ligações a novas plataformas de ideias. Paradoxos? Talvez não; se nos lembrarmos do percurso de Almada Negreiros como intelectual avesso ao Estado Novo, como artista que emprestou a sua colaboração plástica a tantos e tantos títulos de publicações literárias vanguardistas do século XX, que deixou marcas plásticas inconfundíveis na renovação arquitetónica e urbanística de Lisboa do seu tempo²³. Significa que as revistas são componentes estruturantes para os tão propagandeados formatos digitais aparelharem identidades culturais dos seus responsáveis. Sem contradições, antes com tempos de escolha e de seletividade.

Outro caso emblemático da construção de identidades por parte de uma instituição de memória, por via de arquivos digitais e da difusão de ideias é a singularidade da Casa Comum – Fundação Mário Soares²⁴ que disponibiliza um acerto temático de revistas de Ideias e Cultura, onde encontramos as publicações clássicas da difusão de ideias e de temáticas fulgorantes e polémicas arrebatado-

²² <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/RevistadosCentenarios.htm> [acedido 6 Abril 2018].

²³ Bem presente se encontra ainda a Exposição inesquecível da Fundação Calouste Gulbenkian: «José de Almada Negreiros, uma forma de ser moderno». <https://gulbenkian.pt/museu/evento/jose-almada-negreiros-maneira-moderno/>. [acedido 6 Abril 2018]. A consulta do Catálogo produzido para a Exposição pode tornar-se num elemento vital como chave de abertura de várias pontas aqui abertas em torno das revistas de cultura do século XX.

²⁴ Cfr. http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_21. [acedido 6 Abril 2018].

ras na sua época. Na Casa Comum, *on line*, encontramos *A Águia*, *A Sementeira*; *A Vida Portuguesa*; *Alma Nacional*; *Atlântida*; *Germinal*; *Nova Silva*; *O Tempo e o Modo*; *Sol Nascente*. Referentes de um século XX pleno de debates que nos conduzem à ideia de conjugar Literatura e Cidadania no espaço público possível das malhas de uma censura de lápis azul.

Revistas culturais e instituições

O travejamento cultural do país pode ser caracterizado, também, pelo sucesso e pelo impacte das suas publicações de marca. A Universidade de Coimbra traz desde o século XIX *O Instituto* (1853) vindo juntar-se ao longo do século XX a revista *Biblos* (1925), a *Humanitas* (1950) ou ainda fora do espaço institucional a *Vértice* (1942). Reflexo de uma cidade – «alma mater» assim designada – com fortes esteios de sociabilidade literária e de pensamento, articulada com uma população académica inserida numa sociedade culta, letrada e de elites de leitura. E depois Coimbra vai ter o desassombro de publica *Fenda*, 1979²⁵ como sinaliza Clara Rocha, para se lançar num espanto de discurso, de salto de recorte temporal para se focar apenas na fronteira de território novo conquistado para as revistas culturais e literárias da cidade da velha Universidade. E do velho sempre se faz o novo, e da permanência surge a criatividade da inovação.

E no registo de inovação os anos 60 são profícuos em novidades²⁶. Prolonga-se o efeito temático de grupos culturais de Lisboa que falavam pelo respirar de leitura de *Raiz e Utopia* e de *O Tempo e o Modo* para em novas jornadas intelectuais muitos dos nomes deste universo de comprometimento de intervenção no tempo social da época surgirem sob a capa de mecenato cultural da Fundação Calouste Gulbenkian e da genealogia de signo mágico: *Colóquio* (Artes e Letras e depois Letras). Lisboa, Coimbra e Porto foram, pois, as urbes envolventes do elevado número de publicações institucionais que foram marcando as diferentes décadas do espaço público. Estes três locais de publicação são caracterizados pela existência de uma vida universitária e académica ativa, envolvendo diferentes gerações e *tribos* distintas das Artes & Cultura, vivências e errâncias intelectuais tal como as obras de referência de Clara Rocha e Daniel Pires analítica e empiricamente evidenciam no que toca ao número de títulos novos e longevidade²⁷.

²⁵ Clara Rocha, *ob. cit.*, pp. 76-89

²⁶ Cfr. Daniel Pires *ob. cit.* e Clara Rocha *ob. cit.*

²⁷ Cfr. Daniel Pires, *idem*.

Revistas Culturais num recorte alentejano

Mas o país tem outras dinâmicas²⁸ que se estruturam em outras vivências, outras sociabilidades que derivam da existência de um Sociedade científica, da prática cultural existente no Liceu, ou em fase mais recente pelo dinamismo do pelouro da Cultura das Câmaras Municipais. Estes mecanismos de produzir cultura, sob a forma de uma revista, permitem outras construções de marcas identitárias de um território, de uma região específicas. Recordamos como referência de longevidade da *Revista de Guimarães* (1884), da Sociedade Martins Sarmento²⁹, e que nos permite articular um espaço geográfico cultural, um conjunto de atores ativos comprometidos num projeto de prática cultural, com o claro objetivo de difundir regularmente os frutos culturais por todo um território – regional, nacional, internacional. A partir desta cumplicidade de Guimarães e *Revista de Guimarães* vs. a Sociedade Martins Sarmento levou-nos de regresso, última vez mais, a folhear «Índice Geográfico» sistematizado por Daniel Pires³⁰ que permite obter um mapeamento geográfico do país com base nos títulos das publicações que tipografias locais fizeram funcionar ao longo do século XX. numa dimensão quantitativa destacam-se cidades mais produtivas e interventivas que vale a pena registar, para depois ficar a pensar, em moldes de condicionalismos culturais e sociais; falamos de Évora, Funchal, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu, cidades que registaram mais de cinco títulos até 1940³¹.

Focando no caso do território Alentejo, de cidades com rostos de identidade cultural sob formato de revistas, realizámos o exercício de levantar onde estão estes mecanismos de socialidade e de difusão da identidade cultural da cidade e área envolvente. E foi este rápido exercício que nos levou a entender como as alterações proporcionadas pela «Revolução dos Cravos de 1974» foram determinantes para o poder autárquico democrático ter assumido e coordenado este papel de uma Câmara e uma Revista Cultural, movimento enquadrado pelo «fazer história» dos anos 80 em Portugal, ou seja a dinamização cultural da História Local e Regional que cobriu todo o país, envolvendo autarcas, historiadores, atores locais, eruditos de longa duração e um empolgante entusiasmo por fazer, e refazer, a história do território do município que sempre evidencia reflexos da velha Europa, matriz civilizacional em que se insere o todo da velha Lusitânia.

Revistas culturais do Alentejo intimamente relacionadas, e dependentes do pelouro cultural do Município que dinamizam uma vasta comunidade em rede de co-

²⁸ Cfr. Fernando Catroga, *ob. cit.*, com especial destaque para a Parte 5: «O patriotismo das pequenas pátrias», pp. 265-386.

²⁹ http://www.csarmento.uminho.pt/ndat_63.asp [acedido 6 Abril 2018].

³⁰ Cfr. Daniel Pires Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX (1900-1940)*, Lisboa, Ed. Grifo, 1996.

³¹ Daniel Pires, Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX (1900-1940)*, Lisboa, Ed. Grifo, 1996; pp. 283-391

laboradores e de autores regulares em articulação com outros que dinamizam os famosos números temáticos. Dar a conhecer a identidade do território, das gentes, do passado e da memória patrimonial são pergaminhos comuns a todas as publicações, muitas delas nascidas com o poder autárquico democrático. Como matriz de longa duração Évora pode ser apontada como um signo de referência e de motivação para os tempos de governação democrática dos municípios. Falamos, claro, do *Boletim A CIDADE DE ÉVORA*, [criado em 1942] e que se mantém vivo e operante, estando na terceira série de vida, mantendo forte ligação às forças vivas culturais da cidade, com especial destaque para o Grupo Pro-Évora³², fundado em Novembro de 1919³³!

No início da década de oitenta surge em Montemor-o-Novo, a Revista *Almansor*, 1983³⁴, quase em diálogo de objetivos e de propósitos com a revista algarvia, do Município de Loulé, 1982, intitulada *Revista al-úlyá*³⁵. Redes informais de dinamização cultural de municípios com longa memória histórica e com Arquivos Histórico disponível? Talvez, seja uma questão a explorar num outro contexto, fruto certamente do amplo movimento de Encontros e de Congressos de História Local e Regional que se realizaram por todo o país durante o final dos anos setenta e a década e oitenta do século XX.

É neste ciclo que em Portalegre, com o papel de destaque de António Ventura e da ESEP, vingou *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*³⁶, em 1988 que foi saindo a público, anualmente com vários números em formato de números temáticos de História de Cultura interdisciplinar nos quais participaram um amplo leque de colaboradores alocadas a diferentes instituições universitárias e unidades de investigação. Em 1991 o município de Marvão, com forte entusiasmo pelo território arqueológico local, lança a *ibn maruan Revista Cultural do Concelho de Marvão*³⁷. E em 1993, Vila Viçosa faz nascer a *Revista Callipole*³⁸. Será na viragem do milénio, em 2003, que o município de Elvas cria a *Re-*

³² Cfr. <http://www.evora.net/proevora/000.htm>.

³³ Cfr. <http://www4.cm-evora.pt/pt/conteudos/Livraria+Municipal/Boletim+Cultural++A+Cidade+de+Evora.htm>. [acedido 06 Abril 2018]. E ainda a nota informativa e história do Grupo Pró-Évora, <http://www.pro-evora.org/pt/index.php/comunicados/info-15/44-boletim-a-cidade-de-evora>. [acedido 6 Abril 2018].

³⁴ <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/Paginas/Revista-Almansor.aspx>. [acedido 06 Abril 2018].

³⁵ <http://www.cm-loule.pt/pt/menu/1302/revistas.aspx>. [acedido 06 Abril 2018].

³⁶ Curiosamente não existe nenhum site associado à publicação da Revista, apesar da sua ampla divulgação e presença em bibliotecas nacionais e internacionais, sendo também referenciados vários números temáticos — de grande impacte visual — em livrarias e alfarrabistas.

³⁷ <http://www.cm-marvao.pt/pt/revista-cultural-ibn-maruan>. [acedido 06 Abril 2018].

³⁸ <http://www.cm-vilavicosa.pt/pt/site-viver/cultura/Documents/Revista%20Callipole-/Callipole%202024%20FINAL.pdf>, [ultimo número e anteriores índice]. [acedido 06 Abril 2018].

vista *Elvas Caia*³⁹. O único título novo, de revista cultural, que marca a temporalidade do novo século, em terras de poder autárquico de Alentejo.

E cada um destes projetos culturais e de intervenção cívica no território constituem, per si, arquiteturas e geometrias diversificadas, polos de atração e de construção de redes de conhecimento e de trocas de investigação. Muitas destas publicações periódicas, anuais, habitualmente, são instrumentos vitais para jovens estudantes universitários publicarem as suas investigações académicas, em franco diálogo com autores já sedimentados na vida profissional. Neste encontro geracional e de conhecimento aplicado ao território, de forma integrada e comparada, reside um dos fatores de sucesso e de relevância nacional e internacional destas Revistas, que recebem mecenato e carinho político por parte do poder executivo dos Municípios. São estas revistas que, muitas vezes, se associam à organização de encontros científicos e que disponibilizam, depois, as suas páginas para apresentar os resultados obtidos. E quando se entram já na fase de disseminação digital de *open access*, acreditamos que fica cumprido um dos objetivos mais nobres e importantes das revistas de cultura na sociedade portuguesa no tempo de globalização.

Para balanço aberto

Neste itinerário simbólico aqui traçado confrontamo-nos com a impossibilidade de organizar o fio condutor por cortes temporais tradicionais⁴⁰, ou seja as revistas culturais de fim de Monarquias o tempo da República, as da Ditadura Militar, as da sobrevivência do Estado Novo e o alvorar de novas madrugadas com aquele dia clara e límpido de Abril de 1974. De facto a linha de permanência e de persistência de muitas das revistas do século XX em Portugal é extremamente resiliente, mas aberta a inovações de contextos de criatividades estéticas e artísticas, ou de novos ventos de cultura vindos do outro lado da cordilheira dos Pirenéus, ou mesmo de ventos que atravessavam o Atlântico, sobretudo a partir de 1945. A permanência de regime autoritário moldou nos atores / autores / editores/ tipógrafos/ artistas / livreiros a capacidade imaginativa de ter sempre sobre a mesa da atualidade o conceito de Lucien Goldman, o «consciente do possível» cruzado com o empenhamento cívico e ideológico de partidários de uma militância cultural, para a qual os *Cadernos de Cárcere* de António Gramsci muito contribuíram, na invisibilidade das leituras subterrâneas⁴¹, contribuindo

³⁹ <http://www.cm-elvas.pt/en/revista-elvas-caia/3973-arquivo> [capas e índices]. [acedido 06 Abril 2018].

⁴⁰ Impossibilidade epistemológica semelhante sentiu Quintino Lopes, *A europeização de Portugal entre guerras. A Junta de Educação Nacional e a investigação científica*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2017, a enveredar por uma agenda de história da ciência e de cultura científica.

⁴¹ Seguimos as pistas abertas pelo novo conceito de intelectual do século XX e do seu papel na formatação do universo cultural e ideológico da Europa, sobretudo após a I Grande

também para revigorar um país de «brandos costumes» e fazer de Portugal um fórum (de grande invisibilidade perante holofotes de um espaço público controlado) de confronto de ideias. O aparecimento do papel cultural de divulgação de cultura e arte, a Fundação Calouste Gulbenkian, entre artistas plásticos e de performance e a circulação em territórios periféricos das carrinhas das Bibliotecas Itinerantes de Banquinho da Fonseca⁴². Um referente incontornável para se entender o devir dos anos setenta, oitenta e seguintes do século XX em Portugal.

Acreditamos que se possa estabelecer um fio condutor, ténue e invisível, mas persistente e robusto, das várias sementes lançadas por estas carrinhas míticas da Fundação Calouste Gulbenkian que chegavam ao Portugal profundo e que deixaram marcas de leitura e de descoberta cultural, histórica, de memória coletiva de uso de uma biblioteca. Talvez sejam estas sementes, combinadas com outras searas já implantadas na paisagem cultural do Alentejo – e.g. *Boletim da Cidade de Évora* – que tenham desabrochado em muitas das revistas associadas aos municípios de vida democrática, e com progressiva preocupação de projetos culturais consistentes e materializados em publicações periódicas – as revistas de identidade cultural regional / local.

E todos sabemos que cada novo número corresponde a um lançamento sempre renovado de utopia e de certezas, mais um compartimento de um edifício que se vai erguendo à medida que os anos passam. Lançamentos de revistas – sempre com sinal de festa em liberdade – significam também a sociabilidade e a palavra trocada, falada, registada em foto e posta em grande e acelerada circulação por via das redes sociais e do digital arquivo ou do digital biblioteca ou de humanidades digitais.

Que os rituais se continuem a cumprir e que a festa de cultura seja a festa da vida, e que *dure até às tantas...* e esteja sempre presente nas vivências de todo o coletivo de cada novo número de uma revista de cultura!

Guerra, que Michel Winock, *O Século dos Intelectuais*, Lisboa, Edição Terramar, 2000 nos proporciona.

⁴² Cfr. Daniel Melo, “As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-1987)”, *Análise Social*, vol. XL (174), 2005, pp. 65-86.

Património intangível

UM REINO RESTAURADO SOB O MANTO DA SUA PADROEIRA: O CULTO A NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA NO SÉCULO XVII

Francisco José Pegacha Pardal*

1. A transição dinástica e a intercessão divina.

Entre 1580 e 1640, Portugal foi governado por três monarcas pertencentes à casa de Habsburgo, todos denominados Filipe. Com a morte do cardeal D. Henrique sem descendência, a 31 de janeiro de 1580, o rei de Castela Filipe II, sobrinho do monarca português, reclamou os seus direitos ao trono, dando origem a uma monarquia dual ibérica¹. Jurado rei de Portugal como D. Filipe I nas cortes de Tomar, em 1581², o filho do imperador Carlos V e de D. Isabel de Portugal garantiu a salvaguarda dos direitos de Portugal, permanecendo este reino independente do de Castela³.

O período filipino, ainda que, à época, não tenha colhido a simpatia de todos os portugueses, não pode ser considerado um momento decadente e obscurantista, uma vez que houve progressos a nível económico, social e cultural⁴. No entanto, a insatisfação portuguesa com o governo da casa de Habsburgo alcançou grande

* Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Mestrando em História Moderna e Contemporânea, sob orientação da Professora Doutora Isabel Drumond Braga.

¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, p. 19.

² Joaquim Romero Magalhães, “Filipe II (I de Portugal)”, in José Mattoso (dir.), Joaquim Romero Magalhães (coord.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 481.

³ *Idem, Ibidem*, p. 479.

⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes... cit.*, p. 33.

consistência com as políticas do conde-duque de Olivares, ministro de D. Filipe III – neto do soberano jurado pelas cortes de Tomar –, que promoveu uma política de centralização do poder e de aumento de impostos⁵, desencadeando uma onda de protestos, particularmente intensos nas regiões do Alentejo e de Trás-os-Montes⁶. A este descontentamento juntou-se também o de uma grande fação da nobreza do reino que, convocada pelo monarca para participar na guerra da Catalunha – D. Filipe III chegou a ameaçar retirar-lhes os títulos da nobreza⁷ –, considerou que era necessário por fim àquela governação, pois não era mais tolerável que as rédeas do reino continuassem nas mãos do monarca castelhano.

Foi desta forma que o grupo descontente, dos quais destacamos figuras como D. Miguel de Almeida, D. António Mascarenhas, D. Pero de Mendonça e D. Antão de Almada, preparou antecipadamente o golpe que haveria de dar fim ao governo dos Habsburgos⁸. Assim, os conjurados escolheram o duque de Bragança, D. João II⁹, para novo monarca de Portugal, uma vez que o duque preenchia todos os requisitos para governar o reino: não só havia nascido e tido uma educação portuguesa, como também descendia da infanta D. Catarina que, em 1580, foi candidata ao trono português como filha do infante D. Duarte e neta de D. Manuel I¹⁰. O golpe, praticado no primeiro de dezembro de 1640, foi bem-sucedido, uma vez que os conjurados preparam o golpe com antecedência, o que lhes permitiu acomodarem as armas necessárias e garantirem um fácil acesso ao paço da Ribeira¹¹. Às nove horas do referido dia, acorreram os revoltosos a vários pontos do terreiro do paço, para aí neutralizarem a ação da infantaria castelhana e da guarda dos arqueiros alemães¹², que se encontrava na sala dos tudoscos, e a dos representantes do governo filipino em Portugal.

D. Margarida de Sabóia, duquesa-viúva de Mântua e vice-rainha de Portugal, prima direita de D. Filipe III, ao deparar-se com a situação, procurou dirigir-se à população e denunciar a revolta, sendo imediatamente impedida. A duquesa

⁵ Pedro Cardim, “D. Filipe III (1621-1640). Do consenso à rebelião”, in José Mattoso (Dir.), António Manuel Hespanha (Coord.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 402-403.

⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes...* cit., pp. 27-30.

⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 29.

⁸ *Relação de tudo o que se passou na felice Aclamação do mui Alto & mui Poderoso Rei D. João o Quarto, nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos anos*, Lisboa, Oficina de Lourenço Anveres, 1641, p. 337.

⁹ A fação descontente procurou colocar no trono um descendente da infanta D. Catarina. Caso o duque de Bragança não aceitasse a proposta, esta seria feita ao seu irmão D. Duarte. Cf. *Relação de tudo o que se passou...* cit., p. 333.

¹⁰ Mafalda Soares da Cunha, “A questão jurídica na crise dinástica”, in José Mattoso (Dir.), Joaquim Romero Magalhães (Coord.), *História de Portugal...* cit., p. 468.

¹¹ *Relação de tudo o que se passou...* cit., p. 349.

¹² D. Luís de Menezes [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado*, tomo I, Lisboa, Oficina de João Galrão, 1679, p. 99.



Figura 1 – Aclamação de D. João IV, por Veloso Salgado (1908)
– Museu Militar, Lisboa.

procurou convencer os conjurados a não levarem avante a deposição do monarca seu primo, garantindo-lhes que o mesmo lhes perdoaria aquela traição¹³. Não conseguindo demover os fidalgos portugueses, D. Margarida acabou por assinar a ordem para a rendição do castelo de Lisboa – contra a qual apresentou firme resistência –, ficando confinada ao paço de Xabregas e, posteriormente, ao mosteiro de Santos, sob vigilância portuguesa¹⁴. Já Miguel de Vasconcelos, secretário da vice-rainha, teve menos sorte que a prima de D. Filipe III. Odiado pelos portugueses, logo nas reuniões em que se debateu e preparou o golpe ficou definido que se haveria de matar o secretário de estado¹⁵. O mesmo procurou livrar-se da morte que lhe estava destinada pelos conjurados, tendo-se escondido num armário de papéis¹⁶. Ao ser descoberto, acabou por ser baleado e atirado de uma janela para o terreiro, onde o povo, enfurecido, descarregou a sua ira no

¹³ Joana Isabel Pacheco da Costa Bastos Bouza Serrano, *Margarida de Sabóia, Duquesa de Mântua (1589-1655) percurso biográfico e político na monarquia hispânica*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014, p. 89.

¹⁴ Joana Isabel Pacheco da Costa Bastos Bouza Serrano, *Margarida de Sabóia, Duquesa de Mântua...* cit., p. 96.

¹⁵ *Relação de tudo o que se passou...* cit., p. 351.

¹⁶ D. Luís de Menezes, [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado...* cit., tomo I, p. 101.

cadáver de Vasconcelos. Assim, ao impedirem uma reação por parte dos representantes do governo filipino, foi possível aos fidalgos aclamarem o duque de Bragança como rei de Portugal.

D. João IV tornou-se o primeiro monarca da dinastia de Bragança. Tendo recebido, a 3 de dezembro de 1640, notícia da sua aclamação como rei de Portugal em Lisboa, através de Pedro de Mendonça e de Jorge de Melo¹⁷, apressou-se a deixar Vila Viçosa, local onde nasdera e residira até àquela data. O novo rei partiu para a cidade que primeiramente o aclamara no dia seguinte ao acolhimento da boa nova, à qual chegou passados dois dias¹⁸. O novo soberano de Portugal, por ter chegado de forma tão rápida, apanhou toda a cidade de surpresa¹⁹, o que, no entanto, não impediu de se festejar intensamente a sua chegada: durante três dias fizeram-se luminárias, onde se deram vivas ao novo soberano e se improvisaram cantigas²⁰.

Logo no início do seu reinado, o *Restaurador* tomou medidas para garantir a defesa do reino face à ameaça castelhana, das quais destacamos a criação do Conselho de Guerra – órgão de cariz consultivo, dominado pela nobreza e pelos letreados, que elaborava pareceres no que dizia respeito aos assuntos de guerra²¹ – e a dos governos de armas – onde, de uma forma descentralizada, D. João IV colocou um comandante de armas em cada uma das seis províncias para, aí, administrarem as questões bélicas e defensivas²². De facto, Filipe IV de Castela respondeu à rebelião portuguesa logo em 1641, através de alguns confrontos que, no entanto, não tiveram grande significado²³. A primeira batalha de grande dimensão entre portugueses e castelhanos deu-se em 1644, na vila estremenha de Montijo, onde as tropas comandadas por Matias de Albuquerque alcançaram a vitória²⁴.

Ao contrário do que os primeiros momentos na rutura com Castela evidenciaram, houve uma corrente entre o clero e a nobreza favorável à reposição do anterior monarca no trono português. Não foi fácil convencer a nobreza e o clero a apoiar o governo joanino, para o qual contribuiu o fim da isenção tributária para os referidos grupos, que não viram com bons olhos esta questão²⁵. Em 1641, foi arquitetada uma conspiração com o objetivo de assassinar o novo monarca e regressar ao domínio filipino. A conjura, encabeçada pelo arcebispo de

¹⁷ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa, Temas & Debates, 2008, p. 102.

¹⁸ *Idem*, *Ibidem*, p. 102.

¹⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 103.

²⁰ *Idem*, *Ibidem*, p. 103.

²¹ Fernando Dores Costa, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 24-25.

²² *Idem*, *Ibidem*, p. 26-27.

²³ *Idem*, *Ibidem*, p. 47.

²⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 57.

²⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 43.

Braga, D. Sebastião de Matos de Noronha e à qual se associaram D. Luís de Noronha e Menezes e D. Miguel Luís de Menezes, marquês de Vila Real e duque de Caminha, respetivamente, D. Rui de Matos de Noronha, conde de Armamar, D. Francisco de Castro, inquisidor-geral²⁶ e D. Francisco de Faria, bispo de Martíria²⁷, foi denunciada ao monarca²⁸, tendo grande parte dos conspiradores falecido na prisão ou no cadafalso²⁹.

Ao mesmo tempo que a consolidação da nova dinastia se deparava com as referidas adversidades surgiram diversas comemorações e meios de legitimação da entronização de D. João IV. As celebrações de maior vulto realizadas no rescaldo do golpe de Estado terão sido aquelas que nos reportam para um cenário religioso. Das diversas procissões que se realizaram na cidade de Lisboa, uma foi largamente difundida, por se acreditar que a Restauração da Independência se granjeou através da intervenção divina. Tratou-se de uma procissão de ação de graças, onde a imagem de Cristo crucificado, que seguia diante do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, ao passar junto da Igreja de Santo António, próximo à Sé de Lisboa, despregou o braço direito, abençoando assim a iniciativa de colocar no trono um monarca de sangue e tradições lusas³⁰. A crença e a difusão deste milagre serviram para legitimar a aclamação de D. João IV, pois se Deus interveio a favor da deposição de um monarca mediante um golpe de Estado, os acontecimentos estavam dotados da maior legitimidade³¹. A intervenção miraculosa³² na Restauração da Independência foi também associada à Virgem Maria, por ter sido o golpe realizado num sábado, dia que a igreja lhe consagrhou³³, e a São Nicolau, pois o culto ao referido santo estava relacionado com o mês de dezembro e era tido como o auxiliador dos desamparados³⁴.

²⁶ O inquisidor-geral acabou por ser libertado em 1643, sendo restituído nos seus cargos. Cf. Isabel Drumond Braga, “A Inquisição Portuguesa no rescaldo da implantação da Dinastia de Bragança: continuidades, mudanças e adaptações”, in José Martínez Millán, Félix Labrador Arroyo, Filipa M. Valido-Viegas de Paula-Soares (Dir.), *¿Decadencia o Reconfiguración? Las Monarquías de España y Portugal en el cambio del siglo (1640-1724)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2017, p. 213.

²⁷ Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol. 1, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981, p. 90.

²⁸ Mafalda de Noronha Wagner, *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p. 155.

²⁹ Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado...* cit., p. 90.

³⁰ Frei Francisco Brandão, *Discurso gratulatório sobre o dia da felice restituição, & aclamação da Magestade del Rey D. Joam IV*, Lisboa, Oficina de Lourenço de Anveres, 1642, pp. 21-22.

³¹ Não consideramos pertinente discutir neste estudo a veracidade da lenda do braço estendido. A ela nos referimos para demonstrar como a religião foi uma via de legitimação da ascensão de D. João IV à dignidade régia.

³² Idem, *Ibidem* p. 24.

³³ Idem, *Ibidem*, p. 30.

³⁴ Frei João de São Bernardino, *Ao Illustmo. E Revmo. Senhor D. Rodrigo da Cunha,*

Além da genérica designação da Virgem Maria como intercessora pela Restauração da Independência, não podemos descurar uma invocação mariana que foi amplamente referida como intercessora pela legitimação joanina: a da Imaculada Conceição. Frei João de São Bernardino, clérigo da ordem de São Francisco, dedicou-lhe um sermão, que pregou na capela real a 8 de dezembro de 1640, dia consagrado pela igreja à referida invocação. O autor, no seu discurso, teceu a Nossa Senhora diversos elogios, referindo-a como pura e muito amada por seu filho Jesus Cristo³⁵, além de a considerar como monumento à Restauração de Portugal³⁶. Nossa Senhora da Conceição foi ainda, segundo o autor, o sítio condutor entre o golpe do primeiro de dezembro, um sábado, e a salvação do reino, pois se Deus reservou o sábado para o culto mariano e para o descanso, significou que a Restauração da Independência simbolizou o descanso de Portugal, que durante sessenta anos suportara os vexames cometidos pelos monarcas castelhanos³⁷.

2. A padroeira do reino enquanto reflexo devocional da casa de Bragança.

D. João IV, quando assistiu ao sermão pregado por frei João de São Bernardino, já se encontrava bastante familiarizado com o culto imaculista, pois desde pequeno participava nas festas de 8 de dezembro³⁸, realizadas na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, juntamente com os seus irmãos, D. Duarte e D. Alexandre³⁹. No entanto, o culto imaculista encontrava-se enraizado na casa de Bragança desde a sua origem, pois a igreja matriz de Vila Viçosa

Arcebispo de Lisboa, do Conselho de Sua Magestade, &c., Frei Joam de Sam Bernardino da Ordem de S. Francisco, jubilado em S. Theologia, Padre, & Diffinidor perpetuo da Provincia de Portugal, dedica este Sermão, que fez em a Sua Igreja Metropolitana, em o segundo Domingo do Advento, nono dia de Dezembro, & da aclamação del Rey Dom Ioão o quarto, que foi feita Sabbado primeiro dia de Dezembro, avendo Sua Magestade entrado em Lisboa a seis do mesmo mês do Anno de 1640, Lisboa, António Alvarez, 1641, p. 38.

³⁵ Frei João de São Bernardino, *Ao Muito Alto, E Muito Poderoso Rey, E Senhor Nossa Dom Joam O Quarto do Nome: Entre Os Reis de Portugal, Frei João de Sam Bernardino da Ordem de S. Francisco, Iubilado em Santa Theologia, Padre & definidor perpétuo da Província de Portugal; Dediça este sermão da Immaculada Conceição da Māe de Deos, que fez em a Capella Real, assistindo em ela a primeira vez S.M. oito dias despois de sua aclamação, que foi feita em Sabbado, primeiro dia de Dezembro do Anno de 1640, Lisboa, António Alvarez, 1641*, pp. 24-25.

³⁶ Idem, *Ibidem.*, p. 36.

³⁷ Frei João de São Bernardino, *Ao Muito Alto, E Muito Poderoso Rey, E Senhor Nossa Dom Joam O Quarto do Nome... cit.*, p. 34.

³⁸ Em 1611, D. João IV, à data duque de Barcelos, participou na festa de Nossa Senhora da Conceição, jogando às canas. Cf. Frei Francisco Brandão, *Sexta Parte da Monarchia Lusitana, que contém a história dos últimos vinte & tres annos del Rey D. Dinis*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1672, p. 398.

³⁹ António de Oliveira de Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p. 24.

sa, dedicada àquela invocação, foi obra de D. Nuno Álvares Pereira⁴⁰, cuja construção, tal como a de outras igrejas nos seus domínios alentejanos, podemos situar no primeiro quartel do século XV⁴¹.

A tradição da casa de Bragança⁴², no que ao culto de Nossa Senhora da Conceição diz respeito, parece-nos estar relacionada com os duques que fizeram de Vila Viçosa o seu local de residência permanente⁴³. A escolha daquela vila alentejana, mais concretamente o paço da Alcáçova, foi fixada pelo duque D. Fernando I, também conde de Arraiolos. O seu neto D. Jaime, filho de D. Fernando II, acabou por abandonar a Alcáçova, edificando o paço do Reguengo⁴⁴, tendo a sua primeira consorte, D. Leonor de Gusmão, filha dos duques de Medina Sidónia, sido particularmente afeta ao culto imaculista, visitando o templo calipolense frequentemente. Sabe-se que, durante os dez anos que a duquesa residiu em Vila Viçosa, teve grande gosto em ser ela própria a trocar os vestidos de Nossa Senhora da Conceição, uma vez que a imagem era de roca, ou seja, possuía uma estrutura de pedra, vestes de tecido e cabeleira⁴⁵. Apesar de D. Leonor de Gusmão ter sido dos primeiros membros da casa de Bragança a fomentar o culto imaculista em Vila Viçosa, não podemos atribuir à sua devoção um caráter pionero, a mais não ser porque já existia, na segunda metade do século XV, uma confraria a assegurar aquele culto na igreja matriz da vila⁴⁶.

Em 1537, durante o governo de D. Teodósio I, a irmã do duque, D. Isabel, contraiu matrimónio com o infante D. Duarte, filho de D. Manuel I, realizando-

⁴⁰ Segundo Joaquim José da Rocha Espanca, a igreja matriz foi construída no reinado de D. Fernando, devendo-se ao Condestável o término das obras. Cf. Joaquim José da Rocha Espanca, *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa Concelho da Província do Alemtejo e Reino de Portugal*, Redondo, Tipografia de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, 1892, p. 137.

⁴¹ *Cronica do Côdestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereyra, principiador da casa q agora he do Duque de Bragâza sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo. E deste procedem agora o Emperador em todos los Reynos xpos de Europa ou as raynhas deles ou ambos.* Edição fac-símile, Lisboa, Tipografia Sílvas Lda., 1969, fls. LXIV-LXV.

⁴² A casa de Bragança resultou da união entre D. Afonso, filho natural de D. João I, e de D. Beatriz Pereira de Alvim, filha única de D. Nuno Álvares Pereira, o que garantiu que o vasto património do Condestável tenha tido como destino um membro da família real. Ao gênero, D. Nuno destinou os territórios de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, ao passo que os netos herdaram as possessões localizadas na Estremadura e no Alentejo. Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder – A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990, p.60-64.

⁴³ Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder...* cit., pp. 60-61.

⁴⁴ Sousa da Costa, *Dona Catarina Duquesa de Bragança. Rainha de Portugal à face do Direito*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1958, p. 41.

⁴⁵ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria Guimarães, Libânia e C.º, 1899, p. 264.

⁴⁶ Vila Viçosa, Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Vila Viçosa (APIMVV), Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Código 1.

-se a boda e as festas em Vila Viçosa, às quais assistiram o rei D. João III e os infantes D. Luís, D. Afonso e D. Henrique⁴⁷. Durante a sua passagem por Vila Viçosa, o monarca português visitou a igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde ouviu missa⁴⁸, o que nos leva a crer que deverá ter sido acompanhado pelos restantes membros das famílias dos cônjuges. O culto imaculista ocupou também um lugar de destaque no calendário religioso dos duques de Bragança que governaram o ducado nos séculos XVI e XVII. A importância dada a este culto estava estreitamente relacionada com a Confraria de Nossa Senhora da Conceição, da qual o duque D. João II e o seu filho D. Teodósio, duque de Barcelos, foram juízes, de forma alternada, na década de 30 do século XVII⁴⁹, e pelas obras na igreja matriz, iniciadas por D. João I e finalizadas por D. João II, seu neto, que se tornou rei de Portugal, com o título de D. João IV, em 1640⁵⁰.

Tendo em conta o culto que os antepassados de D. João IV permanentemente mantiveram àquela invocação mariana, não nos parece estranho que o monarca tenha mantido essa devoção familiar em Lisboa. Prova irrefutável desta situação foi a proclamação de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal, na capela real e perante a corte, a 25 de março de 1646, data em que simultaneamente se celebrou o Domingo de Ramos e a festa da Anunciação da Virgem⁵¹. Mediante uma provisão, o monarca declarou que tal como D. Afonso Henriques, aquando da fundação de Portugal, se colocou sob a proteção da Virgem Maria, também ele, à semelhança do seu antepassado, colocava o reino sob a vigilância da Imaculada Conceição⁵². D. João IV comprometeu-se, em seu nome e dos seus sucessores, a defender a veracidade da referida invocação mariana, mesmo que esse ato fosse contrário às disposições da Igreja⁵³, assim como a entregar 50 cruzados de ouro à igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, pois, segundo o próprio monarca, aquele templo era o mais antigo, na Península Ibérica, dedicado ao culto imaculista⁵⁴.

O Restaurador, procurando garantir que a proclamação da Imaculada Conceição como padroeira de Portugal não se resumia à provisão jurada na capela

⁴⁷ Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Tomo XI, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1886, p. 1125.

⁴⁸ Sousa da Costa, *D. Catarina Duquesa de Bragança...* cit., p. 63.

⁴⁹ Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 381.

⁵⁰ Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, n.º 6, Vila Viçosa, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983, p. 70.

⁵¹ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora...* cit., p. 246.

⁵² *Idem, Ibidem*, p. 244.

⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 245.

⁵⁴ *Idem, Ibidem*, p. 245.



Figura 2 – Imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa
– Coleção da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição.

real do paço da Ribeira, promoveu outras iniciativas. No serão do dia em que se fizera o juramento, o senado da câmara de Lisboa custeou, no valor de 100.440 réis, as luminárias que na cidade se realizaram para festejar o acontecimento⁵⁵. Também ao monarca se deve a cunhagem de moedas com a efígie de Nossa Senhora da Conceição – valendo a de ouro 12.000 e de prata 6.000 réis e cujos lucros reverteriam para a festa que se realizava na igreja de Vila Viçosa⁵⁶. Assim de reforçar estas medidas, a 11 de setembro de 1646, por carta régia, D. João IV ordenou às câmaras de todas as vilas e cidades do reino que jurassem a padroeira de Portugal de acordo com o breve de Urbano VIII destinado à eleição dos patronos⁵⁷. Além da referida eleição, estabeleceu-se um juramento a Nossa Senhora da Conceição, de caráter obrigatório, para quem pretendesse obter um

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 246.

⁵⁶ João Baptista de Castro, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, tomo I, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762, p. 181.

⁵⁷ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora...* cit., p. 254.

grau académico na Universidade de Coimbra, não sendo este concedido a quem se recusasse a realizar tal juramento⁵⁸.

Na saúde e na doença, demonstrou o primeiro monarca brigantino a sua estreita ligação ao culto imaculista. No que ao segundo momento diz respeito, sabemos que se procurou, através da intercessão da Virgem Maria, alcançar a cura do monarca, quando este adoeceu em outubro de 1656⁵⁹. Encomendou-se a Nossa Senhora da Conceição no seu testamento, datado de 3 de novembro do referido ano⁶⁰, e momentos antes de expirar, ao contemplar uma imagem da referida invocação, rogou para lhe valesse naquele derradeiro momento⁶¹.

Em relação à devoção da restante família real, que podemos referir? Se D. Luísa de Gusmão, consorte de D. João IV, deixou a imagem de Nossa Senhora da Conceição bastante encomendada⁶² – possivelmente através da prece e da oração –, antes da sua partida para Lisboa, ocorrida a 21 de dezembro de 1640⁶³, também os filhos do casal mantiveram a tradição familiar. O caso mais saliente remete-nos para o primogénito, D. Teodósio, falecido prematuramente três anos antes do progenitor. Muito afeiçoado ao culto imaculista, rezava-lhe diariamente o rosário e a ela se referia como *Mãe Admirável*, tendo a sua imagem pintada num espelho⁶⁴. Em 1651, o príncipe deslocou-se clandestinamente ao Alentejo, para integrar os exércitos que lutavam contra os castelhanos, aproveitando a ocasião para visitar a igreja matriz de Vila Viçosa, onde assistiu à festa de 8 de dezembro e rezou perante a imagem da padroeira de Portugal⁶⁵. Prova irrefutável da devoção de D. Teodósio a Nossa Senhora da Conceição foi o envio da imagem de Vila Viçosa para a capela real em 1653⁶⁶, com o objetivo de alcançar a cura para a tuberculose, de que o príncipe padecia, motivo pelo qual passou o final da vida recolhido em Alcântara, onde pediu fervorosamente à padroeira do reino que por ele intercedesse⁶⁷.

⁵⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 254-255.

⁵⁹ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, pp. 313-318.

⁶⁰ António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, Lisboa, Régia Oficina Sylviana, 1745, p. 764.

⁶¹ Vicente Gusmão Soares, *Últimas Acções Del Rey D. João IV Nossa Senhor Escritas e Offerecidas à Rainha Nossa Senhora*, Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa, 1918, p. 30.

⁶² Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 264.

⁶³ Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, *D. Luísa de Gusmão (1613-1666) Restaurar, Reinar e Educar*, Lisboa, Gradiva Publicações, 2012, p. 109.

⁶⁴ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p.

⁶⁵ João Baptista Domingues, *Vida do Príncipe D. Theodosio, oferecida a Santa Joana, Princesa de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1747, p. 147.

⁶⁶ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696”, *Callipole*, n.º 9, Vila Viçosa, 2001, p. 128.

⁶⁷ João Baptista Domingues, *Vida do Príncipe D. Theodosio... cit.*, p. 91

As infantas D. Joana e D. Catarina, filhas de D. João IV de D. Luísa, também manifestaram particular apreço pelo culto que nos temos referido neste estudo. A primeira, falecida precocemente em 1653, vitimada pela tuberculose, deu, na sua curta vida, provas da devoção que tinha à Virgem Maria, a quem sempre dedicava o rosário⁶⁸. Em relação a D. Catarina, o seu percurso de vida foi muito diferente do da irmã mais velha, uma vez que desposou, em 1662, o rei Carlos II de Inglaterra⁶⁹. Em 1693, já viúva, a rainha regressou a Portugal, edificando em Lisboa o paço da Bemposta, onde residiu até à sua morte, em 1705, e cuja capela dedicou a Nossa Senhora da Conceição. Em 1699, com o intuito de pagar uma promessa, D. Catarina visitou a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa a quem ofereceu seis castiçais de prata⁷⁰.

Os derradeiros rebentos do referido casal régio, D. Afonso VI e D. Pedro II, enquanto monarcas de Portugal, reservaram ao culto imaculista um lugar de destaque nas suas devoções, o segundo monarca de forma mais evidente que o primeiro. A D. Afonso devemos a cunhagem de moedas com a efígie da padroeira de Portugal, iniciada por seu pai e que o monarca mantivera, assegurando, desta forma, a contribuição régia para a festa de 8 de dezembro, em Vila Viçosa⁷¹. Também no seu reinado surgiram diversas manifestações de apreço à Imaculada Conceição, tida como milagrosa intercessora pelas vitórias portuguesas na Guerra da Restauração⁷². Em relação a D. Pedro, sabemos que foi devotíssimo desta invocação mariana⁷³ – rezando-lhe todos os dias –, manifestando empenho no culto que na igreja matriz de Vila Viçosa se lhe prestava, confirmou a criação da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora, em 1694⁷⁴, cerca de onze anos após a mesma ter sido fundada⁷⁵, e ordenou que a elaboração de novos estatutos para a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, em 1693⁷⁶. Anos antes, em 1679, ainda príncipe regente, D. Pedro nomeara novos oficiais para a Régia Confraria, tendo estes sido responsáveis pela elaboração de um inventário de bens da referida irmandade, sobre o qual nos debruçaremos em seguida.

⁶⁸ Frei Manuel das Chagas, *Oraçam Luctuosa em as honras que fez o Real Convento de N. Senhora do Carmo de Lisboa À Sereníssima Senhora Infanta de Portugal D. Ioanna*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1654, p. 8.

⁶⁹ Joana Almeida Troni, *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 73-74.

⁷⁰ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Códice 123, fol. 34.

⁷¹ João Baptista de Castro, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno... cit.*, p. 181.

⁷² António de Sousa de Macedo, *D. Afonso VI*, Porto Livraria Civilização, 1940, p. 138.

⁷³ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II*, Lisboa, Tribuna da História, 2006, p. 26.

⁷⁴ Marquês de São Paio [António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa”, *Armas e Troféus*, Série II, n.º 5, Braga, 1964, p. 8.

⁷⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 7-8.

⁷⁶ Vila Viçosa, APIMVV, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Códice 122, s/ fl.

3. O inventário de bens de 1679 da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa: um culto guarnecido de esplendor.

Sobre a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, as referências mais antigas que se conhecem sobre o culto imaculista neste templo remontam ao primeiro quartel do século XV, quando D. Nuno Álvares Pereira promoveu o referido culto na vila alentejana⁷⁷. Sob a proteção da casa de Bragança foram feitas diversas obras na referida igreja ao longo dos séculos XVI e XVII, nas quais muito se empenharam o duque D. João I e os seus imediatos sucessores⁷⁸.

António de Oliveira de Cadornega, militar e escritor calipolense do século XVII, dedicou algumas páginas da sua obra *Descrição de Vila Viçosa* à igreja matriz da sua terra natal⁷⁹. No seu discurso elogioso, o autor caracteriza-a com magnificência e esplendor e que tais predicados se deviam à grande conta em que a casa de Bragança a tinha⁸⁰. Com “priorado de boa renda, tesoureiro e sacristão, sendo o prior freire de Avis”⁸¹, se tivermos em conta as palavras de Cadornega, a igreja matriz de Vila Viçosa era visitada com frequência e de forma abundante pelas gentes da vila e das localidades circunvizinhas, devendo-se este facto aos milagres que eram atribuídos a Nossa Senhora da Conceição. Daí a existência, segundo o mesmo autor, de diversas mortalhas expostas nas paredes da igreja, assim como diversos objetos de cera, levados ao orago do templo por aqueles viam saradas as enfermidades de que padeciam⁸².

Durante a Guerra da Restauração, que compreendeu os reinados de D. João IV e de D. Afonso VI, muitas das bandeiras castelhanas tomadas pelos portugueses no campo de batalha foram entregues à referida igreja, encontrando-se nela expostas⁸³. Assim, podemos considerar este facto como uma manifestação de apreço pela intercessão da Virgem Maria pela causa portuguesa, uma vez que o conde de Vila Flor invocou a mediação da padroeira pela causa portuguesa na batalha do Ameixial, em 1663⁸⁴, e o marquês de Marialva foi pessoalmente à igreja de Vila Viçosa agradecer a vitória portuguesa em Montes Claros, em

⁷⁷ Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição em Portugal”, *Revista Española de Teología*, vol. 44, fase 1, Madrid, 1984, p. 141.

⁷⁸ Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa...* cit., 1983, p. 70.

⁷⁹ António de Oliveira de Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa...* cit., pp. 23-27.

⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 24.

⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 23.

⁸² Idem, *Ibidem*, p. 24.

⁸³ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas de N. Senhora, E das milagrosamente aparecidas, que se venerão em o Arcebispado de Évora, & nos Bispados do Algarve, & de Elvas seus suffraganeos*, tomo VI, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1718, p. 201.

⁸⁴ António de Sousa de Macedo, *D. Afonso VI...* cit., p. 138.

1665⁸⁵. No primeiro quartel do século XVIII, frei Agostinho de Santa Maria, religioso da Congregação dos Agostinhos Descalços e natural de Estremoz, foi autor de uma obra de dez tomos – Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora –, na qual aborda as imagens da Virgem Maria veneradas em Portugal e no império. No que à igreja matriz de Vila Viçosa diz respeito, o autor revelou alguma sintonia com Cadornega, nomeadamente no que diz respeito a votos e a promessas feitos à padroeira pelas gentes alentejanas e aos estandartes castelhanos que, desde as batalhas da Restauração, ornamentavam o templo⁸⁶. De facto, a igreja calipolense ficou associada, desde os primeiros momentos da Restauração, à causa de D. João IV, uma vez que, a 7 de dezembro de 1640, após o monarca ter sido jurado e aclamado pelo senado da câmara e pelas gentes da vila, estes acorreram ao templo mencionado para aí rezarem pela prosperidade do seu reinado⁸⁷.

Segundo frei Agostinho de Santa Maria, a igreja matriz ficou com três naves após as intervenções que os duques de Bragança nela fizeram nos séculos XVI e XVII. Foi caracterizada pelo autor de uma beleza excepcional e por estar bastante favorecida a nível de iluminação⁸⁸. Na segunda metade do século XVII, albergava o templo diversas irmandades: a dos oficiais carpinteiros de São José, a da Santíssima Trindade, dos clérigos de São Pedro, da Conta Adriana, do Santo Nome de Jesus e do Santíssimo Sacramento⁸⁹. Além das que referimos, existiam ainda as confrarias vocacionadas para o culto mariano: a de Nossa Senhora da Conceição, a de Santa Maria e a de Nossa Senhora do Carmo⁹⁰. Em relação à imagem de Nossa Senhora da Conceição, orago do templo, o autor do *Santuário Mariano* referiu que se encontrava na capela mor, protegida por um gradeamento de prata e ornamentada com vestidos e joias de grande requinte⁹¹.

⁸⁵ Theodosio de Santa Martha, *Elogio Historico Da Illustrissima, E Excellentissima Casa de Cantanhede Marialva, Chefe dos esclarecidos Menezes, e Telles, Dedicado Ao Illustrissimo, E Excellentissimo Senhor D. Diogo de Noronha III Marquez de Marialva, V Conde de Cantanhede*, Lisboa, Oficina de Manoel Soares Vivas, 1751, p. 504.

⁸⁶ Este autor fez referência ao facto de não só eram oriundos do Alentejo, mas de todo o reino, os devotos da Padroeira. Cf. Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas...* cit., p. 201.

⁸⁷ Vila Viçosa, Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa (AHMVV), Vereações/ VE. 3, fl. 54.

⁸⁸ Ou seja, a igreja possuía uma boa iluminação através das suas janelas. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 201.

⁸⁹ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696”, *Callipole*, n.º 9, Vila Viçosa, 2001, p. 127.

⁹⁰ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores...” cit., p. 127; Marquês de São Paio [António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa” cit., p. 8.

⁹¹ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas...* cit., p. 201.

No que à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa diz respeito, sabemos que a sua mesa era constituída por juiz, escrivão e tesoureiro, eleitos para o cargo de forma vitalícia⁹². Antes da Restauração da Independência, o cargo de juiz foi desempenhado ou pelo duque de Bragança ou pelo de Barcelos, filho do anterior⁹³, mas com a transferência dos duques para Lisboa, urgiu a necessidade de estes serem substituídos por alguém que preenchesse uma série de requisitos, entre os quais se enquadavam a nobreza e a capacidade de liderança, de forma a ser respeitado pelos confrades⁹⁴. No que diz respeito ao escrivão, era, como o nome indica, responsável pela escrita da confraria, cabendo-lhe mantê-la devidamente organizada⁹⁵. Já o tesoureiro tinha de ser detentor de alguns rendimentos, bem como ser clérigo com o hábito de São Pedro, fican-

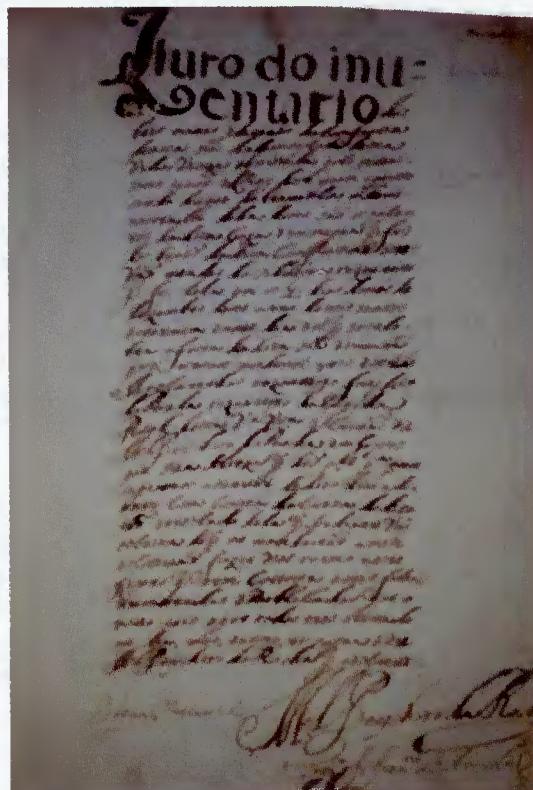


Figura 3 – Primeira página do inventário de bens da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição (1679) – Fotografia do autor.

⁹² Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores...” *cit.*, p. 130.

⁹³ Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança 1560-1640....* *cit.* p. 381.

⁹⁴ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores...” *cit.*, p. 131.

⁹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 131.

do responsável pelo património móvel da confraria, do qual sobressaíam os objetos do ornato da padroeira de Portugal, como eram os toucados, as joias e os vestidos⁹⁶.

Em dezembro de 1679, o príncipe D. Pedro, regente do reino em nome de D. Afonso VI, seu irmão, ordenou que se reformulassem os membros da mesa da Régia Confraria. Estevão Mascarenhas foi nomeado para o cargo de juiz, frei Francisco de Arruda para o de tesoureiro e Manuel Peixoto da Rocha foi o nome apontado pelo príncipe para desempenhar as funções de escrivão⁹⁷. Sempre que os membros da mesa eram renovados, era entregue ao escrivão um inventário dos bens móveis da confraria, ficando este responsável pela atualização e conservação do referido registo, enquanto ao tesoureiro cabia guardar e assegurar o primor desses bens pertencentes à confraria⁹⁸.

O livro do inventário de bens elaborado por Manuel Peixoto da Rocha, cujos primeiros registos datam do final de 1679, é constituído por 46 páginas assinadas e rubricadas por Estevão de Mascarenhas⁹⁹. Apesar de não terem sido preenchidas todas as páginas, verificamos que se encontram enunciados no inventário todos os pertences da confraria, fabricados com diversos materiais e fundamentais para assegurar o culto de Nossa Senhora da Conceição.

Quadro I – Características materiais dos bens móveis da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1679-1686)

Tipo de Material	Número de peças
Tecidos	64
Prata	23
Ouro	9
Cristal	6
Gemas	2
Esmalte	1
Outros	9
Total:	117

Fonte: APIMVV, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Código 122.

Ao consultarmos os dados referentes às características dos objetos pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa em 1679, verificámos que os fabricados em esmalte e em gemas eram bastante reduzidos, dos quais se destacam uma grinalda de esmeraldas com uma pedra

⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 131.

⁹⁷ Vila Viçosa, APIMVV, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Código 122, fl. 2.

⁹⁸ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores...” *cit.*, p. 131.

⁹⁹ Vila Viçosa, APIMVV, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Código 122, fl. 1.

vermelha ao centro, já bastante degradada¹⁰⁰. No que aos objetos de prata diz respeito, constatámos que também não eram abundantes, passando essencialmente por um relicário com a imagem do Menino Jesus, oferecido pela esposa de um ouvidor cujo nome não conseguimos apurar¹⁰¹, por algumas contas com extremos e cruz de ouro, e por uma bolinha, qualificada como quebrada e que supomos que já não estaria em uso em 1679¹⁰².

Em relação ao ouro e à prata, verificámos que estes metais se destacavam entre os bens móveis registados no inventário. Dos 12 objetos de ouro, aqueles que nos parecem dignos de atenção e análise são um cordão de ouro com a imagem do Menino Jesus e mais sete diamantes, proveniente da Índia e oferecido pelo “Menino Diabo”¹⁰³, assim como um relicário com a imagem de Nossa Senhora da Conceição¹⁰⁴ e uma “joia do peito”, que nos parece tratar-se de uma pregadeira, com uma pedra preciosa ao centro¹⁰⁵.

No que à prata diz respeito, encontra-se bem saliente no inventário a importância que Manuel Peixoto da Rocha lhe conferiu, pois dedicou-lhe um título do inventário, no qual contabilizamos 23 itens de objetos fabricados com este metal nobre. Destacamos as 11 coroas destinadas ao ornato das imagens da padroeira e do menino, assim como as diversas alfaias indispensáveis ao culto religioso, nomeadamente os cálices, turíbulos, bacia dos peditórios, castiçais e lâmpadas, estas últimas fundamentais para cultuar permanentemente a imagem da padroeira¹⁰⁶.

Várias páginas deste documento em análise foram dedicadas a objetos de tecido, que podemos associar ao ornato do orago calipolense e ao culto religioso. No entanto, para melhor compreendermos as questões associadas a estes bens, pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, atentemos no quadro seguinte.

Quadro II – Peças de tecido pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1679-1686)

Tipo	Vestidos	Mantos/ Capas	Vasquinhas/ Vaqueiros	Panos/ Toalhas	Alvas/ Casulas	Cortinas	Outros
Número (Total – 64)	10	11	4	13	11	7	8

Fonte: APIMVV, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Códice 122.

¹⁰⁰ *Ibidem*, f. 4.

¹⁰¹ *Ibidem*, fl. 4.

¹⁰² *Ibidem*, fls. 4-6.

¹⁰³ Consideramos tratar-se de um apodo, apesar de não vir referido o nome do devoto de Nossa Senhora da Conceição. Cf. *Ibidem*, fl. 4.

¹⁰⁴ *Ibidem*, fl. 4.

¹⁰⁵ *Ibidem*, fl. 4.

¹⁰⁶ *Ibidem*, fl. 6.

Ao consultarmos o quadro II, depreendemos que um grande número de peças se prende com os panos e as toalhas, fundamentais para que a confraria assegurasse o culto imaculista, como o eram as várias toalhas de altar, feitas em pano de linho¹⁰⁷, os frontais ricamente decorados com bordados e franjas de ouro¹⁰⁸, e os véus que cobriam os cálices, também guarnecidos de renda¹⁰⁹. Ainda no que diz respeito a aspectos relacionados com o culto da padroeira pela confraria, cabe-nos fazer referência às alvas de linho¹¹⁰ e às casulas com dalmáticas¹¹¹, envergadas por quem presidia aos ritos religiosos.

Verdadeiramente importantes para o ornato e embelezamento de Nossa Senhora da Conceição se revelaram os trajes que serviam a referida imagem e a do Menino Jesus. Dos 10 vestidos que contabilizámos, considerámos pertinente citar algumas descrições que figuram no inventário de 1679, de forma a provar a riqueza e o requinte dessas peças: “hum vestido de tella alaranjada granesido de prata sobre seguilha de sitim prado e a vasquinha com duas brodaduras de ouro e prata sobre veludo negro”¹¹²; “hum vestido de chamalote de ouro e branco emprensado com renda de ouro sobre sitim prado”¹¹³ e “hum vestido de tella cramisim e ouro forado de tafeta azul na vasquinha na vasquinha nove gualois de ouro”¹¹⁴. No que é respeitante aos vestidos, não podemos deixar de salientar o facto de alguns, por já não serem colocados na imagem, serem oferecidos a outras igrejas mais modestas, exemplo disso foi a oferta de um vestido de cetim branco forrado de tafetá carmesim, em 1686, à imagem de Nossa Senhora do Rosário, venerada na igreja de Santa Catarina de Pardais¹¹⁵.

Associados ao ornato da imagem da padroeira de Portugal encontravam-se igualmente os mantos, os vaqueiros¹¹⁶ e as vasquinhas¹¹⁷, pois, apesar de figurarem junto dos vestidos, muitas vezes aparecem referidos de forma individual no

¹⁰⁷ *Ibidem*, fl. 12.

¹⁰⁸ *Ibidem*, fl. 11.

¹⁰⁹ *Ibidem*, fl. 12.

¹¹⁰ *Ibidem*, fl. 12.

¹¹¹ *Ibidem*, fl. 11.

¹¹² *Ibidem*, fl. 8.

¹¹³ *Ibidem*, fl. 8.

¹¹⁴ *Ibidem*, fl. 8.

¹¹⁵ *Ibidem*, fl. 8.

¹¹⁶ Vestido de mulher, com semelhanças a uma casaca e com mangas compridas: Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialectico, dendrológico, eclesiastico, etymologico, económico, florífero, forense, fructífero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...*, vol. 8, Lisboa, Oficina de Pascoal da Sylva, 1731, p. 361.

¹¹⁷ Saja com muitas pregas e de uma denominação bastante antiga. Cf. Idem, *Ibidem*, vol. 8, p. 372.



Figura 4 – Igreja Matriz de Vila Viçosa (Coleção da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição).

inventário em estudo. Estas peças eram fabricadas, na sua maioria, com o mesmo tipo de tecidos utilizados para confeccionar os vestidos, dos quais destacamos o cetim, o chamarote e o tafetá. Entre os vários itens a que Manuel Peixoto da Rocha fez referência no inventário, cabe-nos sublinhar aqui, não só pela sua beleza como também pelo seu simbolismo, a oferta de dois mantos, um de “tela azul com flores de ouro granesido de rengalho de ouro e prata forrado de tafeta azul”¹¹⁸ e o outro de “tella brnca com flores de ouro guarnecido com remgalho de ouro forrado de tafeta branco”¹¹⁹, por D. João IV a Nossa Senhora da Conceição. Estas ofertas foram uma recompensa que o monarca enviou à confraria, após ter solicitado à mesma que devolvesse a D. Luís de Gusmão um manto branco com guarnição de renda de prata e de ouro¹²⁰.

A oferta de D. João IV não foi um caso isolado dentro da casa de Bragança, uma vez que alguns anos antes, ainda D. João era apenas duque, o seu irmão D. Alexandre ofereceu um manto de damasco azul, com flores brancas e renda de prata¹²¹. Quando António de Cavide, secretário do referido monarca, mandou

¹¹⁸ Vila Viçosa, APIMVV, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, Códice 122, fl. 10.

¹¹⁹ *Ibidem*, fl. 10.

¹²⁰ *Idem*, *Ibidem*, fl. 10.

¹²¹ No inventário de 1719 são dadas mais informações acerca da oferta de D. Alexandre. O filho mais novo de D. Teodósio II ofereceu a Nossa Senhora da Conceição, a 28 de

fazer um ornamento de tela branca e carmesim para oferecer à padroeira, o Restaurador contribuiu com uma ajuda de 100 mil réis¹²². O sucessor de D. João IV, D. Afonso VI, enviou à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição 80 mil réis, correspondentes às ofertas que fazia na Capela Real, correspondentes aos anos de 1662 a 1665 e que o monarca remeteu para Vila Viçosa¹²³. Estas questões assumem uma considerável relevância, pois expressam a afeição brigantina ao culto imaculista, tendo contribuído a família real portuguesa para o enriquecimento do espólio da padroeira de Portugal, salvaguardado pela sua confraria de Vila Viçosa e caracterizado pela riqueza e pelo esplendor.

4. Considerações Finais.

Ao realizarmos esta investigação sobre a relação entre o culto de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e a Restauração da Independência, gostaríamos de deixar algumas conclusões que retivemos e que se nos afiguram fundamentais.

Em primeiro lugar, referimos que o término da monarquia dual e a elevação do duque de Bragança ao trono português envolveu um leque de fatores políticos, económicos, sociais e religiosos que não podemos descurar. No que à religiosidade respeita, verificámos que a causa independentista de Portugal foi muitas vezes justificada através de manifestações religiosas. Foram exemplos disso a lenda do braço estendido, que abençoou a causa portuguesa, a invocação de São Nicolau, protetor dos desamparados, pois entendia-se que o reino se encontrava desprotegido nas mãos dos Habsburgos, e a atribuição de muitas das vitórias portuguesas no campo de batalha a Nossa Senhora da Conceição.

Consideramos também que a tradição religiosa da casa de Bragança, à qual figuras como D. Nuno Álvares Pereira, D. Leonor de Gusmão e os duques D. João I e D. Teodósio II são indissociáveis, teve um peso muito significativo na proclamação de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal. D. João IV, agradecido pelo trilho favorável que o reino percorria, associou a sua devoção pessoal e familiar ao orago de Vila Viçosa, colocando todos os seus súbditos sob a sua proteção. Através de medidas várias, como ordenar que todas as câmaras jurassem e colocassem padrões evocativos à padroeira, que todos os estudantes da Universidade de Coimbra fossem obrigados a prestar juramento à referida invocação, e que fossem atribuídas novas rendas à festa de Vila Viçosa – provenientes do cunho de moedas com a efigie da Imaculada Conceição

dezembro de 1632, “vestido de tella azul viado sem manto forrado de tafetta amarelo”. Cf. Idem, Códice 123, fl. 3. Segundo o inventário de 1679, este vestido era irmão do manto de damasco azul. Cf. Idem, Códice 122, fl. 8.

¹²² Vila Viçosa, APIMVV, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Códice 122, fl. 10.

¹²³ *Ibidem*, fl. 10.

ção, o monarca criou as bases para a consolidação do culto da recém-proclamada padroeira de Portugal.

A tradição devocional da casa de Bragança foi mantida pelos filhos de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, dos quais nos parecem ter sido D. Teodósio, príncipe de Brasil, e D. Pedro II, rei de Portugal, quem mais estreitamente se devotou a Nossa Senhora da Conceição. O primeiro, por lhe rezar fervorosamente, por a ter visitado no seu templo de Vila Viçosa e por a ter invocado nos últimos momentos de vida; o segundo por também a ter em conta nas suas orações e se ter interessado pelo culto que lhe era prestado na referida vila alentejana, manifestando apreço pela Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição e pela Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora.

No que à primeira irmandade diz respeito, foi durante a regência de D. Pedro, em nome do seu irmão D. Afonso VI, que a mesa constituída por Estevão de Mascarenhas, Manuel Peixoto da Rocha e frei Francisco de Arruda elaborou um inventário de bens, que nos propusemos estudar. Iniciado em 1679 e constituído por 117 itens, nele encontrámos diversas peças associadas ao culto da padroeira de Portugal, como foi o caso das alvas, do turíbulo e da bacia das esmolas, e ao ornato da imagem de roca da Virgem e do Menino Jesus, das quais os vestidos e mantos ricamente bordados e confeccionados com os mais requintados tecidos e as joias de ouro, prata e gemas diversas são os exemplos mais significativos.

Por fim, gostaríamos de referir a ligação que a casa de Bragança manteve com a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição e com o culto imaculista em Vila Viçosa, do qual as ofertas de peças para o ornato da imagem da padroeira durante o domínio filipino – como sucedeu em 1632 com D. Alexandre, filho de D. Teodósio II – e após D. João IV tomar as rédeas do poder – tendo o próprio monarca enviado de Lisboa ornamentos de grande esplendor à confraria. Consideramos estas questões de grande relevância para o imaculista, uma vez que o seu culto foi mantido em Vila Viçosa com grande riqueza e esplendor e pelo qual a casa real se interessou, dando assim consistência à proclamação que D. João IV da referida invocação mariana como padroeira de Portugal, em 1646.

Fontes e Bibliografia.

Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa
Vereações, 738/ VE.3.

Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Vila Viçosa
Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Códices 122 e 123.

Fontes Impressas:

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialectico, dendrológico, ecclesiastico, etymológico, económico, florífero, forense, fructífero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...*, vol. 8, Lisboa, Oficina de Pascoal da Sylva, 1731.

BRANDÃO, frei Francisco, *Discurso gratulatório sobre o dia da felice restituição, & aclamação da Magestade del Rey D. Joam IV*, Lisboa, Oficina de Lourenço de Anveres, 1642.

BRANDÃO, frei Francisco, *Sexta Parte da Monarchia Lusitana, que contém a história dos últimos vinte & tres annos del Rey D. Dinis*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1672.

CADORNEGA António de Oliveira de, *Descrição de Vila Viçosa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo I, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

CHAGAS, frei Manuel das, *Oraçam Luctuosa em as honras que fez o Real Convento de N. Senhora do Carmo de Lisboa À Sereníssima Senhora Infanta de Portugal D. Ioanna*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1654.
Cronica do Côdestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereyra, principiador da casa q agora he do Duque de Bragâça sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo. E deste procedem agora o Emperador em todolos Reynos xpos de Europa ou as raynhas deles ou ambos. Edição fac-símile, Lisboa, Tipografia Silvas Lda., 1969.

DOMINGUES, João Baptista, *Vida do Príncipe D. Theodosio, oferecida a Santa Joana, Princeza de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1747.

MACEDO, António de Sousa de, *D. Afonso VI*, Porto Livraria Civilização, 1940.

MENEZES, D. Luís de [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado*, tomo I, Lisboa, Oficina de João Galrão, 1679.

SÃO BERNARDINO, frei João de, *Ao Illustmo. E Reymo. Senhor D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa, do Conselho de Sua Magestade, &c., Frei Joam de Sam Bernardino da Ordem de S. Francisco, jubilado em S. Theologia, Padre, & Diffinidor perpetuo da Província de Portugal, dedica este Sermão, que fez em a Sua Igreja Metropolitana, em o segundo Domingo do Advento, nono dia de Dezembro, & da aclamação del Rey Dom Ioão o quarto, que foi feita Sabbado primeiro dia de Dezembro, avendo Sua Magestade entrado em Lisboa a seis do mesmo mês do Anno de 1640*, Lisboa, Por António Alvarez, 1641.

SÃO BERNARDINO, frei João de, *Ao Muito Alto, E Muito Poderoso Rey, E Senhor Nosso Dom Joam O Quarto do Nome: Entre Os Reis de Portugal, Frei João de Sam Bernardino da Ordem de S. Francisco, Iubilado em Santa Theologia, Padre & definidor perpétuo da Província de Portugal; Dedica este sermão da Immaculada Conceição da Mäy de Deos, que fez em a Capella Real, assistindo em ela a primeira vez S.M. oito dias depois de sua aclamação, que foi feita em Sabbado, primeiro dia de Dezembro do Anno de 1640*, Lisboa, Por António Alvarez, 1641.

SANTA MARIA, frei Agostinho de, *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas de N. Senhora, E das milagrosamente apparecidas, que se venerão em o*

Arcebispado de Évora, & nos Bispados do Algarve, & de Elvas seus suffraganeos,
Tomo VI, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1718.

SANTA MARTHA, Theodosio de, *Elogio Historico Da Illustrissima, E Excellentissima Casa de Cantanhede Marialva, Chefe dos esclarecidos Menezes, e Telles, Dedicado Ao Illustrissimo, E Excellentissimo Senhor D. Diogo de Noronha III Marquez de Marialva, V Conde de Cantanhede*, Lisboa, Oficina de Manoel Soares Vivas, 1751.

SOARES, Vicente Gusmão, *Últimas Acções Del Rey D. João IV Nossa Senhor Escritas e Offerecidas À Rainha Nossa Senhora*, Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa, 1918.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, Lisboa, Régia Oficina Sylviana, 1745.

Relação de tudo o que se passou na felice Aclamação do mui Alto & mui Poderoso Rei D. João o Quarto, nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos anos, Lisboa, Oficina de Lourenço Anveres, 1641.

Estudos:

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, “Servir a dois Senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696”, *Callipole*, n.º 9, Vila Viçosa, 2001, pp. 127-139.

BRAGA, Isabel Drumond, “A Inquisição Portuguesa no rescaldo da implantação da Dinastia de Bragança: continuidades, mudanças e adaptações”, in MILLÁN, José Martínez, ARROYO, Félix Labrador e PAULA-SOARES, Filipa M. Valido-Viegas de (Dir.), *¿Decadencia o Reconfiguración? Las Monarquías de España y Portugal en el cambio del siglo (1640-1724)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2017, p. 209-236.

BRAGA, Paulo Drumond, *D. Pedro II*, Lisboa, Tribuna da História, 2006.

CARDIM, Pedro, “D. Filipe III (1621-1640). Do consenso à rebelião”, in MATTOSO, José (Dir.), HESPAÑHA, António Manuel (Coord.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 401-404.

COSTA, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Lisboa, Temas & Debates, 2008.

COSTA, Sousa da, *Dona Catarina Duquesa de Bragança. Rainha de Portugal à face do Direito*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1958.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da Cunha, “A questão jurídica na crise dinástica”, in MATTOSO, José (Dir.), MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.), *História de Portugal... cit.*, vol. 3, pp. 465-471.

CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder – A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa Concelho da Província do Alemtejo e Reino de Portugal*, Redondo, Tipografia de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, 1892.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, n.º 6, Vila Viçosa, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983, pp. 64-71.

Um reino restaurado sob o manto da sua padroeira: o culto a Nossa Senhora...

FARIA, Francisco Leite de, “Crença e Culto da Imaculada Conceição em Portugal”, *Revista Española de Teología*, vol. 44, fase 1, Madrid, 1984, pp. 137-160.

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatístico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Tomo XI, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1886.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal e PINTO, Ricardo Fernando Pinto, *D. Luísa de Gusmão (1613-1666) Restaurar, Reinar e Educar*, Lisboa, Gradiva Publicações, 2012.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Filipe II (I de Portugal)”, in MATTOSO, José (Dir.), MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 475-481.

PIMENTEL, Alberto, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria Guimarães, Libânia e C.ª, 1899.

SÃO PAIO, Marquês de [António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa”, *Armas e Troféus*, Série II, n.º 5, Braga, 1964, pp. 5-12.

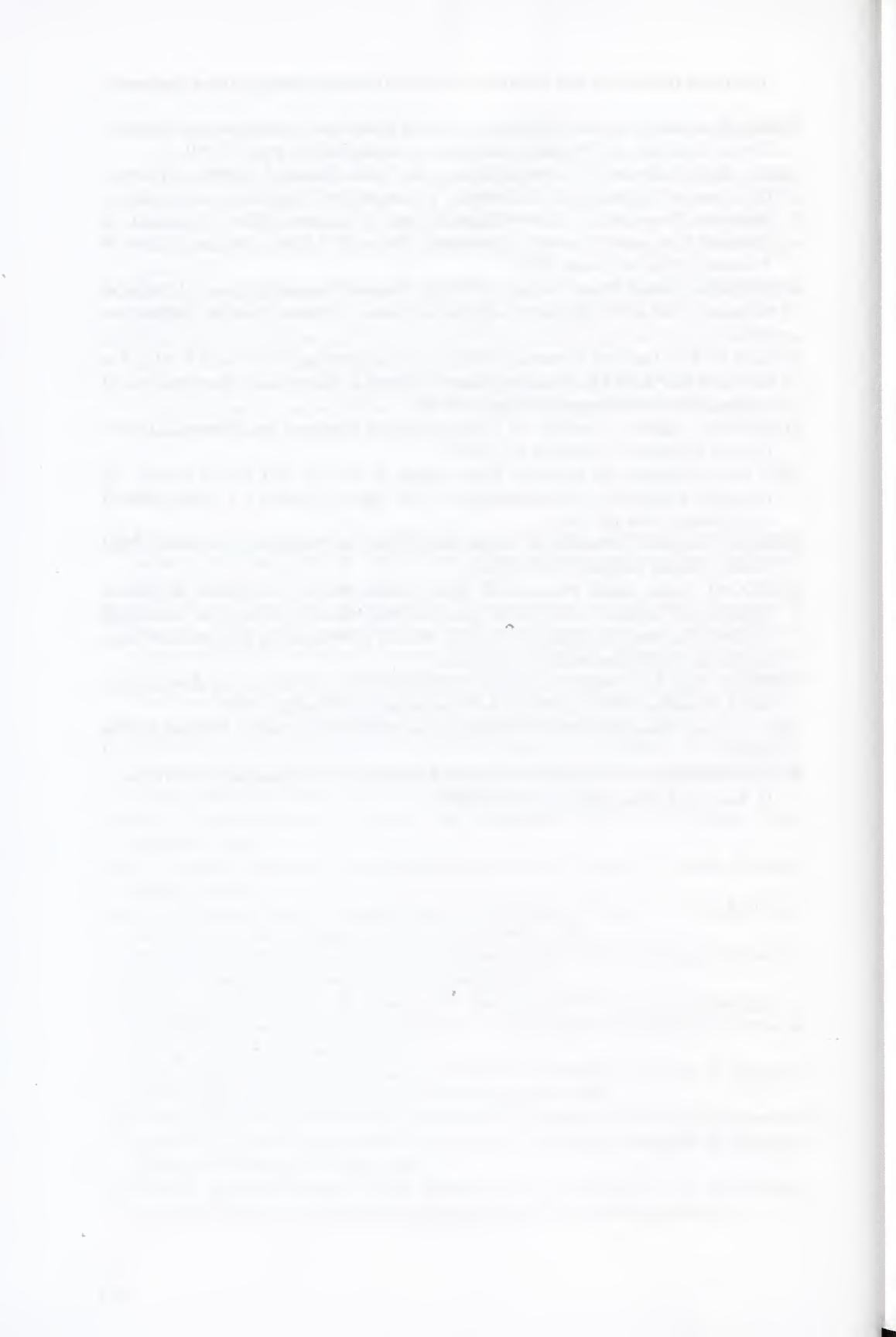
SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

SERRANO, Joana Isabel Pacheco da Costa Bastos Bouza, *Margarida de Sabóia, Duquesa de Mântua (1589-1655) percurso biográfico e político na monarquia hispânica*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014. Dissertação de Mestrado.

TORGAL, Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol. 1, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.

TRONI, Joana Almeida, *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

WAGNER, Mafalda de Noronha, *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.



ALGUNS PROGRAMAS SIGNIFICATIVOS DAS FESTAS DOS CAPUCHOS*

Joaquim Saial

Sim, já o sabemos, a festa dos Capuchos tem salvas de morteiros, repiques de sinos e procissão, inclui touradas, largadas de touros e brincadeiras taurinas¹, apresenta tascas de cervejola e bifanas, barracas de comes e bebes mais avantajados e de artigos de toda a ordem (até africanos, chineses e da América do Sul), bailaricos, bandas filarmónicas e das outras, das de guitarra eléctrica e bateria, possui isso e muito mais, com decoração de naturais da terra, nela residentes ou vindos de longe para a apreciar, fora forasteiros curiosos, sempre bem-vindos. Mas que seria dela, sem o seu programa, aquele magro caderinho, mais ou menos colorido, que lhe tem servido de montra neste último século e meio? E sempre adiantado, que a festa só consegue chegar um mês depois dele, levando às vezes mais tempo... Repositório de um evento chave da terra dos duques, é por outro lado memorial único do comércio e indústria locais – que nas suas páginas fica plasmado para sempre, em patrocínio necessário à festa e a ele próprio. A tudo isto se junta o sempre necessário texto de abertura, umas vezes escrito por convidados da entidade organizadora (festeiros particulares da terra ou, como tem acontecido nas edições mais próximas, câmara municipal), outras por edis que no caso também têm dado uma mãozinha.

É pois de quatro desses programas que aqui deixamos sinal, interessantes por este ou por aquele motivo – que pode ser de data importante, de mão de feitura do texto introdutório ou outro (perdoe-se-nos a subjectividade), com os devidos comentários que os enquadram.

* No programa da Festa dos Capuchos de 2017 saiu a parte alusiva ao programa de 1963 que aqui agora se republica. Por questão de espaço, na altura, a introdução foi ali ligeiramente reduzida.

¹ Estas três vertentes estão neste momento afastadas dos programas, por decadência acelerada da centenária Praça de Touros de Vila Viçosa.

1963 – Centenário da festa
1975 – No ano a seguir ao 25 de Abril
2000 – Passagem do milénio
2003 – Último texto de apresentação do Dr. Manuel Inácio Pestana

1963 – Programa do 1.º Centenário

Este programa, este particular exemplar do programa que possuiu há 55 anos, tem longa história de viagens. Foi-me enviado nesse já longínquo 1963 pela minha avó materna Assunção Saial, de Vila Viçosa para a cidade do Mindelo, em São Vicente de Cabo Verde, onde a nossa família estava a residir, por obrigações profissionais paternas. A coisa merecia o trabalho, dado que era o regresso da festa, após anos sem a mesma se fazer. Depois, o programa (bem como o da tourada de 8 de Setembro e o das duas largadas de 8 e 9 do mesmo mês, que ela também juntara na encomenda) regressou à Europa, no final da comissão de serviço. Passou episodicamente pela Ajuda, em fase de procura de casa, ficou quase três décadas na nova morada no Feijó e depois, desmanchada esta por fim de vida dos donos, aterrou no bairro Habiflor, em Vila Viçosa, onde agora o fui desenterrar para o presente texto.

São oito páginas em cartolina (contando com a capa e contracapa) com impressão a azul, amarelo e vermelho (esta última cor, só na capa e contracapa), em tamanho inferior ao A5, pela Tipografia Calípole-Arte, de Vila Viçosa, com tiragem de 3000 exemplares feitos a 2 de Setembro.

A capa, de José Carola, é encimada por uma ceifeira e mostra em baixo um pastor e o seu cão. Entre ambos, uma imagem do Terreiro do Paço, vendo-se a estátua de D. João IV (nesse ano a comemorar o seu 20.º aniversário) e o mosteiro de Santo Agostinho. Para além das imagens, as indicações essenciais de “1863-1963” e “Centenário das Festas dos Capuchos de 8 a 14 de Setembro, Vila Viçosa”. No verso da capa, um poema anónimo, de apresentação:

VILA VIÇOSA,
A mais bela e histórica
Vila alentejana
Comemora, nestes dias,
Orgulhosa,
O Centenário das Festas dos Capuchos
Com dignidade,
Mas sem luxos.

Recebe
Como coração,
Os Senhores Forasteiros
E os filhos ausentes,
Lhana de satisfação,
Agradecida,
Profundamente.

Na página 1, uma “Saudação” também anónima, repete em prosa a poesia anterior:

Vila Viçosa, a Nobre Vila-Museu, revestida uma vez mais das suas melhores galas, prepara-se para vos receber com a galhardia e a fidalga hospitalidade que as suas visitas sempre lhe mereceram.

À sua louçania própria, à sua ímpar monumentalidade, ao encanto florido dos seus recantos, ruas e jardins, e à riqueza do seu recheio artístico e cultural, Vila Viçosa soma desta, para vos oferecer, a Comemoração do Centenário das suas Festas Capuchinhas.

Justamente tidas entre as mais afamadas e as mais desejadas romarias do Sul – Os Capuchinhos, na sua designação popular – integrando-se este ano no seu geito (sic) tradicional, sem contudo deixarem de renovar, espera-se que sejam digna manifestação de folclore e beleza locais.

Osferencemos-lhe, Senhor Forasteiro, o Programa Geral das Festas e a Vila-Jardim sentindo-se muito honrada com a sua presença, apresenta-lhe as saudações mais efusivas.

À página 2, começava de facto o programa. A “ementa” de dia 8 era a mais longa e completa de todas, desenrolando-se desde as 7 horas até para além das 24.

Depois das primeiras salvas de morteiros e repiques de sinos, que anunciam o “início dos festejos alegremente”, pelas 8 horas a Banda Filarmónica Calipolense saudava “forasteiros e calipolenses, ao som de marchas festivas”. Logo a seguir, pelas 9h30, previa-se a chegada da Banda Recreativa de Pero Pinheiro que desfilaria “pelas ruas principais, tocando alegres passo-dobles”. Às 10, era a vez da primeira largada de touros, nos mesmos locais onde ainda se realizam as de hoje (Avenida Eng. Duarte Pacheco, actualmente de Bento de Jesus Caraça e Praça da República). Eis o articulado do folheto das largadas, com a mesma dimensão do programa das festas, também realizado pela Tipografia Calipole-Arte, mas neste caso com tiragem de 2000 exemplares concretizados a 3 de Setembro.

1863-1963

DO PROGRAMA

Centenário das festas dos Capuchos

VILA VIÇOSA

fazem parte as já tradicionais

2 Largadas de Touros

consideradas entre as melhores do País:

1.^a – Domingo, dia 8 de Setembro, às **10 horas**

2.^a – 2.^a feira, dia 9 de Setembro, às **14 horas**

Os touros, como de costume, serão largados no centro da Vila e constituem o espectáculo mais movimentado, castiço e emocionante entre os aficionados.

Não deixe de assistir às

2 Largadas de Touros em Vila Viçosa

que serão o aperitivo gratuito para as **CORRIDAS** que, com os melhores elementos tauromáquicos, se efectuarão à tarde.

Pelas 12h30 passava-se do profano à parte religiosa, com missa solene na Igreja dos Capuchos. Oficiava o cônego D. José Filipe Mendeiros, “estando a parte coral a cargo de um aprimorado Coro Sacro”. Na parte da tarde, com começo às 15h00 e “com a presença das autoridades distritais e concelhias”, inauguravam-se três exposições: a *Evocativa de Filhos Notáveis de Vila Viçosa*, no edifício da Câmara Municipal; a documental e fotográfica de Vila Viçosa, *Como Sinto a Minha Terra*, do artista calipolense Bonfilho Faria, também nos Paços do Concelho; e a de Antiguidades, no Paço do Bispo. Pelas 17h00, e por ser domingo, houve a imprescindível corrida de touros. Do programa da mesma faziam parte algumas das mais significativas figuras da época: cavaleiros, Pedro Louceiro e um ainda muito jovem Mestre Baptista; espadas, Diamantino Viseu e o homem da terra, José Trincheira, “o matador de Vila Viçosa², que pela sua bravura e vontade de ferro, é justamente chamado o *Leão do Alentejo*”; e os forcados, que eram os Amadores de Évora. A empresa J. O. Piedade contratou oito touros de Ernesto Castro, ganadero de Alcácer do Sal. Os bilhetes, que se venderam na papelaria Tibério Ramos, R. Dr. Oliveira Salazar³, 51, e na bilheteira da praça, no dia da corrida, tinham os seguintes preços: sol, 27\$50; sombra-sol, 35\$00; sombra, desde 70\$00. Os 6000 exemplares do programa da tourada imprimiram-se na Tipografia “A Persistente”, da Chamusca, em 28 de Agosto. Pelas 21h30 foi hora de Terço do Santo Rosário na Igreja dos Capuchos, com missa cantada, e pelas 22 deu-se início ao arraial “com ornamentações, atractivos, divertimentos e jogos numerosos e variados o qual [foi] animado pelos concertos musicais da Banda Recreativa de Pero Pinheiro, sob a regência do maestro J. Gonçalves e da Banda Filarmónica Calipolense, sob a batuta do maestro João Imperial. Pelas 24 horas, o “fogo-de-artifício, preso e do ar, num extraordinário alarde de pirotecnia” fechou um dia cheio de acontecimentos e movimento.

Dia 9, segunda-feira, após a alvorada, desta feita pelas 8 horas, animada pelas duas bandas já nossas conhecidas, houve missa nos Capuchos, “sufragando as almas dos festeiros e de todos quantos colaboraram, de qualquer modo, nas Festas dos Capuchinhos, nos últimos cem anos”. Duas horas depois reabriam as exposições e pelas 14 deu-se início a nova largada de touros. Às 17, o Grupo Cómico “Os Medrosos”, do Montijo, abrilhantava uma vacada. E à noite, depois do Terço das 21h30 na igreja dos Capuchos, reabria-se o arraial pelas 22h00

² Embora nascido em Borba, Trincheira foi cedo para Vila Viçosa com a sua família (que para esta vila se deslocou por motivos de trabalho) e é em geral tido e com razão como calipolense.

³ Hoje, de Florbela Espanca.

com ambas as bandas. “Nova e deslumbrante sessão de fogo-de-artifício” selou o segundo dia de festa.

A terça-feira, 10, teve alvorada apenas com a banda da terra. Continuaram as exposições e pela tarde, às 17h00, houve exibição de folclore na Praça de Touros com o Rancho Típico 7 Saias, de Benavente (de adultos e infantil), o Rancho “Os Saloios”, de Maceira-Sintra, e o Rancho Lopes Manso, de Vila Viçosa. Depois do arraial, também apenas musicado pela banda local, deu-se “o último e soberbo espectáculo de pirotecnia”.

A 4.^a feira, 11, dia de meio da semana e de trabalho, foi já fraco, sem alvorada, espectáculos taurinos ou fogo-de-artifício. Mas houve bairarico, com o conjunto Vagabundos do Ritmo, de Évora, “e outra orquestra também famosa”... que desconhecemos.

A festa foi reatada no sábado 14, pelas 18h00, para uma “largada de pombos-correios a cargo da Sociedade Columbófila local” e para o encerramento das festividades, a partir das 22h00: “Assinalará o fecho das *Comemorações Centenárias dos Capuchinhos* uma Homenagem à memória do tenor calipolense José Rosa⁴ que tanto prestígio e fama deu à sua terra. Com a presença das autoridades, artistas, amigos do ilustre e saudoso cantor, será feita uma Evocação pela distinta cantora lírica, calipolense por sanguinidade, Senhora Dona Maria Teresa Paixão, após o descerramento de uma lápide comemorativa no Teatro de Vila Viçosa.”

1975 – Em plena revolução (ou nem tanto)

O título é enganador. Na festa dos Capuchos de 1975 não se nota revolução nenhuma, embora se esteja num dos períodos mais conturbados da história portuguesa do século XX, pouco mais de um ano após os acontecimentos do 25 de Abril de 1974. Enfim, *nenhuma*, não é bem assim. Há uma excepção (duplicada) de 18 letras neste programa que em dois dos anúncios mostra que algo mudara na terra: no do Café Restauração e no da Casa Bravinho, o endereço já vem como “Av. Bento de Jesus Caraça”, substituído que estava o topónimo da artéria antes dedicada ao Eng. Duarte Pacheco. É claro que a coisa foi injusta, pois tanto Pacheco como Caraça merecem reconhecimento eterno da terra, um porque a amou e por ela se interessou profundamente (ainda que com alguma polémica de demolições que não se deve esconder); o outro, porque nela nasceu, se tornou docente universitário dos mais prestigiados na sua área e porque sofreu injustas inclemências pelas ideias políticas progressistas que perfilhava⁵.

Textos, o programa trazia dois: um em prosa, do Conde de Arnoso (1904), no início, e um poema assinado por Manuel Pestana⁶, no final.

⁴ (1895-1939).

⁵ Vila Viçosa acabaria no entanto por reconhecer o erro da atitude e mais tarde deu o nome do antigo ministro das Obras Públicas a outra artéria da localidade, amenizando assim a malfeitoria praticada em hora de emoções rápidas.

⁶ Dr. Manuel Inácio Pestana. Docente, bibliotecário, investigador, historiador, académico e

SAUDAÇÃO

Sob o incomparável céu azul do céu alentejano estende-se numa vasta planície o alegre casario branco de Vila Viçosa dominado pelas tristes muralhas negras do velho castelo, assente sobre um elevado morro. De quintais e jardins emergem tuhos de verdura, e, dominando-os aqui e além, as torres esguias de numerosas igrejas dos seus conventos e paço. É linda a Vila, cortada de ruas, semeada de praças e largos e toda ela cingida, apertada no verde sombrio de olivais e montados.

Vila Viçosa

Fama de flores

Fama de céu azul

Fama de beleza

Vila Viçosa

Tradição de arte

Tradição de história

Vila Viçosa

Força de vontade

Força de trabalho

Vila Viçosa

Promessa da juventude

Certeza do futuro

Vila Viçosa

É para ti ó visitante

Amizade

E simpatia

Generosidade

E alegria

As festas deste ano desenrolaram-se de 13 (sábado) a 17 (quarta-feira) de Setembro.

No dia 13, o dia de Capuchos começou pelas 7h30, com “salva contínua de foguetes”. Pelas 9, chegava a Banda da Sociedade Filarmónica do Barreiro que percorreu “as ruas da vila, cumprimentando as Autoridades, todos os Calipolenenses e forasteiros”. Às 11 largavam-se touros e pelas 16h30 houve espectáculo de

longo director da Revista de Cultura *Callipole* (propriedade da Câmara Municipal de Vila Viçosa), faleceu a 9 de Maio de 2004. Alandroalense, está sepultado no cemitério de Vila Viçosa, localidade onde teve casa.

variedades na praça de touros. O elenco era constituído pelos “consagrados artistas da Rádio e da T.V.”, Paco Bandeira, Artur Garcia, Maria Dilar e Carlos Areias, gente conotada com aquilo que então se designava como “nacional cançonetismo”, associado ao antigo regime. Depois da missa, pelas 21h00, na igreja dos Capuchos, “por todos os Calipolenses falecidos e por todas as pessoas que contribuíram com as suas posses para a realização das nossas festas”, abriu uma hora depois o arraial, com girândolas de foguetes, morteiros e concerto pela *categorizada* Banda do Barreiro, para além de quermesse, tômbola e outras atracções. Pelas 23h30 abriu o baile abrilhantado pelo também *categorizado* conjunto musical 6.⁷ Dissonância, de Évora e por fim, já à uma da manhã, assistiu-se ao *vistoso* fogo preso e do ar do *categorizado* pirotécnico Alberto António Mouro, de Veiros.

O domingo 14 teve como banda matinal a da Sociedade Filarmónica Calipolense, seguindo-se pelas 10h00 a missa solene e procissão no recinto da festa. No centro da vila, às 11h30, nova largada de touros antecedia a tourada das 17h00⁷. À noite, houve terço, concerto pela Banda da Polícia de Segurança Pública e segundo baile, neste caso com o “magnífico conjunto da nova vaga ‘Os Jovens Splash’, de Vialonga. O dia de festa terminou tal como o anterior, com fogo preso e de ar.

A 15, a banda convidada para percorrer as ruas da vila durante a manhã foi a de Nossa Senhora de Machede. Contudo, o prato-forte do dia foi o festival de folclore que teve início na Praça de Touros pelas 16h30. Nele participaram o Rancho da Fuzeta “que tantos êxitos tem alcançado em Portugal e no Estrangeiro”, o Rancho Arrotense de Alhos Vedros e o Grupo Feminino Infantil de Benacetel. Às 21h00, o Padre Joaquim Reia disse missa, à qual se seguiram o concerto nocturno habitual, desta feita pela Banda de Machede e o baile a cargo do Grupo Sinfonia, de Évora.

A terça-feira 16 foi mais calma, com garraiada à vara larga, na Praça de Touros, e terço, durante o dia; à noite, a parte musical esteve a cargo da banda da terra e de conjuntos igualmente calipolenses, o Star Melodia e o Rock Star.

O dia de encerramento, quarta-feira 17, teve uma grande novidade, pois pelas 16h00, pela primeira vez assistiu-se em Vila Viçosa a uma descida concertada de pára-quedistas. O derradeiro baile aconteceu pelas 22h00, “abrilhantado pelo magnífico conjunto ‘Os 5 do Alentejo’”, cuja origem não é referida, antes de pela uma hora da noite se queimar o fogo remanescente.

O catálogo, composto na Gráfica Calipolense a 14 de Agosto, teve tiragem de 2000 exemplares.

Na contracapa referia-se ainda que o produto líquido das festas reverteria em partes iguais para os Fundos de Reserva da Festa e para os Bombeiros Voluntários e que a 14, pelas 9h00, teria “início a campanha em auxílio dos Bombeiros Voluntários” que fariam o seu peditório nas quatro entradas principais da vila. Citava-se também o *esmerado* serviço de restaurante...

⁷ Neste caso, desconhecemos os artistas.

Joaquim Saial

E neste programa havia publicidade – que ajudava a pagar os seus custos, como ainda hoje acontece. 11 anúncios apenas, um dos quais geograficamente excêntrico, da empresa “Maria Aurora Castro” (iluminações, decorações e ornamentações), no Monte Lírio, Anta, Espinho. Julgamos que se justificará pelo facto de provavelmente ser a entidade que nesse ano fez as iluminações da festa. Fora estes, os restantes referem-se a casas da terra:

Mestre, Limitada – Indústria e comércio de géneros alimentícios

Representante da Micro, Gel Mar, Sonapgás, Fratejo (Fábrica de Rações do Alentejo, Lda.), Provimi Portuguesa, Provimilk (Leite de substituição para vitelos, porcos e borregos) e Avipor (Aves e Representações, Lda.). Comercializava ainda os pintos Peel's, “o pinto que mais se vende em Portugal”.

S/ endereço

Alvicuba

“Se V. Ex.^a deseja construir ou equipar a sua habitação, é com prazer que lhe apresentamos a única solução”.

R. Padre Joaquim Espanca, 33, Vila Viçosa (sede), e na R. Vasco da Gama, 7, Estremoz (sucursal)

António Carrasco

Agente da Companhia de Seguros Tagus. ^

Pç. da República (ficava à direita do Posto de Turismo)

Café Restauração

De Teixeira & Pernas, restaurante-cervejaria e snack-bar.

Av. Bento de Jesus Caraça (s/ número de porta)

Casa Bravinho

Modas e confecções.

Av. Bento de Jesus Caraça, 5

Casa do Bébé

Eventualmente com alguma ligação à Casa Bravinho, devido ao facto de ambos os anúncios estarem reunidos dentro do mesmo rectângulo.

R. Dr. António José de Almeida, 26

Espingardaria de Joaquim Canhão

Espingardas de todos os tipos e marcas, tudo para caça e pesca.

R. Guerra Junqueiro, 16

Romão Correia Carapinha

Reparava rádios, T.V. e artigos electrodomésticos, para além de fornecer o Esso Gás.

R. Dr. António José de Almeida, 39

Supermercado “O Celeiro”, de Salvador Dias Bajanca

O anúncio refere-se ao Cemovil, Centro Monitorizado de Vila Viçosa, e diz que “aguarda a visita de V. Ex.^a nos seus estabelecimentos em Vila Viçosa”.

Zona Urbanização

Tele-Reparadora Calipolense

De Venâncio Bento Bilo & Irmão, “encarrega-se de todas as reparações em rádios, T.V., frigoríficos e outros”.

R. Gomes Jardim, 44

2000 – Final de século e de milénio

Este programa, feito na Gráfica Calipolense, não indica a tiragem nem a data em que foi executado. Mas os tempos já eram outros e o cuidado gráfico, sem ser brilhante, já é superior ao dos anteriormente apresentados, com capa e contracapa coloridas, bem como os versos de ambas (estes, dedicados aos anúncios mais caros) e sete fotografias alusivas a temática calipolense (imagética religiosa e fotografias da Av. Bento de Jesus Caraça – Praça da República e do Terreiro do Paço).

O texto de abertura também é de Manuel Inácio Pestana. Leiamos:

Capuchos, no final do século, festa para sempre!

De novo as Festas! As Festas dos Capuchos!

Mais uma vez, Vila Viçosa, o seu Povo, cumpre a tradição. Uma tradição que vem, dizem as crónicas, desde o ano de 1863 quando um homem do Povo tomou a iniciativa de as promover, dando razão à verdade indesmentível de que no íntimo de cada um existe um profundo sentimento de devoção. Nossa Senhora da Piedade e o Senhor Jesus são a invocação. E a homenagem votiva e a festa da alegria começou. Até hoje.

A Festa persiste até aos nossos dias, porque a Fé e a Devoção são as mesmas. Mais uma vez, portanto o Povo celebra com Alegria a sua Festa, agora às portas de um Novo Século e de um Novo Milénio. É a última edição deste século moribundo, excelente ocasião para se recriarem novos objectivos e renovadas práticas festivas. Uma oportunidade a aproveitar para repensar o espírito e forma de fazer a festa, de cumprir o mandato da tradição e da consciência.

Boa oportunidade esta também para saudar, mais uma vez, com muita Amizade os Calipolenses e todos os Forasteiros com o abraço da Fé, Paz e Alegria na consumação da Festa dos Capuchos, a Grande Festa do Povo de Vila Viçosa.

Boas Festas! E até ao próximo Milénio!

Com datas de capa situadas de 8 (sexta-feira) a 11 (segunda-feira) de Setembro para começo e final das Festas⁸, estas iniciaram-se pelas 20h30 do primeiro dia, com procissão desde a igreja de N.^a Sr.^a da Lapa em direcção ao Santuário de N.^a Sr.^a da Conceição, seguindo-se pelas 21h30 a Eucaristia nesta igreja. Es-

⁸ As Festas terminaram de facto a 13 (terça-feira), com g arraiada na Praça de Touros.

tranhamente, à mesma hora iniciava-se o tiroteio de morteirada, a abertura do arraial e a animação no largo das Festas, fazendo-se coincidir (sem que se perceba porquê) os eventos religiosos com os profanos. Mas assim foi, antes do espetáculo do grupo musical Contacto, pelas 22h30.

O dia 9 (sábado) apresentou-se mais tradicional, desenrolando-se do seguinte modo: 9h00, salva de morteiros; 15h00, animação de rua (na Pç. da República); 17h30, primeira largada de touros; 21h00, missa na igreja dos Capuchos, seguida de procissão no recinto da Festa; 21h30, abertura do arraial, animado com a Banda Filarmónica do Centro Cultural de Borba, espetáculo com Paco Bandeira e fogo-de-artifício pelas 00h30.

A 10 (domingo), houve arruada pela Banda da Sociedade Filarmónica União Calipolense (9h30), e largada pelas 11h00, como sempre na Praça da República e Avenida Bento de Jesus Caraça. Às 17h00 teve lugar a inevitável corrida de touros (à portuguesa), realizada pelo empresário da praça. À noite, sucederam-se o terço na igreja dos Capuchos, o concerto pela banda filarmónica local o espetáculo pela banda almadense UHF⁹ e a sempre aguardada sessão de fogo.

O forte de dia 11 (segunda-feira) foram a garraiada (17h30) e o espetáculo do cantor brasileiro Iran Costa, então muito em voga em Portugal devido ao sucesso “O Bicho”, criado em 1995.

Finalmente a 13 (como já se frisou na nota 17, houve garraiada ao uso da região, na Praça de Touros, organizada por “O Calipolense”, Clube Desportivo de Vila Viçosa, para angariação de fundos destinados às suas actividades.

Por esta altura, o comércio e indústria de Vila Viçosa estavam imensamente mais desenvolvidos que nas épocas dos dois programas anteriores, pelo que a publicidade apresentada no de 2000 também é bem mais ampla e, tal como a anterior, excelente repositório da actividade económica local da altura. Passemos-lá em revista:

A Comercial do Alentejo, Lda.

Tabacos, papelaria, livraria, artigos fotográficos, lubrificantes Mobil, BP Gás, Tintas Robbialac, acessórios para automóveis e indústrias, electrodomésticos e distribuidor de combustíveis BP.

R. Florbela Espanca, 2 e 4

A. L. A. de Almeida

Extracção e transformação de mármores.

Portela, Vila Viçosa

Alves & Carmo, Materiais e Construções, Lda.

Construção e reparação de edifícios, serralharia civil, canalizações. “Construímos a grande e pequena obra, evoluindo sempre no aperfeiçoamento”.

S/ endereço

⁹ Os UHF são um das bandas de renome que mais vezes actuaram em Vila Viçosa.

Alguns programas significativos das festas dos Capuchos

Alvicuba, Lda.

38 anos ao serviço do comércio. Visite os nossos estabelecimentos, onde encontrará uma vasta gama de electrodomésticos, materiais de construção, mobílias, colchões, bicicletas, etc., das afamadas marcas Indesit, Ariston, Edesa, Fagor, Grundig, Nokia, Thomson, etc., etc. Aguardamos por si, porque cada cliente é um amigo!

R. Padre Joaquim Espanca, 33, Vila Viçosa e R. D. Vasco da Gama, 7, Estremoz

António Galego & Filhos, Mármores, Lda.

Exploração, Transformação e Comércio Interno e Externo de Mármores, Serragem a diamante

Lugar das Janelas, Bencatel

Auto-Isidro

Comércio de automóveis, carrinhas e motos novos e usados, com garantia.

Lg. Gago Coutinho (s/ número de porta)

Auto-Serviço Calipolense

Estação de serviço automóvel, combustíveis e lubrificantes

S/ endereço

Banco Nacional Ultramarino

S/ endereço

Boutique Lurituxa

R. Florbela Espanca, 44

Boutique Vicemodas

De Venâncio do Carmo Alegrias Bilro Lobo

R. Câmara Pestana, 15

Café-Restaurante Regional

De Joaquim Paulo Barreiros Estrômpa

Sempre pratos regionais

R. Florbela Espanca, 22 e 24

Café-Restaurante Restauração

Doces regionais – Tibornas

Pç. da República (s/ número de porta)

Câmara Municipal de Vila Viçosa

(anúncio institucional)

“Visite Vila Viçosa, visite os seus monumentos”

Pç. da República

Carlo's Pub

O anúncio indica também um Talho Peixoto, sem que se perceba se pertence ao mesmo dono e onde se situa, apenas referindo um número de telefone.

R. das Casas Novas¹⁰, 18 – 1.º, Pardais

¹⁰ R. das Casas Novas surge em Pardais (Carlo's Pub) e Borba (Rui Augusto Cardoso Marques). Ver nota 12.

Casa Balico

Portas, móveis de cozinha, móveis de WC, electrodomésticos, quartos, salas e casas de jantar, estofos, peças soltas e peças decorativas
Largo da Igreja, 21, Rio de Moinhos e Estrada do Alandroal, Vila Viçosa

Casa Barateiro

(ver Vestíbul, mais abaixo)

Casa Toscano, Móveis e Drogaria, Lda.

Mobilias em todos os estilos, ferragens, drogas, aglomerados de madeiras, alcatifas, etc.

R. Gomes Jardim (s/número de porta), R. Florbela Espanca, 12, 54 e 61 e R. Públia Hortênsia de Castro, 18

Catelatécnica, Automação Industrial e Instalações Eléctricas, Lda.

Projectos de electricidade, montagens, reparações, electrobombas, material eléctrico, ar condicionado.

Parque Industrial, Lote 114

Crédito Agrícola de Vila Viçosa¹¹

Avenida Duques de Bragança (s/ número de porta) e respectivas delegações em Bencatel e São Romão

Esmar, Mármore, Lda.

Sede: R. da Constituição, 18; Estaleiro e fábrica: Zona Industrial

Filipina

Cabeleireira unissexo

R. Padre Joaquim Espanca, 7 – 1.º Dt.^o

Fimal 2000

2.ª Feira Internacional de Mármore do Alentejo e 2.º Congresso Internacional de Pedra Natural
(de 5 a 8 de Outubro, em Vila Viçosa)

Forty Five Motor's

Parque Industrial, pavilhão 198

F. J. (Francisco José) Cochicho & Filho, Lda.

Extracção e exploração de mármores

Fonte da Moura, Pardais

Granisul, Construção, Mármore e Granitos, Lda.

R. Plácido de Abreu, 6-A, Miraflores, Algés e Estrada Nacional, 254, Km 3, Vila Viçosa

Habipax, Construções Civis, S.A.

Estrada de Santo António, Penalva, Barreiro

¹¹ Este anúncio, no verso da capa, e o da Delta Cafés, no da contracapa, são a página inteira e a cores.

Alguns programas significativos das festas dos Capuchos

Hilário António Almeida, Herds., Lda.

Venda de Materiais de Construção Civil: areias, britas, tijolos, vigas, cimentos, ferro, loiças, azulejos, pavimentos e cozinhas
Lg. Mouzinho de Albuquerque (s/número de porta)

Imoviçosa, Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda.

Comprar, vender ou arrendar casa, espaços comerciais e todo o tipo de imóveis.

Futuras Instalações no Lg. D. João IV, 54

J. A. Ramos, Lda.

Electricidade, electromecânica e electrodomésticos.
Zona Industrial, Lotes 109, 110 e 111

J. Nunes & Filhos, Lda.

Exploração, comercialização e exportação de mármores.
Sede: R. António José de Almeida, Bencatel (s/ número de porta); Fábrica: Alto da Portela, Vila Viçosa

Joaquim Pedro, Lda.

Equipamentos eléctricos.
Zona Industrial, Lotes 107 e 108

Junta de Freguesia de Conceição

Junta de Freguesia de São Bartolomeu

MarBrito, Indústrias Reunidas de Mármores, Lda.

Sede: Av. Condessa de Cuba, 1, Estremoz; Instalações fabris e escritórios: Biquinha, Vila Viçosa

Maria Júlia Maurício

Cabeleireira unissexo
R. Gomes Jardim, 57

Marmorose, Sociedade Exportadora de Mármores, Lda.

S/endereço

Maxigrula, de Mestre, Lda.

Supermercado, pastelaria e secção de pão quente.
Lg. de D. João IV, Lote, 2, r/c

Metalúrgica António Barradas & Filhos, Lda.

Construção de máquinas e fundições
Alameda Henrique Pousão, 1

Mini-mercado Caetana Martins

R. Dr. Gomes Jardim, 65

O Cantinho do Paraíso

Snack-bar e marisqueira
S/ endereço

Óptica Médica de Vila Viçosa

Especializados em optometria e contactologia.

R. Gomes Jardim, 66

Ourivesaria Borrões

R. Gomes Jardim, 44

Pastelaria e Confeitaria Casa Azul, de Silva e Silva, Lda.

Tibornas, doce regional.

Av. Bento de Jesus Caraça (s/ número de porta)

Pastelaria Faia

Lg. Mouzinho de Albuquerque (s/ número de porta)

Pastelaria Saudabela

Com gerência de Anabela Serrano, desejava a todos os Calipolenses umas Boas Festas dos Capuchos.

Av. Bento de Jesus Caraça, 21

Plácido José Simões, S.A.

Exploração e transformação de mármores, importação e exportação.

R. Marquês de Marialva, 51, Borba; Fábrica e escritório: Estrada do Paul, Vila Viçosa

Poeiras, Máquinas e Ferramentas, Lda.

Distribuidor autorizado de Atlas Copco, MbM, Diamond Service e Levi Tunisi Zona Industrial, Lotes 1 e 2

Ramalho, Lda. (moda com classe)

R. Dr. António José de Almeida, 14-16

Restaurante-cervejaria Churrasqueira (de Francisco Carlos Barreiros Pernas)

Almoços, cozinha regional, peixe fresco e o famoso frango no churrasco. Encerrado às segundas-feiras.

Lg. Gago Coutinho (s/número de porta)

Restaurante Framar

Especialidades: açorda alentejana, ensopado de cabrito à alentejana e doce regional tiborna, com salão para banquetes e conferências, com capacidade para 200 pessoas. Encerrado às terças-feiras.

Pç. da República, 35

Restaurante Os Cucos

Mata Municipal

Rui Augusto Cardoso Marques

Comércio de peças para máquinas industriais, agrícolas e outras viaturas, tudo para máquinas industriais e viaturas ligeiras e pesadas.

Alguns programas significativos das festas dos Capuchos

Sede e armazém: R. das Casas Novas¹², 2 e 4, Borba; Loja: R. Martim Afonso de Sousa, 28

Rocha & Filhos, Lda.

Extracção e transformação de mármores e granitos, import-export, chapa serrada e polida, ladrilhos e degraus

Alto da Portela

Sapataria Bonina

Marroquinaria, cintos, malas, carteiras, qualidade e bom gosto em sapatos para homem, senhora e criança.

R. Florbela Espanca, 40-A

Sapataria Cabral

Há mais de 35 anos ao serviço da moda de bem servir, agora com oficina de reparações de calçado.

R. Gomes Jardim, 10 e 14

Sobribor, Sociedade de Britas de Borba, Lda.

Britas, areias, materiais de construção, aluguer de máquinas e transportes de aluguer.

Estrada de Santa Bárbara, ao km 2, Borba

Sulcate-Peças, Comércio de Peças para Máquinas e Outras Viaturas, Lda.

Lubrificantes Verkol

Lg. D. João IV

Talho Primavera, Lda.

Lg. Mouzinho de Albuquerque, 27

Tibério Ramos, Lda.

Produtos Shell, combustíveis e lubrificantes e Shell Gás.

R. Florbela Espanca, 47-51

Transportes Irmãos Marçal, Lda.

Transportes de mercadorias em regime de aluguer.

Toca do Lagarto, E.N. 254

Vestisul, Comércio de Vestuário do Sul, Lda.

Pronto-a-vestir para homem e senhora, peles, cabedais, novidades e exclusivos.

O anúncio refere também a filial Casa Barateiro, na R. Gomes Jardim, 69.

R. Dr. António José de Almeida, 9, 11 e 15

¹² R. das Casas Novas surge em Pardais (Carlos's Pub) e Borba (Rui Augusto Cardoso Marques). Ver nota 10.

2003 – Manuel Inácio Pestana, a despedida não anunciada

Só introduzimos este programa no presente rol, devido ao facto de ter sido o derradeiro a ter apresentação do saudoso Dr. Manuel Inácio Pestana. Já docente, ainda se despedia com um esperançoso “Até para o ano!” Mas infelizmente assim não aconteceu... Eis o seu texto final para a Festa dos Capuchos que tantas vezes apresentou a Calipolenses e forasteiros:

Festas dos Capuchos 2003, Festas de um povo solidário

Como de costume, chegada a hora das festas, aqui estamos para a Saudação amiga e fraterna, com votos muito sinceros de felicidade e alegria. Uma festa quer-se assim: com Alegria, com Felicidade, com Animação, num verdadeiro sentido de Festa! Se não houver alegria e animação, e paz nos espíritos, que proponham boa disposição, a festa não é Festa.

Sob a invocação de Nossa senhora da Piedade dos Capuchos, a Festa é também sinal de devoção. Desde tempos antigos que este foi lugar de peregrinos. Hoje e sempre há-de ser lugar de visita e de oração. Nossa Senhora da Piedade estará connosco nesta hora de alegria.

É também festa de diversão. Diversão sadia, solidária, de amizades feitas, de encontros, de saudade vividos com amor e fraternidade. Festa também de solidariedade ainda, porque é ocasião de nos encontrarmos com espírito de nos compreendermos melhor uns aos outros. A festa não é só para nós, a festa é de todos e para todos. Os laços de amizade e de solidariedade hão-de reforçar-se ainda mais, porque da amálgama de todos esses sentimentos se compõe a Festa, que é o momento de encontro, de convivência, de confraternização, do abraço familiar, amigo e solidário.

As festas são do povo, do povo calipolense, que honra uma tradição que tem séculos¹³, de um povo que reafirma em cada ano as suas devoções e a sua fé. Por isso é que, de um a forma verdadeiramente cristã, a Festa é esse encontro solidário de todos, o encontro dos que estão e dos que vêm conviver connosco. Se a festa não for este nó que nos aproxima e nos une, não será verdadeiramente Festa. Com esta saudação, a todos desejamos Festas Felizes e que a festa seja festa.

Até para o ano!

O dia inicial, sexta-feira 12, teve como principais motivos de interesse a celebração eucarística na Capela de São Luís (Largo dos Capuchos) e o espectáculo com a banda Alcoolemia (Amora, Seixal).

A 13 (sábado), a tradicional corrida de touros à portuguesa (17h00) e a missa na capela de Santiago (Largo dos Capuchos) antecederam o concerto pela filarmónica da terra e o concerto às 23h00 pela banda Delfins.

¹³ Sentido figurado, obviamente, pois as Festas dos Capuchos iniciaram-se em 1863, como sabemos – e Manuel Inácio Pestana também sabia.

Alguns programas significativos das festas dos Capuchos

No domingo 14, para além da largada de touros (11h00), de um espectáculo taurino na praça de touros (17h30) e da missa na igreja dos Capuchos (21h00), houve concerto no coreto pela Orquestra Planície de Redondo (com o apoio da Delegação Regional de Cultura do Alentejo) e um espectáculo pela banda Tabanka Djaz (Guiné).

No dia seguinte nova largada, garraiada e espectáculo à noite com Vitorino e Zá Carvalho.

No derradeiro dia, 16, terça-feira, as festas terminaram com uma garraiada a favor de “O Calipolense”, já sem as salvas de morteiros e foguetório dos dias anteriores.

Muita publicidade também, da qual apenas agora referimos a que não se repete em relação a 2000:

AlemPack, Comércio de Consumíveis para a Indústria Alimentar, Lda.
Zona Industrial, Lote 128

Arcor 88, Máquinas, Ferramentas e Artigos Escolares, Lda.
Agente do Totobola e do Totoloto
R. Dr. Couto Jardim, 5

Caixa Geral de Depósitos, Delegação de Vila Viçosa

Câmara Municipal de Vila Viçosa
“Câmara Municipal prepara candidatura a Património Mundial”
(com desenho a partir da pintura de Manuel Lopes *Palangana*, existente no Posto de Turismo¹⁴)

Carlos Alberto Ferrão Vilas Boas
Comércio de mármore
R. Aldeia do Meio, 15

Enobeb, Lda.
Garrafeira
R. Públia Hortênsia de Castro, 34

Fotografia Digital, Lda.
Reportagens em fotografia e vídeo profissional, centro de imagem digital.
Av. 25 de Abril, Condomínio Vila Augusta, Loja 4

Fuera, Empreendimentos Imobiliários, Lda.
R. Cristóvão de Brito Pereira, 14

Kopus Bar
“Onde a noite é mais kopus”
Largo Mariano Presado, 8

¹⁴ O desenho encontra-se reproduzido em espelho, ao contrário do original.

Joaquim Saial

Manuel Aurélio, Lda.

50 anos na arte das cantarias

Nessepele, Lda.

Tudo para noivas, noivos e acompanhantes, baptizados e comunhões. "Decoramos a igreja e o espaço para a sua festa, executamos também o seu ramo de noiva. Atendemos por marcação: sábados, domingos e feriados".

Mercado Municipal, Loja J

O Forno, Churrasqueira, Lda.

Cozinha típica: migas, favas, sopa de cação, cozido de grão, segredos de porco preto, feijoada, doces conventuais.

R. Cristóvão de Brito Pereira, 13

Oliviçosa, Olivicultores de Vila Viçosa, Lda.

R. de Fora, 2 a 10

Panificadora Jardim, Lda.

Parque industrial de Vila Viçosa

Rosas

Acessórios de moda

R. Florbela Espanca, 16



Alguns programas significativos das festas dos Capuchos



1863
/963

DO PROGRAMA

Centenário das Festas dos Capuchos

VILA VIÇOSA

fazem parte da já tradicionais

2 Largadas de Toiros

encontradas entre as melhores do País:

1.º — Domingo, dia 8 de Setembro, às 10 horas

2.º — 2.º Feira, dia 9 de Setembro, às 14 horas

Os toiros, como de costume, serão largados no centro da Vila e contará com o espetáculo mais movimentado, cativante e emocionante para os aficionados.

Não deixe de assistir as

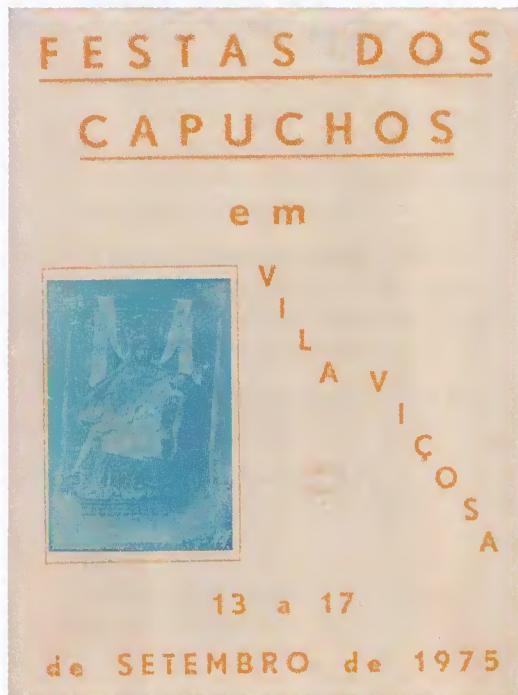
2 Largadas de Toiros

em **VILA VIÇOSA**

que são o aperitivo gratuito para as

CORRIDAS que, com os melhores elementos leuromáquicos, se efectuarão à tarde.

Faz Companhia Vila Viçosa 2000 an. 1963



Pedidos e Observações

Se depois de comemorada a missa, houver momentos insuficientes nesteograma e sucederem por motivo de fuga, é devido à comissão das festas a responsabilidade pela falta de imprevidência de organização bilíngue.

A Comissão das Festas não possui de responsabilidade nenhuma pelos possíveis desastres que verifiquem a resistência das estruturas, motivo de desastre, as Organizações Técnicas.

Este programa pode vir a ser alterado por motivo de imprevistos ou de força maior.

O Produto Líquido das Festas destina-se 50% a Fundos de Reserva e 50% para os Bombeiros Voluntários.

N. B. - Dia 14

A às 9 horas - Missa de encerramento em honra dos Bombeiros Voluntários. Dura 1 hora, que é devoção, e que é devoção, que é devoção.

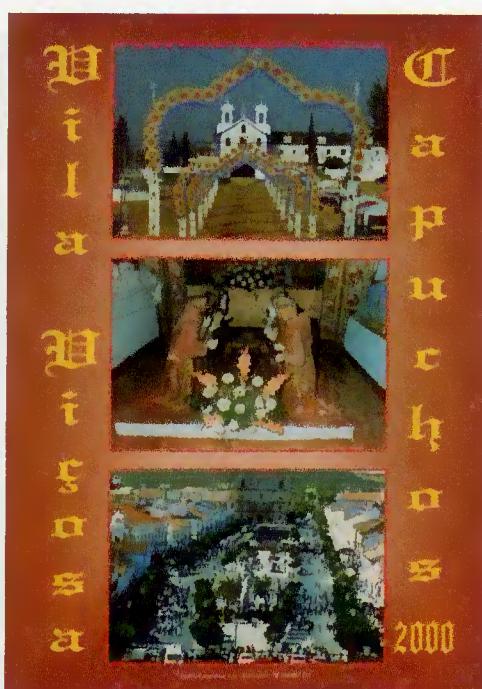
Feira das Humidades todos os noites no Recinto das Festas e esmerado serviço de Restaurante.

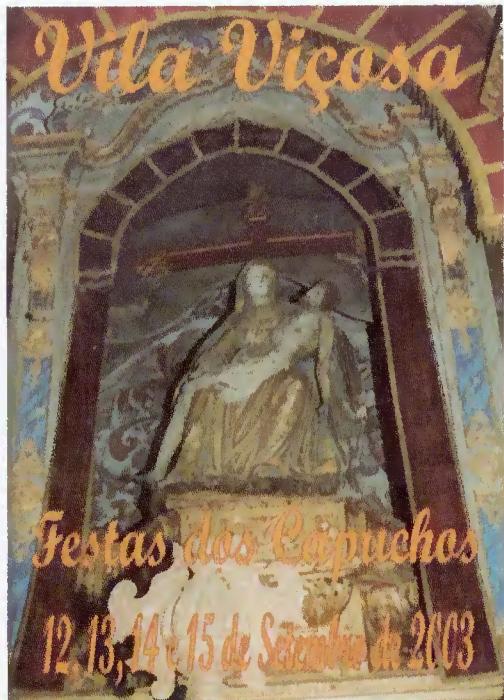
COMPOSTO E IMPRENSO NA
Grálica Calipolense

50 anos no serviço das Artes Gráficas - VILA VICOSA

2000 EX 14.8.75

Alguns programas significativos das festas dos Capuchos





Estudos históricos

and generalized

A COLEÇÃO DE TAPETES DE ARRAIOLOS DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA

Rui Miguel Lobo

As Coleções Portuguesas de Tapetes de Arraiolos

O Tapete de Arraiolos é uma das mais importantes expressões das artes decorativas portuguesas e através da análise dos seus mais antigos exemplares, pelas suas dimensões, características técnicas, materiais e decorativas, bem como por várias referências em documentação histórica, podemos afirmar com toda a certeza que era uma produção dirigida às elites sociais e económicas portuguesas, o que também se confirma pelo facto da maior parte dos palácios, casas apalaçadas ou senhoriais portuguesas ostentarem, entre as suas ornamentações móveis, exemplares do tradicional bordado arraiolense. Depois, outra questão, é afirmarmos que o conjunto constituído por alguns exemplares na posse de uma instituição ou pessoa poder ser considerado, no seu todo, quantitativamente e qualitativamente, um valor patrimonial a que possamos designar de coleção, no sentido museológico e artístico da palavra.

Os Tapetes de Arraiolos a que normalmente se atribui o estatuto de “antigos” são os datados dos séculos XVII, XVIII e XIX, os quais para além da sua intrínseca antiguidade se enquadram no período em que a historiografia, como resultado de estudos de autores reconhecidos, balizou aspectos técnicos, materiais e decorativos que nos permitem distinguir e discernir sobre a sua evolução enquanto expressão etnográfica e artística. Essa realidade historiográfica está também associada ao facto desses tapetes terem, em regra, um historial, proveniência e percurso histórico em comum, pois a maioria desses tapetes antigos estavam na posse de conventos portugueses e com a extinção das ordens religiosas, em 1834, passaram para a posse do Estado e foram incorporados nas coleções dos mais antigos museus portugueses, sendo o Museu Nacional de Arte Antiga, criado em 1884, o mais paradigmático exemplo desse percurso, possuindo a maior e mais importante coleção de Tapetes de Arraiolos.

Outras instituições museológicas portuguesas de tutela pública têm também pequenas coleções com a mesma tipologia de proveniência dos exemplares incorporados, como são os casos do Museu Nacional Machado de Castro ou do Museu de Évora, havendo depois alguns exemplos de instituições museológicas que têm relevantes coleções constituídas por uma pessoa, a que podemos chamar de colecionador, com são os casos do Museu das Artes Decorativas Portuguesas, de cariz privado e com uma coleção constituída pelo seu fundador, Ricardo do Espírito Santo Silva, ou da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, com uma coleção constituída por José Relvas e que foi doada por este à Câmara Municipal de Alpiarça em 1929, estando por isso, neste então, na esfera pública.

Serve esta breve enunciação de alguns exemplos de coleções de Tapetes de Arraiolos e do seu processo de incorporação e constituição como forma de introdução à apresentação da coleção do Paço Ducal de Vila Viçosa, já parcialmente referida em monografias de referência sobre o Tapete de Arraiolos da autoria de Fernando Baptista de Oliveira, em 1973, e de Teresa Pacheco Pereira, em 1991.¹

Treze Tapetes de Arraiolos entre o vasto acervo do Paço Ducal de Vila Viçosa

O Palácio Ducal de Vila Viçosa, emblemática sede da Casa de Bragança, para além do seu manifesto esplendor arquitetónico, possui um enorme acervo de património móvel em que se incluem artes decorativas, armaria, alfaias religiosas, objetos de várias expressões artísticas e uma vasta documentação pertencente aos arquivos da Casa de Bragança.²

Entre essas valiosas coleções contam-se treze tapetes de Arraiolos com datações que se podem balizar entre o século XVII e meados do século XX. Essa pequena coleção será, porventura, entre as várias coleções do palácio, aquela que menos estudos específicos ou publicações gerou que permitam que se tenha um aprofundado e profícuo conhecimento dos seus exemplares. As já referidas publicações da autoria de Fernando Batista de Oliveira e de Teresa Pacheco Pereira fazem referência apenas a alguns dos exemplares e mais no sentido de uma descrição decorativa desses exemplares, no caso do primeiro autor, e à apresentação de alguns exemplares para inclusão numa fundamentação da autora sobre as influências e tipologias decorativas do Tapete de Arraiolos, no caso de Teresa Pacheco Pereira.

No que respeita à forma de incorporação e constituição da coleção houve duas fases distintas, o que nos leva a dividir os tapetes em duas tipologias cro-

¹ Cf. Fernando Baptista de Oliveira, *História e Técnica dos Tapetes de Arraiolos*, 1973; Teresa Pacheco Pereira, *Tapetes de Arraiolos*, 1991.

² Maria de Jesus Monge, *O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: 70 anos de gestão museológica* In *Callipole – Revista de Cultura*, n.º 13, 2015, p. 305.

nológicas. A primeira correspondente aos tapetes antigos, com datação entre o séculos XVII e o século XIX, e depois a segunda correspondente aos exemplares datados de meados do século XX. Dedicaremos um texto específico no presente artigo a cada um desses grupos de tapetes.

O magnífico espólio artístico da Casa de Bragança somente chega aos nossos dias e fica disponível para ser visitado pelo público por via do sentido patriótico e altruísta do nosso último rei, D. Manuel II, o qual em 20 de janeiro de 1915 deixa escrito em testamento a vontade de que se institua a Fundação da Casa de Bragança e a criação de um museu a instalar no Paço Ducal de Vila Viçosa, disponibilizando-se assim ao público em geral coleções evocadoras da Casa de Bragança e da sua existência ao longo dos séculos.³

A Fundação da Casa de Bragança é instituída pelo decreto n.º 23240, de 21 de novembro de 1933, tendo ficado definido desde então que o Palácio Ducal seria dirigido pelo conselho administrativo da Fundação, declarando-se desde logo naquele documento a vontade de se criar o museu-biblioteca da Casa de Bragança que integraria as suas coleções artísticas como forma de se cumprir o disposto no referido testamento de D. Manuel II.⁴

No final da década de quarenta do século XX e durante a década seguinte desenvolveram-se os grandes trabalhos de conservação dos edifícios e das coleções, com João Couto⁵ e Raul Lino⁶ a levarem a cabo uma série de mudanças que concretizaram a transformação de uma residência oitocentista num espaço museológico.⁷ Nesse período de cerca de dez anos, sob orientação de João Couto, procedeu-se a uma vasto trabalho museológico de fundo onde os objetos pertencentes às várias coleções foram inventariados, restaurados e estudados.⁸

É certamente no contexto desses trabalhos que se procede à inventariação dos tapetes de Arraiolos e se adquirem os seis exemplares datados do século XX, pertencentes agora à coleção do Paço Ducal de Vila Viçosa. Nessas fichas de inventário consta a informação básica de identificação e descrição formal e material de cada um dos exemplares, não havendo uma descrição decorativa.

³ Maria de Jesus Monge, *A República no Paço Ducal de Vila Viçosa* In *Callipole*, n.º 18, 2010, p. 59.

⁴ Maria de Jesus Monge, *O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: 70 anos de gestão museológica* In *Callipole – Revista de Cultura*, n.º 13, 2015, p. 302.

⁵ Historiador de Arte com uma vasta carreira ligada à Museologia, destacamos o facto de ter sido diretor do Museu Nacional de Arte Antiga entre 1938 e 1962.

⁶ Arquiteto de referência do século XX em Portugal, destacam-se, entre vários projetos de grande relevância nacional, o Teatro Tívoli, em Lisboa, e a Casa dos Patudos, em Alpiarça.

⁷ Maria de Jesus Monge, *O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: 70 anos de gestão museológica* In *Callipole – Revista de Cultura*, n.º 13, 2015, p. 306.

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 306.

Os “Tapetes Antigos”

Como já referido, resolvemos denominar de “Tapetes Antigos” os datados dos séculos XVII, XVIII e XIX, tapetes sobre os quais não havendo informação relativa à sua incorporação museológica nas fichas de inventário do Paço Ducal de Vila Viçosa se presume terem pertencido às coleções reais da Casa de Bragança, tendo sido posteriormente incorporados no acervo do Paço Ducal já com fins museológicos.

Deste núcleo de sete tapetes antigos, como mais à frente justificaremos, balizamos as suas datações entre o século XVII e o século XIX, e consideramos que apesar do seu escasso número há exemplares enquadráveis em três fases distintas da produção que nos permitem confirmar a nossa ideia de evolução decorativa, material e técnica que se processou entre aqueles séculos. Tapetes seiscentistas com notória influência dos desenhos dos tapetes orientais chegados a Portugal no dealbar da Época Moderna e uma grande densidade de pontos. Tapetes do século XVIII com uma decoração intermédia entre a erudição dos desenhos de inspiração oriental e uma conceção de cariz popular. E, por último, um tapete de decoração estritamente popular já de datação oitocentista.

Nos tapetes de Arraiolos há muitas vezes uma complexa heterogeneidade decorativa em que múltiplas e díspares influências se unem num só exemplar, o que cria uma enorme dificuldade para se determinar datações exatas e tendências decorativas ou padronizar épocas ou tipologias decorativas, mas essa realidade constitui-se com uma extraordinária riqueza da produção do bordado arraiolense, uma singularidade própria das indústrias de experimentação, de tentativa e de procura de novas formas que marcou a evolução histórica e artística do Tapete de Arraiolos⁹ e que também nesta coleção do Paço Ducal de Vila Viçosa se manifesta de forma evidente.

Os tapetes de Arraiolos mais antigos da coleção do Paço Ducal terão certamente sido utilizados no chão dos grandes salões do palácio, sendo pisados e certamente expostos à luz através das múltiplas janelas do edifício, pelo que se consumou uma degradação das lãs e telas, bem como terá esvaciado, através do efeito nocivo da luz direta ou em excesso, muita da pigmentação dada pela junção dos corantes naturais com os mordentes utilizados no tingimento das lãs, processo pelo qual passaram todos os tapetes anteriores à década de cinquenta do século XX, pois só a partir dessa altura se generalizou a utilização de lãs tingidas com corantes artificiais na produção do tradicional bordado arraiolense.

Pelas razões evocadas, a juntar à degradação material dos tapetes, deve ser tomada em consideração a deturpação das cores dos tapetes, que tendencialmente chegaram aos nossos dias com tons mais pálidos (muitos fundos beges e com a chamada “cor de grão”) por via desse esvaecimento da pigmentação, questão analisada através de processos químicos e muito bem documentado num projeto do

⁹ Rui Miguel Lobo, *Origens e Influências Decorativas do Tapete de Arraiolos*, 2015, p. 193.

Laboratório HERCULES, da Universidade de Évora, em que se analisaram quimicamente amostras de lã de tapetes de Arraiolos dos séculos XVII, XVIII e XIX da coleção de tapetes de Arraiolos do Museu Nacional de Arte Antiga, tendo sido possível identificar os corantes e mordentes usados no tingimento das lãs e assim tomar-se conhecimento das possíveis cores e tons originais dos tapetes. Esse projeto, entre outras iniciativas, resultou numa dissertação de doutoramento¹⁰ e mais recentemente na exposição “Tapetes de Arraiolos: a ilusão da cor”¹¹, patente no Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos entre 24 de outubro de 2017 e Fevereiro de 2018. Devemos ter sempre bem presente, quando nos referimos a questões decorativas, que os tapetes de Arraiolos mais antigos tinham originalmente cores fortes no fundo do campo, à imagem dos tapetes orientais, a mais significativa influência decorativa da histórica produção arraiolense.

Passamos seguidamente a apresentar e discorrer sobre os sete tapetes de Arraiolos pertencentes à coleção do Paço Ducal de Vila Viçosa que aqui agrupamos e catalogamos como “tapetes antigos”, obedecendo a sua enunciação e identificação ao número de inventário museológico institucional.

Tapete 6210 PDVV

Tapete em reserva, designado como “anjos e sereias”, está atualmente em muito mau estado de conservação. É o tapete com o desenho mais invulgar dos que constituem a coleção, tendo o seu desenho servido de referência decorativa e inspiração aquando da produção dos tapetes 1360 e 1361.

Tapete datado do século XVII-XVIII, segundo consta da sua ficha de inventário e tal como Teresa Pacheco Pereira confirma na sua publicação de 1991.¹² Como acontece com a maioria dos exemplares históricos do bordado arraiolense, não é possível determinar a sua exata datação, sendo as únicas exceções os casos pontuais de tapetes que têm essa data inscrita, sendo o mais conhecido exemplo o tapete bordado a seda pertencente à coleção da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, que tem entre o seu desenho bordado o ano de 1761 inscrito.¹³

Analisando o singular desenho deste tapete com 3540 x 2680 mm de dimensão, somos levados a atribuir-lhe uma datação mais recente, apontando o segundo quartel do século XVIII como época mais provável para a sua produção. A nossa fundamentação para a atribuição de tal datação assenta em vários aspectos decorativos e técnicos, embora no que respeite à parte técnica seja mais difícil sustentar essa datação. Grande parte dos tapetes datados do século XVII têm os seus contornos bordados a ponto pé de flor. Neste tapete, apesar do seu “ponto

¹⁰ Cf. Ana Cristina Cabaça Manhita, *On the study of Historical Arraiolos Tapestries: an integrated approach*, 2012.

¹¹ Cf. Ana Manhita, Cristina Barrocas Dias, Rui Miguel Lobo e Teresa Ferreira (coords.), *Tapetes de Arraiolos: a ilusão da cor*, Catálogo de Exposição, 2017.

¹² Teresa Pacheco Pereira, *Tapetes de Arraiolos*, 1991, p. 129.

¹³ Rui Miguel Lobo, *Origens e Influências Decorativas do Tapete de Arraiolos*, 2015, p. 15.

miúdo”, o ponto cruzado oblíquo foi o único a ser utilizado, tanto para armar o desenho como para matizar e encher os fundos. Todavia, o facto de não ter ponto pé de flor não é indicativo, por si só, de que o tapete não possa ser seiscentista, pois há vários tapetes datados dessa centúria sem a utilização dessa técnica característica.

Já no que respeita à sua decoração vislumbramos vários indícios de que a sua datação mais correta seja o segundo quartel do século XVIII, e passamos a explicar a nossa posição. Trata-se de um exemplar com um desenho rico e singular pela presença de motivos decorativos pouco vulgares na produção arraiolense, de que se destacam as figuras femininas, as sereias sobre a barra de cabeceira, os cavaleiros, o motivo central e, nas barras, os meninos nus.

Começando pelas figuras femininas com vestes de difícil caracterização e definição cronológica devemos ter em consideração que Teresa Pacheco Pereira referiu que essas figuras “*denotam ainda certo carácter seiscentista*”¹⁴, sem que contudo fundamenta a sua afirmação. Parece-nos que as vestes são de cronologia indecifrável e nos remetem desde logo para um afastamento dos padrões decorativos orientais que caracterizam os tapetes do século XVII.

A esse afastamento do orientalismo que marcou, gradualmente, o segundo e terceiro quartéis do século XVIII, acrescentamos também como nítido exemplo as sereias, um invulgar elemento que se enquadra numa fase marcada pela introdução de conceções artísticas menos evocativas dos padrões orientais e com um cariz mais europeizado, ideia a que juntamos os meninos nus, aparentemente anjos, que surgem no desenho da barra.

Quanto aos quatro cavaleiros bordados no campo que envolvem o motivo central na produção arraiolense só encontramos paralelo nos cavaleiros representados no famoso tapete com o número de inventário 74 do Museu Nacional de Arte Antiga, datado da segunda metade do século XVII e proveniente da Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Matos, de Arronches.¹⁵ Esse tapete é o único exemplar conhecido em que também surge esta tipologia de motivo figurativo, com a diferença de que no tapete proveniente de Arronches a definição dos motivos torna clara a atribuição das vestes ao período seiscentista, o que não se confirma no desenho desta tapete da coleção do Paço Ducal.

Outro indício de que este tapete tenha uma produção mais tardia tem que ver com a ave de aspetto agressivo que se constitui como motivo central nos parecer uma estilização e alteração às águias bicéfalas que surgem em alguns tapetes de Arraiolos do século XVII com grande similaridade e quiçá inspiração no conteúdo de algumas colchas indo-portuguesas também do século XVII.

E, em forma de conclusão, a principal razão para substanciarmos esta ideia de datação do tapete no segundo quartel do século XVIII, tem muito que ver com a vasta dispersão e forma de esquematização no desenho que assumem os cães, veados e pássaros que pululam todo o desenho do campo e que de imedia-

¹⁴ Teresa Pacheco Pereira, *Tapetes de Arraiolos*, 1991, p. 131.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 131.

to nos remetem para uma das mais conhecidas tipologias de desenho de tapetes de Arraiolos que Maria José Mendonça denominou de “padrão de bichos” e, muito acertadamente, identificou como representativos da primeira metade do século XVIII.¹⁶

Independentemente da sua datação, não podemos deixar de referir que se trata de um dos mais belos desenhos que se conhecem em exemplares do Tapete de Arraiolos e que une de forma extremamente harmoniosa a conceção erudita e a popular, criando-se a tão singular heterogeneidade característica das decorações arraiolenses.

Tapete 1352 PDVV

Tapete com 2680 x 1435 mm de dimensão, atualmente em reserva e sem informação relativa à sua incorporação na coleção em ficha de inventário. Na mesma ficha de inventário é indicado o século XVIII como época da sua produção.

Trata-se de uma tipologia de desenho datável de meados do século XVIII, com um tipo de desenho com características muito vistas na produção arraiolense desse período, podendo ser incluído na tipologia decorativa que Maria José Mendonça, em 1951, denominou de “padrão de bichos”, em que predomina a “figuração animalista, de inspiração erudita e popular, combinada com elementos florais”¹⁷. Nesta tipologia de tapetes que se enquadra na gradual transição que se processou durante o século XVIII, do orientalismo para um tipo de conceção mais popular, é característica comum a quase todos os exemplares a junção de elementos de índole popular, como alguns elementos florais locais, agigantados e estilizados, com elementos ainda evocativos dos tapetes de produção oriental, como o medalhão central, a disposição das aves pelo campo do tapete e a sua simetria assente num desenho constituído por quatro quartos iguais.

No caso específico dos tapetes de “padrão de bichos”, a fonte direta de influência e a inspiração temática de cariz oriental foram os chamados tapetes de caça persas que chegaram ao nosso território e que logo no século XVI são referidos em inventários e fontes documentais como “alimárias de montaria”, como consta do inventário de D. Catarina de Áustria em 1558, elaborado pela Casa da Rainha.¹⁸

¹⁶ Maria José Mendonça, *As Artes Decorativas: Tapetes de Arraiolos In Arte Portuguesa* (vol. I, dir. por João Barreira), 1951, p. 289.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 289.

¹⁸ Jessica Hallett, *Tapete, pintura, documento: o tapete oriental em Portugal In O Tapete Oriental em Portugal: tapete e pintura (séculos XV-XVIII)*, coord. de Jessica Hallett e Teresa Pacheco Pereira, 2007, p. 40.

No caso deste exemplar da produção arraiolense, como na maioria dos tapetes de “padrão de bichos”, surgem características que vincam a heterogeneidade dos Tapetes de Arraiolos, bem como a sua singularidade, não sendo mero decalques dos tapetes de oriente, pois houve a tendência de se bordar um motivo central, normalmente um medalhão, nestes tapetes. O que desde logo, decorativamente, os diferencia dos tapetes de caça ou de animais da Pérsia, pois estes não tinham um motivo central e muito menos um medalhão. Os tapetes de Arraiolos de “padrão de bichos” são uma singular produção em que se une a temática de caça e animalista dos tapetes de caça persas com medalhões centrais que nos recordam os tapetes de medalhão de Tabriz¹⁹ e ainda a inocente estilização de cariz popular dos tapetes de Arraiolos do século XVIII.

O tapete com o número de inventário 1352 do Palácio Ducal de Vila Viçosa não sendo um dos mais ricos exemplares de “padrão de bichos” da produção arraiolense, é um bom exemplo da tendência decorativa de uma época.

Tapete 1353 PDVV

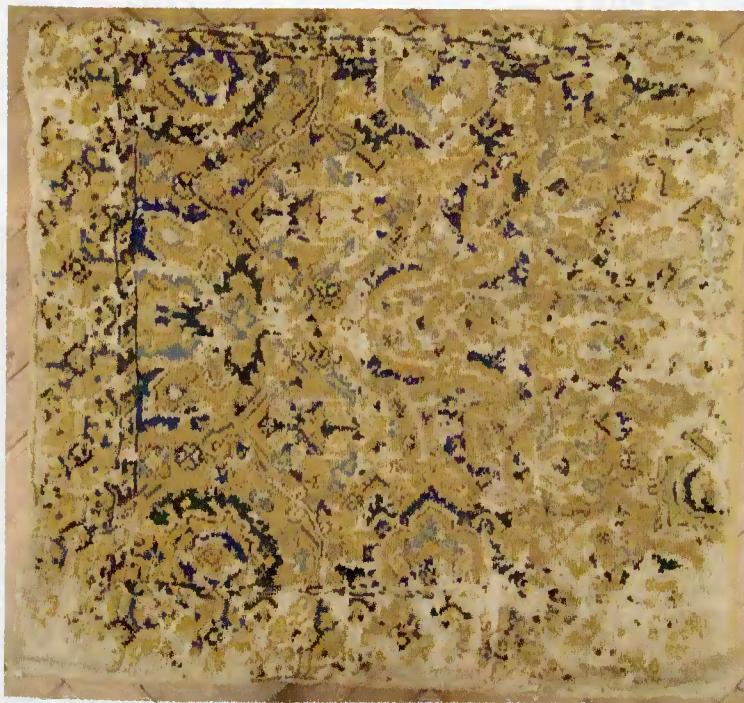
Tapete em muito mau estado de conservação, atualmente em reserva, e que já no século XX terá sido cortado ao meio, aproximadamente. Segundo consta da sua ficha de inventário as suas medidas seriam 2260 x 1160 mm, tendo depois de cortado 1110 x 1160 mm. Ainda na ficha de inventário, é datado do século XVII-XVIII.

O seu desenho insere-se numa das mais conhecidas tipologias decorativas da produção arraiolense do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, enquadrando-se nos chamados tapetes de “padrão oriental”. Concordamos com a datação que lhe foi atribuída em ficha de inventário, pois não havendo uma informação exata sobre a sua data de produção parece-nos correto que seja datado do século XVII-XVIII, pois esta tipologia decorativa dos tapetes de arraiolos foi uma das que mais se terá prolongado no tempo, tal como nos confirmou Maria José Mendonça ao afirmar que estes tapetes de “padrão oriental” “revelam algum carácter seiscentista e outras parecem ser de transição para o século seguinte ou porventura mais tardias”²⁰

A decoração deste exemplar do bordado arraiolense enquadra-se na perfeição nos tapetes de padrão oriental pois apresenta os motivos típicos desta tipologia decorativa. “Flores de lótus”, “palmetas” e “nuvens tchi” constituem em harmonia todo o desenho do campo ao estilo *ad infinitum*, dando a intencional sensação de se prolongar até ao infinito, característica muito vincada da arte oriental. Esta tipologia decorativa surge representada em exemplares existentes em coleções de várias instituições museológicas portuguesas de referência,

¹⁹ Rui Miguel Lobo, *Origens e Influências Decorativas do Tapete de Arraiolos*, 2015, pp. 54-55.

²⁰ Maria José Mendonça, *As Artes Decorativas: Tapetes de Arraiolos In Arte Portuguesa* (vol. I, dir. por João Barreira), 1951, p. 289.



Tapete de Arraiolos 1353 PDVV
(© J.Real Andrade / MBCB, Arquivo Fotográfico)

como o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional Machado de Castro, o Museu das Artes Decorativas Portuguesas ou o Palácio Nacional de Queluz, sendo que em todas elas se optou por balizar a sua produção entre os séculos XVII-XVIII, embora se deva referir que a serem do século XVIII, serão sempre da primeira metade. Este exemplar do Palácio Ducal de Vila Viçosa, enquadra-se nessa premissa.

Este tipo de exemplares são notoriamente influenciados pelos “tapetes florais” de Herat e Ispahan, da Pérsia e, de forma indireta, pelos tapetes “indo-persas”, de produção mogol e já em si inspirados por aqueles referidos tapetes persas. Estas tipologias decorativas orientais são as existentes em maior número nas coleções portuguesas, razão pela qual se terão produzido tantos tapetes de Arraiolos com decorações não figurativas e onde se destacam as “palmetas persas”, as “flores de lótus”, as “nuvens tchi” e, em alguns casos, o característico motivo “herati”, que não se vislumbra neste exemplar da coleção do Paço Ducal de Vila Viçosa.

Tapete 1354 PDVV

Tapete em mau estado de conservação, atualmente em reserva, com 2090 x 1390 mm de dimensão e, em ficha de inventário, com a datação atribuída ao século XVII-XVIII, com a qual, dando sequência à fundamentação apresentada sobre o anterior tapete analisado, concordamos.



Tapete de Arraiolos 1354 PDVV
(© J. Real Andrade / MBCB, Arquivo Fotográfico).

Tal como o tapete 1353 pdvv, este é mais um exemplar dos chamados tapetes de “padrão oriental”, segundo as padronizações decorativas sabiamente estabelecidas por Maria José Mendonça em 1951.

Embora em mau estado de conservação parece não ter um tão acentuado desgaste como o anterior tapete, contudo, são notórias as intervenções de restauro realizadas no campo do tapete, em que se terão unido partes do bordado da barra no mesmo tapete em zonas do campo a que não pertenciam originalmente para preencher lacunas do bordado. Ainda assim, é possível compreender perfeitamente a estrutura do desenho e identificar os motivos tradicionais desta tipologia decorativa. As “flores de lótus”, as “palmetas” e as “nuvens tchi”. Mais raro é o desenho das barras, constituído pela sequência de losangos recortados contidos por cercaduras do mesmo formato ao longo de toda a barra, alternando apenas a cor.

Tapete 1355 PDVV

Tapete em mau estado de conservação, tendo sido parcialmente cortado já durante o século XX. Tem atualmente 1680 x 860 mm, mas as suas medidas originais, segundo consta da ficha de inventário, eram de 1680 x 1150 mm. Também na ficha de inventário lhe é atribuído o século XVIII como época da sua produção, datação com a qual concordamos, embora especifiquemos que se trata certamente de um exemplar de meados do século XVIII.

Ainda apresenta algumas características do orientalismo, como o motivo central floral ou os ciprestes junto ao centro da barra longitudinal, os quais seriam originalmente quatro, dado tratar-se de um tapete de desenho simétrico. No campo, para além de pássaros em posição característica dos tapetes de “padrão de bichos”, apresenta sobre a barra de cabeceira uma flor de lis com vastas ramagens que se prolongam por quase toda a metade do campo do tapete até às proximidades do motivo central.

Trata-se de um tapete que ostenta nítidas características do período de transição entre uma inspiração orientalista e um desenho e tipo de motivos já mais próprios de uma produção de cariz popular, o que se manifesta também na sua dimensão, mais pequeno em relação aos tapetes seiscentista, normalmente grandes, influenciados pelas produções palacianas da dinastia safávida.

Do ponto de vista da padronização decorativa, é tão vincadamente do período de transição que, sendo uma junção entre os desenhos de “padrão floral”, “de bichos” e “de ramagens”, não podemos considerá-lo estritamente de nenhuma destas tipologias.

Tapete 1356 PDVV

Tecnicamente trata-se do tapete de maior qualidade da coleção do Palácio Ducal de Vila Viçosa. São 4000 x 1960 mm de tapete com os contornos bordados a ponto pé de flor e com uma densidade de 504 pontos por decímetro quadrado, o que perfaz um total de cerca de 395 000 pontos cruzados oblíquos em todo o tapete.²¹

Atualmente em reserva, trata-se de um típico tapete de Arraiolos seiscentista, de grande dimensão, bordado a ponto pé de flor e com um tipo de desenho que nos remete de imediato para os tapetes orientais sem que, no entanto, se trate de um decalque desses tapetes de cariz islâmico que foram importados pelas elites portuguesas desde o século XV. Tem um desenho minucioso e curvilíneo característico das produções com contornos em ponto pé de flor, todavia, apresenta um esquema de desenho inspirado dos tapetes turcos da corte otomana do século XV, tradicionalmente geométricos, algo que torna este tapete num excelente exemplo da singular e heterogénea decoração arraiolense do século XVII.

²¹ Fernando Baptista de Oliveira, *História e Técnica dos Tapetes de Arraiolos*, 2.ª edição aumentada, 1979, p. 75.



Pormenor do tapete 1356 PDVV
© J.Real Andrade / MBCB, Arquivo Fotográfico

O esquema de desenho deste tapete é nitidamente influenciado pelos chamados “tapetes holbein”, normalmente datados do século XV. Esses tapetes, importados para a Europa através do Porto de Veneza, foram uma das primeiras tipologias decorativas turcas a arribar no *velho continente* e tornaram-se de imediato muito conhecidos entre as elites de então. A sua denominação deve-se ao facto do pintor alemão Hans Holbein “O Jovem” (1497-1543) os ter representado em algumas das suas pinturas, e particularmente numa muito conhecida intitulada “Os Embaixadores”²², embora só se tenham tornado conhecidos por essa nomenclatura já no século XIX, quando Julius Lessing, diretor do Berlim Trade Museum, numa publicação de 1877, apresentou o primeiro estudo sobre tapetes orientais e para identificar as várias tipologias decorativas lhes ter associado nomes de grandes pintores que haviam representado esses tapetes.²³

Teresa Pacheco Pereira, na sua publicação de 1991, numa breve descrição deste tapete da coleção do Paço Ducal de Vila Viçosa, refere que tem um dese-

²² Cf. Michel Laclotte (dir.), *Dicionário Temático Larousse: grandes pintoires*, Volume I, 2000, p. 295.

²³ Thomas J. Farnham, *From Lessing to Ettinghausen: the first century of safavid carpets studies* In *Hali*, n.º 154 (Dec. 2007 – Dec. 2008), p. 82.

nho baseado em “tapetes de rodas”, ditos “holbein”.²⁴ Contudo, e discorrendo de forma mais específica sobre este tapete e a sua alusão aos “holbein”, não podemos deixar de referir que é sabido haverem duas tipologias de tapetes turcos designados de “holbein” e que os chamados “tapetes de rodas” são já uma derivação hispano-mourisca também de inspiração nos “holbein” originais, tratando-se, todavia, de tapetes diferentes.²⁵

Assumindo-se que este tapete é inspirado nos “holbein” originais turcos, devemos então referir que há tapetes “holbein de desenho grande”, constituídos por uma estrutura decorativa geométrica e normalmente com dois ou três grandes octógonos no campo do tapete contidos em caixotões geométricos, que foram produzidos em Bergama, e há tapetes “holbein de desenho pequeno”, que foram produzidos em Ushak, que tinham um desenho caracterizado por pequenos octógonos, alinhados em filas paralelas *ad infinitum* e rodeados por motivos decorativos secundários de menor dimensão.²⁶

Posto isto, é evidente que o Tapete 1356 PDVV tem um desenho que foi nitidamente inspirado nos tapetes “holbein de desenho pequeno”, produzidos em Ushak, tendo a criatividade típica das produções arraiolenses do século XVII criado um desenho com a mesma estrutura *ad infinitum*, mas em que os octógonos turcos são substituídos rosáceas com enrolamentos semelhantes, no seu todo, com estrelas de oito pontas, onde em cada uma das três filas do campo se foram alternando as cores, surgindo no espaço intermédio entre estas rosáceas um quadrifólio, assumido como o tal motivo secundário que também surgia nos “holbein de desenho pequeno”.

É pois este tapete, por todas as razões históricas, técnicas e artísticas referidas, um dos mais importantes exemplares do bordado arraiolense, que, infelizmente, parece ter perdido as suas cores originais pelas causas já referidas neste artigo que se conhecem através de análises químicas e já não podemos hoje apreciar o vermelho que certamente teria no seu fundo do campo, cor característica do fundo do campo dos “holbein” originais e sempre presente na maioria dos desenhos dos tapetes otomanos.

Tapete 1357 PDVV

Este tapete de 1340 x 950 mm, datável do século XIX, é um exemplo paradigmático da fase “popular” que a indústria arraiolense assumiu nessa centúria. Nessa fase de produção, da influência orientalista apenas restava a pré-esquematização do desenho constituída por centro, campo e barra e a simetria de cada um dos quartos do desenho. A figuração humana, a tipologia das flores, os pe-

²⁴ Teresa Pacheco Pereira, *Tapetes de Arraiolos*, 1991, p. 135.

²⁵ Isabelle Anscombe, *European rugs and carpets: spanish rugs and carpets In Rugs & Carpets of the World*, Ian Bennett Edition, 1977, p. 265.

²⁶ Arthur Urbane Dilley, *Oriental Rugs and carpets: a comprehensive study*, 1959, pp. 146-147.

quenos cães junto aos elementos antropomórficos e toda a harmonia e interligação dos motivos decorativos deste desenho, bem como a flor que se constitui como motivo central, diferem por completo da erudição artística sempre presente nos exemplares do século XVII e da primeira metade do século XVIII.

Essa diferenciação em comparação com os tapetes de épocas mais recuadas não deve ser vista apenas e de forma simples como uma perda de qualidade ou uma fase crepuscular da produção de bordados em Arraiolos, mas antes como a



• Tapete de Arraiolos 1357 PDVV (© J.Real Andrade / MBCB, Arquivo Fotográfico).

continuação de um percurso assumido por grande parte das artes decorativas portuguesas, iniciadas no esplendor da arte oriental, europeizando-se numa segunda fase e com um formalismo mais “popular” e, muitas vezes, algo *naïf*, o que não se pode dissociar do percurso político, social e económico percorrido pela sociedade portuguesa entre os séculos XVI e XIX, com evidentes repercussões nos gostos e tendências artísticas das suas élites.

Sobre este tapete da coleção do Paço Ducal de Vila Viçosa, devemos acrescentar que se encontra atualmente em reserva, que tem 420 pontos cruzados oblíquos por decímetro quadrado,²⁷ o que denota uma boa qualidade técnica e minúcia na sua produção, e que é um exemplar muito conhecido pelos estudiosos do Tapete de Arraiolos, tendo já várias vezes sido utilizado como referência paradigmática para explicar a fase popular que marcou o século XIX na decoração do tradicional bordado arraiolense.

Os Tapetes do Século XX

Dos treze exemplares que constituem a coleção de Tapetes de Arraiolos do Paço Ducal de Vila Viçosa, seis são datados do século XX, tendo sido, *grosso modo*, incorporados na coleção em meados do século XX. Essa incorporação deu-se precisamente no período em que se levou a cabo o processo de musealização do palácio com orientação de João Couto e apoio do arquiteto Raul Lino.

Todos estes tapetes terão sido adquiridos à época com o propósito de decorarem algumas das salas do palácio que vieram a fazer parte do percurso museológico definido. Apesar de quase todos serem inspirados nos tapetes antigos da coleção do Paço Ducal de Vila Viçosa, é notório que foram tapetes encomendados com esse propósito, já que as suas dimensões e cores escolhidas indiciam as intenções de decoração e utilização em locais específicos e previamente determinados.

Todavia, apesar de se perceber os critérios de escolha das suas cores, dimensões e tipologias decorativas, estes também foram influenciados, ainda que de forma inconsciente, pela fase histórica que a indústria dos bordados de Arraiolos atravessava, a qual não podemos deixar de contextualizar.

Durante o século XIX, devido a fatores vários, o Tapete de Arraiolos passou por uma fase crepuscular, estando a indústria no final dessa centúria muito próxima da total extinção. É então que a partir de 1897 se dá um processo que ficou conhecido com o *Ressurgimento do Tapete de Arraiolos*, iniciado por José Queiroz, um importante artista plástico da época, e com o apoio de alguns colecionadores e apreciadores de arte da alta burguesia.²⁸ A partir desse momento e durante as primeiras décadas do século XX, abriram-se novas oficinas, realiza-

²⁷ Fernando Baptista de Oliveira, *História e Técnica dos Tapetes de Arraiolos*, 2.ª edição aumentada, 1979, p. 273.

²⁸ Rui Miguel Lobo, *Origens e Influências Decorativas do Tapete de Arraiolos*, 2015, p. 25.

ram-se exposições, formaram-se novas bordadeiras e o Tapete de Arraiolos foi, gradualmente, recuperando algum fulgor, tanto no plano artístico e etnográfico, como no plano comercial.

Foi pois, precisamente após esse processo de *ressurgimento*, que são adquiridos pelo Paço Ducal de Vila Viçosa os seis tapetes sobre os quais nos referimos. E esses tapetes têm, em geral, algumas das características típicas dos tapetes desse período: desenhos inspirados em modelos mais antigos a que se juntou alguma criatividade de quem os concebeu, cores maioritariamente mais pálidas que aquelas que os tapetes mais antigos teriam originalmente e, em alguns casos, a utilização de telas e lãs mais grossas, o que fez com que os tapetes tenham menor densidade de pontos cruzados oblíquos por decímetro quadrado.

Pelas razões enunciadas, não podemos falar num estilo ou padronização artística inovadora que tenha nascido com o processo de *ressurgimento* do Tapete de Arraiolos. Basicamente tomaram-se como referência os desenhos dos tapetes de Arraiolos dos séculos XVII, XVIII e XIX, mas com um rumo disperso, utilizando-se motivos decorativos antigos avulsamente e misturando-se épocas e estilos por vezes num mesmo exemplar.

As cores dos tapetes antigos, sabemos hoje através de análises químicas, haviam-se esvaecido, principalmente no caso dos tapetes expostos muito tempo à luz, e começaram-se a reproduzir nos novos tapetes as cores que os olhos viam na primeira metade do século XX. Os vermelhos, azuis e verdes fortes utilizados historicamente no fundo dos campos deram lugar aos amarelos, aos beges e à “cor de grão”, no que foi, por desconhecimento, uma deturpação da tradicional cromática dos Tapetes de Arraiolos e o seu radical afastamento dos pressupostos cromáticos herdados dos tapetes de oriente, tão marcantes nos exemplares do século XVII e da primeira metade do século XVIII.

É pois sob o prisma destes acontecimentos, deste percurso e deste contexto histórico que devemos analisar os seis tapetes de Arraiolos do Palácio Ducal de Vila Viçosa datados do Século XX, que aqui agrupamos e diferenciamos dos sete mais antigos que constituem a restante parte da coleção.

Tapete 1358 PDVV

O Tapete com o número de inventário 1358 do Palácio Ducal de Vila Viçosa tem um desenho inspirado no tapete 1352. Em ficha de inventário é referido ser de meados do século XX. Não havendo informação específica sobre a sua data de aquisição e produção, somos levados a crer que tenha sido encomendada a sua produção em Arraiolos, onde nessa altura algumas “Casas de Tapetes” tinham uma profícua produção.

Sobre o desenho, não havendo substanciais diferenças relativamente ao tapete 1352, realçamos apenas o facto de que na ausência de cores muitos fortes se vislumbra desde logo o facto de que na sua produção certamente “interferiu” o facto de tendencialmente terem utilizado, na época, cores mais pálidas das que certamente teria o exemplar original aquando da sua produção.

Tapete 1359 PDVV

Um dos maiores tapetes de Arraiolos que se conhece, com 8220 x 4020 mm. Segundo a sua ficha de inventário é datado de cerca de 1950, sendo certamente também essa a sua época de produção, pois presume-se que todos os tapetes do século XX tenham sido encomendados no já referido período em que João Couto e Raul Lino implementaram o seu projeto museológico e museográfico no palácio. Está atualmente exposto na Sala de Hércules.



Pormenor do tapete 1359 PDVV (© J.Real Andrade / MBCB, Arquivo Fotográfico).

O campo deste tapete está completamente preenchido por uma panóplia de motivos decorativos em volta do medalhão central de cariz floral. Fernando Batista de Oliveira contabilizou todos os motivos decorativos do campo e chegou à soma de 175,²⁹ embora se deva ter em conta o facto de se tratar de um tapete com desenho simétrico, sendo os quatro quartos do campo exatamente iguais, pelo que os motivos decorativos se repetem por quatro vezes ao longo de toda a composição.

A diversidade de motivos decorativos é grande, havendo flores de diferentes formas e dimensões, folhas, hastes e palmetas estilizadas, motivos de cariz geométrico como estrelas de oito pontas ou quadrados e ainda uma grande variedade de motivos figurativos zoomórficos em que se contam vários tipos de aves e quadrúpedes. Não sendo fácil criar uma padronização estilística e decorativa para este tapete dada a enorme variedade e quantidade de motivos decorativos que compõem a coleção, a termos que indicar uma tipologia decorativa, podemos considerar este tapete como um “padrão de bichos”, embora um desenho de “padrão de bichos” com características do período do *ressurgimento* do Tapete de Arraiolos, em que houve a mistura de vários modelos e motivos vistos em tapetes mais antigos sem que se tenha seguido uma linha de ornamentação definida com base em critérios estilísticos padronizados por uma corrente decorativa.

Este é um dos tapetes com um fundo de campo mais claro, quase branco, o que evidencia a já referida “deturpação” da tradição pelo facto de se tomar, à época, como referência inspiradora outros tapetes mais antigos que pela exposição à luz tinham as suas cores mais pálidas do que originalmente tinham sido.

Tapete 1360 PDVV

Este tapete, incorporado em novembro de 1955 na coleção, sendo certamente também essa a sua data de produção, e com 4980 x 2950 mm de dimensão, é uma cópia de maior dimensão do tapete 6210 do Palácio Ducal de Vila Viçosa, sobre o qual já nos debruçámos.

Por se tratar de um tapete do século XX, apresenta uma gama de cores mais claras, em geral, do que os tapetes dos séculos anteriores, pelas razões que já referimos, mas denota uma boa qualidade técnica, sendo com este exemplar possível que o desenho do tapete 6210 se tenha preservado no tempo e chegado aos dias de hoje.

A existência neste desenho de uma ave bicéfala que se constitui como motivo central da composição, faz com que este tapete não seja simétrico nos quatro quartos do tapete como é tradição nas produções arraiolenses, sendo apenas simétrico nas duas metades longitudinais do desenho.

Tapete atualmente exposto na denominada Sala de David, terá certamente sido produzido na Casa de S. Vicente, pois o tapete 1361, que analisaremos em seguida, também incorporado em novembro de 1955 e inspirado no tapete 6210, tem referido na sua ficha de inventário aquela Casa como local da sua produção.

²⁹ Fernando Baptista de Oliveira, *História e Técnica dos Tapetes de Arraiolos*, 2.ª edição aumentada, 1979, p. 295.



Tapete de Arraiolos 1360 PDVV (© J. Real Andrade / MBCB, Arquivo Fotográfico).

Tapete 1361 PDVV

Na Sala D. Duarte encontra-se exposto este exemplar do bordado arraiolense, que tal como o tapete 1360, também foi inspirado no tapete 6210, embora este tapete seja mais pequeno, tenha um diferente motivo central e algumas diferenças no desenho do campo. Tem 3520 x 1620 mm de dimensão, cores pálidas, como quase todos os tapetes produzidos no século XX, e foi incorporado em novembro de 1955 após ter sido produzido na Casa de S. Vicente, como consta em ficha de inventário. De referir que a Casa de S. Vicente foi fundada em 27 de junho de 1940 pela Condessa de Mafra e está sediada no Bairro de Marvila, em Lisboa, num palacete do século XVII.

Tapete 1362 PDVV

Este tapete de grandes dimensões, com 6500 x 3450 mm, é um belo exemplar do século XX, que embora não tendo informação relativa à sua incorporação ou época de produção, se presume ser datado de meados do século XX, pois

apresenta algumas das características fundamentais dos tapetes produzidos após o já referido *ressurgimento* do Tapete de Arraiolos.

A composição decorativa do campo tem grande qualidade artística, sendo constituída por um desenho *ad infinitum* ao melhor estilo oriental, com “palmetas”, “flores de lótus” e “folhas lanceoladas” interligadas através de complexa ramificação de arabescos. É um claro exemplo de um tapete em que se utilizaram motivos típicos das composições mais antigas, neste caso o chamado “padrão oriental”, e a partir daí se criava um novo desenho com referências decorativas antigas, mas com cores mais claras no fundo do campo por desconhecimento da ancestral tradição cromática. Embora este tapete, apesar do seu fundo muito claro, tenha motivos de cores fortes, predominando o azul do fundo das barras. De entre os vários tapetes que conhecemos com produção atribuída ao século XX, parece-nos ser, de um ponto de vista estético, um dos mais belos tapetes de Arraiolos.

Está atualmente exposto na Sala das Virtudes.



Pormenor do tapete 1362 PDVV (© J.Real Andrade / MBCB, Arquivo Fotográfico).

Tapete 1363 PDVV

Tapete com 6350 x 3450 mm, exposto na denominada Sala Dourada, tendo sido incorporado na coleção em Março de 1960, e produzido na firma M. J. Pinto Xavier, conhecida na vila de Arraiolos como Casa de Tapetes Kalifa, à qual se pagou 11.900\$00 pela sua aquisição.

Trata-se de mais um típico tapete produzido no século XX, em que se utilizaram desenhos inspirados em exemplares antigos da produção arraiolense e que dessa forma trouxeram de novo os motivos de origem oriental para as composições.

No caso deste tapete vislumbra-se um desenho de qualidade, com uma palmeta central de onde nascem várias palmetas adjacentes que compõem o desenho do campo juntamente com “flores de lótus”, outras “palmetas” e “folhas lanceoladas”. Neste tapete, também de cores pálidas, o que denuncia a sua época de produção a quem o observa, a utilização em alguns motivos de tons próximos do dourado, leva-nos a crer que a sua aquisição terá tido desde logo o objetivo de ornamentar a Sala Dourada, onde ainda hoje se encontra, o que também se percebe noutras tapetes do século XX, que certamente foram incorporados já com uma intenção muito específica, o que também se verifica pelas suas grandes dimensões, nitidamente ajustadas às dimensões dos grandes salões do palácio a que se destinavam.

Bibliografia

AAVV – *Tapetes de Arraiolos: a ilusão da cor*. Catálogo de Exposição. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos, 2017.

ANSCOMBE, Isabelle – *European rugs and carpets: spanish rugs and carpets In Rugs & Carpets of the World*, Ian Bennett ed. Nova Iorque: A & W Publishers, 1977.

CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

DILEY, Arthur Urbane – *Oriental rugs and carpets: a comprehensive study*. Philadelphia: J. B. Lippincott, 1959.

FARNHAM, Thomas J. – *From Lessing to Etinghaussen: the first century of safavid carpets studies In Hali*, n.º 154 (Dec. 2007 – Dec. 2008).

HALLETT, Jessica – *Tapete, Pintura, Documento: o tapete oriental em Portugal In O Tapete Oriental em Portugal (séculos XV-XVIII)*, coord. de Jessica Hallett e Teresa Pacheco Pereira. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2007.

LACLOTTE, Michel (dir.) – *Dicionário Temático Larousse: Grandes Pintores*. Volume I. Lisboa: Edições Larousse, 2000.

LOBO, Rui Miguel – *Origens e Influências Decorativas do Tapete de Arraiolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos, 2015.

MANHITA, Ana – *On the study of historical Arraiolos tapestries: an integrated approach*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, 2012.

MENDONÇA, Maria José – *As Artes Decorativas: Tapete de Arraiolos In Arte Portuguesa* (Vol. I dir. por João Barreira). Lisboa: Edições Excelsior, 1951.

Rui Miguel Lobo

MONGE, Maria de Jesus – *A República no Paço Ducal de Vila Viçosa* In *callipole – Revista de Cultura*, n.º 18, 2010.

MONGE, Maria de Jesus – *O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: 70 anos de gestão museológica* In *Callipole – Revista de Cultura*, n.º 13, 2005.

OLIVEIRA, Fernando Baptista de – *História e Técnica dos Tapetes de Arraiolos*. 2.ª edição aumentada. Lisboa: Sociedade Astória, 1979.

PEREIRA, Teresa Pacheco – *Tapetes de Arraiolos*. Lisboa: Fundo VIP, 1991.

PESTANA, Manuel Inácio – *A reforma setecentista do Cartório da Casa de Bragança: documentos apógrafos e originais do século XIII ao século XVIII*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1985.

IMAGENS DO PODER NA 1.ª REPÚBLICA EM VILA VIÇOSA

Noémia Serrano

A 1.ª República, dezasseis anos decisivos para o conhecimento e interpretação da problemática contemporânea portuguesa, deixou-nos um legado original onde se cruzaram lutas sociais e políticas personagens diversas e acontecimentos marcantes da História de Portugal.

Com Raul Rego concorda-se que, implantada em Lisboa, no dia 5 de Outubro de 1910, proclamada da varanda do município por José Relvas, a República foi-se estendendo, aos concelhos próximos e progressivamente, por telefone, ao resto do país, onde por falta de crença na monarquia e divórcio entre o regime e o povo, a revolução é aceite com civismo¹.

A nível local e regional, a História da 1.ª República está em muitos casos por construir. No caso de Vila Viçosa que teve importante papel, em momentos diversos do Regime monárquico em Portugal, colocam-se desde logo várias questões: Como reagiu esta vila “monárquica”, tantas vezes local de residência temporária da família real, nos últimos anos da monarquia, à implantação da república? Por outro lado, como foi tratada pela República? Que alterações significativas ocorreram aqui nos primeiros momentos republicanos? Que novas imagens de poder se construíram? Quem foram os novos dirigentes calipolenses? Como evoluíram as suas élites? Persistiram? Enfraqueceram? Deram origem a novos centros de poder? Pode falar-se de ruptura ou de evolução na continuidade?

Neste breve olhar sobre a história local tentaremos dar a resposta possível a algumas destas interrogações, apoiando-nos no actual estado da arte sobre estes assuntos e socorrendo-nos de alguma documentação pacientemente recolhida na imprensa periódica regional coeva e em alguns arquivos regionais e locais.

Com Mário Soares concorda-se que durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, a 1.ª República foi denegrida e caluniada através da propaganda, trans-

¹ Rego, (Raul), *História da República*, Círculo de Leitores, Vol. II, pág. 181.

formada numa “balbúrdia sanguinolenta”². É verdade que os acontecimentos nacionais com golpes e intentonas, a incapacidade de união do Partido Republicano, as dificuldades económicas e sociais e toda a instabilidade governativa marcaram esta época que tinha herdado do constitucionalismo monárquico uma agitação e simultaneamente um certo “alheamento” da monarquia que justificam a facilidade com que a república foi proclamada por todo o país. Raul Rego afirma: “O que espanta na mudança de regime, quase sem revolta, em 1910, é a falta de valentia dos homens que encarnavam o estado(...). Dizia-se que o país era monárquico porque todos os dias, nas igrejas, e à noite nas famílias, se rezava pelo rei. Como se rezava a todos os santos que nunca se viram, pelos quais se grita em desespero, mas de que nada se espera.”³

Também João Medina partilha da mesma visão ao afirmar que “Raramente uma mudança de regime terá sido recebida com tanto entusiasmo, com tão unânime alegria, por Portugal inteiro, de lés a lés, como se, de facto, o país inteiro aguardasse há muito a queda da monarquia de quase oito séculos(...)⁴.

De facto, como João Chagas⁵ afirmara, a República chegou à província por telegrama. Com raras exceções, o Portugal provinciano esperou o telegrama, aderiu sem rodeios à República e a resistência das autoridades da força pública ou da tropa foi praticamente inexistente. Estava-se pois perante uma revolução pacífica e clemente que, apesar de ter triunfado militarmente, foi ordeira na maior parte do país, com vivas, palmas, desfiles e discursos.

Quando nos interrogamos sobre como foi vivida a implantação da República, em Vila Viçosa, terra tão conotada com a monarquia, a informação recolhida permite-nos afirmar que tudo ocorreu de forma pacífica.

A imprensa periódica regional de Évora, dá-nos conta dos acontecimentos ocorridos no 5 de Outubro de 1910 e das suas repercuções por todo distrito de Évora. Entre as várias publicações da época destacamos duas: *O Notícias de Évora* e *A Voz Pública*. A razão desta escolha prende-se com o facto de serem publicações bem diferentes na sua orientação política. *O Notícias de Évora* é um jornal que surge pela primeira vez em 8 de Setembro de 1900, é considerado o mais antigo diário do Alentejo e foi criado pelo Cónego Alfredo César de Oliveira e pelo Dr. Francisco Eduardo Baharona. Era então órgão do partido Progressista e surge numa conjuntura política complexa que vai acompanhando e com a qual vai interagindo. De 1900 a 1907, o Cónego Alfredo César de Oliveira mantém a liderança e a orientação do jornal que permanece como órgão central do Partido Progressista. Até esta mesma data, o seu primeiro editor foi José Augusto Costa. Depois desta data, o jornal mudou muitas vezes de dono e de ideologia e vários administradores: Alípio Ferreira, João José Pereira e João

² Soares, (Mário), Prefácio in *História da República*, Círculo de leitores, Vol. I.

³ Rego, (Raul), obra cit. Vol. II, pág. 71.

⁴ Medina (João), *História de Portugal*, Ediclube, vol. X, pág. 29.

⁵ Chagas (João), *Cartas políticas*, Lisboa, 22/XII/1910.

Germano Rosa. Este, que recebeu do anterior, a propriedade e a direcção tornou o jornal “Regenerador” liberal e assim se manteve até à implantação da República. Esteve suspenso e reapareceu no dia 8 de Outubro de 1910, afirmando-se apertidário e neutral. Tinha então como redactor principal Joaquim Mota Capitão.

Já o Jornal “A Voz Pública” é um bissemanário assumidamente republicano, dirigido por Estevão da Cunha Pimentel e que tinha como redactor principal Júlio Martins. No período considerado, da implantação da República, este bissemanário publica o seu número 340 e nele notícia que foi nomeado Governador civil de Évora, por telegrama de Lisboa, o senhor Estevão da Cunha Pimentel, exactamente o Diretor deste jornal.

Depois de tomar posse, o Governador civil de Évora foi rápido a nomear as novas Câmaras Municipais republicanas e a mudança dos órgãos do poder nos diversos concelhos ocorreu sem grandes sobressaltos.

O Notícias de Évora de 12 de Outubro de 1910 publica a nova Comissão Camarária de Vila Viçosa que, segundo o jornal, passou a ter a seguinte composição: Augusto César de Paiva Monteiro, presidente, Manuel Fernandes Branco, vice-presidente, Serafim de Jesus Silveira, Salvador Lourenço Torrinha e Francisco António dos Santos.

Segundo o Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Viçosa⁶, a sessão número trinta e seis de 1 de Outubro de 1910 foi a última sessão da monarquia em que apenas se trataram assuntos correntes e que nos dá conta da composição camarária que tinha André Gomes Pereira como Presidente e António Maria Lobo Vidigal Salgado, Veríssimo Lapa, Joaquim José Amaro e Salvador Lourenço Torrinha.

Verificamos depois que, três dias depois dos acontecimentos de Lisboa, a Comissão acima referida, na 37.^a sessão de 8 de Outubro, “resolveu prestar respeitosa homenagem ao regime constituído, aderindo à República”⁷. Esta sessão que foi secretariada por Luís d’Assunção Silveira mostra-nos como a Comissão que uma semana antes obedecia ao rei e à monarquia, reconhece o novo regime e se apressa a aderir ao novo poder que tinha sido proclamado no dia anterior em Évora, com a nomeação do novo Governador Civil, o senhor Estevão Pimentel que dirigia até aí A Voz Pública.

No dia 15 de Outubro, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, tomou posse a nova Comissão. A ata desta sessão dá-nos conta que nessa tomada de posse estiveram presentes os membros da Comissão cessante que assinaram a respectiva ata.

A nova Comissão, em virtude do decreto de 13/10 do Diário do governo, exibiu o alvará firmado no Governo Civil no mesmo dia e declarou querer tomar posse dos lugares da vereação camarária.

⁶ Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal, de 1907 a 1913, não catalogado no Fundo do Arquivo Municipal de Vila Viçosa que surge com a referência 90.01, sem letras.

⁷ Idem, sessão n.º 37 de 1910.

Foi feita a apologia do novo regime, elogiado o carácter dos nomeados, seguindo-se “calorosas” vivas ao novo regime, ao som da Portuguesa tocada pelas duas filarmónicas locais. Presidiu à sessão a partir daí o Sr. Manuel Fernandes Branco que elegeu nos termos legais o presidente, Salvador Lourenço Torrinha e Vice-presidente o Sr. Augusto César de Paiva Monteiro. Esta ata termina com as assinaturas de todos os presentes. A lista, encabeçada pela anterior Comissão a que se segue os nomes dos recém empossados e o nome do secretário, é uma lista composta por muitos nomes bem conhecidos da comunidade local.

Estas primeiras imagens do poder republicano em Vila Viçosa, são imagens cordatas de uma república que parece afirmar-se sem castigo e sem tumulto.

O quartel do Regimento de cavalaria 10, situado no terreiro do Paço, no antigo Convento dos Agostinhos, cujo comandante era o tenente coronel António Augusto Garcia e onde eram capitães Abílio Augusto de Almeida, Francisco Luís de Abreu e Manuel José do Sacramento Monteiro, não agiu na defesa da monarquia e o mesmo comportamento evidenciou a Guarda Municipal, verificando-se por isso que o poder militar aguardou serenamente os acontecimentos. Em Lisboa e no Porto, tinham sido criadas Guardas Republicanas provisórias enquanto se preparava a criação da Guarda Nacional Republicana que ocorreu em 3/5/1911 e que herdou os efectivos, os quartéis, os equipamentos e o armamento das extintas guardas Municipais. A Guarda Nacional Republicana chega a Vila Viçosa ainda em 1911 e instala-se na Rua Martim Afonso de Sousa, no número quatro onde ainda hoje tem as suas atuais instalações.

Os últimos meses de 1910 são parcos de notícias sobre Vila Viçosa na imprensa periódica regional, quer no Notícias de Évora quer na Voz Pública. No 1.º mês da República, o Notícias de Évora publica uma notícia sobre a nova Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, que tinha tomado posse no dia anterior⁸, por nomeação do Senhor Governador Civil. Os novos líderes da Misericórdia eram: João Augusto da Silva Lobo, Raphael Boim, Inácio da Conceição Rosa Sobrinho, Luis Filipe de Abreu e Joaquim Mamão.

Também no dia 6/11/1910, no mesmo jornal, é noticiado que essa mesma Mesa Administrativa debateu um assunto bem caro à população da Vila que dizia respeito à obrigatoriedade da permanência de um médico nas instalações da Misericórdia.

No dia 10/11/1910, pode ler-se a seguinte notícia sobre Vila Viçosa: “O sr. João Lobo, presidente da Comissão Administrativa da Misericórdia, para solemnizar a implantação da República em Portugal, ofereceu um jantar aos doentes do Hospital, oferecendo também doces, licores e vinhos finos à Comissão Municipal.”⁹ No seguimento desta notícia, dois dias depois, o jornal volta a referir o mesmo jantar para reforçar a presença da Comissão Municipal Republicana e as boas relações entre a Câmara e a Misericórdia. Mas a notícia ia mais longe no

⁸ Notícias de Évora de 4/11/1910

⁹ Notícias de Évora de 10/11/1910

seu afã de informar que a vida da República em Vila Viçosa, apesar da sua ligação à realeza, corria serena e firme na administração do Concelho e nas suas principais instituições. Assim, informou-se que no final desse jantar tinha sido apresentado um dos Heróis da Rotunda, o senhor alferes José Marcelino que historiou largamente a forma como foi implantada a República, tendo sido muito vitoriado por todos os presentes que lançaram muitas vivas à República.¹⁰

A pesquisa feita no bissemanário *A Voz Pública* revela-nos notícias da mesma natureza em relação a Vila Viçosa, embora pela sua orientação confessadamente republicana, este jornal dedique mais a sua atenção às realizações do Partido Republicano na região e às novidades da capital. Se no dia 9/10/1910 *A Voz Pública* apresenta as Câmaras Municipais de Estremoz e Borba, só no dia 16 apresenta uma notícia sobre Vila Viçosa, noticiando o cargo de Administrador do Concelho atribuído a Salvador Lourenço Torrinha.

O interessante desta pequena notícia, é que ela antecipa o fato em si, como se o jornal tivesse informação privilegiado do governo civil onde o seu antigo director desempenhava o cargo de governador. Com efeito, só no dia 17 de Outubro, em telegrama enviado pela Câmara Municipal de Vila Viçosa ao Governador Civil de Évora, o Presidente da recém empossada Comissão Municipal, Salvador Lourenço Torrinha, requer o cargo de Administrador Provisório do Conselho, cargo que lhe é depois atribuído.¹¹

No final do mês, o jornal apresenta também os Regedores de Vila Viçosa que eram os representantes da Administração Central, junto de cada freguesia. Eram indicados os seguintes nomes: Freguesia da Matriz – José Augusto Matta; Freguesia de S. Bartolomeu – João Dias Rebocho; Freguesia de Bencatel – António Joaquim de Sant’Ana; Freguesia de Pardais – António Lopes Farelo. Não se fazia referência a S. Romão.¹²

No mês seguinte, *A Voz Pública* publica a convocatória do Partido Republicano a todas as Comissões Municipais Republicanas do distrito de Évora, para uma reunião dia treze de Novembro, a realizar-se no Centro Republicano Democrático Liberdade pela uma da tarde, invocando interesse partidário para o efeito. Não esteve presente nenhum representante de Vila Viçosa, onde o partido republicano teria pouca expressão.¹³

É este jornal que também publica a extensa lista dos nomes que compõem as juntas de “Parochia” de Vila Viçosa.¹⁴ Na de S. Bartolomeu encontramos Antó-

¹⁰ *Notícias de Évora* de 12/11/1910.

¹¹ *Correspondência para o Governo Civil de Évora in Arquivo Municipal*, 305 CRT 4, 1902/1912.

¹² *Voz Pública*, 30/10/1910.

¹³ *Voz Pública*, 10/11/1910.

¹⁴ A paróquia tem hoje a sua posição na divisão eclesiástica do território e a freguesia existe enquanto circunscrição territorial num contexto político-administrativo determinado por lei. Nem sempre foi assim, motivo pelo qual devemos atender a questões de natureza legal. Em 1830, pelo Decreto de 26 de Novembro, são instituídas as juntas de paróquia.

nio Domingos Romeu, António Alfredo Pombeiro da Silva Nogueira, José Nunes Ramalho, Padre António Ribeiro e João Dias Rebocho. À Matriz pertenciam Joaquim Gomes Pereira, Manuel Francisco dos Santos, Francisco José Soeiro Rosa, Padre António Alberto Gonçalves e José Augusto Matta. A Junta de Bencatel era composta por Joaquim Rosado Piteira Júnior, António Pereira Bom, José António da Fonseca Torrinha, Padre Estevão Augusto Pereira e António Joaquim de Sant' Ana. A Junta de Pardais, a única que não apresentava nenhum padre, era constituída por Francisco António d'Ascenção, José Joaquim Theutónio e António Lopes Farello. Finalmente em S. Romão a Junta era composta por José Mário Chamorrinha, José Joaquim Amante, António José Sande, Padre Joaquim Manuel Lobinho e António José Rosado. Aos poucos, em Vila Viçosa, o poder ia mudando de mãos, mas mantendo algumas individualidades da época anterior sem gestos de revolta ou relutância e o funcionamento das instituições também se fazia com normalidade.

Ao analisarmos a correspondência entre a Câmara e o Governo civil de Évora, verificamos que, a maioria dos assuntos tratados são de despacho corrente, dando conta ao governador civil das resoluções e decisões camarárias. Ainda no mês de Outubro, a ata da sessão camarária de 20/10/1911, dá-nos conta da distribuição dos pelouros e da decisão de alteração dos nomes das ruas, decisão que é comunicada ao Governador civil e que consta de um edital de 28/10/1910¹⁵. As alterações são várias e destacam-se aquelas que substituem os nomes das ruas com nomes da realeza e dos seus notáveis para nomes republicanos. Assim, a Praça Dona Amélia

Em 1832, na reforma da organização administrativa iniciada por Mouzinho da Silveira, são extintas as juntas de paróquia. São também excluídas as paróquias da divisão do território e da organização administrativa, considerando-as a lei um mero agregado social e religioso (Decreto n.º 23, de 16 de Maio). Em 1835, pela Lei de 25 de Abril, as freguesias são incluídas na divisão administrativa do território. Confirmadas as freguesias pelo Decreto de 18 de Julho, são restabelecidas as juntas de paróquia e consignadas as suas funções administrativas. A freguesia passava a ter limites próprios e correspondia ao território sob influência da paróquia. Em 1842 o Código Administrativo mantém a designação do pároco como presidente, mas as paróquias já não são incluídas na organização da administração pública. Em 1870, pelo Código Administrativo, são extintas as juntas de paróquia, mas apenas durante cinco meses. Em 1878 o Código Administrativo determina uma nova organização e atribuições das juntas de paróquia, sendo livre a escolha do seu presidente. Em 1895 o Código Administrativo repõe na presidência da junta os párocos. A mesma posição é seguida no Código Administrativo de 1896.

Devido à implantação da República, a qual provoca a separação do Estado e da Igreja, é colocado em vigor o Código Administrativo de 1878, retirando, assim, a presidência aos párocos. A Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, promove a organização das paróquias civis, numa clara distinção das paróquias eclesiásticas, embora assuma o mesmo limite territorial. Finalmente, a Lei n.º 621, de 23 de Junho de 1916, altera definitivamente a designação da junta de paróquia para junta de freguesia, mantendo-se praticamente sem alterações até hoje as suas componentes políticas e administrativas.

¹⁵ Fundo da Administração do Concelho de Vila Viçosa, 326 CCC 20 e Livro de Atas das sessões Camarárias ref. 90.01....

passa a chamar-se Praça da República, o Terreiro do Paço passa a designar-se por Praça da liberdade, a Rua D. Carlos denomina-se agora Rua Miguel Bombarda e a Rua dos Fidalgos transforma-se na Rua Cândido dos Reis. A preocupação de atribuir o nome de representantes republicanos às ruas da vila “monárquica” não se fica por aqui e assistimos à transformação da Rua do Cambaia em Rua António José de Almeida, da Rua de Santa cruz em Rua Bernardino Machado, do Largo do Asilo em Largo 5 de Outubro e do Rossio em Largo Machado dos Santos. Também a conhecida Rua de Três se torna a Rua Dr. Gomes Jardim e a Rua das Vaqueiras passa a ser a Rua Câmara Pestana.

As mudanças simbólicas estavam a ocorrer e nas novas designações das ruas, afirmava-se a república e reconheciam-se os heróis do novo regime

Na correspondência referida para o mês de Novembro do mesmo ano encontramos de novo assuntos correntes sobre feiras, comércio, ensino e prisões. Tudo parece evoluir na continuidade e nesse mesmo mês, no dia 27, surge em Évora um novo semanário: O Carbonário que é um jornal republicano dirigido por Leonel de Sousa, sediado na Rua da República no número 75. O seu editor é Agripino de Oliveira e este semanário apresenta algumas rubricas que o diferenciam das outras duas publicações já referidas. Menos formal e mais partidário, apresenta uma coluna em que se formulam críticas e se fazem afirmações de fonte “não segura”. Aliás, o jornal usa a expressão: “Dizem pela arcada”, como se o noticiado fosse atribuído ao povo da cidade ou a um conjunto indefinido de pessoas, tão indefinido que não seria passível de ser responsabilizado pelas afirmações.

Uma das notícias dizia assim:

“Dizem pela arcada que a Comissão Municipal Republicana de um dos concelhos deste distrito é na totalidade composta de adesivos

Que logares que deviam ser ocupados por verdadeiros republicanos, estão sendo usufruídos por certos adventícios que se recomendam por serem mais diplomatas”¹⁶

Esta publicação põe a descoberto uma característica e simultaneamente um problema desta república tolerante e branda que acolheu no seu seio um grande número de homens que servira a monarquia.

João Medina concorda com a profecia de João Chagas quando afirma afirma que “um certo número de homens – que agora se via ser imenso – pretendia sobreviver à queda da monarquia, agasalhando-se ao calor do novo regime que eles tinham hostilizado ou mesmo combatido, enchendo-o com uma enxurrada de súbditos conversos da mais duvidosa lealdade(...)”¹⁷

Não podemos afirmar com certeza que a notícia do Carbonário acima referida, se identifique com os acontecimentos e a evolução política em Vila Viçosa.

¹⁶ *O Carbonário*, 27/11/1910

¹⁷ Medina (João) “A adesivagem ou a república frustrada ao nascer” in *História de Portugal*, Ediclube, Vol. X, pág. 94 e seguintes

O que podemos afirmar, como já o relatámos, é que a Comissão municipal calipolense cessante, no dia 8 de Outubro, aderiu à República. Podemos igualmente afirmar que logo a seguir à implantação da República, enquanto António José de Almeida, Ministro do interior, expedia telegramas para que nos concelhos onde não havia comissões republicanas, fossem as vereações substituídas por comissões municipais electivas republicanas, as autoridades municipais, acataram as directrizes e os novos dirigentes e mostraram até uma evidente tendência para se misturarem com os vitoriosos. São estes os adesivos ou aderentes denunciados pela *Voz Pública* e pelo Carbonário.

No mês de Dezembro *A Voz Pública* notícia que no dia 10/12/1910, esteve em Évora uma Comissão de Vila Viçosa que foi cumprimentar o Sr. Governador Civil e convidá-lo para assistir à inauguração de um Centro republicano na Vila¹⁸.

Também alguns dias mais tarde foi publicada no mesmo jornal, a notícia da criação do Centro Republicano de Vila Viçosa, instalado provisoriamente na Rua Miguel Bombarda, num edifício recém reconstruído. A mesma notícia dá conta de que foram eleitos os corpos gerentes para 1911.

Na direcção encontramos João Augusto da Silva Lobo, abastado proprietário e que já referenciamos como novo presidente da Misericórdia. Como vice-presidente encontramos Luíz da Asumpção Silveira, secretário da Câmara Municipal. Como tesoureiro encontramos João Nuno Vilela, capitão de cavalaria. O 1.º Secretário era Thomé da Encarnação Santos, aspirante da Fazenda e o 2.º Secretário era José Nunes Ramalho. A notícia apresenta ainda como suplentes Joaquim Marques, José Augusto Mata, Joaquim Guilherme da Conceição Rosa, João António Martinho, José de Jesus da Rosa Espanca, todos comerciantes e industriais. Na Assembleia geral encontramos Salvador Lourenço Torrinha como presidente, Serafim Silveira como 1.º secretário, Manuel Branco como 2.º secretário e Augusto César Monteiro como suplente à presidência, precisamente os elementos da Comissão Municipal.¹⁹

Tais notícias que não são publicadas pelo *Notícias de Évora*, permitem-nos tirar a conclusão que tal centro não existia e que a influência republicana seria fraca ou inexistente, antes da implantação da República. Num trabalho doutra natureza, seria interessante fazer uma análise sociológica que nos permitisse identificar estes novos dirigentes e o seu papel na nova sociedade que a revolução devia construir. Mesmo sem esse estudo aprofundado, sabe-se que alguns destes nomes pertenciam sempre à élite local dos comerciantes e industriais e que a continuidade entre a monarquia e a República se fez sem grandes contratemplos.

O ano de 1911 trouxe para Vila Viçosa algumas “novedades” que podemos encontrar referenciadas na correspondência já citada entre a Câmara Municipal e o Governo Civil e alguma correspondência com o próprio governo central. Uma dessas “novedades” foi a da manutenção das anteriores assembleias eleito-

¹⁸ *A Voz Pública*, 11/12/1910.

¹⁹ *A Voz Pública*, 25/12/1910.

rais do concelho, nomeadamente a 1.ª Assembleia na secretaria da Câmara, com Ciladas, Pardais, Nossa Senhora da Conceição e Bencatel; a 2.ª com S. Bartolomeu e S. Romão.²⁰

É também de referir pedidos de autorização para reforçar salários e bom trato para o Regimento de Cavalaria 10 que com alguma frequência ficava de prevenção para manter a ordem pública, e reforço de guardas para a cadeia onde se encontravam gatunos desertores e vadíos.²¹ Estes pedidos retratam alguma perturbação social e a necessidade de uma força militar para manter a ordem pública. Também em sessão de Câmara de 19/10/1911 se requer ao Governo a cedência do Antigo cemitério de S. Bartolomeu e casebres junto ao Largo Machado dos Santos. Requere-se igualmente a “cedência da casa do Beatério onde estavam as religiosas, com cerca junta, a fim de ali instalar o aquartelamento da Guarda Nacional Republicana e da Polícia cívica, e ali construir um mercado em boas condições.”²² Em ata de 23/10/1911 pede-se ao Senador Souza da Câmara que interfira junto do ministro das finanças para a cedência do terreno pedido. Manuel de Souza da Câmara era filho de António Pereira de Souza da Câmara, senhor da casa dos Souza da Câmara em Vila Viçosa. Este senador tinha recebido em 20/4/1911 o apoio da Comissão Municipal para deputado pelo círculo de Évora, apoio que foi comunicado ao Governador civil em ofício assinado por Salvador Torrinha.²³

Ao longo deste ano foi instalada a GNR, como já se afirmou, foi introduzido o registo civil, e “aplicada” a lei da separação da igreja do estado. Verificou-se alguma preocupação com o ensino e com leis relativas ao mundo laboral e ao descanso semanal.

Sobre o registo civil, já os liberais em 1832 tinham referido o registo civil como função do Provedor. Pelo decreto de 18/7/1835, no seu artigo 65, a redacção e guarda do Registo civil passou a ser da competência do Administrador do Concelho. Estas leis, porém, tinham sido ignoradas e eram os registos paroquiais que se encarregavam dos registos. É a lei de 18/2/1911 que promulgou o Código do Registo Civil, que vai alterar esta realidade e que vai entrar em vigor em 1/9/1911. Os livros do Registo Paroquial foram encerrados e colocados à guarda dos párocos. Em 10/7/1912, uma nova lei determinava a passagem dos livros de registo paroquial para os conservadores do Registo Civil²⁴.

Num ofício de 29/3/1911, tomamos conhecimento que Salvador Torrinha enquanto oficial provisório do registo civil no concelho de Vila Viçosa propõe o

²⁰ Fundo citado, 305CRT 4, telegrama para o Governo civil de 12/1/1911.

²¹ Idem, telegramas de 12/1/1911 e 4/5/1911.

²² Livro de Atas Camarárias, ref 90.01, sessão de 19/10/1911.

²³ Fundo da Administração do Concelho de Vila Viçosa, 326 CCC, 20, 20/4/1911.

²⁴ Alves Jorge (2010) “A 1.ª república, o poder local e a saga parlamentar por um novo Código Administrativo” in *Revista da Faculdade de Letras-História*, Porto, vol. XI, pag. 33/61.

nome de Alfredo Pompeiro da Silva para seu ajudante, por ser homem da sua confiança. A mesma proposta é enviada por telegrama ao Sr. Governador Civil e dois dias depois segue queixa por terem sido requisitados os cadernos para o registo civil e até aquela data ainda não terem sido enviados²⁵.

Quanto à lei da separação da igreja do estado, encontramos entre seis e doze de Dezembro, correspondência entre a Câmara e o Governo civil onde se indica a composição da Comissão de execução da referida lei. O presidente era João António da Silva Nogueira. Os outros membros eram Serafim de Jesus Silveira, Joaquim Gomes Pereira e José Nunes Ramalho.

Verificamos que os temas tão caros aos republicanos como o laicismo, com substituição dos registos paroquiais pelo registo civil e a lei de separação do estado da igreja, faziam parte da atuação da nova Câmara Municipal que tentava cumprir as directrizes centrais e regionais.

No que diz respeito aos impostos e contribuições foi abolido o imposto sobre os géneros sujeitos ao real de água²⁶ e em julho do mesmo ano a Câmara, na defesa dos seus municíipes senhorios, faz uma petição ao ministro, sobre o prolongamento do prazo de apresentação dos respectivos contratos, que tinham falhado por desconhecimento da lei. Os orçamentos são escalpelizados e debatidos verificando-se que, curiosamente, 15% do orçamento era atribuído ao ensino, outro tema caro aos republicanos que acreditavam que a alfabetização formaria cidadãos mais preparados e conscientes, mais capazes de defender a República.

Ainda no plano social, a análise da documentação mostra-nos a preocupação com a ordem, com o funcionamento das instituições e também com a organização laboral, no que diz respeito a horários de trabalho e descanso semanal. Se a lei da greve de 6/10/1910 é, de todas as leis destinadas ao mundo do trabalho, a mais referenciada, o decreto do descanso semanal merece poucas referências. Vindo da Monarquia, tinha sido consagrado pela igreja o domingo como descanso e aceite pela maioria da população que era católica. Mas a intenção da República era dar ao descanso semanal o carácter de um direito civil e retirar-lhe a obrigação de norma religiosa. Depois da enorme pressão dos caixeiros, o governo de Teófilo Braga assume como prioridade esta regulamentação e depois da apresentação da lei, no dia dois de janeiro de 1911, sujeita a algumas alterações, foi finalmente aprovada e publicada no decreto de 9/1/1911. Regista-se contudo o seu incumprimento em muitos lugares. A regulamentação era da competência do governador civil mediante propostas das Comissões Municipais. Os regulamentos eram feitos pela Câmara e a fiscalização era pouco atenta e por vezes sujeita a influências locais. No caso de Vila Viçosa, pouco depois da lei ser publicada, a proposta enviada ao senhor governador civil dizia respeito ao descanso semanal de 24 horas para todas as classes do comércio e da indústria, ao domingo, excepto para o comércio nos dias de feira, respetivamente 28 de Janeiro, 29 de Maio e 30 de Agosto, devendo nesses casos o descanso

²⁵ Fundo citado, livro 305, telegrama de 31/3/1911

²⁶ Livro de Atas Camarárias, ref 90.01, 27/4/1911

passar para o 1.º dia do mês seguinte.²⁷ As leis da República iam sendo implementadas pelo menos do ponto de vista formal, com a acção da Câmara aprovada pelo Governo civil.

O ano de 1912 que foi marcado por fortes tempestades, provocou em Vila Viçosa uma grave crise económica marcada pela fome entre os mais desfavorecidos, e a Câmara tentou resolver essa questão com a abertura de uma subscrição em que por meio de quotas diárias se obtenha a quantia necessária para diariamente ser distribuída uma sopa económica. Nesta missão, Salvador Torrinha contava com o apoio da Misericordia liderada por João Augusto da Silva Lobo. Em ofício de 13/2/1912 dava conta da sua acção ao governador civil e pedia autorização para o cofre da Câmara contribuir com dez mil reis diários, pedindo-se autorização de antecipação de utilização da verba em relação à emolumento da verba no orçamento, podendo gastar até cem mil reis. O governador civil não autorizou esta antecipação. E este parece ter sido o momento de início de alguma tensão entre Évora e Vila Viçosa.²⁸

A tensão terá sido provocada por algum descontentamento resultante da aplicação das novas contribuições e impostos e pela crise económica, tendo-se verificado alguns desacatos que geraram desconfianças em relação a Vila Viçosa. Essas desconfianças levaram a muitas perguntas do governo civil sobre os bens da igreja e manuscritos da congregações religiosas, sobre a existência de organizações de classe e sobre o próprio funcionamento da Câmara.

Na correspondência com o governo Civil encontramos no dia 15 de Outubro de 1912, o Administrador do concelho a informá-lo que “não há em Vila Viçosa associação de classe, nem se faz propaganda subservia”²⁹, comprometendo-se a uma maior vigilância.

No início de 1913, o mesmo Salvador Lourenço Torrinha, envia ao Governador Civil um ofício onde pode ler-se: “foi deliberado agradecer a Vossa Excelência a valiosíssima cooperação assegurada para o engrandecimento e consolidação do regime que felizmente foi implantado em Portugal a 5 de outubro de 1910, deliberando-se mais afirmar a Vossa Excelência que esta Câmara sem posição partidária, tem trabalhado e continuará a trabalhar em geral para o engrandecimento e consolidação da República e em especial para os interesses deste município”³⁰. Em Abril deste mesmo ano vem a ordem para fornecer a bandeira às escolas da Vila e mais uma mudança simbólica ocorre.

A normalização da vida nacional, sob a égide das instituições republicanas seria regulada pela nova constituição de 1911. Os membros da Assembleia Constituinte “ao deliberarem investir-se a si próprios da faculdade de formar o Parlamento e de eleger o Presidente, alteraram o conteúdo do seu mandato e deram um

²⁷ Idem, 23/3/1911.

²⁸ 326/CCC.20. 13/2/1912 e 22/2/1912.

²⁹ 306/CRT/5. 15/10/1912.

³⁰ Livro de atas das sessões da Câmara, ref 90.01, 30/1/1913.

salto cujas consequências políticas subestimaram.”³¹ De facto seguiu-se um complexo processo de luta pelo poder que conduziu à eleição de Manuel de Arriaga e que havia de continuar e conduzir à fragmentação do Partido Republicano.

As dificuldades financeiras e a instabilidade governativa foram dois grandes constrangimentos que perpassaram por toda a 1.ª República mas o primeiro ano mostra que havia a intenção de formar uma sociedade mais justa e tolerante que respeitasse o primado do Direito no funcionamento do Estado republicano e garantisse a coesão nacional. Esta intenção esteve bem presente no discurso de tomada de posse de Manuel de Arriaga que pretendia “receber os que de nós fugiram”, num espírito moderado e tolerante que restabelecesse a confiança interna e facilitasse o reconhecimento da República pelas potências estrangeiras. É este espírito que conduz à “adesivagem” na expressão de João Medina e que levou os aderentes à República a manterem-se em posição de predomínio económico, administrativo e financeiro. Esta aderência foi possível por não existir por parte dos republicanos uma política resolutamente depuradora da administração pública e da vida portuguesa em geral. Como diz Fernando Rosas, “A República quando chegou sob a tutela hegemónica do Partido Republicano Português (PRP) e do afonsismo, limitou-se a prolongar a situação”³² e como refere João Medina, a República “monarquizara-se” sob a pressão dos adesivos e o sonho dos heróis da rotunda foi-se desvirtuando um pouco.

Em Vila Viçosa, essa aderência deu-se sem sobressaltos. A vila “monárquica” aderiu à república nas instituições e nas gentes como já vimos e foi tratada pela república com cordialidade. Por isso somos levados a afirmar que tudo mudou na continuidade, sendo difícil falar de ruptura e de revolução. Ocorreram, na verdade, muitas mudanças, a que chamamos mudanças formais e simbólicas: Bandeira, hino, formulas oficiais, até mudança de personalidades no desempenho dos cargos políticos. Mas a revolução que se esperava tinha de implicar uma alteração profunda das estruturas da sociedade, da economia, da propriedade, das mentalidades e essa alteração não se verificou.

As novas imagens de poder, então constituídas em Vila Viçosa, revelam-nos nomes que encontramos nos cargos políticos e administrativos calipolenses e que vêm de elites do passado: proprietários, lavradores, comerciantes, funcionários, com rendimentos normalmente acima da média, estavam nas várias listas e comissões que referimos. Com o evoluir dos acontecimentos, foram em alguns casos aumentando o seu património e mantendo a mesma mentalidade. As leis eram publicadas, havia intenção de executá-las mas por vicissitudes várias muitas não eram devidamente cumpridas e permaneciam no campo formal. Este foi o drama dos dezasseis anos da 1.ª república: um regime que queria avançar mas não avançava, dividido e incapaz de cumprir as promessas, sugado por uma nova casta dirigente que, salvo algumas exceções, era republicana como tinha sido monárquica.

³¹ Serra, João, Manuel de Arriaga, *Museu da Presidência*, 2006, pág. 7, 8.

³² Rosas, Fernando, (2010), pág. 20.

Vila Viçosa, a “princesa do Alentejo” mudou para a República como praticamente todo o país, criou o seu centro republicano, obedeceu ao poder central e manteve relações tranquilas com o governo civil do seu distrito.

Bibliografia

Fontes manuscritas:

Arquivo Municipal de Vila Viçosa:

300 / CGC.20 de 1907 a 1916

305 / CRT.4 de 1902 a 1912

306 / CRT/5 de 1861 a 1912

326 / CCC.20 de 15/05/1904 a 13/03/1915

Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal, de 1907 a 1913, com a referência 90.01, sem letras.

Jornais: A voz Pública 1911/1912

O Carbonário 1911

O Notícias de Évora 1911/1912

Bibliografia

Andrade, Anselmo de, *Portugal Económico e Outros Escritos Económicos e Financeiros, 1911-1925*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997.

Alves Jorge (2010) “A 1.ª república, o poder local e a saga parlamentar por um novo Código Administrativo” in *Revista da Faculdade de Letras-História*, Porto, vol. XI, pag. 33/61.

Almeida, Maria Alice Marques de, *A primeira República Portuguesa e o Estado Previdência*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 1997, (dissertação de mestrado).

Brandão, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa, uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX, Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1880 a 1914*, Lisboa, ed. A Regra do Jogo, 1979

Chagas (João), *Cartas políticas*, Lisboa, 22/XII/1910

Carqueja, Bento, *O Povo Português, Aspectos Sociais e económicos*, Porto, Livraria Chardron de Lello e Irmão, 1916.

Castro, Armando, *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (Fins do séc. XVIII a princípios do séc. XX)*, Lisboa, Cosmos, 1947.

Ferrão, Carlos, *História da 1.ª República*, Lisboa, Terra Livre, 1976.

Ferreira, David, *História Política da Primeira República Portuguesa (1910-1915)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

Machado, Fernão Botto, *A Jornada Normal de 8 horas de Trabalho. Projecto de Lei Apresentado à Assembleia Nacional Constituinte*, Lisboa, Typ. Bayard, 1911.

Marques, A. H. Oliveira, *Ensaios de História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Medina (João), *História de Portugal*, Lisboa, Ediclube, vol. X,

Medina, João (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, Amigos do Livro, 1986.

Peres, Damião, *História de Portugal*, Suplemento, Porto, Portucalense Editora, 1954.

Rego, (Raul), *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, Vol.II.

Reis, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, III, IV vols. Ed. Alfa, 1990.

Relvas, José, *Memórias Políticas*, I e II vols., Lisboa, Terra Livre, 1997.

Rosas, Fernando e Maria Fernanda Rollo, *História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, ed. Tinta da China, 2009.

Rosas, Fernando, *Portugal no Século XX (1890-1976) Pensamento e Ação Política. Portugal, Século XX (1890-1976)*, Lisboa, ed. Notícias, 2004

Serra, João, *Manuel de Arriaga*, Museu da Presidência, 2006.

Soares, (Mário), *História da República*, Prefácio in Raul Rego, Círculo de Leitores, Vol. I.

Teixeira, Nuno Severiano e António Costa Pinto (Coord), *A Primeira República Portuguesa, Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

PORTUGAL COMO PAÍS PIONEIRO DA ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE

Anabela Miranda Rodrigues*

1. No ano de 2017, comemorou-se o 150.º aniversário da abolição da pena de morte em Portugal. A efeméride foi celebrada em todo o País, através de conferências, exposições, manifestações artísticas e publicações.¹

Portugal orgulha-se de ter sido a primeira nação a abolir a pena de morte para os crimes comuns sem jamais a ter voltado a instaurar. É este facto que lhe confere o aspeto pioneiro. De entre os atuais estados europeus, o nosso país foi somente antecedido por São Marino, onde a pena de morte, que já não se executava desde 1468, foi abolida em 1848, para os crimes comuns, e em 1865 para todos os crimes.² Mas Portugal permaneceu até hoje, sem sobressaltos, indefetivelmente fiel à arrojada medida de abolição da pena de morte que, em 1867, o então Ministro da Justiça, Augusto Barjona de Freitas, do Governo de «fusão» – como ficou conhecido, entre os partidos «regenerador» e «histórico» – apresentou à Câmara dos

* Professora Catedrática. Faculdade de Direito – Universidade de Coimbra

¹ Sobre a «crónica das comemorações», com amplas referências, vide, INÊS HORTA PINTO, «A pena de morte no Mundo em 2017. Um retrato, por ocasião do 150.º aniversário da abolição da pena de morte em Portugal», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 27 (2017), p. 517-520.

² São Marino fora precedido pelo Grão-Ducado da Toscana – verdadeiramente o primeiro estado do Mundo, ao tempo, a abolir a pena de morte, com a reforma penal leopoldina, de 1786 – e pela República Romana, em 1849. No quadro mundial, o primeiro país a abolir de morte para todos os crimes foi a Venezuela, em 1863. É de referir que alguns Estados dos Estados Unidos da América também são abolicionistas há longo tempo, como o Michigan, que aboliu a pena de morte em 1847, o Wisconsin, em 1853, e o Maine, em 1887. A este propósito, cf. INÊS HORTA PINTO, «5.º Congresso Mundial contra a Pena de Morte e Jornadas Académicas Prévias ao Congresso Mundial (Madrid, Junho de 2013)», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 23 (2013), p. 313s.

² Voltaram noventa deputados a favor e houve apenas dois votos expressos contra, o relato da sessão dando conta de duas abstenções. Assim, GUILHERME BRAGA da CRUZ, «O movimento abolicionista e a abolição da pena de morte em Portugal (resenha histórica)»,

Deputados e que foi aprovado praticamente por unanimidade³: «a pena que paga o sangue com sangue, que mata mas não corrige, que vinga mas não melhora, e que usurpando a Deus as prerrogativas da vida e fechando a porta ao arrependimento, apaga no coração do condenado toda a esperança de redenção, e opõe à falibilidade da justiça humana as trevas de uma punição irreparável»⁴. Tinha chegado a «hora feliz» – a que aludia a Comissão de Legislação Penal, no parecer de apreciação da proposta – em que «podemos com inteira confiança introduzir na nossa legislação penal esta humanitária reforma»⁵.

Em Portugal, reuniram-se condições raras que permitiram a abolição da pena de morte já no século XIX.⁶ Fora já abolida, em 1852, para crimes políticos⁷. E, apesar de ter sido abolida para os crimes militares apenas por Decreto de 16 de Março de 1911, António Pereira foi o último soldado a ser executado, por fuzilamento – em Viseu, no Campo da Feira, em 4 de Maio de 1849.⁸ Melhor sorte teve o soldado António Coelho. O caso do assassinato do Alferes Brito, ocorrido em 1874, ficou famoso – no relato de Braga da Cruz⁹ – por um «intenso movimento de opinião pública contra essa solução extrema, tendo vindo à luta nomes da categoria dum Ramalho Ortigão, que consagra ao caso um dos mais interessantes capítulos de *As Farpas*, e dum Guerra Junqueiro, que inclui no seu livro *A Musa em Férias* uma extensa poesia contra a condenação do soldado à pena última (...). E, perante esta reação generalizada, foi poupada a vida do criminoso».

O abolicionismo tem, em Portugal, raízes longas.¹⁰

Foi «sem grandes alardos»¹¹ que, já em 1802, por Decreto de D. João VI, resultou abolida a pena de morte para todos os crimes dela passíveis nas Ordenações, ao tempo em vigor, que não se englobassem na categoria de «enormíssimos». Além disso, o quadro duro e rigoroso das penas ali previstas era tempe-

Pena de Morte, Colóquio Internacional Comemorativo do Centenário da Abolição da Pena de Morte em Portugal, 11-16 de Setembro de 1967, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, II, p. 423s (p. 532s).

⁴ Barjona de Freitas, Ministro da Justiça. Sessão da Câmara dos Senhores Deputados de 27 de Fevereiro de 1867, Relatório do projeto de Lei apresentado em 27 de Fevereiro de 1867.

⁵ Apud GUILHERME BRAGA da CRUZ, *Pena de Morte, Colóquio Internacional*, cit., p. 538.

⁶ A esmagadora maioria dos países, incluindo os europeus, só aboliu a pena de morte ao longo do Século XX.

⁷ Art. 16.^º do Acto Adicional à Carta Constitucional.

⁸ Segue-se, GUILHERME BRAGA da CRUZ, *Pena de Morte, Colóquio Internacional*, cit., p. 551s.

⁹ *Id, ibidem*.

¹⁰ De notar que Braga da Cruz (*id, ibidem*, p. 514) se referiu a este progressivo movimento, entre nós, como «mais enraizado no «anseio que estava no espírito e no sentimento de todos os portugueses» do que em «razões teóricas ou especulativas». Na actualidade, acredita-se que o abolicionismo, generalizadamente, se liga mais a decisões «racionalistas», politicamente assumidas, sendo menos visto como o resultado da «opinião pública».

¹¹ Segue-se, GUILHERME BRAGA da CRUZ, *Pena de Morte, Colóquio Internacional*, cit., p. 469 e 470, 492 e 479.

rado pela queda em desuso das formas cruéis de execução da pena de morte. Mas foi depois do período que Oliveira Martins, no seu *Portugal Contemporâneo*, chamou de «anarquia liberal» e após o termo da guerra civil que o clima se tornou mais propício ao movimento abolicionista. Vivia-se a «hora alta e esperançosa da *regeneração*, dominada por um grande anseio de concórdia, de paz interna e de progresso material». Os ventos sopravam de além-Perineus e «nomes grandes das nossas letras» davam voz prestigiada à luta contra a pena de morte. Alexandre Herculano marcou posição, com um «breve mas incisivo» ensaio, que lhe valeu, aliás, o ápodo de «protector de malfeiteiros».

O caminho que assim se abria cimentou-se, entretanto, com a abolição de facto da pena de morte. Braga da Cruz insiste na ideia do «voto do País»¹², que se manifestaria mais tarde, a sustentar já a sistemática comutação da pena de morte.

Deve aqui ser lembrado – e ser objeto de análise – o que é referido por aquele Professor como «um facto deveras significativo»¹³: que «em 1 de Julho de 1772, reinando ainda D. José I e governando o Reino o seu omnipotente ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – o conhecido marquês de Pombal – era executada, pela última vez, uma mulher, em Portugal». E, acrescentava, com mal contida ironia: «para despedida, executada com todos os requintes de crueldade (...): atenazada com ferro em brasa, cortadas as mãos, garrotada e queimada».

Entretanto, a partir de 1846 – ano em que teve lugar, na cidade algarvia de Lagos, no mês de Abril, a última execução¹⁴ –, «a pena de morte... morreu por si»¹⁵, repudiada pelo que hoje chamaríamos de «consciência ética da comunidade». É este humanismo enraizado – a «brandura de costumes» tantas vezes assinalada e a «bondade de coração dos nossos julgadores» – o «silencioso trabalho dos tribunais»¹⁶ – a seiva do movimento abolicionista em Portugal.

A obra de Beccaria era bem conhecida e laboriosamente trabalhada entre nós. Data já de 1815 um «precioso estudo»¹⁷, da autoria de Ribeiro dos Santos,

¹² *Id, ibidem*, p. 513.

¹³ *Id, ibidem*, p. 471 s.

¹⁴ De acordo com a lista redigida, em 1843, por António José da Conceição, testemunha direta de algumas execuções: «1846: é enforcado, em Lagos, pelos crimes de violação, roubo e morte de uma criada da Família do major António Monteiro, de nome Bernarda, José Joaquim, de alcunha *O Grande*», Breve notícia de diversas execuções capitais em Portugal desde 1797 a 1846, legenda da gravura «A Caminho da Forca» (Condenados à Pena Última. 150 Anos de Abolição da Pena de Morte. Exposição. Colégio da Trindade. Coimbra. 2017). Disponível em: *150 Anos. Abolição da Pena de Morte em Portugal. Documentos*.

¹⁵ GUILHERME BRAGA da CRUZ, *Pena de Morte, Colóquio Internacional*, cit., p. 491.

¹⁶ *Id, ibidem*, p. 424 e p. 467, onde Braga da Cruz se refere ao «silencioso trabalho dos tribunais na edificação duma jurisprudência penal mais humana e mais equitativa».

¹⁷ Refere-se-lhe deste modo, GUILHERME BRAGA da CRUZ, *ibidem*, p. 463. No seu «Discurso sobre a pena de morte e reflexões sobre alguns crimes», Jornal de Coimbra, 1815, Ribeiro dos Santos escreveu: «(...) a Sociedade Civil pode defender-se a si, ou ao seu Cidadão ameaçado, contendo o malfeitor pela fôrça, pelo degredo, pelos trabalhos

lente da Faculdade de Cânones¹⁸ da Universidade de Coimbra – a justo título considerado o primeiro abolicionista plenamente convicto dos cultores do direito criminal português –, em que sustenta que «no estado ordinário da República, não é necessária nem útil a pena de morte». E os argumentos contra a pena de morte encontramo-los enunciados, a integrarem a história penal da Europa, em Silva Ferrão¹⁹ ou Levy Maria Jordão²⁰. E não só: basta ler o Relatório da Lei de 1867 para se perceber como as referências «iluministas» estão todas ali – desde as citações de Beccaria e Bentham, passando pela invocação dos escritos de Mably, Filangieri, Pastoret e Mancini, até à «obra magistral» de Mittermaier – e eram profunda e sobejamente evidenciados e esgrimidos os argumentos de ordem teórica, com especial destaque para a falta de proporcionalidade entre a pena de morte e o crime²¹. Mas o que explica que a pena de morte tenha sido, entre nós, abolida «para sempre» – segundo Braga da Cruz, que enfatizou este aspeto – desvenda-se na «razão que, mais que nenhuma outra, exigia a abolição da pena máxima, ou seja, o sentimento unânime do povo português contra ela: (...) vê-se que está abolida pelos costumes, pela sua inutilidade, pela prescrição de longos anos». O Autor acrescentava: «Se não se executa, se contra a sua execução se insurgiria o sentimento e a consciência pública, para que manter essa antinomia entre as leis e os costumes, buscando intimidar com fantasmas o espírito dos povos?».²²

É difícil ser mais expressivo a afastar a prevenção geral ad terrorem...

Mais incisivo, só o parecer da Comissão de Legislação Penal à Lei de 1867 que, depois de se referir à «experiência de mais de vinte anos em que se acha

públicos, ou por outras penas ou meios punitivos e de coacção: quando pode sem perigo da sua vida, ou existencia política escusar a morte, e poupar o sangue humano, está tudo salvo; n'estas circunstancias fulminar o Decreto fatal da morte he ir além dos limites da necessidade do remedio, he exceeder a moderação, e medida da inculpável defeza, e violar a Lei Sagrada, que nos-manda não fazer maior mal do que o que nos-he absolutamente necessário para a nossa conservação, para a defesa da nossa vida» (*150 Anos. Abolição da Pena de Morte*, cit.).

¹⁸ A Faculdade de Cânones fundiu-se, em 1836, com a Faculdade de Leis, dando origem à Faculdade de Direito.

¹⁹ Na sua *Theoria do Direito Penal, aplicada ao Código Penal Portuguez*, 1856, pode ler-se: «A morte do cidadão não deveria ser admitida, como elemento de penalidade, em Co. Algum criminal de paiz livre e civilizado. (...) Confiâmos, que tanto a filosofia, como os bem entendidos interesses da sociedade, hão de proscrever, para sempre, um dia, o assassinato legal».

²⁰ No *Código Penal Portuguez*, Tomo I, 1864, Relatorio, escreveu: «Nesta edição vem suprimida a Pena de Morte. Fica assim o projecto em harmonia com o princípio do direito de punir e com a natureza e fim das penas; satisfaz ao voto ao paiz, que significativamente se tem pronunciado contra a pena capital».

²¹ Assim, GUILHERME BRAGA da CRUZ, *Pena de Morte, Colóquio Internacional*, cit., p. 535. segue.

²² *Id, ibidem.*

abolida de facto», à «brandura» e «suavidade dos nossos costumes» e à «repugnância que em geral têm os jurados, juízes e tribunais na sua aplicação», sublinha «os graves inconvenientes resultantes deste antagonismo das leis que a conservam e dos costumes e opinião pública que a querem abolida»²³.

De resto... De resto, guarda-se a memória das vicissitudes do processo legislativo e de um saudável motejar da atividade parlamentar.

Conta-se assim²⁴: Discutia-se no Parlamento «esse assunto prosaico mas de ordem vital para o dia-a-dia da nação: a aprovação do orçamento». Sobe à tribuna Ayres de Gouveia, que «rompe com um longo, primoroso e entusiástico discurso, a pedir que se suprima do orçamento o ofício e o salário do carrasco, por vexatório e indigno duma sociedade civilizada». Da proposta apresentada – cujo alvo, como bem se adivinhava e o Deputado e Professor esclareceu,²⁵ era «combater esse ato desumano, essa selvajaria, chamada pena de morte, combatendo o executor dela»²⁶ –, resultou que foi suprimido, no orçamento, o salário do carrasco, mas não o ofício! E, assim, como ironizava um jornal da época, «fica o carrasco por ora, mas mate de graça!».

Ayres de Gouveia²⁷ era um vibrante abolicionista, cuja dissertação de doutoramento, «A Reforma das Cadeias em Portugal», apresentada em Coimbra, continha já uma «vigorosa diatribe» contra a pena de morte, «tirando partido da descrição em cores vivas e quase melodramáticas da figura, do papel e da personalidade do carrasco», a que consagrava um capítulo inteiro da sua dissertação, sob a epígrafe de «accessórios do homicídio legal».

Foi preciso ainda esperar pelo «discurso da Coroa» de D. Luís e pela promessa formal da proposta de abolição da pena de morte. Mas, desta vez, em 1867, a proposta transformou-se em Lei!

2. Entre a *ilegitimidade moral* e a *inutilidade prática* da pena de morte, a Europa caminhou de modo decisivo, nos últimos 150 anos, no sentido da rejeição de uma pena sem fundamento. A afirmação de que o espaço do Conselho da Europa é hoje, *de facto*, uma zona livre de pena de morte remete-nos para um

²³ *Id, ibidem*, p. 537.

²⁴ *Id, ibidem*, p. 515 s.

²⁵ «Pela simples leitura d'esta minha singela proposta bem claro se revela o alvo a que miro, o fim a que me dirijo. Combater esse acto desumano, essa selvajaria, chamada pena de morte, combatendo o executor della. Oppugnar a existência do verdugo é repelir a pena de morte», Câmara dos Deputados, sessão de 3 de junho de 1863.

²⁶ «Importa destruir o fatal preconceito da conveniencia do assassinato legal, e cumpre que onde as nossas leis estampam a realização da vingança social ponhamos o processo de regeneração do delinquente, onde pedem a vítima ponhamos os meios de arrependimento, onde querem a morte proclamemos a vida, onde têm a mancha de sangue introduzamos o raio de luz, e finalmente onde o orçamento assalaria o executor substituamos o professor», *ibidem*.

²⁷ Assim, GUILHERME BRAGA da CRUZ, *Pena de Morte, Colóquio Internacional*, cit., p. 506 s.

caminho difícil, em que a palavra dos Estados foi decisiva. A identificação e o reconhecimento de valores comuns têm sido uma questão recorrente no Continente europeu desde o Iluminismo. Um tempo em que uma tendência para sistemas penais mais humanistas já emergia e em que despontava a interrogação sobre a legitimidade da pena de morte. É verdade que o movimento foi interrompido com a Segunda Guerra Mundial. Imediatamente a seguir, tribunais de guerra, nacionais e internacionais, em Nuremberga ou em Tóquio, aplicaram a pena de morte a criminosos de guerra. Mas o caminho estava traçado.

A preocupação de restabelecimento do respeito pelos Direitos Humanos, profundamente atingidos pela barbárie da Guerra, esteve, na Europa, na origem da adoção da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, em 1950, e da criação do espaço europeu de direitos humanos do Conselho da Europa. Proclamando, no artigo 2.º, n.º 1, que o direito à vida «é protegido pela lei», e que «ninguém poderá ser intencionalmente privado da vida, salvo em execução de uma sentença capital pronunciada por um tribunal, no caso de o crime ser punido com esta pena pela lei», não proibiu a pena de morte. Mas, em grande parte devido ao consenso que ia vingando na Europa no sentido de que esta pena desafiava a arquitetura humanista que moldava a construção dos Estados europeus e ainda ao próprio sistema legislativo de proteção dos Direitos Humanos instituído, esta organização europeia foi progressiva e sucessivamente afastando a pena de morte do seu ordenamento jurídico. É verdade que outros instrumentos internacionais, do mesmo ciclo temporal e igualmente vinculativos, começaram por se mostrar mais detalhados e mais estritos na proteção do direito à vida, como foi o caso do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, adotado no fórum das Nações Unidas, que, em 1966, depois de proclamar que «todo o ser humano tem inerente direito à vida» e que «ninguém será arbitrariamente privado da sua vida», limitava a aplicação da pena de morte «aos crimes mais graves de acordo com a lei em vigor ao tempo do cometimento do crime», submetia a sua aplicação «a um julgamento final feito pela instância competente» e introduzia «o direito a requerer o perdão ou a comutação da pena» e a possibilidade de amnistia; e proibia expressamente a pena de morte para pessoas menores de 18 anos e mulheres grávidas e ainda em situações em que a execução significasse genocídio. O que se verificou, no entanto, foi que o artigo 2.º, n.º 1, da Convenção Europeia deixou progressivamente de refletir a situação do Conselho da Europa quanto à pena de morte. Em 1983, adotava-se o Protocolo n.º 6 à Convenção, que, entrado em vigor em 1985, abolia, pela primeira vez com caráter vinculativo em solo europeu, a pena de morte em tempo de paz, estabelecendo, no seu artigo 1.º, que «a pena de morte é abolida» e que «ninguém pode ser condenado a tal pena ou executado». Este texto histórico, verdadeiramente o primeiro entre os primeiros a consagrar a proibição da pena de morte, foi adotado alguns anos antes do Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, adotado no fórum das Nações Unidas, que, em 1989, na esteira do fim da Guerra Fria, veio também introduzir a abolição da pena de morte em tempo de paz. Mas o Protocolo n.º 6 colocou a Europa no lugar da frente do movimento abolicionista. Em 2002, com a adoção do Protocolo

n.º 13, entrado em vigor em 2003, prosseguia-se na senda da abolição *total* da pena de morte, proibida em todas as circunstâncias e, portanto, também «em tempo de guerra ou de perigo iminente de guerra» (artigo 1.º), não admitindo qualquer derrogação (artigo 2.º) ou reserva (artigo 3.º) ao Protocolo. E isto enquanto, ao nível internacional mais alargado das Nações Unidas, o Segundo Protocolo Adicional a que já me referi, permitia aos Estados manter a opção da imposição desta pena em tempo de guerra, mediante declaração no momento de os Estados acederem ou ratificarem o Protocolo.

Hoje, a abolição da pena de morte é condição para qualquer Estado se tornar ou permanecer membro do Conselho da Europa.²⁸ A Bielorrússia, único Estado europeu retencionista, é também o único país do Continente que não é membro do Conselho da Europa nem parte da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Este país continua a aplicar e a executar a pena de morte, apesar dos sucessivos apelos e empenhamento por parte da comunidade internacional para que adote uma moratória às execuções.

Para além disso, deve reconhecer-se que é da maior importância para a criação de um *espaço europeu* sem pena de morte o impulso decisivo que lhe confere a União Europeia. Neste círculo mais pequeno da Europa, em comparação com o da Grande Europa, a proibição da pena de morte, está hoje expressamente inscrita no artigo 2.º, n.º 2, da Carta de Direitos Fundamentais e vincula todos os Estados-Membros, que a proíbem nos seus ordenamentos jurídicos.

Seria, entretanto, uma visão desfocada da realidade não reconhecer que, no esforço europeu de reconstrução no segundo pós-guerra em matéria de direitos humanos, estes estiveram prioritariamente na agenda do Conselho da Europa. Mas é ao mesmo tempo curioso observar que a União Europeia, em relação à pena de morte, traçou um caminho que, culminando na proibição clara contida na Carta, foi menos espinhoso do que o do Conselho da Europa. O que pôde acontecer, em parte, porque é um instrumento regional de direitos humanos mais recente do que a Convenção, projetada em 49-50, num tempo – o do pós-

²⁸ No Conselho da Europa subsiste o caso especial da Federação Russa, como único Estado Parte da Convenção Europeia dos Direitos Humanos que não ratificou o Protocolo n.º 6, apesar do seu compromisso, em 1966, em fazê-lo, como condição de acesso ao Conselho da Europa. Nessa altura, o poder político impôs uma moratória às execuções. Já o Tribunal Constitucional, em 1999, proferiu um Acórdão afirmando que a Federação não dispunha ainda de garantias processuais adequadas quanto à aplicação da pena de morte e estabeleceu uma moratória judicial, até que o julgamento por júri estivesse a funcionar em todas as regiões, o que veio a suceder apenas em 2009. Neste mesmo ano, este Tribunal assumiu contra a pena de morte uma posição de maior relevo, ao declarar que estava em curso um processo irreversível de abolição da pena de morte na Federação, na base da sua Constituição e das suas obrigações internacionais, incluindo o Protocolo n.º 6, e confirmou a moratória, também expressamente pelo que diz respeito a esta pena em tempo de guerra, e defendeu que se formou no país um regime constitucional que estabelece garantias firmes do direito a não ser submetido a pena de morte. Deste modo, a Rússia pode apenas ser considerado um país abolicionista *de facto* permanecendo incertas as perspetivas de o vir a ser *de iure* no futuro próximo.

-guerra – em que o sentimento político europeu em relação a esta pena era ambivalente. A Carta, por seu turno, é adotada quando a narrativa europeia contra a pena de morte já tinha evoluído e estava consolidada.

Assim, neste cenário do movimento abolicionista, foi na Declaração Relativa à Pena de Morte, Anexa ao Tratado de Amesterdão, em 1997, que tivemos a primeira afirmação explícita, ao nível da União, de que o caminho para a abolição da pena de morte fazia parte da sua agenda. Sublinhava-se que a pena de morte tinha sido abolida na maioria dos Estados-Membros e deixado de se aplicar em todos, incentivando-se à sua revogação em todos os Estados-Membros.

Hoje a União é uma força regional crucial do movimento mundial contra a pena de morte.

A ideia de *valores comuns europeus*, emblematicamente inscrita no artigo 2.º, do Tratado da União Europeia – que afirma, entre outros, os do respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos –, tem feito um caminho assinalável na União, como o demonstra o abolicionismo. O compromisso autónomo que assume como promotora dos seus valores no resto do Mundo intensificou-se, entretanto, com o Tratado de Lisboa. O que já se apelidou de «princípio missionário», inscrito no artigo 3.º, n.º 5, do Tratado da União Europeia, é reiterado no domínio da ação da União «na cena internacional» (artigo 21.º, n.º 1), orientada, *inter alia*, pelos «princípios que presidiram à sua criação, desenvolvimento e alargamento». Neste contexto mais vasto da cena mundial, é notório que a abolição da pena de morte se tornou um dos elementos mais visíveis e respeitados da política global da União em matéria de direitos humanos. Nas últimas décadas, a sua ação externa ajudou a acelerar o movimento abolicionista, não se esquecendo, de uma forma geral, como a União tem ativamente difundido os seus valores nos países candidatos, onde a promoção dos direitos humanos tem sido utilizada como propulsora principal de reformas institucionais. Os critérios de Copenhaga, em 1993, enfatizavam a democracia e a proteção dos direitos humanos como a primeira referência da adesão. A abolição da pena de morte, como uma pré-condição para a entrada na União, tornou-se política oficial da Região, assumida em 2001. Mas o documento-chave da política da União na luta contra a pena de morte é o que define as suas linhas orientadoras no relacionamento com países terceiros quanto à questão. Adotado no Conselho de Ministros da União Europeia em junho de 1998, e sucessivamente revisto, declara a «a sua forte e inequívoca oposição à pena de morte em todos os tempos e em todas as circunstâncias» e define como seu objetivo «a abolição universal a logo prazo da pena de morte». E, no âmbito de uma estratégia política geral de difusão dos Direitos Humanos e da Democracia – o primeiro Quadro Estratégico para os Direitos Humanos e a Democracia, de 2012 –, partilha a visão de que a pena de morte deve ser considerada como uma violação da dignidade humana. Em julho de 2015, no plano de ação adotado para o período 2015-2019, assegura-se que a União continuará a sua campanha consistente contra a pena de morte através do diálogo político sobre os direitos humanos. A estratégia da União de promoção da abolição da pena de morte a nível mundial está ainda bem patente no importante papel que a União teve na elaboração da Resolução da Assem-

bleia Geral das NU de 2007 sobre a moratória na utilização da pena de morte e no reforço das sucessivas Resoluções.

3. Hoje, mais de metade dos países do Mundo é abolicionista. Em 2017, 104 países tinham abolido a pena de morte para todos os crimes. E em nenhum dos países do Mundo onde se fala a língua portuguesa é aplicada a pena de morte.²⁹

Quando Portugal aboliu a pena de morte, Victor Hugo³⁰, numa carta a um nosso concidadão, disse de nós que, se outrora «fomos à frente» «como navegadores intrépidos», «ainda mais belo do que descobrir novos mundos» era «proclamar princípios». Estábamos em 1867.

Hoje, no tempo do eficientismo, mais do que nunca é imperioso continuar a afirmar e a defender princípios. Agora, a partir da «velha cepa europeia», construída sobre o discurso dos Direitos Humanos, onde a razão moderna, o pensamento das Luzes, a coragem dos povos e as convicções nos valores se «instituíram» num «espaço» de «liberdade, segurança e justiça».

Em *União*, há que levar a mensagem às cinco partes da Terra.

Victor Hugo escreveu, ainda, que «A Europa imitará Portugal. A liberdade é a cidade imensa, da qual todos somos cidadãos». E acrescentou, dirigindo-se diretamente ao seu concidadão português: «Aperto-vos a mão, como meu companheiro na humanidade».

Em 1967, no centenário da abolição da pena de morte, celebrado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Virgílio Ferreira abria o seu discurso sobre «A pena de morte, um arcaísmo»,³¹ afirmando que «matar hoje um homem é suprimir um valor incomparavelmente maior do que no passado». E continuava: «A pena de morte é da menoridade do Homem. Ignora o que cresceu no Homem e ela irá destruir: a sua humanidade». Miguel Torga³², na mesma ocasião, exortava: É preciso que «o braço da justiça penal pare» na «fronteira» da «integridade da pessoa que somos». Levar o castigo «a esse santuário do mistério individual, ao cerne da criatura, já não é justiçar».

²⁹ É hoje impossível afirmar que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um espaço «livre da pena de morte», dada a entrada nesta organização, como seu Membro, da Guiné Equatorial, país retencionista. Entretanto, a língua predominante no país é o espanhol. 2014 foi o ano em que o Estado levou a cabo execuções pela última vez, tendo a sua adesão à CPLP implicado o compromisso de a Guiné Equatorial adotar uma moratória até à completa abolição (cf. ponto 6 da Declaração de Dili, de 23 de julho de 2014). Entretanto, o Brasil, apesar de permitir, ainda, na sua Constituição, a pena de morte «em caso de guerra declarada», e porque não faz uso, há longo tempo, desta exceção à proibição da pena de morte que consagra como regra na Constituição, é considerado abolicionista *de facto*. Sobre estas referências, cf. INÉS HORTA PINTO, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 27 (2017), p. 521, nota 6.

³⁰ Referências extraídas de Braga da Cruz, cit., p. 453 e 454.

³¹ Vergílio Ferreira, «Pena de Morte, um arcaísmo», Pena de Morte, Colóquio, II, cit., p. 25 s. (p. 25 e 29).

³² Miguel Torga, «Pena de Morte», Pena de Morte, Colóquio, I, cit., p. 1 s. (p. 3).

Em 2017, na mesma Faculdade de Direito, agora na comemoração dos 150 anos da sua abolição, Manuel Alegre referia como a «abolição da pena de morte em 1867 foi, de certo modo, uma vitória sobre nós mesmos». E refletia: «Creio que é nesse sentido que deve ser interpretada a afirmação de Freud segundo a qual a história do homem é a história da sua repressão. Cada avanço do Direito baseado na tolerância e no respeito pela vida é uma repressão do espírito das trevas e da pena de Talião que cada homem trás dentro de si».

É algures por aqui que a pena de morte se esclarece: ela é a humilhação e a degradação máxima da condição humana.

Os desenvolvimentos dramáticos da criminalidade, particularmente a criminalidade violenta e altamente organizada e o terrorismo, trouxeram ao nosso Tempo a «doença da razão» (Horkheimer). Programar e executar a eliminação dos *outros*, os *inimigos*, pode ser uma sedutora ilusão de segurança

(Apostar n)o Homem é sempre um risco.

Mas, como disse Camus, «a pena absoluta exige a inocência absoluta de quem a aplica».

É o Tempo, definitivamente, de nos rendermos à nossa *Condição Humana* e de ganhar a nossa *Humanidade* – e de, como *Serões Humanos*, recusarmos a pena de morte.

“O COMPROMISSO DA CONFRARIA DE MISERICÓRDIA” IMPRESSO EM 1516

João Ruas*

A primeira vez que tomei conhecimento da existência de “O compromisso...” foi através de um artigo de Anne Anniger, publicado na Revista da Biblioteca Nacional em 1983, mas só vim a conhecer um exemplar três anos depois.

A autora distingua a *editio princeps* e a *contrafacção*, e enunciava o exemplar de Évora Monte como *princeps*. Para observar esse exemplar, pedi ao Senhor Provedor da Santa Casa, na altura o Sr. Engro. Pedro Bourbon e assim pude ter nas mãos essa espécie bibliográfica. Em Janeiro de 1987 publiquei um artigo sobre “O compromisso de Évora Monte”, era este o título, num jornal que existia então em Évora e se chamava “O Giraldo”.

Estávamos perante um exemplar da *editio princeps*, não faltava folha alguma nem as gravuras, com as capitulares a preto e os títulos a vermelho e tudo estava, mesmo a encadernação, em bom estado de conservação.

Mais tarde, cerca de doze anos depois voltei a cruzar-me com “O compromisso...” porque fui convidado pela Dra. Natália Correia Guedes a deslocar-me a Cabeço de Vide, visto aí existir também um exemplar na Santa Casa da Misericórdia, para dar notícia e fazer a catalogação da espécie e esse corpo de entrada com as respectivas notas, veio a figurar num trabalho colectivo cujo título é conhecido – “500 Anos das Misericórdias Portuguesas” – e foi publicado em 2000.

Em Cabeço de Vide estava também um exemplar da edição *prínceps*, em tudo semelhante ao de Évora Monte, mas no final tinha um pequeno texto manuscrito e a assinatura do Rei D. Manuel I que já conhecíamos dos Forais na região do Alentejo.

No entanto, em 1992, Júlio Caio Velloso quando publicara o catálogo do Fundo Antigo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, apresentara as duas edições, por isso dizemos *prínceps* e *contrafacção* porque o colofon em ambas tem texto idêntico, embora com formas diferentes, o da *prínceps* é um texto normal com igual mancha do princípio ao fim e o da *contrafacção* é em “*cul de lampe*”.

* Bibliotecário-Arquivista

Ainda nos anos noventa surgiram dois excelentes trabalhos sobre este assunto, o do Dr. Francisco Cunha Leão, publicado em 1995 e o do Dr. Francisco d'Orey Manoel, publicado em 1997 e aqui este autor apresentava as fotografias das marcas de água da princeps (uma) e as da contrafacção (cinco). O trabalho do Dr. Francisco Cunha Leão discutia a data proposta por Anne Anninger, mas creio que ambas as hipóteses podem ser revistas tal como o fez o Sr. Professor Artur Anselmo no seu prefácio à edição fac-similada de “O compromisso...”

Julgo que poderemos ajudar a esclarecer através das datas que recolhemos para as marcas de água da contrafacção publicadas pelo Dr. Francisco d'Orey Manoel.

Assim, se considerarmos a primeira e a quinta, elas são de 1514 ou talvez 1517, as outras três situam-se entre 1533 e 1537, tudo identificado em Briquet e uma delas até em Ataíde e Melo 30. Isto faria com que cada caderno de seis folhas tivesse uma ou mais marcas de água. Resulta daqui que se acrescentarmos ao ano da produção, o posterior transporte de França para Portugal e o tempo até à sua utilização, dez ou seis anos, a data pode ser mais 1543 e não 1548.

Uma vez que a datação da contrafacção pode ficar mais aproximada como dissemos, resta-nos obter o mais que pudermos através da marca de água da editio princeps. Esta edição só tem uma e está identificada em AM 25 e B 10754 o que corresponde segundo Ataíde e Melo ao mesmo papel já usado por Hermão de Campos em 1509, ano em que este impressor “bombardeyro d’el Rey” publicou três obras, sendo uma de 118 f. referenciada em Ataíde e Melo e duas obras mais pequenas de 12 e 20 folhas respectivamente.

O mesmo editor que publicou só três espécies entre 9 e 16, no ano de 1516 voltou a ter grande produção sendo uma obra “Cancioneiro de Garcia de Resende” de 232 f., isto requer muito papel sempre importado. Poderia ter sido da mesma fábrica de onde importou o que usou em 1509.

De todos os exemplares que observámos não foi fácil estabelecer as letras que se encontram na palma da mão, mas o exemplar de Évora Monte apresenta um j e um B, mas se virarmos a mão como uma imagem ao espelho, tal como está em Briquet, o j passa a 6 e o B aberto é um outro 6, mas aberto tudo como está em Briquet 10754.

A identificação das marcas de água torna-se difícil nos primeiros anos do século XVI pois as filigranas, com o uso, facilmente se deformavam e não temos letras bem nítidas.

Neste momento, pode fazer-se um paralelismo com as duas edições de “Os Lusíadas”, tal como já expusemos em trabalho anterior, em que a editio princeps tem 8 marcas de água e a contrafacção tem 14. Estamos só a referirmo-nos ao texto pois as guardas são uma outra fonte de informação para sabermos quando a espécie foi encadernada e sobretudo restaurada ou mesmo reencadernada.

Qualquer destes movimentos fica registado pois os restauros preservam as folhas de guarda originais e assim temos em Braga um restauro no final do século XVI isto é, 1598 e em Évora Monte uns anos antes, 1593.

No entanto, muitas das espécies serão reencadernadas na primeira metade do século XVIII pois encontramos papel italiano dessa época nas guardas tanto em Évora Monte, como em Cabeço de Vide e em Montemor-o-Novo.

O texto e as guardas originais tanto em Évora Monte como em Montemor-o-Novo têm marcas de água iguais de persi o que lhes confere uma certeza de impressão e encadernação coincidentes. É interessante verificar também que o restauro e reencadernação pode ter sido executado sensivelmente ao mesmo tempo no século XVIII. Papel NICOLÓ para Évora Monte e VORNO Libertas para Montemor-o-Novo. Com estes elementos podemos retrair as datas importantes para a história de cada exemplar. Contudo, a importação do papel que precisávamos para serem impressas as espécies bibliográficas, carece de melhor conhecimento, sabendo nós que Valentim Fernandes, outro impressor de “O compromisso...”, imprimiu entre 1512 e 1513 os cinco livros de “As Ordemanações” que representa uma enorme quantidade de papel e nada imprimiu entre 13 e 16, e após “O compromisso...” só volta à actividade em 1518.

Surge também o problema de quantificar a edição no início do século XVI, isto é, qual a tiragem, seriam 150 ou 300? Nesta altura, tudo é verdadeiro, embora, o número mais pequeno seja mais provável dadas as necessidades porque seriam poucas instituições (+/- 100?) com necessidade do compromisso e dadas também as fracas capacidades de produção e distribuição.

Outro aspecto deste trabalho prende-se com o facto de o primeiro exemplar que conhecemos, o de Évora Monte, não ter texto algum manuscrito nem a assinatura do Rei no final. O segundo exemplar já tinha essas duas novidades, o de Cabeço de Vide, tal como assinalámos na p. 99 da obra citada. A investigação actual foi-nos confrontando com textos manuscritos, as assinaturas de D. Manuel I e de D. João III ou até dos dois e ainda nenhuma, tal como poderá ser observado no quadro junto,

Quadro dos exemplares conhecidos que estão em Portugal

LOCAL	ASSINATURA	CAPITULARES	TEXTO E DATA
Abrantes (sem gravuras)	D. João III	C.V.	27.XI.1528
Aveiro (S.C.M.Lx)	D. Manuel	C.V.	13.VII.1521
Beja (sem gravuras)	s. assin.	C.P.	s. texto
Braga	D. João III		texto s. d.
Cabeço de Vide	D. Manuel	C.P.	texto s. d.
Chaves	D. Manuel		texto D. João III
	(copiada por cima)		30.VII.1523?
Évora Monte	s. assin.	C.P.	s. texto
Montemor-o-Novo	D. Manuel e D. João III	C.P.	s. d.e 19.VIII.1524
Ponte de Lima (sem grav.?)	D. João III		1530
Viseu	D. Manuel	C.V.	s. d.

Os títulos são sempre a vermelho

CV capitulares a vermelho

C.P. capitulares a preto

A simples observação do quadro anterior faz-nos pensar num facto que nos causa várias interrogações.

Porquê o Rei se decidiu a assinar estes impressos?

Que motivos o levaram a autenticá-los?

Teria sido um propósito idêntico ao que o levou a pôr a sua assinatura nos forais?

De qualquer modo a assinatura autentica o documento à vista de todos os “juízes e justiças”, conforme texto de D. Manuel. Mais ainda, segundo a fórmula de D. João III “por serviço de Deus e meu”, esta instituição servia a Deus com a igreja, mas servia o Rei.

Tal como se lê em Moniz Pereira na sua obra “A assistência em Portugal na Idade Média” o autor considera três períodos ao longo da nossa História para se referir às mutações desse auxílio.

1.º Desde o início da nacionalidade até finais do século XV

Ordens religiosas e militares, confrarias e particulares

2.º Este de que tratamos e que começa com D. João II quando instituiu o Hospital de Todos-os-Santos no Rossio em Lisboa, 1492; continua com o Hospital das Caldas da Rainha criado pela Rainha D. Leonor em 1495 e a partir de 1498 com a criação das Misericórdias pela mesma Rainha

3.º Situa-se do século XIX até hoje em que o Estado começa progressivamente a tomar conta da saúde e assistência social. Todavia, as misericórdias e demais associações de beneficência continuaram a existir e a realizar um trabalho ímpar até aos nossos dias.

Sabemos também a partir do estudo de Ivo Carneiro de Sousa “V centenário das Misericórdias Portuguesas” que o compromisso obriga a cuidar dos presos e dos pobres, e vê-se a influência de instituições italianas “Confraria de Carcerati”, “Monte de Pieta” para a pobreza envergonhada e a confraria dedicada à Virgem da Misericórdia criada em Florença em 1240/44 e renovada em 1490.

O aparecimento de misericórdias em muitos lugares do Reino de Portugal, vai transformar a assistência que de início era só para presos e pobres, passa a alargar o seu âmbito aos escravos a realizar funerais e a tomar conta de hospitalais. Tudo isto começa logo no século XVI e é-lhes permitido acumular património, pois começam a receber dádivas e doações, isto é, passam a ter uma fonte de rendimento para exercerem as suas funções.

Podemos ver nessa altura um embrião da assistência médica e social, iniciada por D. João II e D. Leonor, pois tem cada vez mais um carácter oficial por vários motivos. Primeiro porque muitas vezes em terras mais pequenas é o único hospital que existe; depois porque é uma instituição que não custa dinheiro ao erário público e vai suprir muitas deficiências do Estado; e ainda, porque sendo uma obra ligada à Igreja não depende desta e é dirigida por leigos. Isto não invalida que tenha capelão.

Ao pretendermos estudar qualquer pequena vila ou até mesmo um concelho extinto, vamos obter essa informação por duas vias, isto é, por dois arquivos principais, o da Câmara Municipal e o da Misericórdia. São os que recuam para trás do século XIX e podem chegar até ao século XVI no caso das misericórdias e mais longe, século XV ou até XIV no caso dos arquivos municipais. Não po-

demos esquecer, no entanto, o caso dos arquivos das ordens militares e das religiosas, e os de algumas casas da nobreza, sendo estes casos pontuais e não existem; igualmente por todo o país.

A extensão é tão homogénea e tão dilatada no tempo e no espaço, às terras de África, da América do Sul e da Ásia que foram portuguesas e iam tendo uma organização tal como tinha Portugal na Europa. Existem forais e compromissos por todo o mundo que foi português. Assim, nas nossas cidades e vilas e nas de além mar estão presentes a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia, traço indelével da nossa civilização – justiça e caridade.

Sinceros agradecimentos a todos os Srs. Provedores que nos acolheram e ajudaram, em especial ao da S.C.M de Évora Monte, Sr. Manuel Ribeiro. Agradeço também aos meus amigos Comandante Juzarte Rolo e Dr. Francisco d’Orey Manoel pelo auxílio imprescindível que me deram, cada um a seu tempo e modo. Por último, uma palavra de apreço e gratidão para os meus colegas Dra. Anita Tinoco, Dr. Francisco Lopes e Dr. Henrique Barreto Nunes.

Bibliografia

ANNINGER, Anne. – Um oiseau rare, le “Compromisso” de 1516 de Hermão de Campos In Revista da Biblioteca Nacional, n.º 3, 1983, p. 205-213

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. – Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima, in “Cadenos do Noroeste”, Vol. II (2), 1998, p. 83-114

ANSELMO, Artur. – No quinto centenário da primeira edição impressa do Compromisso da Misericórdia 1516-2017. – Prefácio da edição fac-similada

BRIQUET, Charles Moïse. – Les Filigranes ... Leipzig: Verlag von Karl W. Hiersemann, 1923. 2.ª ed. – 4 Vol.

GUEDES, Natália Correia coord. – 500 Anos das Misericórdias Portuguesas. – Lisboa: Mosteiro de Santa Mónica, 2000

JUSTEN, Helga Maria. – O pentacentenário do primeiro Compromisso impresso: 1516-2016, in “Um Compromisso para o futuro...” / Maria Margarida Montenegro coord. – Lisboa: S.C.M. de Lisboa, 2017. – p. 33 a 77

LEÃO, Francisco Cunha. – As edições quinhentistas dos compromissos da Misericórdia, in Mater Misericordia. – Lisboa: Livros Horizonte, 1995. – p. 52 a 67

MANOEL, Francisco d’Orey. – ...Os Cimérios da Santa Casa. – Lisboa: S.C.M. de Lisboa, 2010. – 2.ª ed.

MANOEL, Francisco d’Orey. – Subsídios para o estudo comparativo dos Compromissos..., in “Um Compromisso para futuro...” / Maria Margarida Montenegro coord. – Lisboa: S.C.M. de Lisboa, 2017. – p. 80 a 77

MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e. – O papel como elemento de identificação. – Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926

PEREIRA, Nuno Moniz. – A Assistência em Portugal na Idade Média. – Lisboa: C.T.T., 2004

500 Anos das Misericórdias Portuguesas. – Lisboa: Mosteiro de Santa Mónica, 2000

SOUSA, Ivo Carneiro de. – V Centenário das Misericórdias Portuguesas. – Lisboa: C.T.T., 1998

Gravuras



Figura 1: Folha 2 v.^o

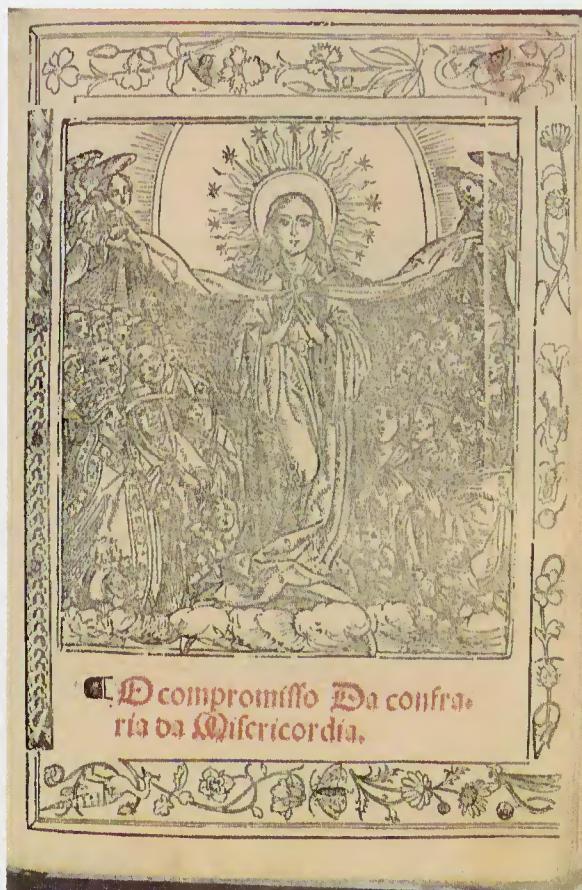


Figura 2: Rosto da contrasfacção

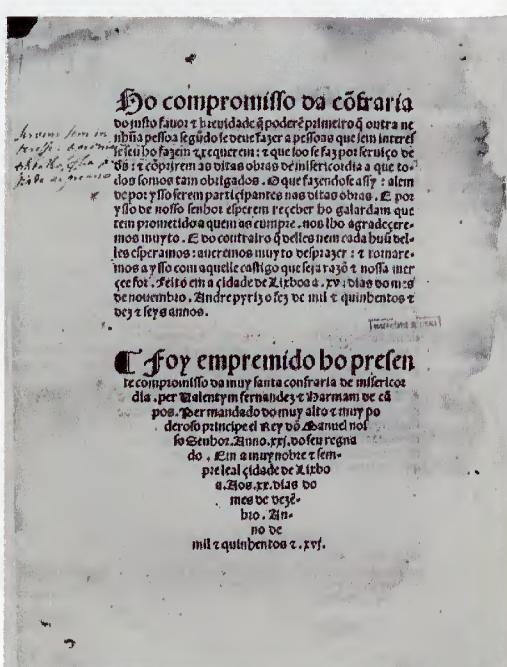
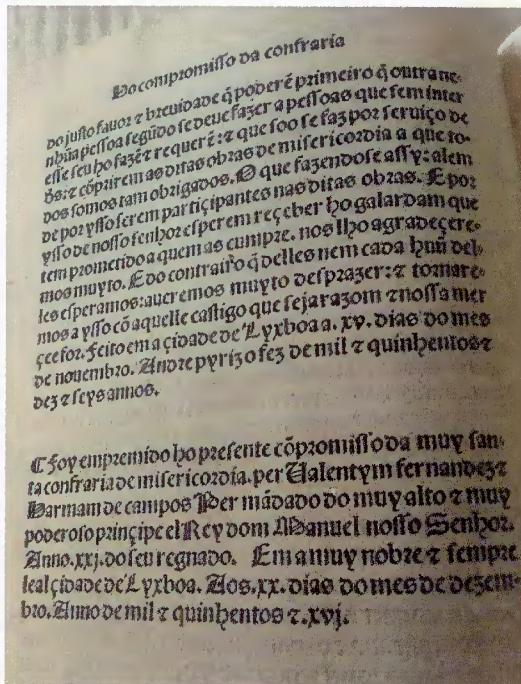


Figura 3: Colofon da edição
princeps e da contrafacção

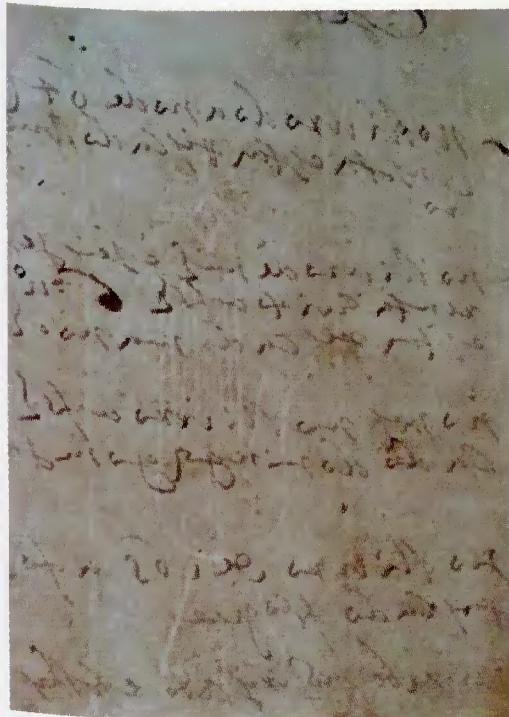


Figura 4: Évora Monte,
marcas de água do texto e da guarda



Figura 5: Évora Monte – Guarda restauro Séc. XVIII

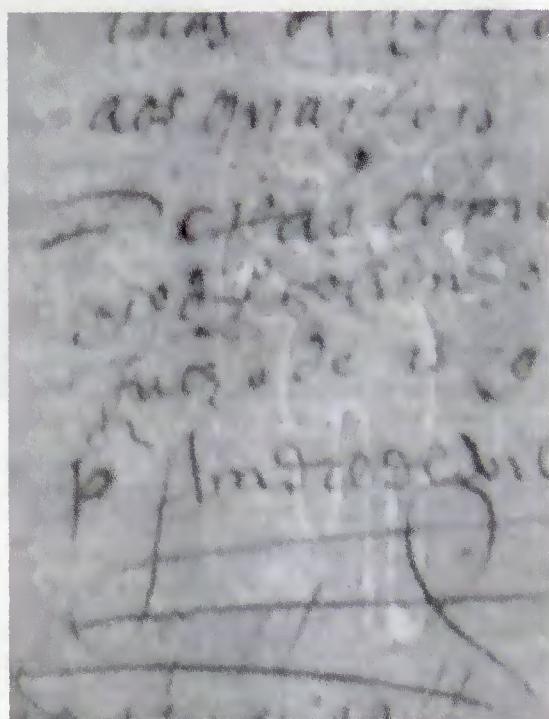
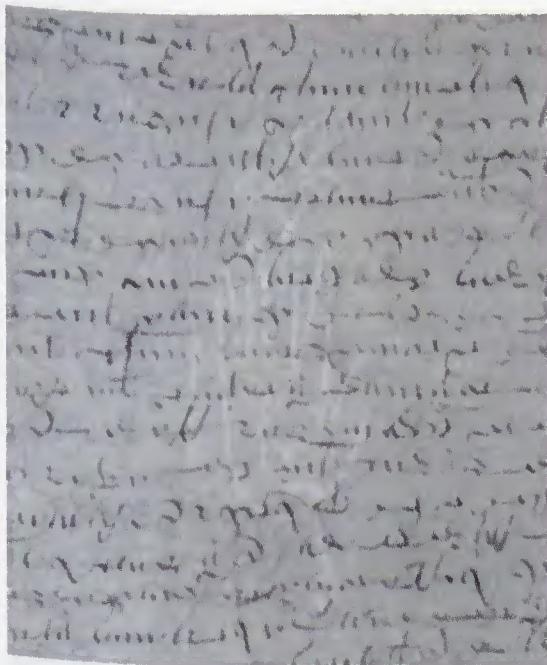


Figura 6: Montemor-o-Novo
texto e guarda

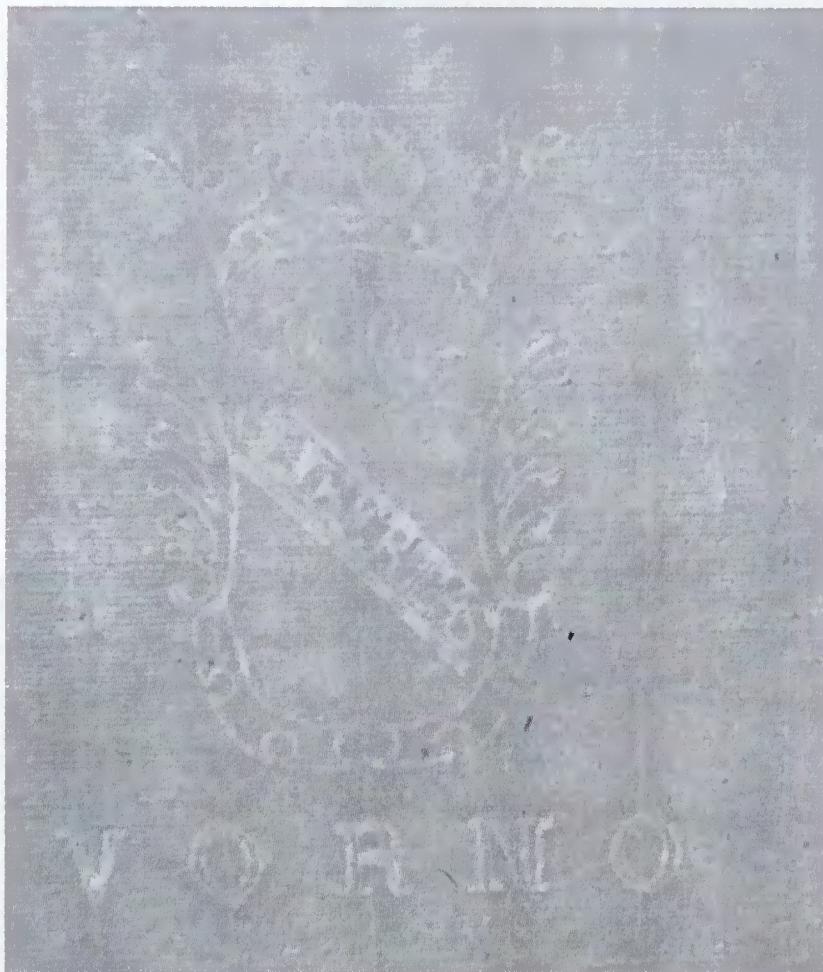


Figura 7: Montemor-o-Novo, Guarda Restauro séc. XVIII

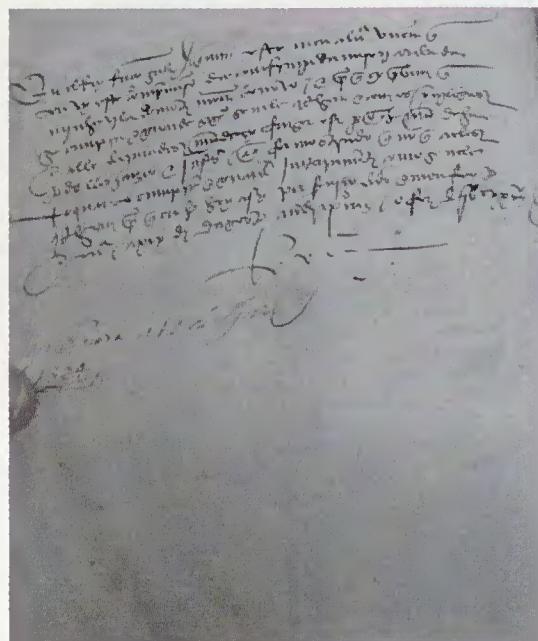
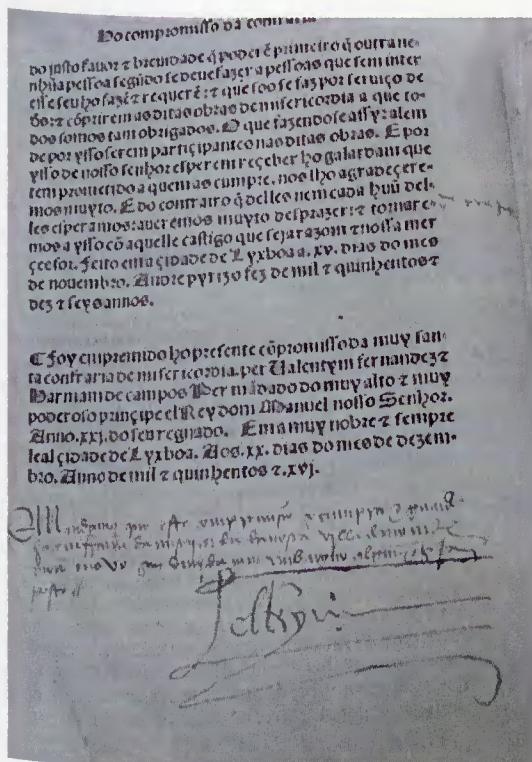


Figura 8: Montemor-o-Novo, assinaturas de D. Manuel I e D. João III

Do compromisso da confraria

do justo fauor e brevidade q̄ poderé primeiro q̄ outrane
nh̄a pessoa segudo se deve fazer a pessoas que sem inter
esse seu ho fazet e requer é: e que soo se faz por seruço de
ds: e cōp̄irem as ditas obras de misericordia a que to
dos somos tam obrigados. O que fazendose assy: alem
de por yssos serem partícipantes nas ditas obras. E por
yssos de nosso senhor esperem reç eber hogalordom que
tem prometido a quem as cumpr. nos lho agradeçere
mos muyto. E do contrario q̄ dellos nem cada lxiu del
les esperamos: aueremos muyto desprazer: e tornare
mos a yssos cō aquelle castigo que sejarazom enossa mer
çefor. Feito em a c̄idade de Lyxboa. xv. dias do mes
de novembro. Andie pyrizo fez de mil e quinhentos e
dez e seys annos.

Choi empremido ho presente cōpronissoda muy san
ta confraria de misericordia per Ealentym fernandez
Barmam de campos her mādado do muy alto e muy
poderoso principe el Rey dom Iohanuel nosso Senhor.
Anno. xxj. do seu regnado. Emanuy nobre e sempre
leal c̄idade de Lyxboa. Eos. xx. dias do mes de dezem
bro. Anno de mil e quinhentos e xvj.

Manuscr. Braga, Arq. Hist. Nac., vol. 1, fols. 114v-115v.

Figura 9: Braga, assinatura de D. João III

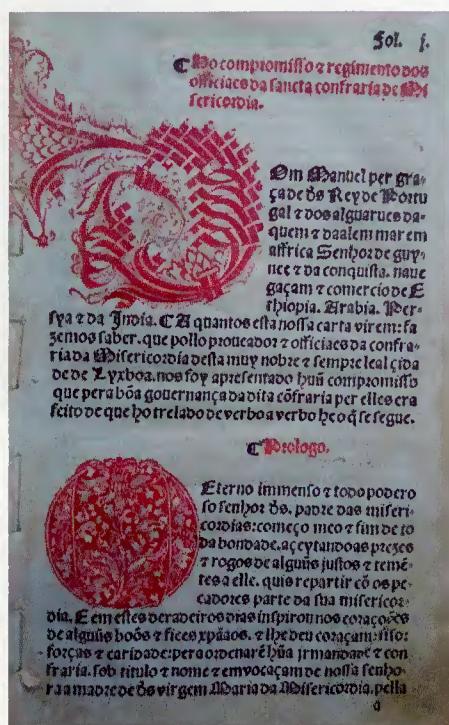


Figura 10: Capitulares Pretas e Vermelhas

OS EX-VOTOS DO SANTUÁRIO DO SENHOR JESUS DA PIEDADE

Maria de Lourdes Cidraes



Igreja do Senhor Jesus da Piedade

A actual igreja do Senhor Jesus da Piedade foi construída na segunda metade do séc. XVIII, no local onde décadas antes fora erguida uma pequena ermida.

Reza a tradição que o Padre Manuel Antunes, pároco de Elvas, dirigindo-se para a sua *Horta dos Passarinhos* a poucos quilómetros da cidade, por duas ve-

zes caiu desastradamente da sua mulinha. Decidido a continuar o caminho a pé, cansado e atordoado, foi esbarrar mais adiante num pequeno cruzeiro erguido em memória dum viajante aí falecido. Invocando Cristo crucificado, prometeu restaurar e pintar a velha cruz e nesse local rezar missa se chegasse a bom termo da sua caminhada.

Cumprida a promessa, a devoção ao Senhor Jesus da Piedade espalhou-se desde logo. Meses mais tarde, nesse mesmo ano de 1737, foi construída uma modesta capela. A fama dos milagres e o grande concurso de devotos e romeiros obrigaria em breve à sua ampliação. A nova igreja, concluída em 1779 em estilo barroco neoclássico, integrou o primeiro templo onde se conserva, de acordo com a tradição, a antiga cruz milagrosa¹.

Na capela primitiva se guarda também o mais antigo ex-voto do santuário, um pequeno óleo sobre tela, datado do ano da fundação, 1737. Apesar de estar em mau estado, nele se pode observar a única representação do cruzeiro e da primitiva ermida.



1.º ex-voto

De notar que os primeiros retábulos populares, *ex-votos* ou *milagres*, das igrejas portuguesas remontam ao séc. XVII², embora já na época medieval se oferecessem, como *tábuas votivas*, retábulos por vezes de grandes dimensões,

¹ Contudo a imagem hoje venerada pelos devotos é a grande cruz do altar-mor da igreja. Sobre o Santuário do Senhor Jesus da Piedade consulte-se KEIIL, *Inventário artístico, Distrito de Portalegre*, Tomás PIRES, *A Igreja do Senhor Jesus da Piedade*, 1904, Eurico GAMA, *O Senhor Jesus da Piedade de Elvas*, 1965 e *Os Ex-votos do Senhor Jesus da Piedade de Elvas*, 1972, Robert SIMTH, *Pinturas de ex-votos existentes em Matosinhos e outros Santuários Portugueses*, 1966, Fernando Castro Pires de LIMA, *A arte popular em Portugal*, vol.II, 1962.

² Vd. Eurico GAMA

realizados por pintores conhecidos e onde o doador figurava junto de Cristo, da Virgem ou dos santos protectores. Da 1.^a metade do séc. XVI data um pequeno óleo considerado por muitos o 1.^º ex-voto da pintura portuguesa: o belíssimo retábulo da Rainha Santa Isabel, do Museu Machado de Castro de Coimbra, pintura erudita de autor desconhecido.

As designações *tábuas votivas*, *ex-votos*, *milagres* e *registos*, que são geralmente confundidas não designando, contudo, sempre objectos da mesma natureza, levantam problemas de terminologia que urge esclarecer mas que não podem ser, obviamente, debatidos no âmbito deste pequeno ensaio. Continuam velhas tradições pagãs, comuns a povos antigos³. Leite de Vasconcelos explica a generalização do termo *ex-voto* a partir dos *donaria* romanos – aras, cipós, placas marmóreas, estátuas e edículas – onde frequentemente se gravou a inscrição *ex-voto*, que significa “segundo o que se prometeu”⁴. “Os numerosos ex-votos – escreve o investigador – que se vêm agora em muitas das nossas igrejas, sobretudo nas rurais, filião-se, pois, nos ex-votos do paganismo”. Segundo Leite de Vasconcelos, a literatura e a arqueologia permitem seguir “a evolução dos *donaria* para os ex-votos cristãos”⁵.

Oferecidos por devotos agradecidos, os *ex-votos* portugueses estão dispersos por todo o país, concentrando-se em santuários de grande devoção popular como S. Gonçalo de Amarante, o Bom Jesus de Braga, o Senhor Jesus de Matosinhos, Nossa Senhora da Pena de França, em Lisboa, Nossa Senhora da Visitação, em Montemor-o-Novo, ou Nossa Senhora de Aires, no Baixo Alentejo.

De todos, a coleção mais notável é, provavelmente, a da igreja do Senhor Jesus da Piedade de Elvas pela diversidade, quantidade e interesse documental dos inúmeros ex-votos que recobrem inteiramente as paredes, os vãos de janela e até o tecto de salas como a sacristia, a “casa dos milagres”, a “casa da cascata”, a “casa da cera” e ainda outras dependências.

Segundo o inventário realizado em 1972 por Eurico Gama, investigador elvense a quem se deve também uma importante monografia sobre o santuário, os ex-votos prefaziam nesse ano um total de 4 700, dos quais 1 000 eram retábulos pintados ou bordados⁶. Do arquivo da Confraria do Senhor Jesus da Piedade constam, já digitalizadas mas ainda não classificadas, 856 fotografias de ex-votos. Neste número não estão incluídos os de cera, nem o numerosíssimo conjunto de fotografias que Eurico Gama calculava em 1264 e que, desde 1972, vieram aumentando exponencialmente, cobrindo os espaços ainda a descoberto e constituindo, nos nossos dias, a mais frequente oferta ao Senhor Jesus da Piedade.

³ Podemos referir as enormes pinturas votivas dos templos do Antigo Egípto ou as aras celtibéricas e romanas de que existem numerosos exemplos em Portugal.

⁴ José Leite de VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânea*, vol. II, Lisboa, 1905, p. 132.

⁵ “Os retábulos são análogos às *tabue votivae*, de que fala Horácio, nos Carmine I, 5”, in *História do Museu Etnológico Português (1893 – 1914)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, pp. 27 / 28.

⁶ *Os ex-votos da Igreja do Senhor Jesus da Piedade de Elvas*, vol. I., é um rigoroso e cuidado estudo que o falecimento do seu autor não permitiu concluir.



Sala dos milagres

Abrangendo um período de mais de dois séculos e meio, os *ex-votos* do santuário elvense apresentam características muito diferenciadas em relação à qualidade da pintura, mas também à iconografia e aos materiais e técnicas utilizadas que permitem considerar várias categorias.

Categorias:

1 – *Retábulos pintados* – geralmente a óleo, nalguns casos a aguarela e, mais raramente, a lápis de cor. Suporte utilizado: tela, folha metálica, madeira, vidro, cartão, papel e platex. Constituem pequenas narrativas monocénicas evocando um acontecimento prodigioso. A composição é extremamente simples, observando-se uma linha oblíqua, da esquerda para a direita. O motivo mais frequente é o quarto do doente. O beneficiado e os seus familiares ocupam o lado esquerdo contemplando a imagem do Senhor Jesus da Piedade, que lhe aparece nos ares, cercado por um grande resplendor emergindo das nuvens, e, nalguns casos, por cabecinhas de anjos.

Uma legenda, quase sempre inscrita na parte inferior do retábulo, explicita os nomes do beneficiado e do ofertante, o favor recebido e a data, embora estes elementos possam faltar em parte ou na totalidade. A fórmula inicial mais frequente é: “Milagre que fez o Senhor Jesus da Piedade a ...”.

Nesta categoria que, pelo seu carácter narrativo e pelo seu valor documental é a que maior interesse suscita nos visitantes, se inclui o mais antigo ex-voto do Santuário, datado, como referimos de 1737.

Os ex-votos do Santuário do Senhor Jesus da Piedade

Dela fazem parte, como observamos nestas imagens, retábulos a óleo de secentos sobre tela que, pela sua qualidade, e pelo estatuto social do doador e ainda pela particularidade de deles ter sido retirada a imagem de Cristo crucificado, se distinguem de todos os outros.

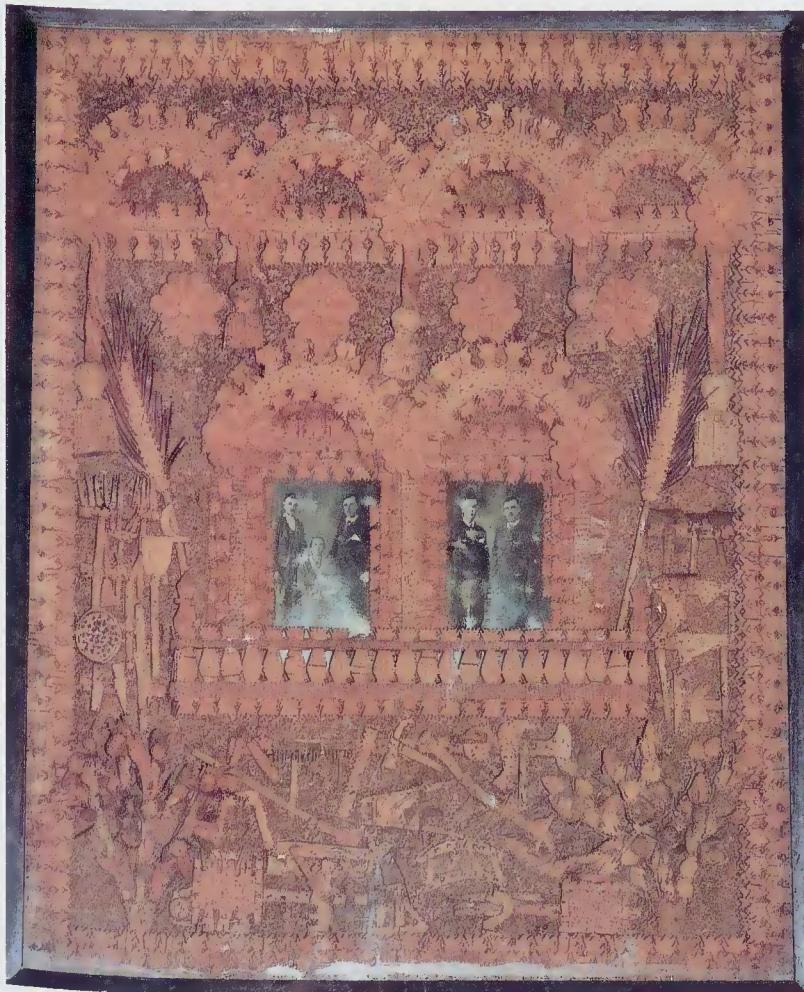


Contudo, a maior parte destes quadros narrativos são singelas composições que têm como encomendantes pessoas de diversos estatutos sociais e que retratam cenas da vida quotidiana urbana ou rural que serão adiante analisados com mais atenção.

2 – *Quadros bordados* – a missanga, fio de ouro, linha de seda, contas, flores de papel ou de tecido, escamas de peixe, etc.. Suporte utilizado: seda, veludo, linho ou outro tecido. Apresentam geralmente a fotografia do beneficiado, nou-tros casos apenas uma breve legenda bordada no tecido ou escrita em cartão sobreposto. Só excepcionalmente a cruz é bordada. O mais antigo destes ex-votos data de 1873. A fotografia, individual, ou familiar, só foi introduzida em 1882, como se pode ver neste belo exemplar bordado a missangas.



3 – *Quadros de cortiça* – pequeno conjunto de 9 exemplares, provavelmente todos do mesmo artista. Constituem molduras delicadamente trabalhadas, enquadrando a fotografia do beneficiado. Tal como nos *quadros bordados*, neles não é reproduzida a imagem do Senhor Jesus da Piedade. O mais notável de todos reveste o interesse etnográfico de representar diversas alfaias agrícolas.



4 – *Ex-votos antropomórficos*

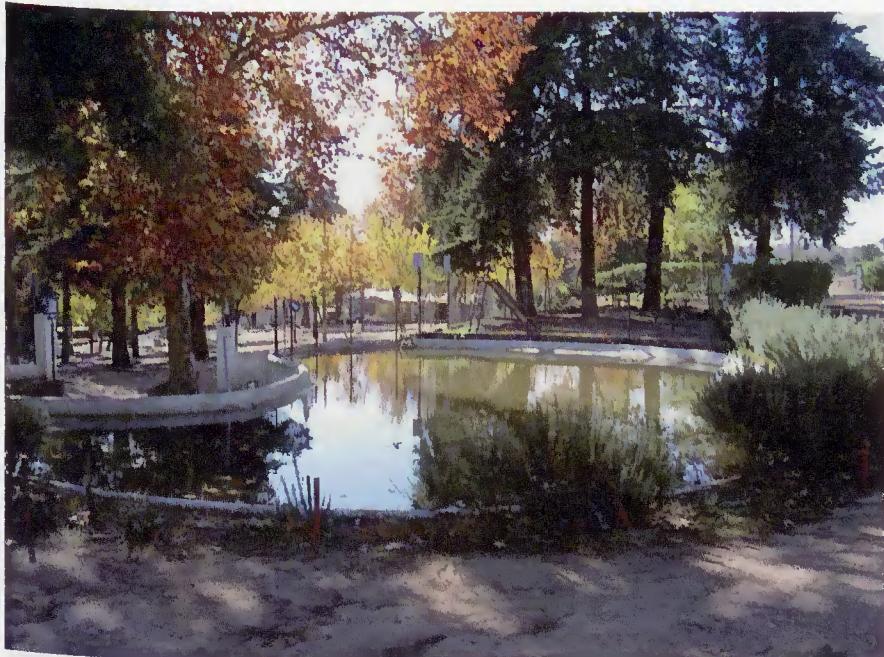
4.1 – Em cera – muito comuns em vários santuários, representam as várias partes do corpo que se crê milagrosamente curadas: cabeça, mãos, pés, olhos, ouvidos, pulmões, peito, etc.. Podemos ainda incluir neste grupo as numerosas velas de cera, de medida igual à altura do beneficiado, e assim metonimicamente representando, que ardem continuamente no grande queimador colocado no exterior da igreja.



Casa da cera

4.2 – Em prata e ouro – à semelhança dos ex-votos de cera representam partes do corpo.

4.3 – Nesta categoria dos ex-votos antropomórficos deve incluir-se o lago de cima do Parque da Piedade – curioso ex-voto de um devoto que, curado da surdez, fez construir um lago em forma de orelha.



Lago

5 – *Fotografias* – geralmente individuais, mas também de pequenos grupos familiares, estão enquadradas em molduras de madeira, metal ou plástico. Na parte superior, sob o vidro, foram em geral colocados, até muito recentemente, uma medalha ou um pequeno crucifixo em metal, disponíveis na sacristia da igreja ou durante as festas do Senhor Jesus da Piedade que se celebram no mês de Setembro.

A par dos ex-votos em cera, a categoria *fotografias* constitui o mais numeroso conjunto votivo do Santuário.



Fotografias

6 – *Diversos*

6.1 – Objectos de culto: crucifixos, castiçais, medalhas, etc., em prata ou outro metal.

6.2 – Objectos decorativos: pratas, jarras, quadros, etc.

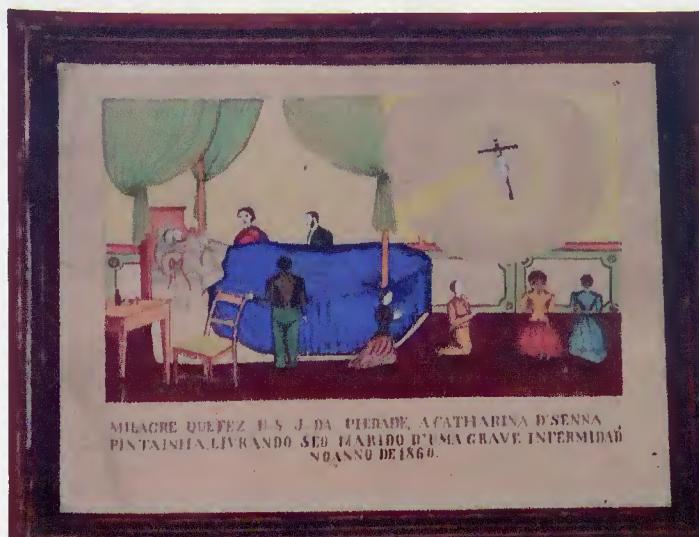
6.3 – Vestidos de noiva

6.4 – Tranças de cabelo

7 – Distinguindo-se de todos os outros, e assim não integrável em nenhuma categoria, resfira-se a bela fonte de mármore, com a estátua da Fé, oferecida em cumprimento de um voto piedoso de uma senhora elvense, que se ergue na esplanada frente à fachada principal do Santuário.

Temas e motivos:

As graças registadas nas diferentes categorias de ex-votos são diversas, mas mantém uma grande continuidade ao longo dos tempos. Mais do que acontecimentos políticos ou grandes catástrofes naturais, evocam situações da vida quotidiana, sobressaindo o registo de doenças comuns (embora reflectindo diversos graus de conhecimentos, de acordo com o contexto cultural da época): tuberculose, bexigas, sarampo, cegueira, surdez, reumatismo, cólicas e dores fortes, chagas, hidropsia, peritonite, parto difícil, gangrena, chagas, pernas e braços quebrados, alienação mental. Mas também, e reflectindo velhas crenças populares, um “ataque de cobradura” ou “um ar que lhe deu”. Ou ainda “uma grande constipação”, o que nos faz sorrir, mas que podia revestir-se de gravidade no contexto de pobreza do mundo rural e do agreste clima alentejanos.





Curiosamente, não encontrámos referências às grandes epidemias que, em tempos não muito distantes, tiveram um efeito devastador na população portuguesa, como a pneumónica, nem a doenças endémicas como a malária (ou sezões) tão frequente em zonas limítrofes de Elvas perto do rio Caia. Não podemos, contudo, esquecer que numerosas legendas referem apenas “uma grave enfermidade”, sem a identificar. Nos registos mais antigos podem estar representados o médico ou o fisíco e o sangrador.

Nalguns podemos observar o tratamento do doente (a ser sangrado, a ser ligado depois de uma operação, com pachos frios na testa, a tomar o remédio). O frasco do remédio, o copo e a colher e, embora raramente, a prescrição médica, ocupam lugar central nas mesinhas de cabeceira ou, nas casas mais ricas, numa pequena mesa ou cômoda.



Os ex-votos do Santuário do Senhor Jesus da Piedade

A seguir às doenças, as quedas desastrosas são a segunda causa mais frequente de ex-votos. Quedas de cavalo, de mula, de burro, de carros de parelha, de trem, de diligência, de escadas no interior das casas ou na rua, duma janela (de “5 varas de altura”), de uma árvore, num tanque ou numa nora de 40 palmos, de uma ribanceira, de uma ponte e até das muralhas de Estremoz. Os acidentados são homens, mulheres ou crianças, podendo destacar-se o caso da criança entalada nas rodas de uma carruagem ou do homem caído sobre o trilho quando andava na debulha, ou ainda do guarda nocturno (“sereno”) que, numa rua de Badajoz, quando acendia os candeeiros a gás, caiu da escada a que subira e contra a qual um trem viera embater.

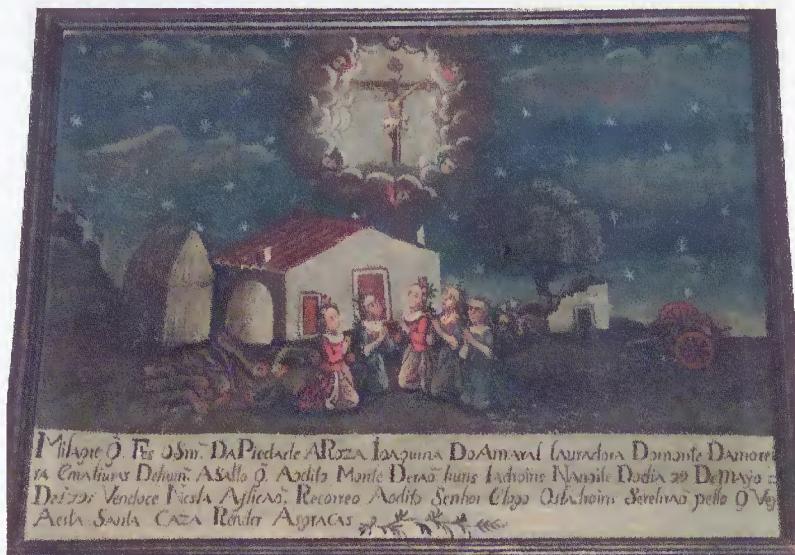


Abelagre, que fôr o Senhor Jesus da Piedade a Joaquim António Estrelagem que ando com o meu filho António Joaquim da Conceição Estrelagem para a empregação a mula cediu - da segundas quantidades inexprimíveis os das suspeções que tive de Jesus da Piedade que me salvou neste dia, quando fui apanhado que ficassem.





Noutro grupo, ainda numeroso, podemos reunir os assaltos, roubos e rixas – assalto a uma casa, assalto ao “monte”, roubo de animais, homem ferido por ladrões, mulher atacada pelo vizinho com 56 feridas, mulher fugindo de homens armados com uma criança ao colo.



São ainda registados *desastres naturais*: tempestades, queda de uma faísca numa “almiara”, faísca que mata uma parelha de muares, cheia do rio Caia, em 1880. E ainda incêndios em casa ou no campo, o desmoronamento de uma casa em Badajoz, ataques de cães e de lobo, o vício do vinho, objectos perdidos e reencontrados (um brinco perdido trazido por um anjo).



Deixámos intencionalmente para o fim os ex-votos que aludem à vida militar, motivo raríssimo nos retábulos pintados. Refiram-se apenas o interessante ex-voto em que a mãe vê regressar o filho com a *baixa* nas mãos ou aquele em que a mãe, agradece ao Senhor Jesus da Piedade, em 1892, por livrar o filho da vida militar.

Efectivamente, nos ex-votos mais antigos – *retábulos pintados* e *quadros bordados* – não encontramos ecos de acontecimentos políticos que afectaram toda a população (como as invasões francesas, a guerra civil liberais / miguelistas, ou o fim da monarquia e a implantação da República ou as duas grandes guerras (1914-18 e 1939-45). Refira-se como rara exceção, este belo ex-voto bordado datado de 1918⁷.

⁷ Registar ainda a revolta em Nova Goa em 1897 e o cabo “salvo do fogo de Torres Vedras, em 1846”.



Pelo contrário, a recordação da guerra vai tornar-se dominante durante o período das guerras coloniais, nas numerosíssimas fotografias oferecidas pelos próprios militares ou, na maior parte dos casos, pelas suas mães. Pela quantidade das ofertas e pela ingenuidade das legendas, constituem um impressionante testemunho da forma como a guerra colonial era sentida nas famílias portuguesas.



Como vimos no início, para além do seu indiscutível valor para o estudo da piedade popular em Portugal, a colecção de ex-votos do santuário de Elvas reveste-se dum excepcional interesse etnográfico, que tem sido sublinhado por todos aqueles (poucos) que sobre eles escreveram⁸.

A observação dos *retábulos pintados* dá-nos preciosas informações para o estudo do mobiliário e do vestuário português ao longo de mais de dois séculos. O espaço interior é quase sempre o quarto do doente, permitindo não apenas uma análise evolutiva da casa alentejana, mas tam-

⁸ Tomás Pires, Leite de Vasconcelos, Eurico Gama, Robert Smith, M. José Rijo.

bém o estudo comparativo dos ambientes citadino e rural, do palácio do fidalgo e da casa do rico negociante à modesta habitação de camponeses e aldeões.

São numerosas as peças de mobiliário e os objectos de uso doméstico ou decorativo que podem ser observados: inúmeros tipos de cama (do aparatoso leito D. João V à pobre cama de ferro não trabalhado), a mesa de cabeceira com o frasco do remédio e o copo; outras mesas, cómodas ou oratórios; cadeirões estofados a damasco ou rústicas cadeiras de bunho, quadros na parede com pinturas a óleo e gravuras populares, pratos de estanho e utensílios de barro, relógios de mesa e candeeiros de azeite ou de petróleo; garrafas, copos, pratos e chávenas diversas; bilhas de água e cantarinhas e púcaros de Estremoz.

Entre todas as peças de mobiliário é dado especial destaque à cama⁹. Pobre ou rica, com dossel de seda e damasco ou simples colcha de ramagens, com os seus travesseiros de fitas atadas sobre lençóis com rendas ou sobre singela roupa branca, a cama invade o quarto, tantas vezes desenhada sem perspectiva e com desmedida proporção. Nela o doente jaz deitado, apenas com a cabeça fora dos lençóis ou erguido sobre almofadas, de touca e camisa de dormir, rodeado pelas familiares, com o médico ou o padre à cabeceira.

É grande a variedade de peças de vestuário e de toucados, das casacas, sobrecasacas, jaquetas, capas, fardas e chapéus e, nos retábulos setecentistas, as cabeleiras empoadas dos homens, até aos vestidos rodados, capinhas, blusas bordadas, lenços, adornos, enfeites de cabelo e variados toucados das mulheres, ou ainda ao fato escuro, à capa e ao cabeção dos médicos e eclesiásticos.

Nestes numerosíssimos quadrinhos podemos ainda colher informações sobre costumes, como o tratamento de doenças de pessoas e de animais e sobre os trabalhos no campo: a debulha, o tipo de arado, a conservação da palha, a nora puxada por uma mula, o transporte de água em bilhas ao dorso de animais, os meios de transporte (cavalo, mula, trem, diligência, carro de parelhas ou até o tradicional churrião dos dias festivos ou das romarias). Podemos ainda recolher dados sobre as formas de iluminação (velas, candeeiros de azeite e de petróleo, gás...), os sistemas de medidas (palmos, varas, ...). E também sobre os receios por todos partilhados: doenças súbitas, assaltos de ladrões, incêndios, trovoadas e queda de faíscas, ataques de cães raivosos ou de lobos. Curioso notar a reduzida presença de animais de companhia. Os animais fazem parte da vida rural (boi, vacas, porcos, cavalos e muares). Apenas uma vez um cão é representado em primeiro plano, no quarto do dono doente.

Numerosas são as profissões registadas nas legendas: lavradores alentejanos, fidalgos e aldeões, militares (capitão, sargento ou soldado), comerciantes, oficial de sapateiro e almoocreve, criado de lavoura e criada da casa, carreiro do carro de parelhas e cocheiro de trem ou de diligência, guarda nocturno e ainda o

⁹ Camas de madeira em estilo D. João V, D. Maria, D. João VI... de ferro: de lira, com flores, de caracóis com guardas, de ferros verticais, etc..

contrabandista, que vemos num ex-voto, de saco às costas, fugindo dos guardas fiscais que o perseguem numa das suas sortidas nocturnas. Como é sabido, a profissão de contrabandista, na região raiana e em particular em Campo Maior, foi sempre considerada um respeitável ou valeroso ofício.



Os espaços descritos são predominantemente interiores: o quarto de cama e, raramente, a sala ou a entrada da casa. Para além do mobiliário, podemos observar o tecto, muitas vezes de traves, o chão, geralmente em tijoleira e as paredes sempre pintadas a branco.

O espaço exterior é predominantemente o espaço rural – a casa do monte, o olival e o montado, a seara e a eira. E ainda as estradas e os caminhos por onde passam receosos viajantes¹⁰. Em três curiosos ex-votos estão desenhadas as muralhas do castelo de Estremoz, o Forte de Santa Luzia e o Aqueduto da Amoreira de Elvas. Noutros é representado o Santuário (pintura a óleo, aguarela, ou pintura sobre vidro). Contudo, a composição dos cenários exteriores raramente é realista apesar da preocupação com o pormenor, igualmente tão recorrente nos cenários interiores.

¹⁰ Dois ex-votos espanhóis mostram ruas de cidades com as suas janelas de grades.

Doadores, beneficiados e autores:

A observação de uma listagem de doadores permite constatar uma nítida evolução na devoção ao Senhor Jesus da Piedade e, paralelamente, na religiosidade portuguesa em geral. Os primeiros doadores do séc. XVIII são do sexo masculino, geralmente o próprio beneficiado, e pertencentes a categorias sociais dominantes, burguesia abastada ou mesmo nobreza: médicos, oficiais, comerciantes e, em maior número, *lavradores* (que no Alentejo são os proprietários rurais), senhores da *Herdade da Torre das Arcas*, da *Herdade das Hespadas*, do *Monte da Estrada*, do *Monte da Amoreira*, etc., etc.. Alguns destes ex-votos, a óleo sobre tela, são apreciável pintura, revelando artista com conhecimento do ofício. Constituem um importante núcleo em boa hora colocados na capela primitiva.

Na primeira metade do séc. XIX, a par dos doadores do sexo masculino, surgem frequentemente doadores femininos (geralmente a mulher do beneficiado, mas por vezes a irmã ou a filha).

A partir de finais do séc. XIX as manifestações da devoção ao Senhor Jesus da Piedade, integrando-se no contexto geral nacional, tornam-se, nos ex-votos oferecidos, quase exclusivamente de origem feminina, com exceção do período das guerras coloniais em que muitos soldados vieram ao Santuário agradecer o bom regresso e deixar a sua fotografia.

Note-se que recentemente se verifica a tendência para jovens casais oferecerem a fotografia de casamento (como algumas noivas faziam antigamente com seu vestido), ou a fotografia dos filhos pequenos, não já para agradecer uma graça recebida, mas para pedir para si próprios e para a sua família a protecção divina, tal como os filhos outrora pediam a bênção dos pais.

Não é possível, nesta rápida análise, fazer um historial diacrónico e tirar conclusões que passem além da constatação das principais alterações verificadas ao longo dos tempos: a gradual afirmação duma piedade no feminino e, a substituição do beneficiado pelo familiar intercessor na encomenda do ex-voto. O sujeito da oferta já não é o próprio beneficiado, mas a mulher, a filha, a irmã ou mesmo a comadre, que por ele intercede.

De notar que nos registos pintados e bordados não encontrei exemplos de ofertas em que intervenha a avó, quer como beneficiada, quer como ofertante, o que poderá colocar interessantes questões de sociologia familiar. Da mesma forma interessa interrogar as causas e o significado da origem exclusivamente masculina das primeiras ofertas de retábulos, bem como o estatuto social dos seus doadores. Assiste-se, por outro lado, a uma progressiva “popularização” dos ex-votos: com raras excepções, tanto os ofertantes como os beneficiados pertencem, a partir de meados do séc. XIX, às camadas populares, sobretudo de freguesias rurais.

Raros são os ex-votos com indicação de autoria: uma paisagem do escritor Azinhal Abelha vendo-se o santuário e o aqueduto; duas aguarelas atribuídas a Francisco Xara; um quadro do pintor elvense Diogo Pereira da Gama Pantaleão;

Luís Verner assina um óleo de 1874. Outro autor identificado é um pintor de carruagens, o que é bem exemplificativo do estatuto dos anónimos autores dos ex-votos.

Não é pela qualidade artística da pintura, quase sempre incipiente e ingénua, executada por encomenda a “curiosos” com jeito para o desenho ou pelo próprio ofertante ou algum familiar ou conhecido, que a colecção do Santuário da Piedade se reveste de uma importância que a coloca entre as mais notáveis da Península Ibérica e talvez em primeiro lugar dentro do espaço português.

Importante documento etnográfico para estudiosos e investigadores, mas também para inúmeros visitantes e devotos, a colecção de ex-votos do santuário de Elvas constitui igualmente um precioso *corpus* para o estudo da piedade em Portugal, enquanto manifestação de uma ingénua e por vezes comovente devoção popular, que, já no início do séc. XIX, durante as invasões francesas, levou os soldados de Napoleão a não vandalizarem a igreja mas a recortarem, com cuidado extremo, a imagem do Senhor crucificado, que colocaram sob as suas fardas, junto ao coração, para que também os protegesse nos últimos combates e na humilhante retirada para França.

Em boa hora a Confraria do Senhor Jesus da Piedade zelou pela criação do arquivo dos ex-votos do Santuário, dando continuação ao importante trabalho de inventariação descritiva realizado na década de 70 por Eurico Gama.

A digitalização dos retábulos pintados e bordados e de outros ex-votos dispersos permite hoje estudar e conhecer, de forma muito mais segura, a vastíssima colecção votiva do Santuário de Elvas. E permite também preservar, para memória futura, um precioso património que é dos devotos e visitantes e também da cidade onde as Festas do Senhor da Piedade e o grande arraial de S. Mateus permanecem como uma das tradições mais vivas e mais concorridas do Alto-Alentejo.

Comunicação apresentada no colóquio *Tradição, Tradições (A tradição já não é o que era?)*, 4.ª Jornada do CTPP – Centro de Tradições Populares Portuguesas Prof. Manuel Viegas Guerreiro, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

Fotografias cedidas pela Confraria do Senhor Jesus da Piedade. Presentemente esta Confraria prepara um projecto de restauro e conservação da colecção de ex-votos daquele importante santuário alentejano, precioso património em risco que urge salvaguardar e valorizar.

Estudos do património

OS FRESCOS MANEIRISTAS DA IGREJA DE SANTO ANTÓNIO DE VILA VIÇOSA

Vitor Serrão*

1. Um centro privilegiado das artes.

Durante o século XVI, Vila Viçosa foi um dos mais operosos centros artísticos portugueses, fruto do intenso e lúcido mecenato dos Duques de Bragança, que adquiriram valiosas peças, multiplicaram encomendas e arregimentaram à sua volta um escol de mão-de-obra especializada, fixando artistas de renome. A *nobre arte do fresco*, como era então designada a pintura mural, em homenagem à fama granjeada desde a Antiguidade Clássica, conheceu então um grande e notável incremento, olhos postos nas suas boas práticas na Itália do Renascimento. A decoração fresquista constitui, assim, uma das específicas valências do património histórico-artístico calipolense e um dos traços da sua maior authenticidade, conforme começou a ser destacado, desde os anos 60 do século passado, com os estudos do grande historiador de arte alentejano Túlio Espanca¹.

Dentro da documentação conhecida sobre a Casa de Bragança, que é abundante e diversificada, um panegírico às virtudes da corte de D. Teodósio II, re-

* Professor catedrático. ARTIS – Instituto de História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

O Autor agradece a António Candeias, Francisco Bilou, Helena Pinheiro de Melo, João Ruas, Joaquim Inácio Caetano, José Artur Pestana, Lícínio Lampreia, Luís Afonso, Maria Adelina Amorim, Maria Antónia Conde, Maria de Jesus Monge, Maria José Redondo Cantera, Milene Gil, Patrícia Monteiro, Tiago Salgueiro, Sylvie Deswarte-Rosa e Vanessa Antunes o apoio e as discussões conducentes à realização deste texto.

¹ Cfr. Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966; idem, «Achegas iconográficas para a história da pintura mural no Distrito de Évora», *Cadernos de História e Arte Eborense*, vol. XXVIII, Évora, 1973; idem, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*, Lisboa, ANBA, 1978.

centemente descoberto, enaltece a apetência dos Duques pelos empreendimentos artísticos, aspecto que se manifestaria já no tempo do primeiro Duque D. Afonso (cujo retrato se via no «*tecto de obra Romana*» dos Paços de Guimarães, entretanto destruídos), e que atingiu especial incidência no tempo do sexto duque D. João I, responsável por numerosas obras no Paço de Vila Viçosa e outros monumentos tutelados pelo ducado brigantino². Por alguma razão os cronistas da casa, como Francisco de Moraes Sardinha, moço de estribeira de D. Teodósio II e escritor de mérito, destacam o «*famoso & antiquissimo Parnaso que havia no mundo agora nouamente achado & descoberto*», e descrevem a vida cultural no Paço dos Duques como uma espécie de corte humanística, uma *Nova Delfos* ou, como escreve Sardinha, um verdadeiro *Parnaso das artes e letras*³.

Sob o patrocínio dos Duques de Bragança, Vila Viçosa adquiriu e cimentou, ao longo da Idade Moderna, singularidades artísticas com marca caracterizadora que se destaca nos períodos do Renascimento, do Maneirismo e das primícias do Barroco. A quantidade, qualidade e diversidade dos testemunhos de decoração murária que existem em Vila Viçosa e na sua região, hoje já *grosso modo* inventariados e em parte intervencionados através de campanhas de conservação e restauro, confere marca de excepcionalidade ao património calipolense e justifica a presente candidatura a Património da Humanidade⁴.

2. Os pintores fresquistas da casa dos Bragança.

Os Bragança chamaram ao seu serviço muitos artistas, nacionais e estrangeiros, para trabalharem nas decorações do Paço Ducal e dos conventos, igrejas, capelas e demais espaços sacros e civis sob sua tutela, criando uma dinâmica que se estendeu à nobreza local e ao mercado religioso calipolense.

No campo da pintura a óleo e de fresco, conhecem-se nomes de alta competência que aqui laboraram. O pintor flamengo **Francisco de Campos** (falecido em 1580), que esteve ao serviço do poderoso D. Teodósio I (quinto duque, com

² O senhor Dr. Francisco Bilou deu-nos a conhecer, recentemente, o teor de um manuscrito da Real Academia de La Historia de Madrid, *Fragmentos de una genealogia de la Casa de Braganza* (manuscrito de c. 1625), signatura: 9/119, fls. 19 a 22 (signatura antiga: B-4, fls. 19 a 22).

³ Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Cód. 107, *Do famozo, & antiquissimo Parnaso, que havia no mundo agora nouamente achado, & descoberto em Villa Viçosa adonde esta de que he Apollo io excellentissimo Princepe Dom Theodosio segundo deste nome, Condeestabre destes Regnos de Portugal, Duque de Bragança, & de Barcellos...* por Francisco de Moraes Sardinha em 1618, ed. de Christopher C. Lund, Comunicação Editora, Rio de Janeiro, 2003.

⁴ O ‘corpus’ discriminado destes acervos consta do livro de Vitor SERRÃO, *O Fresco Maneirista no Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança (1540-1640)*, Lisboa, edição da Fundação da Casa de Bragança, 2008.

governo em 1532-1563), pintando-lhe câmaras no Paço e opinando sobre aquisições de prestígio, é um dos nomes ilustres deste escol artístico, ainda que uma parte substancial das decorações fresquistas que executou tivessem desaparecido⁵; chegaram aos nossos dias, apenas, testemunhos dos seus pincéis no antigo Oratório do duque seu mentor (além do retábulo da igreja da Boa Nova, em Terena). O pintor e também calígrafo **Giraldo Fernandes de Prado** (fal. 1592) serviu o sexto duque D. João I (que governou de 1563 a 1583), continuando a trabalhar sob tutela de D. Teodósio II⁶. No caso deste pintor, considerado ao tempo um «homem de admirável pinzel na arte da pintura», sabe-se que também usava com competência as artes da iluminura e caligrafia, e que escreveu e desenhou, em 1560-1561, um raro *Tratado de Caligrafia*, hoje num arquivo de New York, que se destinava ao ensino do jovem D. João, o futuro sexto duque⁷. A ele se deve o essencial da decoração fresquista da igreja de Santo António de Vila Viçosa, tema desta nova contribuição para o estudo do fresco calipolense. Substituiu-o no cargo ducal o seu «criado» e discípulo **André Peres**, pintor da casa dos Bragança desde 1594 até cerca de 1639. Este último, pintor assalariado do sétimo duque D. Teodósio II, será autor do grandioso fresco evocativo da *Conquista de Azamor em 1517* (um dos pergaminhos históricos dos Bragança) que decora a escadaria paçã, além dos murais da Capela de Santo Eustáquio, na Tapada, entre outras obras. É de referir, ainda, o nome do pintor **Manuel Franco** (fal. 1650), identificável com o chamado *Mestre das Salas de Música*, e que será pintor privativo do duque D. João II (o futuro D. João IV, o rei da Restauração anti-filipina), que o manda em 1637 aperfeiçoar-se durante um ano na cidade de Madrid⁸, estipulando-se que o aprendizado envolvia as modalidades de óleo, têmpera e fresco. Tal viagem permitiu a Franco contactar os bons pintores

⁵ Cf. Martín S. SORIA, «Francisco de Campos (?) and Mannerist Ornamental Design in Évora, 1555 to 1580», *Belas-Artes*, 2.ª série, n.º 10, 1957, pp. 22-27; Joaquim Oliveira CAETANO e José Alberto SEABRA CARVALHO, *Frescos Quinhentistas do Paço de S. Miguel*, Fundação Eugénio de Almeida, Évora, 1988 (2.ª ed., 1998); Vítor SERRÃO (coord.), *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*, CCB, 1995, pp. 198-202 e 478-480; idem, *O Renascimento e o Maneirismo*, vol. 3 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Presença, 2003, pp. 226-231, e Maria Teresa DESTERRO, *Francisco de Campos (c. 1515-1580) e a Bella Maniera, entre a Flandres, Espanha e Portugal*, tese de Doutoramento, Faculdade de Letras de Lisboa, 2008.

⁶ Vítor SERRÃO, «Giraldo de Prado, cavaleiro-pintor de D. Teodósio II, duque de Bragança. Obras em Almada e Vila Viçosa», *Callipole*, 2004, n.º 12, pp. 247-271.

⁷ Idem, «Maniera, mural painting and calligraphy: Giraldo Fernandes de Prado (c. 1530-1592)», *Out of the Stream: new perspectives in the study of Medieval and Early Modern mural painting*, coord. de Luís Afonso, Manchester, 2007, pp. 115-140.

⁸ Por «ser bom pintor e ter grande haberdade», o Duque custeava a sua ida a Madrid «para se aperfeiçoar no dito ofício da arte de pintar e tratar de aprender a pintar a óleo aperfeiçoando-se no que lhe falta, assi figura como países... e alem disso aprenderá a pintar a fresco» (Túlio ESPANCA, *Cadernos de História e Arte Eborense*, vol. XXVIII, 1973, p. 84).

de fresco da corte madrilena e atesta a importância que a Casa Ducal atribuía ao mecenatismo artístico.

Esta sucessão de artistas está hoje muito bem documentada e explica que, fora da esfera de encomenda brigantina, se multiplicassem encargos a estes artistas para conventos, paróquias e confrarias calipolenses. Todos eram praticantes das modalidades de óleo e fresco e especialistas em decorações de porte, tanto em programas hagiográficos e de iconografia cristã como em decorações histórico-mitológicas. Hoje, também se conhece a trajectória de **Tomás Luís**, um pintor oriundo de Lisboa e ligado por formação estética aos modelos da oficina de Diogo Teixeira, e que pintará com regularidade, nos primeiros anos do século XVII, para D. Teodósio II, tanto nas «casas novas» do Paço (a capela de D. Catarina, as Salas de Medusa e de David, e a *gallerietta* de D. Ana de Velasco), como numa capela do Mosteiro das Chagas⁹. Este especialista da cenografia fresquista, que foi recomendado ao Duque por André Peres, usava *grottesche* requintados e fontes mitológicas de raiz ovidiana, e já decorara antes, com sucesso, duas câmaras no Paço dos Condes de Basto em Évora.

É interessante destacar a fidelidade dos frescos calipolenses aos cânones do Maneirismo italianizante, o que se patenteia na melhor decoração murária de Vila Viçosa, um gosto que se prolonga nos anos, dado o impacto que conheceu no mercado local, mesmo quando os novos repertórios barrocos davam os primeiros passos nouros centros. Tal se atesta, por exemplo, nos frescos que cobrem o tecto da nave da igreja do mosteiro da Esperança: além da cúpula da capela-mor (com frescos atribuídos a André Peres), a da nave, atribuível a Manuel Franco, está cheia de ‘citações’ de modelos eruditos (caso da *Última Ceia*, segundo o fresco de Lívio Agresti da Forlì no célebre *Oratorio del Gonfalone* em Roma, sendo outras composições influenciadas por estampas maneiristas italo-flamengas de Cornelis Cort, Jerónimo e Antón Wierix, e outros. A curiosidade reside no anacronismo da pintura, pois a decoração data já do avançado ano de 1641, tempo do início da decadência de Vila Viçosa com a saída definitiva da corte ducal para Lisboa¹⁰.

Segundo a documentação hoje disponível, outros pintores de qualidade, oriundos de centros como Évora e Lisboa, trabalham também, na segunda metade do século XVI e na primeira do século XVII, para os duques de Bragança e para a nobreza e o mercado religioso, referindo-se entre estes: Francisco João (Évora, c. 1530-1595), que vistoria em 1565 os frescos ordenados por D. Teodósio I em

⁹ Cf. Filipa Raposo CORDEIRO e Vítor SERRÃO, *A ‘Visitação’ de Tomás Luís na igreja da Misericórdia do Montijo*, Câmara Municipal do Montijo e ed. Colibri, 2005, e a tese doutoral da autora citada, *Thomas Luis, pintor maneirista do sacro e do profano: arte, conservação e restauro. Casos de Évora, Aldeia Galega, Elvas, Idanha-a-Nova e Vila Viçosa – séculos XVI a XVIII*, Faculdade de Letras de Lisboa, 2014.

¹⁰ Cf. Inês Florido LOPES, *O Real Convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa. As pinturas murais: história, conservação e restauro*, tese de Mestrado em Recuperação do Património Arqueológico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2008.

câmaras do paço primitivo; o famoso Simão Rodrigues (c. 1560-1629) e o seu «parceiro» tomarense Domingos Vieira Serrão (c. 1570-1632), com obra no coro alto das Chagas; o eborense Custódio da Costa (actividade conhecida, 1589-1632), que pinta e doura «ao romano», em 1602, o leito do próprio duque D. Teodósio II nas «casas novas»; o neerlandês Duarte Frizão (fal. 1597), pintor do Arcebispo D. Teotónio de Bragança; sem esquecer alguns artistas de menor porte, como o avisense Sebastião Garcia, entre outros que se documentam a trabalhar para Vila Viçosa no fim do século XVI e no dealbar do XVII¹¹. Em 1633, à data do casamento do Duque D. João II com D. Luísa de Guzmán, da Casa de Medina Sidónia, relata o cronista António de Oliveira de Cadornega que «assistiam ordinariamente às bodas muitos pintores, peritos na arte de pintar, fazendo de ólios finos riquíssimas pinturas, para ornato da Capela Real e de Palacio, em que continuadamente entendiam, por serem assalariados da Casa»¹². Ainda continuavam a fazer-se decorações vultosas no Palácio, um clima que só se veio a alterar com a Restauração de 1640 e a partida para Lisboa dos duques e das centenas de funcionários do Estado de Bragança, abrindo um tempo inexorável de decadência...

Na fase mais gloriosa, existiram condições ideais para a fixação de artistas, fosse a abundância de encomendas públicas e privadas, ou os favores obtidos pela casa ducal. Por exemplo, o pintor Giraldo de Prado, que desde 1582 morava na vila de Almada, recebeu em Setembro de 1585 um subsídio mensal de 650 rs para sustento da sua casa em Vila Viçosa, visto estar ao serviço de D. Teodósio II como cavaleiro da sua casa, subsídio esse acrescido pela Ordenança da Casa Ducal de um alqueire de cevada para o seu cavalo, em apoio dos serviços prestados e a prestar¹³. Também é explícito o favorecimento do pintor André Peres nas mercês de D. Teodósio II: em Novembro de 1594 o duque manda-lhe dar «vinte cruzados para ajuda de concertar sua caza»¹⁴, além do ordenado de 40.000 rs que recebia ao ano, e mais «dois moios de trigo cada ano enquanto for vontade de Sua Excellênciâ», a que se somaram ainda 4.000 rs de aposentadoria anual «para humas casas enquanto elle servir a Sua Excellênciâ de pintor»¹⁵. Assinale-se a propósito, por curiosidade, uma despesa do mesmo Duque com o seu arquitecto e escultor Pero Vaz Pereira (c. 1570-1643) para poder encomendar um vestido mandado fazer em Lisboa, de modo a que pudesse trajar

¹¹ Vitor SERRÃO, *O Fresco Maneirista no Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança (1540-1640)*, cit., com abundantes referências a estes artistas.

¹² António de Oliveira de CADORNEGA, *Descrição de Vila Viçosa* (1683), com comentários de Heitor Gomes Teixeira, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983, p. 83.

¹³ Manuel Inácio PESTANA, «Mestres de várias artes ao serviço de D. Teodósio II, Duque de Bragança (1583-1630)», *Callipole*, n.º 11/12, 2003, pp. 135-153, ref.º p. 152, n.º 10.

¹⁴ Arquivo da Casa de Bragança, *L.º 1.º das Mercês de D. Teodósio II*, Mss. 137, fl. 303.

¹⁵ Idem, *ibidem*, fl. 303 e v.º.

com a pompa e circunstância que se impunha numa certa festividade¹⁶. Esta ambiência mecenática criou circunstâncias felizes que justificam a quantidade e qualidade de espécimes fresquistas em terras calipolenses.

3. Os frescos da igreja de Santo António de Vila Viçosa.

Uma das obras mais estimáveis da pintura fresquista calipolense é a decoração dos tectos da igreja de Santo António, situada no coração de Vila Viçosa. Trata-se de uma encomenda ducal, pois se trata de um pequeno templo fundado pelo quinto Duque de Bragança e primeiro Conde de Barcelos, D. João I, cerca de 1564¹⁷, para servir de oratório privativo desta casa aristocrática. Tal explica a altíssima qualidade dos frescos.

Integrada na freguesia de São Bartolomeu, a igreja tem dedicação a Santo António pela razão de ter existido na mesma rua um recolhimento de claustrais franciscanos com oratório dessa invocação¹⁸. Situa-se num dos eixos da regular malha urbanística da vila, no Terreiro de Santo António. Apura-se que a igreja já estava ao culto em 1569¹⁹. Depois da morte do duque D. João I, passou a ser utilizada com especial devoção pela sua viúva D. Catarina de Bragança. O templo serviu de paróquia durante as obras que mantiveram fechada entre 1570 e 1610, por causa de obras, a igreja de Nossa Senhora da Conceição (voltaria a ter as mesmas funções, após 1755, quando a abóbada daquela igreja desabou). Possuía uma tribuna rasgada na parede esquerda da capela-mor, espécie de camarim para a família ducal), destinada a servir a Duquesa D. Catarina e demais nobreza quando vinha assistir aos ofícios religiosos; ainda subsiste esta tribuna.

A estrutura arquitectónica, de raiz renascentista, oferece-nos um prospecto de grande limpidez civilista, com vãos dispostos simetricamente, um austero pórtico ao centro, duas janelas de peitoril, remate com janelão ladeado por dois óculos circulares, e frontão de empêna curva, com sineira ao centro. Um portal simples de serventia, à esquerda, incorporado num corpo que se prolonga em torre cilíndrica com remate de cúpula, dá acesso a um sistema de corredores intercalados por lanços de escadas que corre em paralelo ao corpo da igreja. A linguagem da construção, que data do terceiro quartel do século XVI, mostra similitudes com a coeva igreja do Hospital da Misericórdia de Vila Viçosa e dever-se-á à mesma empreitada. O interior, de secção rectangular, medindo 11m70 de comprimento e 5m70 na nave e capela-mor quadrada de 5 x 5 metros, tem coberturas em falsa abóbada de estuque em cruzaria de ogivas e de berço, decoradas com as pinturas murais que neste estudo se analisam.

¹⁶ José TEIXEIRA, *op. cit.*, 1983, p. 121.

¹⁷ Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*, ANBA, vol. IX, Lisboa, 1978, pp. 701-703.

¹⁸ Padre Joaquim José da Rocha ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, vol. IV, manuscrito de c.º 1880, cap. XIII, pp. 263-268 e 350-351.

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 263-265.

Encontramo-nos face a uma das mais sublimes manifestações da arte fresquista em todo o Portugal de Quinhentos, mas que continua a reclamar, dado o seu débil estado, especiais cuidados de conservação. A gramática puramente maneirista do que subsiste do programa original, com um marcado gosto italienizante e um apurado sentido da cenografia, com um precioso desenho incisivo visível nos pormenores, justifica a atribuição ao pintor Giraldo Fernandes de Prado, dadas as analogias de estilo que apresenta com outros programas fresquista, a saber: as sancas da Sala de Diana do Palácio dos Condes de Basto em Évora, os frescos da antiga enfermaria do Mosteiro de São Bento de Cástris²⁰, parte dos frescos do Oratório de D. Teodósio I no Paço de Vila Viçosa e os vestígios de uma antiga capela sita no claustro das Chagas²¹, além de revelar afinidades pronunciadas com as pinturas em tábua produzidas pelo mesmo Giraldo na igreja da Misericórdia de Almada, já em final de carreira, em colaboração com o seu discípulo André Peres²². Os estilemas de todas estas obras (alargando o cotejo dos frescos a obras a óleo sobre tábua e mesmo ao desenho em papel) conduzem à constatação de que se estamos perante o trabalho de uma oficina unívoca – um único autor, com um mesmo tipo de desenho na modelação e nas incisões, a mesma base de técnica pictórica, a mesma tipologia nos repertórios usados e a solidez de uma mesma cultura internacionalizada²³.

O que se atesta, na profusão de fantasiosos *grottesche*, folhagem, aves, mascarões e figuras híbridas, mostra um gosto de raiz neo-platónica, na tradição da boa cultura cortesã que se vivia no paço ducal²⁴. No pavimento, a campa de

²⁰ Cf. Vanessa ANTUNES, Vitor SERRÃO, Maria José OLIVEIRA, Luís DIAS, Sónia COSTA, Luís PIORRO, António CANDEIAS, José MIRÃO, João COROADO, Maria Luísa CARVALHO e Ana Isabel SERUYA, «Considerações técnicas, materiais e artísticas sobre o retábulo da Misericórdia de Almada e o seu pintor», *As Preparações na Pintura Portuguesa. Séculos XV e XVI* (Projecto PTDC/EAT-HAT/100/868, FCT e ARTIS-IHA), 2013, pp. 259-271.

²¹ Os frescos da antiga enfermaria (ou ala do dormitório?) do mosteiro cisterciense de São Bento de Cástris, em Évora, representam o *Calvário*, integrado num altar maneirista lavrado em massa, e um *São Sebastião com freira doadora*, ambos de primorosa execução. Evoca-se um voto gratulatório após uma epidemia pestífera que assolou os campos alentejanos, acaso a de 1579-1581. Destaca-se o óptimo São João Evangelista, precioso de modelação, com solidez de desenho inciso e um pronunciado sentido de modelação.

²² Cf. Vitor SERRÃO e Vanessa ANTUNES, «Giraldo Fernandes de Prado, ‘homem de admirável pincel’ (c. 1530-1592)», *Archivo Español de Arte*, vol. 86, 2013, n.º 344, pp. 345-355.

²³ Idênticas conclusões foram apresentadas por José Artur Pestana, técnico da empresa Mural da História, ao intervenção algumas destas campanhas atribuídas ao labor de Giraldo Fernandes de Prado.

²⁴ Cf., sobre esta ambiência cultural, Luís de MATOS, *A corte literária dos Duques de Bragança no Renascimento* (conferência proferida no Paço de Vila Viçosa em 15 de Outubro de 1955), Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956; José TEIXEIRA, *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1983; Rafael MOREIRA, «Uma ‘cidade ideal em mármore’. Vila Viçosa, a primeira corte ducal do Renascimento português», *Monumentos*, n.º 6, 1997, pp. 48-53.

vários funcionários da casa dos Bragança atesta que este espaço tinha predicados de exclusividade dessas vivências. Tudo explica, pois, o requinte e tónus profano da decoração. Depois da partida da corte ducal a seguir à Restauração, e com a manifesta decadência que passa a envolver a vila, a igreja de Santo António tende a perder o seu carácter de grande oratório privativo e passa a servir os moradores de modo regular. Assim, sofrerá obras grandes de redecoração no tempo de D. João V, começando em 1707 quando, por encomenda de Lopo Vaz de Almeida, juiz da confraria de Santo António, se realiza o retábulo de talha barroca de ‘estilo nacional’ (que veio substituir o anterior retábulo maneirista, do qual nada mais se sabe). Desconhece-se o nome do mestre entalhador, talvez Bartolomeu Gomes, à data o mais operoso na vila, e autor, por exemplo, do retábulo da igreja das Chagas. Só em 1727 se dourou e brutescou a tribuna desse retábulo, e pintaram-se então os ingénuos frescos das paredes da capela-mor, que representam passos dos *milagres de Santo António de Lisboa*, inspirados na iconografia tradicional, destacando-se, na parede direita da capela-mor, a popular cena de *Santo António pregando aos peixes*²⁵. O pintor envolvido será Domingos Gonçalves, um fresquista localmente operoso (mas de segunda plana) que realizou obras no coro alto do Mosteiro das Chagas e na igreja de Rio de Moínhos (Borba), que são visivelmente no mesmo estilo²⁶.

Deve ter sido nesta data (visto esse cronograma firmar o intradorso do arco-mestre) que se realizou uma intervenção ‘restaurativa’ nos frescos da abóbada da nave, com aposição de frustes repinturas em alguns dos tramos (felizmente só aplicadas numa parte, com aposição de anjos músicos entre garrida folhagem de brutesco). Tratou-se por certo de um repinte correctivo, e de qualidade disollicente: em clima de Contra-Reforma, em fidelidade ao decoroso espírito tridentino, as figuras metamorfoseadas do tecto da nave apareceriam como inconvenientes e impróprias para um lugar de culto, razão porque só sobreviveram as dos primeiros tramos, menos visíveis para os fiéis às horas de culto, tal como os fantásticos e paganizados *grottesche* davam lugar a uma plêiade de convencionais anjos músicos, de seco colorido e expressão sem chama...

Note-se que aposição destas obras, produzidas em desrespeito pelo espírito italianizante e o requintado traço civilista que possuía (e possui) a decoração primitiva da igreja-oratório, contribuíram para descharacterizar, de algum modo, o efeito de grande equilíbrio e erudição desse espaço intestino. Novas irmandades se instalaram na igreja, acarretando obras próprias de decoração cultural, como

²⁵ Túlio ESPANCA *Inventário...*, cit., p. 703.

²⁶ Cf. Patrícia MONTEIRO, *A Pintura Mural no Norte Alentejano (sécs. XVI-XVIII): núcleos temáticos da Serra de S. Mamede*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras de Lisboa, 2013, pp. 41-42 e 120-125, e Vitor SERRÃO, «O ciclo da vida e milagres de São Tiago Maior pintado na igreja matriz de Rio de Moínhos: um raro programa de iconografia jacobeia (1706)», *Jacobus – Revista de Estudios Jacobeos y Medievales*, n.º 25-26, 2009, direcção de István Szászdi Léon-Borja, vol. de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão, Sahagún (Léon), pp. 337-365.

a de Nossa Senhora do Carmo, que se funda em 1748, com o seu altar e retábulo de talha²⁷. Compreende-se a opção: de há muito que o templo deixara de servir a elite restrita da corte brigantina, e passara a ser lugar de culto da comunidade calipolense, o que explicará que as obras de 1707-1727, alinhadas com a expansão de um novo gosto barroquizante, pudessem vir descharacterizar de maneira flagrante a relação unívoca desse espaço aristocrático, tão maneirista na sua essência²⁸! Explica-se, assim, uma certa capa de desmemória que caíu sobre esta igreja, tão bela quanto esquecida nos percursos turístico-culturais da cidade. Durante muito tempo, de facto, a igreja foi mais apreciada pelo facto de conter uma boa decoração azulejar (de padronagem seiscentista, e de figuração, estes da época joséfica) a revestir as paredes do corpo, e as referidas obras de talha dourada e de frescos antonianos, quando o seu elemento mais rico radica, à evidência, no óptimo programa fresquista de encomenda ducal que cobre as abóbadas artesonadas da capela-mor e da nave e datam ainda dos anos 80 do século XVI!

a) Os frescos da cobertura da nave.

Realizados cerca de 1580-1585, os frescos maneiristas que recamam as abóbadas da nave e capela-mor são devidos ao pintor Giraldo Fernandes de Prado e provavelmente a outros colaboradores seus não identificados. Ainda que sem prova documental, a força que advém do cotejo estilístico com as obras documentadas do labor desse pintor-cavaleiro da casa ducal, já citadas, justifica a aproximação estilística (depois de uma primeira sugestão autoral ligando as decorações a Francisco de Campos)²⁹.

A nave, com abóbada nervada de dois tramos com aresta viva e ricos fechos cilíndricos e octogonais, dentro da tradição gótico-manuelina, mostra-se totalmente decorada a fresco nos espelhos dos artesãos e nos espaços definidos pelas nervuras ogivais. As superfícies artesonadas integram uma rica ornamentação de laçaria estilizada e elementos de grotesco vegetalista com enrolamentos acânticos, mascarões, quimeras e cabeças de leão, de claro sentido italianizante. Os espaços definidos pelas nervuras desenvolvem uma caprichosa linguagem de sabor neoplatónico integrando esbeltos serafins tocando trombetas, figuras de *hermes* e meios-anjos alados com a parte inferior do corpo metamorfoseada em jogos florais de fantástico efeito, bem como volutas acânticas, golfinhos, querubins, cornucópias, aves e outros elementos de inspiração maneirista. Apesar dos

²⁷ Túlio ESPANCA *Inventário...*, cit., p. 701.

²⁸ Espanca, *op. cit.*, valorizou mais os ingénuos frescos de 1727 (cujo interesse é sobretudo iconográfico e ornamental) que o notável ciclo maneirista das abóbadas; a deficiente conservação destes e o ambiente escuro da igreja à data do registo, impediu-o por certo de dedicar uma atenção mais atenta aos frescos originais...

²⁹ Joaquim Oliveira CAETANO e José Alberto SEABRA CARVALHO, *Frescos Quinhentistas do Paço de S. Miguel*, Fundação Eugénio de Almeida, Évora, 1988 (2.ª ed., 1998).

«repintes de contorno» apostos em 1727 (senão também em outras fases de intervenção hodiernas) e que são bem visíveis no tramo junto ao arco triunfal, nas figuras de serafins músicos e nas folhagens acânticas, que se «barroquizaram», retirando a parte da pintura primitiva a sua frescura e elegância, ainda é extenso o que subsiste da campanha fresquista original.

A cultura de *grottesche* que estes frescos revela mostra-nos um certo conhecimento (que não se encontra em nenhum outro lugar no Portugal de então) das pinturas fantasistas do palácio de Nero, a célebre *Domus Aurea*, estudadas por Nicole Dacos-Crifó³⁰, em especial as pinturas do chamado *Criptopórtico*, que iriam inspirar depois, no Renascimento, pintores como Giovanni da Udine (frescos da *Loggetta* do Cardeal Bibiena, em 1516, e nas *Logge* do Vaticano). A tipologia de grotescos do Paço de Vila Viçosa atesta, de facto, um reportório variado, rico e fantasioso, que remete para fontes de inspiração clássica e recorda exemplos precisos de Roma, Génova e Parma e, por via mais próxima, a pintura dos italianos que vem trabalhar em Espanha nos palácios de Felipe II. Como se sabe, a corte de Vila Viçosa manteve vínculos estreitos com a Cidade dos Papas e outros centros italianos: conhece-se a relação de D. Teodósio I com Lourenço Pires de Távora, embaixador de Portugal em Roma em tempo de regência de D. Catarina de Áustria por menoridade de D. Sebastião³¹, e sabe-se do envio de artistas, como o arquitecto Pero Vaz Pereira. A Casa Ducal manteve também relações com os círculos de Parma, após o casamento da Princesa D. Maria de Portugal, filha de D. Duarte e D. Isabel, com Alessandro Farnèse, príncipe de Parma, abrindo uma campo com influência nas artes³²: veja-se a elegância dos frescos mitológicos de Jacopo Bertoja (1544-1574) em *palazzi* parmenses e, depois, em Caprarola³³, e os de Cesare Baglione (c. 1525-1590) na Rocca de Torrechiara e na Rocca dei Rossi de San Secondo Parmense. Essa re-quintada cultura plástica, sensual e aberta ao pendor fantástico das fábulas e *histórias de encantar*, que o parmense Eneas Vico tratou nas suas estampas, sente-se bem nos frescos de Santo António de Vila Viçosa.

Mais que essas influências da distante Itália, o peso que se sente no carácter do fresco ducal calipolense – e nos da igreja de Santo António em particular – é o da lição italiana dos fresquistas chamados a decorar o Escorial, o Alcázar de

³⁰ Referência incontornável nesta matéria é a obra de Nicole DACOS, *La découverte de la Domus Aurea et la formation des grotesques à la Renaissance*, London, 1977.

³¹ Maria do Rosário THEMUDO BARATA, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma História Estrutural*, Lisboa, IN/CM, 1992.

³² José Adriano Freitas de CARVALHO (coord.), *Actas do Congresso D. Maria de Portugal, Princesa de Parma (1565-1577) e o seu tempo. As relações culturais entre Portugal e Itália na segunda metade de Quinhentos*, Porto, Faculdade de Letras, 1999.

³³ Catálogo da exposição *Nell'età di Correggio e dei Carracci. Pittura in Emilia dei Secoli XVI e XVII*, Bolonha, Pinacoteca Nazionale, 1986, pp. 74-76 (texto de Diane De Grazia) e M. G. BERNARDINI (coord.), *Oratorio del Gonfalone a Roma*, Roma, Silvana ed., Cinisello Balsamo, 2002.

Madrid e outros palácios de Filipe II em Aranjuez, Segóvia, Valsaín e Toledo³⁴ e que desenvolveram um gosto de decoração, com *grottesche* e efeitos cenográficos *all'antico*, que se espalha pelos salões da aristocracia da Península³⁵. Encontramos óptimos testemunhos deste gosto no Viso del Marqués (palácio de D. Álvaro de Bazán, marquês de Santa Cruz, pintado pelos Peroli), em Guadalajara (palácio dos Mendozas, duques do Infantado, afrescado por Rómulo Cincinatto), em Tudela (Palácio do Marquês de San Adrián) e Tarazona (Palácio Guarás, afrescados por Pietro Morone), e em palácios da Extremadura (Trujillo e Cáceres), chegando então às terras portuguesas de Évora e Vila Viçosa. A clientela aristocrática portuguesa não foi indiferente a esse gosto requintado e erudito, a *Bella Maniera* que chegava de Itália, inspirada nos frescos de Rafael de Urbino, Giovanni da Udine, Polidoro da Caravaggio, Perino del Vaga e outros famosos mestres da modalidade, assumindo a novidade e adequando-a à decoração dos seus salões e capelas privadas.

Assim, os frescos da igreja de Santo António de Vila Viçosa integram-se nesse espírito de decoração italianizada que enobrecia, ao tempo, os salões dos paços de Sintra, Xabregas e Almeirim, e o Paço da Ribeira, em Lisboa³⁶. É muito interessante observar, no caso destes *grottesche*, a forte influência que atestam face a algumas das gravuras editadas em Roma por Antonio Salamanca (Salamanca, 1478?-Roma, 1562), um editor, tipógrafo e livreiro de possível ascendência espanhola³⁷, activo na Cidade Papal e que a partir de 1538 se dedicou com prioridade, desde o seu estúdio no Campo de' Fiori, a produzir, editar e vender estampas com *antiqua Romanorum*³⁸. A historiadora de arte Sylvie Deswart-Rosa estudou as suas relações com o mundo do português Francisco de Holanda, estante em Roma precisamente nesses anos, e que conheceu a produção desse prolixo editor, cuja casa era, aliás, sede de uma animada academia.

³⁴ Mary NEWCOME, «Fresquistas genoveses en El Escorial», in *Los frescos italianos de El Escorial*, com introdução de Alfonso E. PÉREZ SÁNCHEZ, Madrid, Electa, 1993, pp. 25-39, e M. Morán TURINA e Fernando CHECA, *Las Casas del Rey*, Madrid, 1968.

³⁵ María José Redondo CANTERA, «El arte de la Roma antigua e moderna en la obra de Alonso Berruguete», in *Roma Qvanta Fvit Ipsa Rvina Docet. Nicole Dacos In Memoriam*, coordenação de Jesús María Palomero PÁRAMO (Actas das Jornadas del Proyecto de Plan Estatal de I+D Ruinas, *Expolios e Intervenciones en el Patrimonio Cultural. Coloquio(de) homenaje a Nicole Dacos*, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla-Huelva, 2016, pp. 53-74).

³⁶ Fernando BOUZA ALVARES, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, Edições Cosmos, 2000, pp. 83-85 e 101-104.

³⁷ José Luis Gonzalo SÁNCHEZ-MOLERO, «Antonio de Salamanca y los libros españoles en la Roma del siglo XVI», *Roma y España. Un crisol de la cultura europea en la Edad Moderna*, vol. I, Madrid, Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior, 2007, pp. 335-365.

³⁸ Sylvie DESWARTE-ROSA, «Les gravures de monuments antiques d'Antonio Salamanca à l'origine du *Speculum romanae magnificentiae*», *Annali di Architettura*, vol. I, 1989, pp. 47-62.

Antonio Salamanca editou, por exemplo, as gravuras do Coliseu de Roma, da autoria de Girolamo Fagioli, segundo desenhos do pintor Domenico Giuntalodi³⁹, e editou em 1532 as primeira colecção de estampas com desenhos, esboços e material calcográfico do urbinense Rafael Sanzio (1483-1520), em que se incluíram tranalhos do veneziano Agostino de'Musi, geralmente chamado Agostino Veneziano (c. 1490-c. 1540), do parmense Enea ou Eneas Vico (1523-1567), do bolonhês Giacomo Raibolini, chamado Giacomo Francia (1484-1557), e de outros artistas. Essa colecção, que havia pertencido a Marcoantonio Raimondi, ajudou assim a difundir pela Europa os temas mitológicos e os repertórios de *grottesche* do Maneirismo romano⁴⁰. Sabemos que em 1553 Antonio Salamanca formou uma parceria com o gravador francês Antoine du Pérac Lafréry (1512-1577)⁴¹ e por via desse intercâmbio (muito bem estudado por Sylvie Deswarthe) se difundiram fora de Itália, com grande sucesso, os modelos dos grotescos clássicos inspirados nas decorações dos *palazzi* neronianos. Após a sua morte, em 1562, estes modelos continuariam a ser reproduzidos por Lafréry e por outros artistas, gravadores e editores, seguindo os repertórios de Salamanca⁴².

As meias-figuras metamorfoseadas de folhagem e alguns dos modelos de mascarões, sátiros, *candelabra*, enrolamentos acânticos e *pendentes* que aparecem pintados na abóbada da nave de Santo António inspiram-se directamente em algumas das gravuras editadas por Antonio Salamanca com desenhos de Agostino Veneziano e Raimondi gravados por Giacomo Francia e Enea Vico, entre outros⁴³. Os *hermes* com a metade inferior do corpo metamorfoseada em caprichosa folhagem, por exemplo, seguem com fidelidade os gravados de Agostino Veneziano, impressa por Antonio Salamanca. É possível e até provável, assim, que esse acervo de estampas integrasse a farta biblioteca de D. Teodósio I, e que os artistas da corte ducal as conhecessem por essa via. As semelhanças são irrecusáveis e atestam que as fontes iconográficas proporcio-

³⁹ Idem, «Domenico Giuntalodi, peintre de D. Martinho de Portugal à Rome», *Revue de L'Art*, n.º 80, 1988, pp. 52-60.

⁴⁰ Nicole DACOS, *Le Logge di Raffaello. L'antico, la Bibbia, la bottega, la fortuna*, Jaca Book, 2008.

⁴¹ Sylvie DESWARTE-ROSA, «Ubi Sunt Tua Tela Cupido?», in *Génese e Consolidação da Ideia de Europa*, coord. de Nair de Nazaré Castro SOARES e Santiago López MOREDA, Coimbra, 2009, vol. IV, pp. 219-255.

⁴² Cf. Michel BURY, *The Print in Italy 1550-1625*, London, British Museum, London 2001, p. 232; Valeria PAGANI, «Documents on AS», in *Print Quarterly*, XVII 2000, pp. 148-55; e C. L. E. WHITCOMBE, *Print Publishing in sixteenth-century Rome*, Turnhout, 2008, pp. 67-105.

⁴³ Cf. *The Illustrated Bartsch's*, XIV.396.566 (as estampas de Agostino Veneziano editadas por Antonio de Salamanca), XV.56.2 (estampas de Marcoantonio Raimondi com *grottesche*) e XV.357.454 (gravuras de Enea Vico). Agradece-se à senhora Doutora Vanessa Antunes a prestimosa ajuda na identificação e estudo destas gravuras.

nadas pela estampa maneirista romana foi uma das bases de informação deste programa fresquista.

Não deixa de merecer referência, também, a actualidade da presença dos *grotescos* clássicos em Castela, sendo já utilizados por um pintor, policromador, de retábulos e desenhador como Andrés de Melgar (c. 1500-1554), homem que, embora nunca tenha visitado Itália, conheceu as obras do romanista Alonso Berruguete (1488-1561) e admirou as decorações de *grottesche* do italiano Giulio Aquiles no Palácio de Francisco de los Cobos em Valladolid (1531). Melgar utilizou essas fontes inspiradoras, com sabedoria e engenho, tanto nas suas requintadas policromias de imaginária como nos desenhos que gizou para um álbum de grotescos conservado no Metropolitan Museum de New York e para o designado *Álbum de Mendoza* da Fundación Lázaro Galdiano de Madrid (ou *Libro de bocetos de Alonso de Berruguete*), desenhos esses que atestam uma franca sedimentação dessa absoluta novidade romana⁴⁴. Ou seja, entre as fontes seguidas pelo pintor dos frescos da igreja de Santo António de Vila Viçosa se contaria (além da certeza de ter seguido os gravados da edição de Antonio Salamanca) o conhecimento de *visu* de obras peninsulares já seduzidas pelo gosto antiquizante difundido a partir da *Domus Aurea*.

Estranha-se que uma obra tão elaborada como é esta decoração quinhentista, servida por um ousado programa decorativo tutelado, por certo pelo Duque D. João I, e executada com um desenho de fina modelação e um sentido caprichoso das formas ornamentais, continue a ser injustamente desapreciado pelos historiadores de arte. É tempo de a devolver ao olhar atento dos estudiosos, integrando-a no ambiente cultural preciso em que foi composta. Na nave, um dos referidos meios-anjos metamorfoseados que se admira num dos tramos junto ao coro altosegura uma imagem dourada de guerreiro cristão, o qual pode representar a efígie do Duque D. Jaime I. Encarnaria, assim, a alegoria da Fama, numa alusão aos feitos heróicos da Casa de Bragança, que lhe haviam granjeado antiguidade e glória. Essa alegorização da vergôntea brigantina maior interesse tributa ao conjunto, que buscava, como se deduz, afirmar o peso da casa ducal no contexto político estratégico, na sequência das circunstâncias que haviam conduzido ao governo da Monarquia Dual. Essa solução celebrativa lembra, entre outros exemplos de frescos romanos da época de Sisto V, a *Alegoria à Roma Félix* pintada pela equipa dirigida por Paris Nogari e Giovanni Guerra a partir de 1585 na *Biblioteca Vaticana* em Roma, onde se integra uma figura de mulher-guerreira, sentada defronte de uma vasta paisagem que deixa divisar o conjunto da *Cidade Eterna* com os seus monumentos, a segurar a Cruz na mão di-

⁴⁴ Cf. Pedro Echeverría GOÑI, *Policromía del Renacimiento en Navarra. Gobierno de Navarra*, Pamplona, 1990, pp. 229-236; Nicole DACOS, «Giulio Aquili, Andrés de Melgar et leurs grotesques. Rome, Valladolid, Santo Domingo de la Calzada», *Dialoghi di Storia dell'Arte*, n.º 4-5, 1997, pp. 24-33; e Carmen HEREDIA-MORENO, «Dibujos de Alonso Berruguete, Julio de Aquilis y Andrés de Melgar en la Fundación Lázaro Galdiano», *Goya*, 306, 2005, pp. 132-144.

reita e na outra uma estátua de ouro que alegoriza a *Roma Cristã de Sisto V*, restaurada e revalorizada pela *virtú* desses anos de instalação dos cânones tridentinos⁴⁵.

Embora os frescos da igreja de Santo António se integrem, pelo requinte do desenho e capricho das formas, no melhor gosto da *Bella Maniera* italiana, é certo que os valores da *Contra-Maniera* já estão também patentes no seu discurso, à luz do uniformismo militante que domina a produção imagética desses anos, mostrando o sentido didáctico e simbólico destas espécies de *fábulas ilustradas*. De certo modo, demonstram (no caso mais evidente da abóbada da capela-mor) a *antiquitas* da *Roma Felix* e de um tempo de pretensa *rinascità* da Capital dos Papas à luz dos princípios do *decorum* e da *arte senza tempo*. De certo modo, o fresco da abóbada de Santo António de Vila Viçosa que representa um *hermes* simbolizando o *Herói cristão* (no caso, D. Jaime, vencedor dos infiéis em terras do Maghreb) sequencia esses valores unindo o *grotesco* neoplatônico e as suas referências ao *antigo* ao simbolismo que elege a Fama (e a Guerra Justa) como valência maior dessa Cristandade que emergia, tão fortalecida, dos debates do Concílio de Trento (onde estivera presente o seu ilustre membro, D. Teotónio de Bragança, que será Arcebispo de Évora após 1578), e que por certo que não era indiferente aos princípios da casa aristocrática mais poderosa do Reino⁴⁶.

b) Os frescos da cobertura da capela-mor.

A unidade decorativa da cobertura da nave da igreja de Santo António estende-se à abóbada da ousia. O revestimento fresquista da campanha maneirista da capela-mor (um espaço de secção quadrangular cujas paredes laterais ostentam as já referidas e ingênuas pinturas murais setecentistas com cenas da iconografia de Santo António) é da responsabilidade do mesmo artista que dirigiu o programa do corpo. Nessa bem lançada abóbada artesonada e polinervada, entre nervuras com motivos geometrizantes pintados em *grisaille* e a ouro, mostra-se uma representação central com oito cabeças aladas de anjos dispostas por tramo e, em volta, dezasseis figuras de anjos em corpo inteiro, em poses agitadas e dinâmicas, todos eles segurando os símbolos da *Paixão de Cristo*.

Importante destacar o facto de que na composição dos anjos desta abóbada, o pintor seguiu as gravuras congêneres da autoria do citado Agostino Veneziano que integram uma das edições de Antonio Salamanca, pelos vistos a grande fonte utilizada nestes frescos da igreja de Santo António de Vila Viçosa⁴⁷. Esse re-

⁴⁵ Alessandro ZUCCARI, *I pittori di Sisto V*, Roma, Fratelli Palombi editori, 1992, p. 100.

⁴⁶ Sobre este clima ideológico, cf. Vitor SERRÃO, *Arte, Religião e Imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 2015.

⁴⁷ Agradece-se à senhora Doutora Vanessa Antunes a prestimosa ajuda na identificação e estudo destas gravuras.

vestimento de frescos é, também, obra de superior qualidade plástica, de cerca de 1580-85, e é devida por certo ao mesmo artista que decorou o corpo da igreja – ou seja, Giraldo Fernandes de Prado e os seus oficiais. Apesar de alterada por retoques ulteriores, que são notórios em algumas das figuras de anjos, estes frescos têm muito interesse artístico.

Se os frescos da cobertura da nave são fruto de um requintado espírito neo-platônico, mal aflorando aí a evidência dos referenciais de cunho cristão, já este ciclo fresquista que decora a abóbada da capela-mor mostra sinais de abertura à renovação tridentina. Desenvolve-se um sólido programa cristológico, com as dezasseis figuras de anjos, situados entre nuvens e compostos em poses torsas ou arrojados *contrappostos*, que ostentam os seguintes símbolos da Paixão: os Cravos, a Cruz, a Coroa de Espinhos, a Lança, a Coluna da Flagelação, o Sudário, o Pano da Verónica, a Esponja do Vinagre, o Cálice, a Corda, a Bolsa dos Doze Dinheiros, a Túnica inconsútil de Jesus, a Cana Verde e a Escada da desida da cruz (não se divisando outros dois símbolos ligados à Paixão, por estarem mais danificadas as pinturas dos respectivos tramos, mas que poderiam ser dois atributos entre os seguintes: o Recipiente com Mirra, a Luva Metálica das bofetadas na Flagelação, os Cabelos arrancados a Jesus, a Lanterna dos Soldados da Prisão, a Luva Metálica da bofetada, o *titulus crucis* ou *tabela* com a inscrição INRI (*Iesus Nazarenus Rex Iudeorum*), as duas Tibias Cruzadas do Gólgota, a Espada com que Pedro cortou a orelha de Malco, o Galo, o Martelo da Crucifixão, os Alicantes, ou o Jarro de Água de Pilatos).

Trata-se dos atributos dos chamados *grottesche della Passione*, ou *Arma Christi*, que se multiplicam em variações temáticas, traduzindo um considerável esforço levado a cabo pela Igreja Católica tridentina para suplantar o paganismo, licenciosidade e capricho dos *grottesche* arqueológicos, criando uma temática alternativa capaz de incentivar a devoção dos fiéis através da explicação individualizada desses símbolos⁴⁸. Os dogmas do Concílio de Trento, sempre muito atentos ao cumprimento do *decorum*, conhecerão um incremento determinante com o papado de Sisto V (1585-1590)⁴⁹. As gravuras de Antón Wierix e de Giovan Battista Fiammeri, entre outros, contribuíram para difundir esse repertório piedoso. O ambiente criado por programas angelicais como este de Vila

⁴⁸ Cf. Flávio GONÇALVES, *Breve Ensaio sobre a Iconografia da Pintura Religiosa Portuguesa*, sep. da revista *Belas-Artes*, 2.ª série, n.º 27, 1973; Nicole DACOS, *op. cit.*, 1969; André CHASTEL, *La Grotesque*, Paris, éd. Le Promeneur e Quai Voltaire, 1988; Philippe MOREL, *Les Grotesques. Les figures de l'imaginaire dans la peinture italienne de la fin de la Renaissance*, Paris, Flammarion, 1997; e Nicole DACOS e Vitor SERRÃO, «Des grotesques à la peinture de brutesques», catálogo *Portugal et Flandre. Visions de l'Europe (1550-1680)*, *Europália-1991*, Bruxelles, Musées Royaux des Beaux-Arts de Belgique, 1991, pp. 41-55.

⁴⁹ Alessandro ZUCCARI, *I pittori di Sisto V*, *cit.*, sobre o ambiente artístico em Roma no pontificado do Cardeal Peretti, com os frescos do tecto da Sacristia da Cappella del Preseppe em Santa Maria Maggiore, por exemplo, que mostram um revestimento de grotescos idêntico ao tipo dos utilizados em Vila Viçosa na era teodosina.

Viçosa remete para o clima de exaltação divulgado na Roma católica nas empresas do franciscano Cardeal Peretti, com um acento ideológico inflamado de catecismo e de pedagogia tridentina. Existiu mesmo uma espécie de hierarquia das *Arma Christi*, divididas entre os *instrumentos maiores* (cruz, coluna, coroa de espinhos, chicote, esponja, lança, cravo) – devidamente destacados no fresco da igreja de Santo António – e os chamados *instrumentos menores* (a cana verde, a túnica púrpura, o *titulus crucis*, o galo, o cálice, a escada, o vinagre, o sudário, o sol e a lua, o saco de moedas, a espada de Pedro, e as cabeças de judeus).

4. Conclusão.

O programa fresquista da igreja de Santo António é muito requintado e erudi-
to, tanto no desenho das figuras e no capricho dos repertórios com na decora-
ção das envolvências, onde dominam os ornatos vegetalistas e geometrizantes.
Mostra o bom gosto italianoizado do Duque D. João I, o de seu filho D. Teodósio
II, e o do pintor que os serviu. Tudo atesta, como se disse, o peso de uma cultu-
ra maneirista solidificada que era a da Vila Viçosa quinhentista, com as suas
precisas referências plásticas internacionais.

Trata-se de uma das melhores decorações fresquistas da segunda metade do
século XVI que existem em Portugal e só se estranha o seu silenciamento quase
absoluto na bibliografia que tem tratado de Vila Viçosa e da sua corte ducal. É
necessário envidar esforços para a sua conservação e cabal divulgação nos cir-
cuitos turístico-culturais da cidade. A obra revela o exigente *gosto joanino-
-teodosino* e o bom estilo daquele que era, então, o pintor da casa dos Bragan-
ças: Giraldo Fernandes de Prado.

Os frescos maneiristas da igreja de Santo António de Vila Viçosa



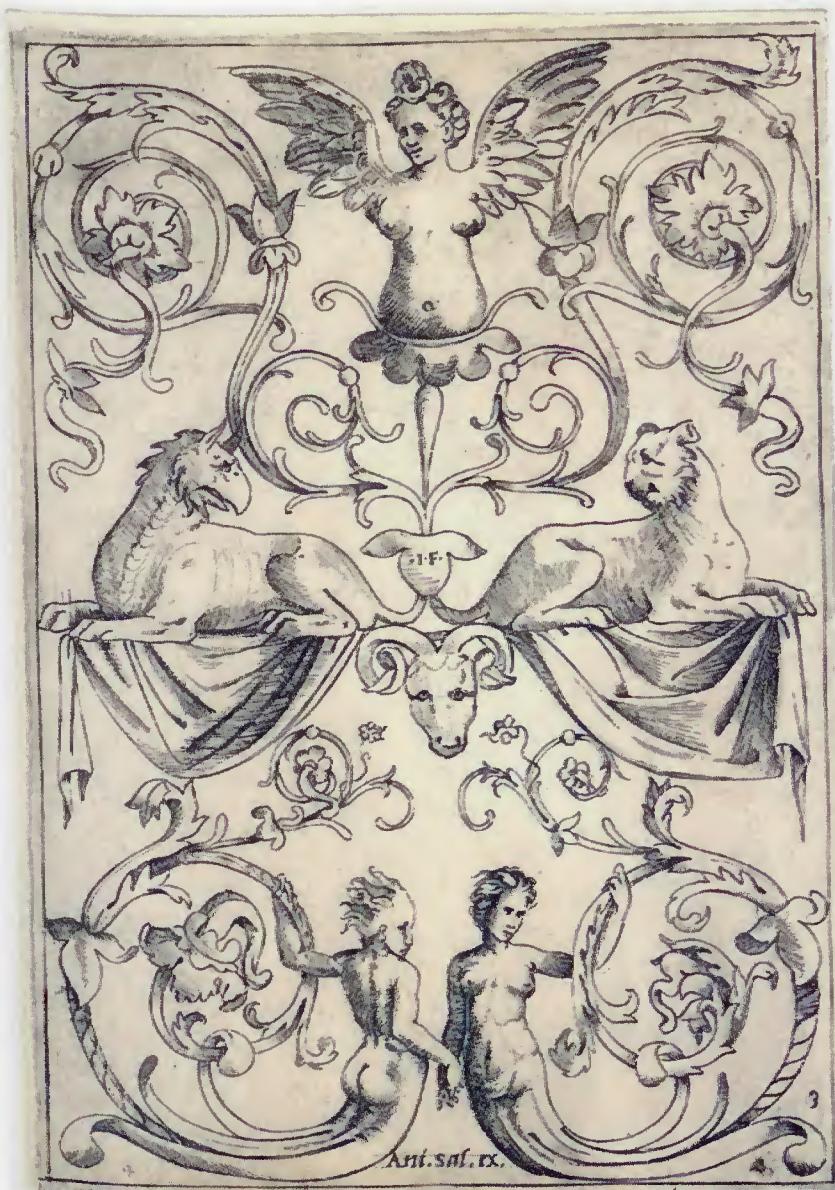
Igreja de Santo António de Vila Viçosa, oratório da Casa de Bragança,
fundado pelo Duque D. João I, c. 1564-1569.



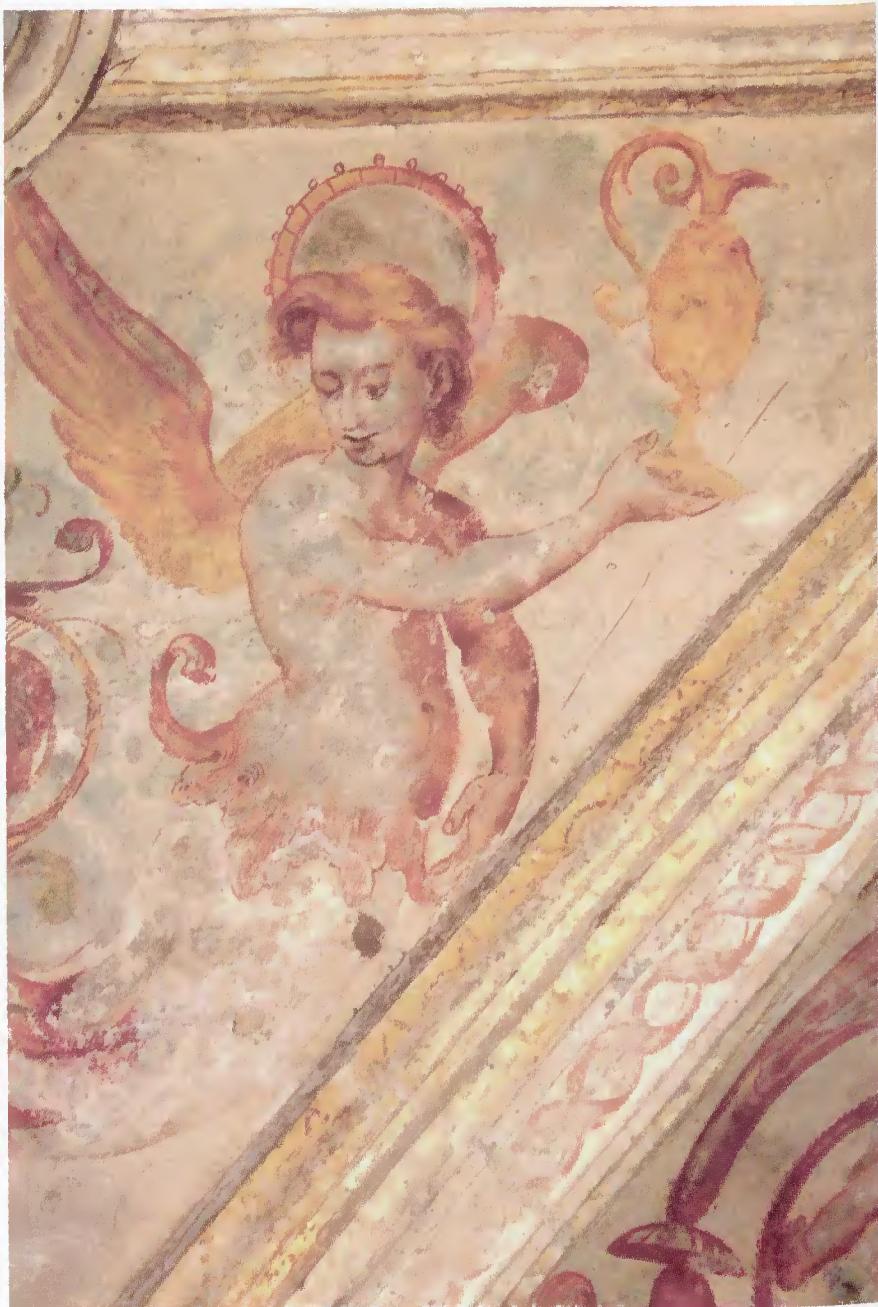
Frescos da abóbada da nave da igreja de Santo António com decoração de *grottesche fantasias*, atribuídos a Giraldo Fernandes de Prado, c. 1580-1585.



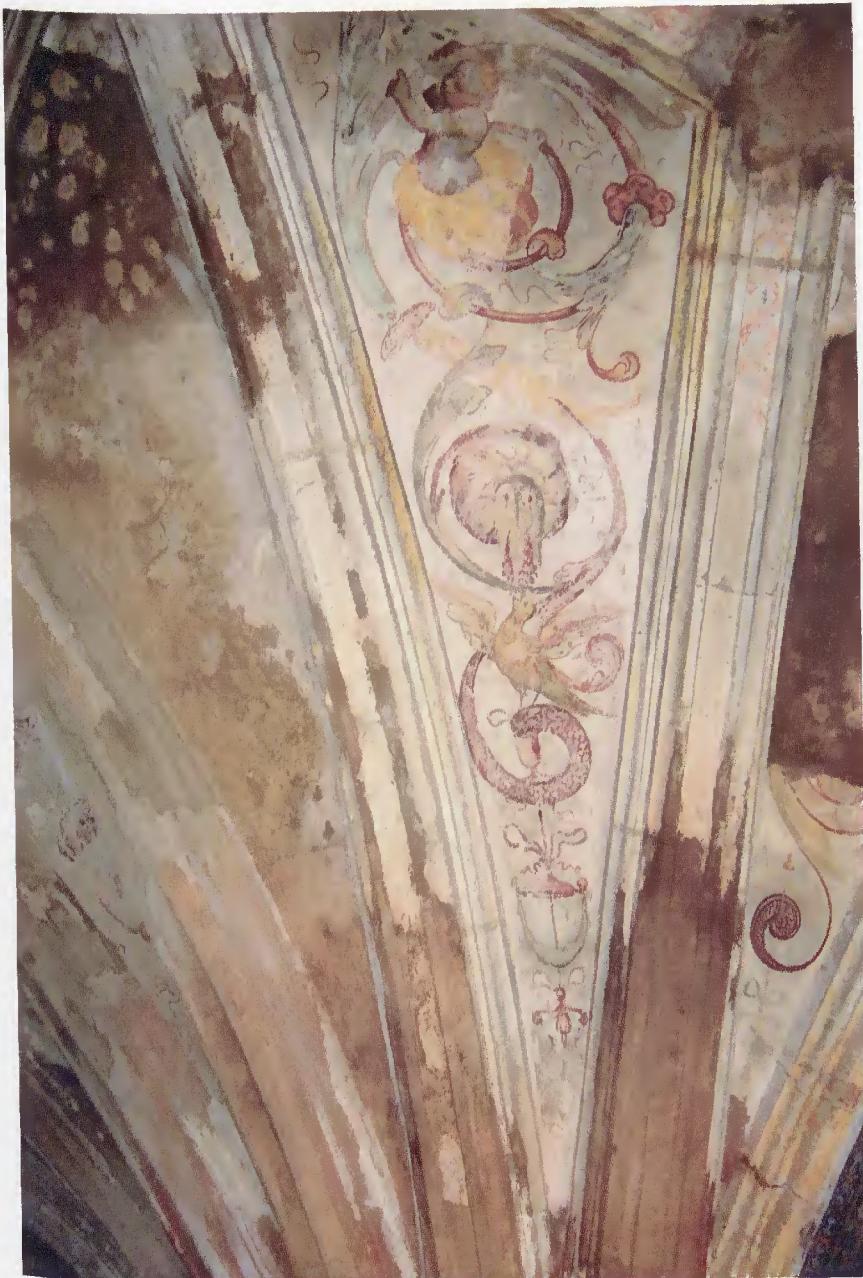
Aspecto geral dos frescos da abóbada da nave da igreja de Santo António.



Gravura de Agostino Veneziano, impressa por Antonio Salamanca, c. 1550,
com meias-figuras de hermes metamorfoseadas de folhagem.



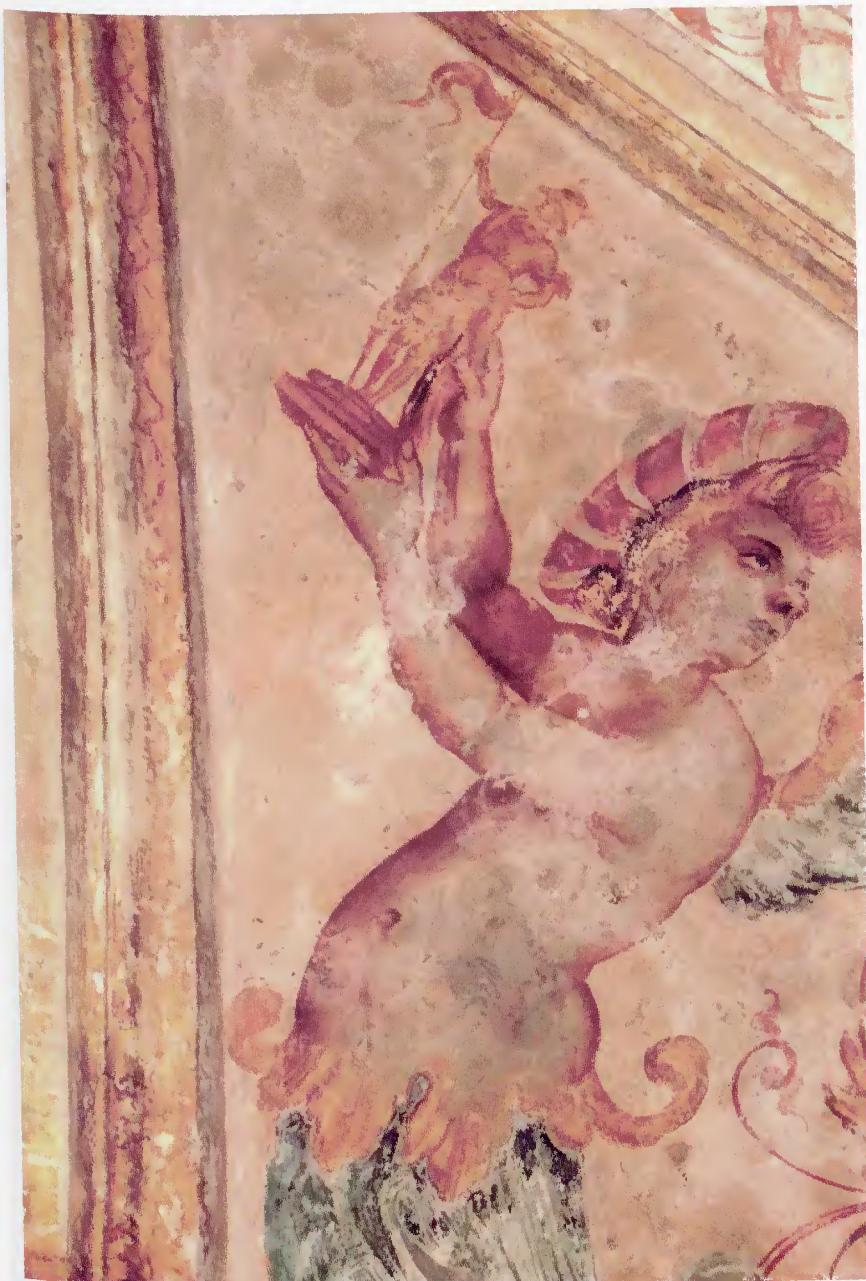
Pormenor de meia-figura em metamorfose folhosa, por Giraldo Fernandes de Prado, na abóbada da igreja de Santo António.



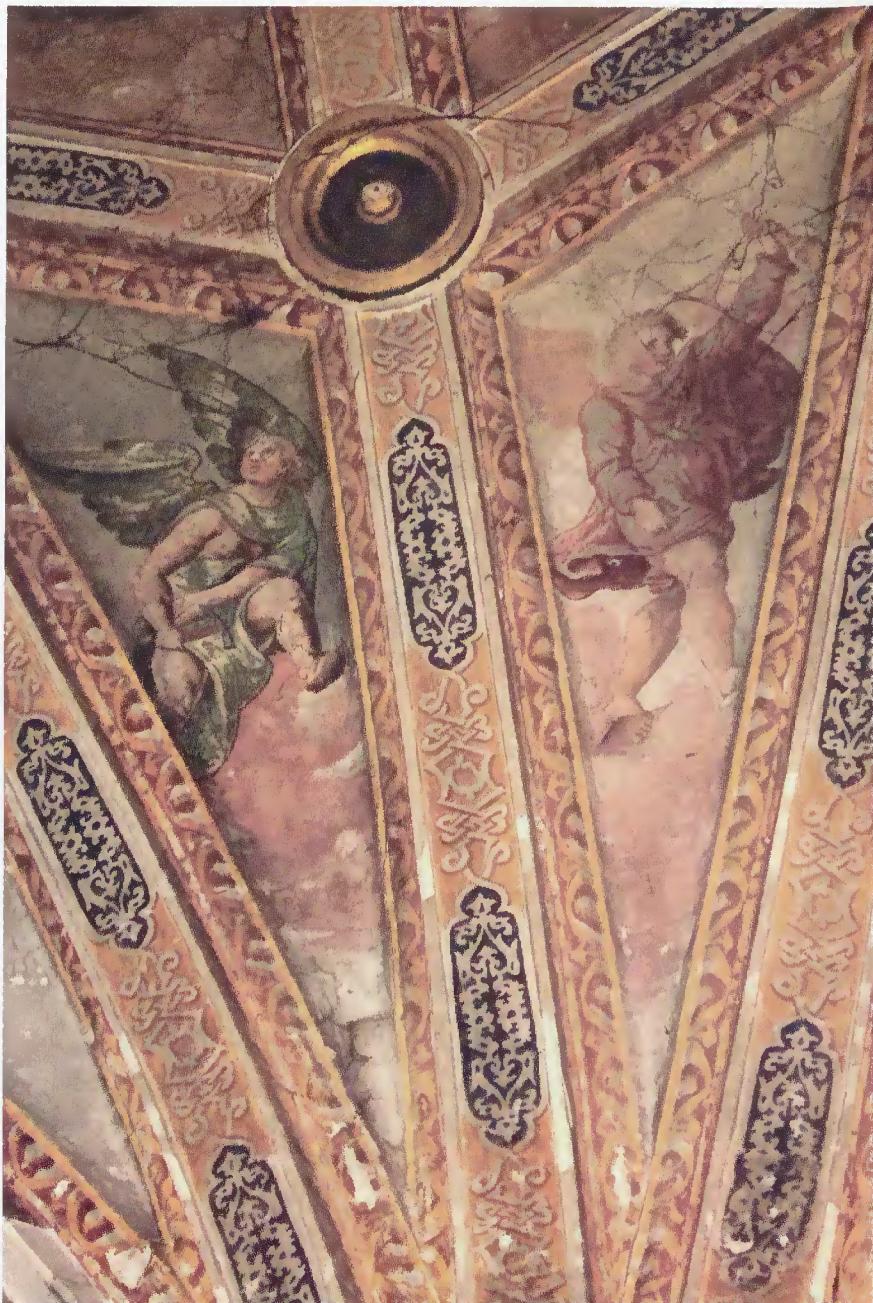
Pormenor da abóbada da nave de Santo António, com meias-figuras de *putti* metamorfoseados em folhagem.



b) Gravura de Enea Vico e Giacomo Francia, impressa por Antonio Salamanca, c. 1550, com meias-figuras de *putti* metamorfoseadas de folhagem.



Pormenor de meia-figura de hermes em metamorfose folhosa, com simbologia ao Duque D. Jaime I, por Giraldo Fernandes de Prado.



Pormenor da decoração da abóbada da capela-mor da igreja de Santo António,
com anjos segurando símbolos da *Paixão de Cristo*, atribuídos a Giraldo
Fernandes de Prado, c. 1580-1585.

Os frescos manciristas da igreja de Santo António de Vila Viçosa



Outro pormenor da decoração da abóbada da capela-mor da igreja de Santo António.



Outro pormenor da decoração da abóbada da nave da igreja de Santo António.



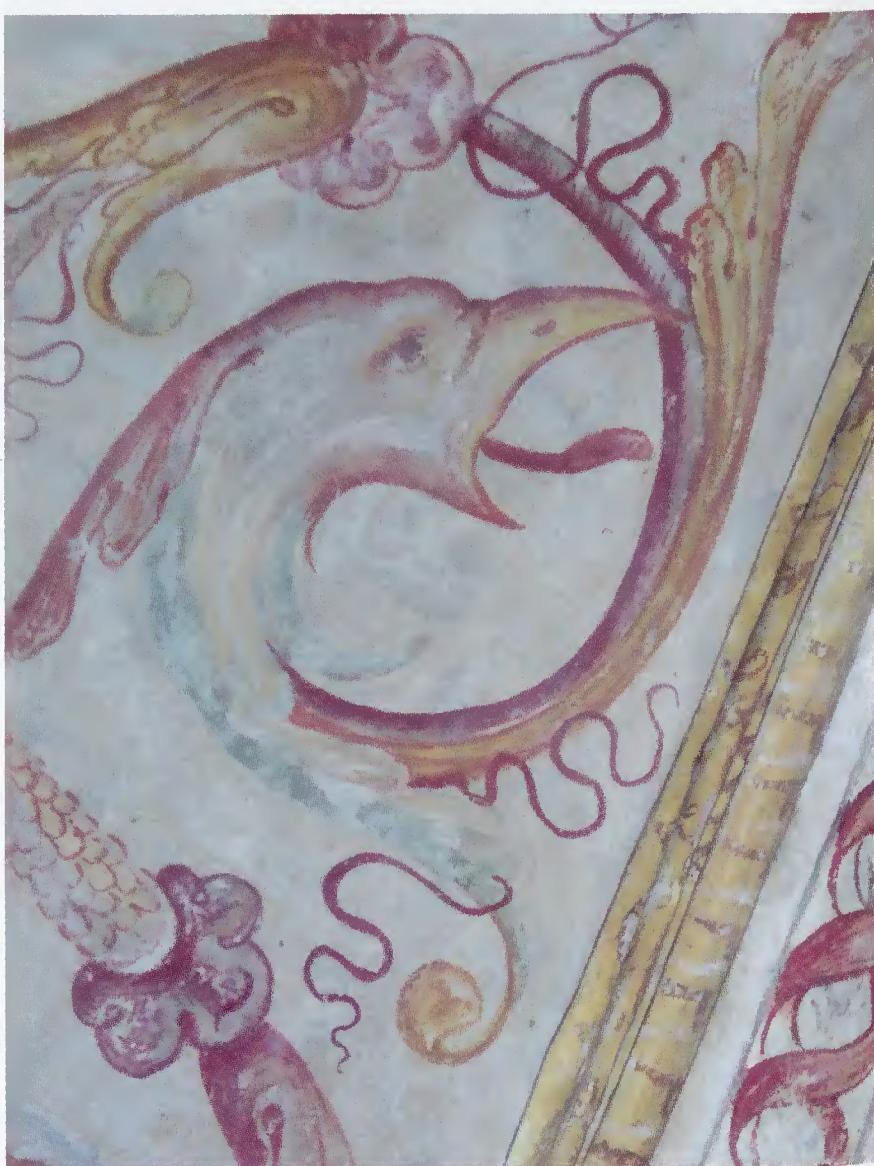
Pormenor da decoração da abóbada da capela-mor da igreja de Santo António, com anjos segurando atributos da Paixão.



Aspecto geral da nave da igreja de Santo António, divisando-se em alguns tramos os repintes apostos nos frescos quinhentistas.



Pormenor da decoração *de grottesche*, atribuída a Giraldo Fernandes de Prado,
no tecto da nave.



Gravura de *grottesche*, por Enea Vico, impressa por Antonio Salamanca, c. 1540-50.



Mascarão maneirista, pormenor da decoração *de grottesche* atribuída a Giraldo Fernandes de Prado na abóbada da nave.



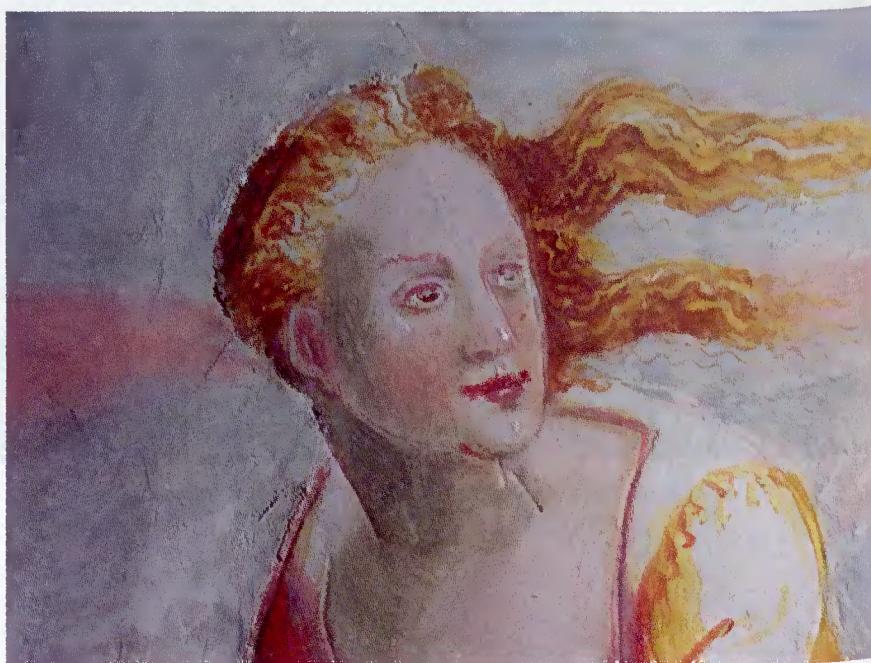
Outro pormenor da decoração *de grottesche* na abóbada da nave.



Outro pormenor da decoração *de grottesche* na abóbada da nave.



Pormenor dos frescos da sanca da Sala de Diana, no Palácio dos Condes de Basto em Évora, por Giraldo Fernandes de Prado, c. 1580-85.



Cabeça de Atalanta, pormenor dos frescos da sanca da Sala de Diana no Palácio dos Condes de Basto em Évora, mostrando-se o desenho inciso.

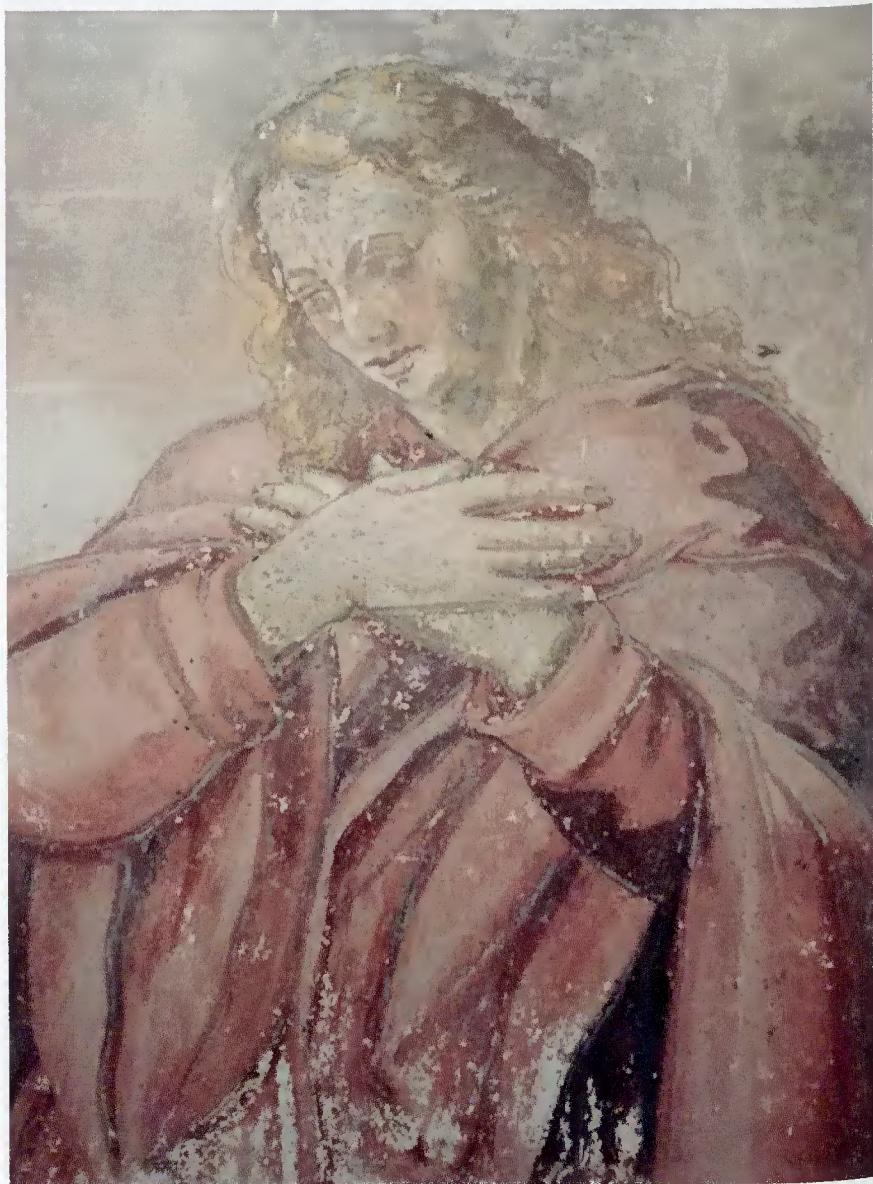
Os frescos maneiristas da igreja de Santo António de Vila Viçosa



Atalanta e Hipomenes, fresco da sanca da Sala de Diana, no Palácio dos Condes de Basto em Évora.



Frescos do altar da antiga enfermaria do Mosteiro de São Bento de Cástris, em Évora, atribuídos a Giraldo Fernandes de Prado, c. 1585.

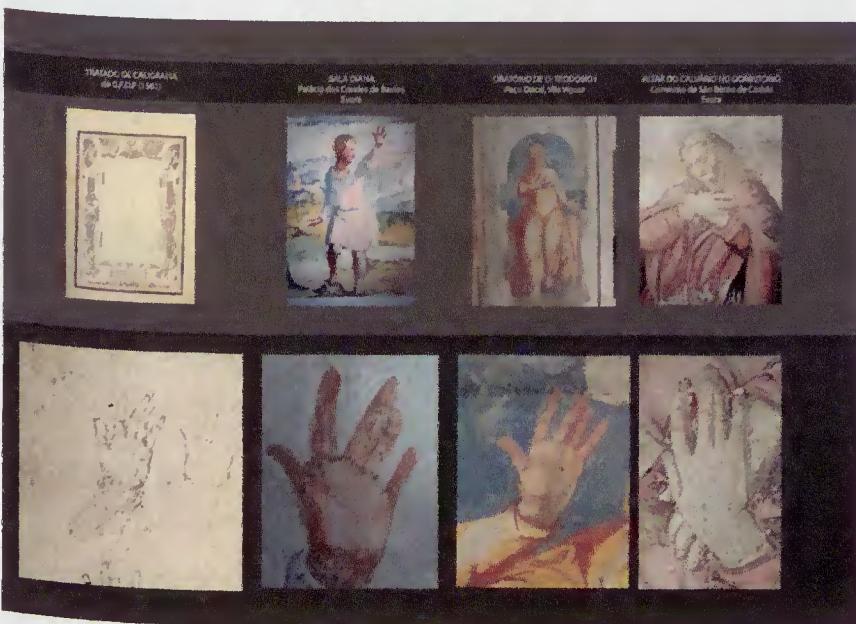


São João Evangelista, pormenor dos frescos do altar da antiga enfermaria do Mosteiro de São Bento de Cástris, em Évora.

Os frescos maneiristas da igreja de Santo António de Vila Viçosa



Repouso na fuga para o Egito, predela do retábulo da igreja da Misericórdia de Alada (1590-91) por Giraldo Fernandes de Prado (este retábulo teve acabamento de André Peres).



Estudo de mãos nas obras atribuídas a Giraldo Fernandes de Prado, em desenhos caligráficos e pinturas a fresco (comparação estilística proposta por José Artur Pestana).



Estudo de pés nas obras atribuídas a Giraldo Fernandes de Prado, em desenhos caligráficos e pinturas a fresco (comparação estilística proposta por José Artur Pestana).



Pormenor do tecto da Sala de Diana no Palácio dos Condes de Basto em Évora, c. 1580-85.

BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO DA FREGUESIA DE SÃO BARTOLOMEU E DA IGREJA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA DE VILA VIÇOSA

Carlos Aurélio

I – Por tradição oral, julga-se que a fundação da Freguesia de S. Bartolomeu é de meados do século XIV, do tempo entre os reinados de D. Afonso IV (1325-57) e o de D. Pedro (1357-67), por certo aquando da ampliação da vila extramuros (Inventário Artístico de Portugal, Dist. Évora I, pg. 670 – Túlio Espanca).

Em 1560 o 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I (1505-63), projectou transferir a Colegiada de Ourém dos Freires de Avis para uma ermida gótica primitiva situada fora das muralhas do Castelo (já chamada de S. Bartolomeu) e, nesta iniciativa, erguer monumento consentâneo com a dignidade da nova sede da Freguesia. A construção que chegou a ter os seus «muros até à altura de um homem» (Pe. J. Espanca – Cad. Cult. n.º 5, pg.82) levantou-se no meio do «vasto terreiro que deu origem à Praça Nova», hoje Praça da República.

Todavia, veio o Duque a falecer em 1563, tendo-se assim malogrado a mudança da Colegiada de Ourém e a obra ficou-se em pouco mais que alicerces, ou seja, no tal muro pouco maior que a altura de um homem. Estes muros só vieram a ser demolidos no século XVIII, provavelmente aquando do desenho e arranjo da Praça Nova.

A Freguesia de S. Bartolomeu compreendia a parte ocidental da Vila desde a Rua de Santo António e a das Vaqueiras (actual Rua Câmara Pestana) incluindo as Aldeias, mas excluindo o Terreiro do Paço e o pequeno Terreiro dos Agostinhos, ficando por completo cercada pela Freguesia de N.ª Sra. da Conceição, algo inédito em todo o país, diga-se. Nesta década de 1560, como estivesse em construção a nova igreja, aliás, nunca acabada, passou transitoriamente a sede para a Igreja de S. Sebastião (sita nas Aldeias e já demolida, por ter desabado em 1858). E como, também a expensas do Duque de Bragança, se acabara de construir em 1567 a

Igreja do Espírito Santo ou da Misericórdia, nela logo se veio a estabelecer, em novo trânsito e empréstimo, a sede paroquial da Freguesia.

Em resumo, da pequena ermida gótica de S. Bartolomeu que no século XIV ainda ficava num descampado, a sede da freguesia passou fugazmente pela Igreja de S. Sebastião na década de 60 do século XVI para ficar transitoriamente na Igreja da Misericórdia, isto, desde 1568. O que deveria ser transitório veio, todavia, a durar três séculos!

2 – Ora, poucos anos depois da fundação da Companhia de Jesus em Paris (em 1534, entre os sete iniciadores e ao lado do basco Inácio de Loyola, estava o português Simão Rodrigues) já os padres jesuítas, à época chamados *Apóstolos*, se instalavam em Vila Viçosa, logo em 1569, e faziam-no não só como missionários ardentes da Contra Reforma, mas como futuros fundadores do Colégio. Primeiro, em condições precárias ficaram em casas de aluguer, até que o 7.º Duque de Bragança, D. Teodósio II (1568-1630), lhes facilitou a compra do solar nobre de João Gomes Vieira na Rua dos Fidalgos (actual Rua Dr. Couto Jardim). Assim nasceu o Colégio Velho em 1604, «pouco acomodável e de expansão comprometida» o qual, pouco depois, o mesmo Duque fez transitar para o topo da Praça Nova, junto à Rua de Frei Manuel Soeiro (actual Rua Martim Afonso de Sousa) e Rua de Fora, com sacrifício desta última que se transformou em beco, tal como está hoje.

Foi já o 8.º Duque D. João II e futuro Rei D. João IV (1604-1656) que em 1636 financiou a construção dos edifícios do Colégio e da Igreja adjacente, tendo os padres inacianos mudado para a nova residência em 1664.

A Igreja de S. João Evangelista ou do Colégio começou portanto a ser construída em 1636 no alto da Praça Nova. Estava terminada a fachada em 1698 mas, quando os Jesuítas foram expulsos de Portugal pelo Marquês de Pombal, em 1759, ainda boa parte da construção geral da Igreja e do Colégio estava por concluir, particularmente boa parte do claustro e os coruchéus de ambas as torres. Sem o legado jesuítico a igreja foi então entregue aos seus patronos, a casa brigantina, tendo sido salva pela assistência das irmandades, nomeadamente a de N.ª Sra. do Socorro e a de Santa Quitéria, enquanto a residência, devoluta até 1793, foi cedida às beatas do recolhimento de N.ª Sra. do Carmo para, por mercê de D. João VI, ali instalarem uma «escola pública de primeiras letras para meninas». Entre 1806 e 1862 os actos litúrgicos da Capela Real, então em obras importantes, foram realizados na Igreja do Colégio de São João Evangelista.

Adjacente ao templo está a residência e o Colégio com claustro, do qual, apenas se fez o lado norte e o oriental. A Igreja maneirista em trânsito para sóbria arquitetura barroca, mostra uma só nave e planta de cruz latina com seis capelas laterais intercomunicáveis e o altar-mor, do século XVIII, é rodeado por duas capelas à cabeceira. A fachada, toda revestida de mármore de Montes Claros, mostra três ordens de janelas como que invertendo a lógica do Palácio Ducal: seguindo o estilo clássico das ordens gregas, a fachada palaciana ascende nas pilastres de capitel toscano ao coríntio passando pelo jónico e, nos frontões das janelas, os do rés-do-chão mostram-se rectos, triangulares os do primeiro piso e curvos os do segundo; ora, na Igreja de São João Evangelista, os frontões das portas ao lado da principal são curvilíneos, triangulares os da janelas correspondentes intermê-

dias e não existem sequer nas janelas simples do piso cimeiro. O nome do arquitecto não é mencionado em documento algum e, presumimos, tanto pode ser alguém da casa jesuíta, como da de Bragança, nomeadamente Pero Vaz Pereira (1570-1643), à época arquitecto oficial das obras brigantinas.

Finalmente, e à evidência dos séculos de nunca ser levantada a Igreja de São Bartolomeu, veio a sede da freguesia do mesmo nome a transitar em definitivo da Igreja da Misericórdia para a de São João Evangelista, dita do Colégio. Tal sucedeu em procissão solene de 19 de Fevereiro de 1865.

3 – Conclusão: acabando por nunca ser construída a projectada Igreja de São Bartolomeu (em substituição de velha ermida do mesmo nome), projecto iniciado em meados do século XVI, a actual Igreja de São João Evangelista tornou-se sede definitiva da Freguesia apresentando como únicos e singelos símbolos do apóstolo martirizado uma imagem escultórica em madeira e, em pintura a fresco no cume da abóbada do altar-mor, uma palma entrelaçada com uma faca, atributos iconográficos referentes ao martírio de São Bartolomeu.

Finalmente e observando a fachada marmórea da Igreja, até com ligeireza se repará no óbvio: **faltam os coruchéus**, zimbórios ou cúpulas a ambas as torres de campanário, por certo devido a dificuldades financeiras, aumentadas após a expulsão dos fundadores da Igreja em 1759, os padres jesuítas. Aliás, é muito provável que a acentuada simplificação do desenho da parte cimeira da fachada seja precisamente disso consequência. Em 1922, já na República, foi posto no cume da fachada um relógio camarário, propriedade que a inscrição das letras “C. M.” confirma. O relógio parece ter ocupado a zona de um possível frontão triangular aqui conjecturado por linguagem maneirista e clássica. Finalmente, no nicho central da fachada faltará a escultura do santo orago: São João Evangelista.

Post Scriptum: o apontamento histórico aqui apresentado envolve e enquadraria uma proposta premente e potencialmente exequível para a construção dos coruchéus da Igreja de S. João Evangelista. A fachada da Igreja inacabada poderia ter remate consentâneo favorecido pelas possibilidades construtivas e técnicas hodiernas, as quais permitem conduzir em toda a evidência a bom resultado. A suposta falta de verba financeira dos séculos passados pode actualmente ser colmatada pelo esforço conjunto da comunidade: por exemplo, conjugando a Paróquia de S. Bartolomeu, a Direcção-Geral do Património Cultural, a Câmara Municipal com, pelo menos, apoio técnico, empresas de mármore, etc., tudo alicerçado em contributos da União Europeia.

Dentro deste propósito apresentamos um conjunto de imagens como simples propostas, as quais, de forma alguma, não pretendem condicionar a solução definitiva. Apenas são indicativas e ampliam sugestivamente a revolução visual de novas perspectivas urbanas sobre a Praça da República de Vila Viçosa. Também aqui se propõe uma possível escultura de média dimensão a encimar, no actual nicho vazio, a porta central da Igreja, tema escultórico que necessariamente incide no Apóstolo S. João Evangelista, orago do templo em causa.

A presente proposta preenche um vazio e uma obrigação calipolense para com um edifício monumental que naturalmente se impõe na arquitectura urbana onde se insere. Vila Viçosa deve isso a si própria.



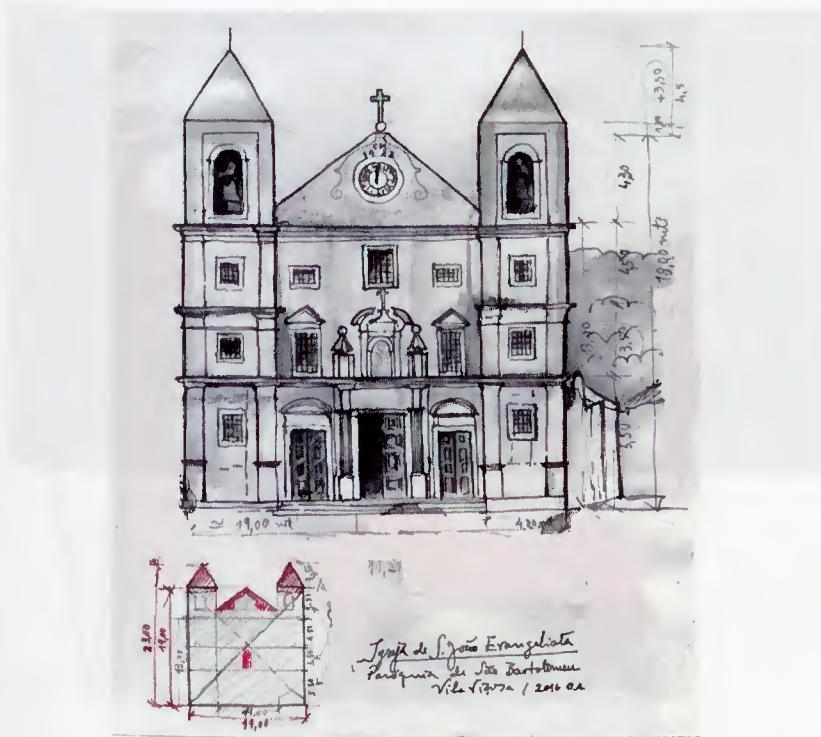
1 – Vista actual da Praça da República – Vila Viçosa



2 – Fachada actual da Igreja de S. João Evangelista



3 – Desenho da fachada



4 – Desenho/proposta para coruchésus e frontão



5 – Imagem virtual da proposta de alteração



6 – Imagem virtual da vista panorâmica da Praça da República



7 – Porta central encimada por nicho vazio

Breve apontamento histórico da freguesia de São Bartolomeu...



9 – Proposta escultórica
S. João Evangelista
(santo místico)

8 – Proposta escultórica
S. João Evangelista
(pastor alentejano)





DECADÊNCIA DA CAPELA DUCAL DE VILA VIÇOSA (1640-1644)*

Catarina Esperança**

Considerações introdutórias

O tema da presente investigação é a capela ducal, entre 1640 e 1644 e mais precisamente os impactos na mesma causados pela saída de Vila Viçosa de D. João II, oitavo duque de Bragança.

Este é um tema que tem sido deixado para segundo plano no panorama historiográfico. Os estudos sobre a Casa de Bragança e sobre a capela ducal têm incidido principalmente no período em que o Paço Ducal de Vila Viçosa era residência permanente dos duques de Bragança, apresentando mesmo assim pouca informação. A par destes estudos existem ainda que em menor número, alguns sobre as intervenções artísticas na capela durante o século XVIII. Em relação à Restauração de 1640, momento importante de ascensão da Casa de Bragança, a discussão historiográfica não tem incidido na saída da Casa de Bragança do seu paço e de Vila Viçosa. Efectivamente, tem incidido maioritariamente na mudança do centro político.

O presente estudo visa avaliar o impacto da ida de D. João IV para Lisboa e de que forma a saída da corte de Vila Viçosa provocou alterações no estado e funcionamento habitual da capela.

Procuramos responder também, ainda a outra questão. Com a ascensão da Casa de Bragança a Casa reinante o centro de gravidade alterou-se e também o número de pessoas que a servia e a simbólica associada. Desta forma, D. João IV teve que tomar decisões e fazer escolhas. Tendo em conta que a capela era uma

* Investigação no âmbito da unidade curricular “Seminário”, lecionada no terceiro ano da licenciatura de História e Arqueologia, em 2016, orientada por Mafalda Soares da Cunha. Revista e adaptada em Dezembro de 2016.

** Mestranda de História da Universidade de Évora.

parte importantíssima na representação do poder será que passou para segundo plano nas preocupações do rei? Poderemos extrapolar a situação em que a capela se encontrou nos anos seguintes à Restauração para outros casos, como por exemplo, o paço Ducal? Ou inclusive, para diversos paços que deixaram de ser residência permanente de outras Casas senhoriais?

No nosso estudo baseamo-nos num conjunto de fontes, mais precisamente correspondência. Parte desse corpo documental foi transcrita por Joaquim Vasconcelos, na obra “D. João IV”. A restante correspondência que utilizámos foi transcrita por nós, do códice 51-IX-05, intitulado “Do Governo de Portugal – Da Sereníssima Casa de Bragança”, tomo VI, que se encontra na Biblioteca da Ajuda. Os intervenientes na correspondência que, delimitámos pelo tempo que tivemos para a realização deste estudo, são quatro: o rei D. João IV, António Cavide, secretário do rei, António de Brito de Sousa que foi deão da capela ducal e o tesoureiro da mesma, Manuel Homem Pessoa. Trata-se de um conjunto composto por vinte e nove referências, de três tipologias – cartas/ minutas/ despachos – balizadas entre 1641 e 1644. A razão da escolha desta correspondência residiu no facto do seu conteúdo ser bastante pormenorizado e conter informação nova /que não foi estudada.

Este artigo não foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

Capelas privadas, o caso da capela do Paço Ducal de Vila Viçosa

A génese das capelas privadas remonta à Idade Média (Coelho, 2015: 85). A capela passou a assumir um papel cada vez mais central primeiramente, pela salvação da alma e em seguida, pela representação do poder que se faz através dela (Cunha, 2000, 177). Ou seja, com o avançar dos séculos a capela passou a ser cada vez mais usada em favor da esfera política, com um conjunto de rituais próprios e com uma simbologia do poder associada. Diogo Ramada Curto deu um importante contributo para compreender esta linha de pensamento². Tendo em vista estes objectivos os reis dispensaram avultados recursos financeiros para o culto religioso que se fazia nas suas próprias capelas mas também por exemplo, no patrocínio de edifícios religiosos como conventos. Numa acção de mimetismo os grupos mais abastados também o fizeram (Cunha, 2000, 116)³, sendo que o faziam de acordo com os seus recursos. A título de exemplo podemos mencionar a ligação que a Casa de Mendoza teve à religião, tema estudado por Adolfo Carrasco Martínez. Também Mafalda Soares da Cunha desenvolveu esta questão da representação do poder, num subcapítulo de uma das suas obras sobre a Casa de Bragança.⁴

² Veja-se o artigo do autor “A Capela Real: um espaço de conflitos. (Séculos XVI a XVIII)”.

³ Como é o caso da Casa de Bragança. Muitos conventos em Vila Viçosa receberam avultadas quantias dos duques de Bragança e outros foram inclusive mandados construir pelos próprios, como é o caso do convento das Chagas de Cristo e o convento da Esperança.

⁴ Trata-se da obra “A Casa de Bragança (1560-1640) – Práticas senhoriais e redes clientelares”.

Os esforços empreendidos pelos duques de Bragança, são portanto mais um exemplo desta realidade ou seja, também os duques de Bragança se apropriaram destas práticas com finalidades que não somente as religiosas. Após o regresso de D. Jaime, quarto duque de Bragança a Portugal, nos finais da década de 90 do século XV, na sequência da restauração da sua Casa pelo rei D. Manuel, o duque começou a construir um novo paço em Vila Viçosa para a sua residência. A capela privada dos duques pela importância que assumia fez parte do corpo inicial da construção do Paço Ducal, em Vila Viçosa. O orago escolhido por D. Jaime para a capela foi S. Jerónimo (Alegria, 1983: 6).

A razão da escolha do orago de São Jerónimo e a devoção de D. Jaime pelo mesmo deve ser contextualizada na época em que se insere bem como na própria experiência de vida do duque. D. Jaime viveu a sua adolescência junto dos Reis Católicos pelo que a sua religiosidade deverá ter sido por isso, influenciada pelos mesmos. Na época uma das ordens religiosas mais importantes em Espanha era a de São Jerónimo, sendo os reis Católicos devotos da mesma⁵. Por isso, fundaram um mosteiro em 1492, em Santa Fé⁶, para albergar religiosos desta ordem (Espinhar, 1993/1994: 83).

A par de todas as benesses conseguidas na Santa Sé, encontramos um conjunto de testemunhos que nos atestam a grandiosidade da capela igualmente no que se refere aos ornamentos, designadamente alfaias religiosas e decoração móvel. Por exemplo, logo na época de D. Jaime a capela, nas palavras de António Caetano de Sousa já era dotada de “muitas peças de prata, e ouro, riquíssimos ornamentos, tudo que podia ser necessário para a ostentação” (Sousa, tomo V, 1736: 568). Em 1584, pela descrição da viagem da embaixada Japonesa de Tensho, que passou em Vila Viçosa, sabemos que a capela estava “ornamentada de ricas peças e ornamentos de muito preço e vasos grandíssimos de prata e ouro” (Moura, 1968: 27).

Em suma, desde o ducado de D. Jaime até ao ducado de D. João II, houve um esforço e empenho por parte dos diversos duques para engrandecer a capela⁷. Assim, desde o início do século XVI, data da construção do edifício da ca-

⁵ Foi precisamente em Espanha, que a ordem monástica de São Jerónimo foi fundada, em 1373. Na sua origem esteve o exemplo de Tomás de Sena que foi seguido por vários eremitas. Após algum tempo de solidão, reuniram-se em Lupiana (Guadalajara) e fundaram um convento, cuja invocação foi São Bartolomeu. Três anos depois, em 1373, o papa oficializou através de uma bula o primeiro mosteiro da ordem de São Jerónimo. Na viragem para o século XVI, já existiam em Espanha vinte e cinco mosteiros desta ordem (Sousa, 2006: 149).

⁶ Aquando da decisão da fundação do mosteiro, os reis determinaram que o mosteiro seria dedicado a Santa Catarina. Como mencionámos, o mosteiro seria erguido em Santa Fé mais concretamente, no local onde se tinha estabelecido o acampamento militar para combater os muçulmanos. Todavia, após a conquista de Granada, optaram por trasladar o mosteiro para lá, dedicando-o à Imaculada Conceição (Espinhar, 1993/1994, 83).

⁷ Para informação detalhada sobre o funcionamento da capela recorra-se ao documento dos estatutos da mesma transcritos por António Caetano de Sousa (Sousa, Provas, tomo IV, parte I: 574/ 582).

pela e oficialização do culto, até aos anos quarenta do século XVII, os duques conseguiram obter da Santa Sé diversos privilégios, alguns dos quais raramente concedidos mesmo às casas senhoriais mais abastadas. A par deste esforço diplomático, estava o esforço financeiro, que era necessário para diferentes fins: para os recursos humanos e para prover a capela com toda a riqueza possível. Esta preocupação com a capela deve ser devidamente contextualizada não apenas no quadro religioso daquele tempo mas também noutros quadros, como explicámos no início do capítulo.

Capela Ducal e os primeiros anos de 1640

O golpe revolucionário de 1640 pôs fim ao domínio filipino, deixando Portugal de fazer parte da monarquia compósita⁸ dos Habsburgo. Não sendo o nosso propósito desenvolver este tópico, até porque existe uma vasta historiografia sobre o mesmo⁹, importa apenas ressaltar que foi na sequência deste acontecimento que a Casa de Bragança passou a ser a Casa reinante de Portugal e deixou de residir em Vila Viçosa, até então sede do seu senhorio.

Assim, o então duque D. João II, oitavo duque de Bragança chegou a Lisboa ao final do dia de 6 de Dezembro. A família acabou por se juntar ao rei apenas no dia 25 do mesmo mês. Os preparativos no Paço Ducal para a sua transferência tinham demorado. Todos os bens, prata, tapeçarias, roupas, entre outros foram transferidos para o Paço da Ribeira, nova residência permanente da Casa de Bragança¹⁰ e das suas damas, vassalos e criadagem (Costa e Cunha, 2000: 94). Ou seja, Vila Viçosa “de um momento para outro”, deixou de poder contar com a presença e apoio do duque de Bragança e da sua corte, que tanto contribuíram para o crescimento e engrandecimento da mesma.

Em Lisboa, as preocupações do novo rei eram bastantes. A legitimação da recente dinastia, a reorganização da corte régia e o Palácio da Ribeira do qual faz parte também a capela real, estavam sem condições e era por isso necessário provê-los.

Mas, em Vila Viçosa, ainda que de outra ordem, as inquietações dos que lá tinham permanecido também eram muitas. Por exemplo, uma das primeiras preocupações que ocupou o deão da capela António de Brito de Sousa foi esta ter ficado sem mestre¹¹. Efectivamente, o mestre de capela, padre Marcos Soares

⁸ John Elliott é um dos principais historiadores no que diz respeito ao tema das monarquias compósitas.

⁹ Para uma leitura mais profunda sobre a Restauração de 1640 veja-se os primeiros quatro capítulos da obra “D. João IV” de Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha.

¹⁰ Desde essa data o Paço Ducal passou a ser apenas uma residência de veraneio da Casa de Bragança. O tempo passado em Vila Viçosa pelos monarcas era escasso. O rei que dedicou posteriormente mais tempo a esta vila foi D. Carlos.

¹¹ Mestre de capela: entre outras funções, era o responsável pela actividade musical e por compor música. Era portanto, um dos cargos mais importantes da capela.

Pereira, acompanhou o rei para exercer as funções na capela de Lisboa (Alegria, 1983: 42).

Marcos Pereira era um capelão de quem D. João gostava bastante, que veio substituir o capelão Roberto Tornar¹². Segundo o historiador José Alegria, era proveniente de Caminha e famoso professor de música (Alegria, 1983: 162). Não admira por isso, que tenha acompanhado o rei para Lisboa. A 11 de Junho de 1642 o rei fez-lhe mercê de três capelas – Gavarinha que ficava em Coruche, São Francisco de Alter do Chão e Aldeia Galega. A 9 de Outubro do mesmo ano, foi lhe dada nova mercê – dois moios de trigo por ano – por Marcos Pereira dar uma aula por dia de canto de órgão aos moços da capela sem que esse serviço lhe tenha sido pedido. A livraria de música de D. João IV integrou várias obras da sua autoria (Alegria, 1983: 163). Foi ainda o coordenador dos estatutos do Colégio dos Reis (Alegria, 1983: 216). Era irmão de João Lourenço Rebelo¹³ – “amigo íntimo” (Alegria, 1983: 200) do rei e importante compositor e cantor de música na sua corte (tanto na corte ducal como na corte régia) destacando-se no panorama nacional na época em que viveu.

Anteriormente referimos António de Brito de Sousa, um dos nossos “actores” principais. Brito de Sousa exerceu funções na qualidade de deão desde 1581 sendo portanto, a dignidade máxima na hierarquia da capela. Era proveniente de uma família de fidalgos que serviu a Casa de Bragança desde o século XV. O primeiro familiar ao serviço da Casa de Bragança de que temos conhecimento é Fernão Rodrigues Pereira, vedor da Casa de D. Isabel, mulher de D. Fernando II, que viria a ser duque de Bragança (pai do fundador da capela, duque D. Jaime). Foi precisamente a duquesa que, em 1483, delegou em Pás-saro, como era conhecido Fernão Rodrigues Brito, a responsabilidade de levar os seus filhos para Castela. Cristóvão de Brito Pereira, um dos três filhos de Fernão Brito Pereira, casou com D. Ana de Sousa, bisneta de João de Sousa e este por sua vez, primo do avô paterno de Martim Afonso de Sousa¹⁴, da Casa de Bragança (Câmara, 1995/1996: 37).

O filho mais novo de Cristóvão, Pedro de Sousa Brito passou a trabalhar para o duque D. João I quinze anos após a morte do pai¹⁵. Tanto este duque como o seguinte, D. Teodósio II, deram-lhe várias mercês. Dois dos seus irmãos mais velhos acompanharam o duque de Barcelos na batalha de Alcácer Quibir e por lá faleceram. Outro dos seus irmãos mais velhos, Manuel Passanha de Brito, exerceu funções de deão na capela. Foi ele, por exemplo, que baptizou os filhos do duque D. João I (Câmara, 1995/1996: 38/49). Um dos seus filhos mais velhos, Manuel de Sousa de Brito, foi trinchante-mor, estribeiro-mor, vedor do

¹² Foi o anterior mestre de capela ducal. Era uma pessoa de confiança na órbita dos duques de Bragança (Alegria, 1983: 158/160).

¹³ Veja-se a página 207 e 208 da obra referida de José Alegria para mais informação sobre as características do estilo musical do músico.

¹⁴ Décimo terceiro governador da Índia.

¹⁵ Recebia a quantia de quarenta mil réis.

duque D. Teodósio II e posteriormente, vedor de D. Luísa de Gusmão. Teve como sogro António de Ataíde Pinto¹⁶, que segundo o autor João de Sousa da Câmara, pelo ramo dos Castros ainda é parente da Casa de Bragança.

O segundo deão da capela viria a ser precisamente o filho mais novo de Pedro de Sousa Brito e sobrinho de Manuel Passanha de Brito¹⁷ – António de Brito de Sousa – que lhe sucedeu após a sua morte em 1615. O valor total do que Manuel Passanha de Brito recebia por ano era 6100320, uma soma bastante significativa e que nos poderá servir de base referencial para o que provavelmente o seu sobrinho também poderia receber. A subida de António Brito de Sousa fez-se rapidamente: de moço fidalgo desde os sete anos, a fidalgo. Morreu em 1644 (Alegria, 1983: 49), já com alguma idade (Alegria, 1983: 42-44).

Através do estudo de João de Sousa da Câmara, que tentámos sintetizar¹⁸ de acordo com os nossos interesses de investigação, ficou patente a relação que os ascendentes do deão tinham à Casa de Bragança. Efectivamente estavam ao serviço da Casa de Bragança desde o século XV, servindo em áreas distintas, desde o serviço militar ao serviço religioso. Não é portanto de admirar, que António Sousa de Brito sucedesse ao seu tio. A par disto merece nota o tipo de discurso do autor pois não será por acaso que este refere que esta Casa ainda que distorcamente, ainda tem relação com a Casa de Bragança.

António Cavide, que referimos também anteriormente, era o secretário de estado do rei. Cavide foi filho de Agostinho Pires Cavide – escrivão da almotaçaria de Vila Viçosa (Cunha, 2000: 227) – e de Margarida Cam. Anteriormente, antes de 1640, tinha exercido funções de manteiro-mor e escrivão da câmara de D. João; entre 1634 e 1635, foi mesário e tesoureiro da Misericórdia.

No primeiro matrimónio, em 1633, Cavide casou-se com Maria Vaz Fradessa, filha de Manuel Vicente Leal e de Catarina Madureira, que foi dama da duquesa D. Catarina e era ainda neta de um antigo desembargador da Casa de Bragança (Cunha, 2000: 228). Também, neste ano foi agraciado com o Hábito de Cristo. Mais tarde, casou com D. Mariana Antónia de Castro, filha de Pedro de Castro.

Encontrámos ainda outras referências sobre António Cavide: filhamento como moço da câmara do duque (Cunha, 2000: 227). Comendador de São Pedro de Babe e da comenda dos Azeites e Lagares da vila de Soure na Ordem de Cristo. Alcaide-mor de Borba e provedor das obras que se fizessem por conta da Fazenda Real (Espanca, 1883:65-77). Posto que o seu pai não era nobre (Cunha, 2000: 536), Mafalda Soares da Cunha considera que, António Cavide “teve um fulgurante percurso na casa do futuro rei, acumulando cargos de confiança (...) e distinções várias” (Cunha, 2000: 227).

¹⁶ Capitão geral do estreito de Ormuz e mais tarde, capitão geral de Malaca.

¹⁷ O filho mais velho de Pedro de Sousa Brito foi pajem de mala de D. Teodósio II morrendo no exercício de funções. Teve duas irmãs, uma delas foi dama da duquesa D. Catarina. Terminaram ambas a vida no convento da Esperança em Vila Viçosa, chegando uma delas a ser abadessa do referido convento. Os duques de Bragança eram padroeiros deste convento.

¹⁸ Para mais informações veja-se a referência bibliográfica.

António de Brito de Sousa e António Cavide são duas das personagens que escreveram parte das cartas que em seguida analisaremos, daí a necessidade de esclarecermos detalhadamente quem foram. Resta-nos destacar que embora ocupassem posições importantes tiveram percursos diferentes de vida. Ou seja, enquanto que António de Brito Sousa descendia de uma família que já trabalhava há várias dezenas de anos para a Casa de Bragança, António Cavide não. Embora tivessem existido algumas ténues relações dos seus familiares com a Casa de Bragança, o percurso de ascensão de Cavide é substancialmente mais significativo, conseguindo inclusive adquirir o título de nobre. A restante correspondência é da autoria do próprio rei D. João IV, sobre o qual acreditamos que não será necessário determo-nos e, de Manuel Pessoa.

Manuel Homem Pessoa, foi filho de Afonso de Medelhím e de Isabel Pessoa e, irmão de Soror Leonor, freira no Mosteiro de Santa Cruz¹⁹ (Base de Dados Mafalda Soares da Cunha). A irmã professou em 1622 e foi dotada precisamente pelo irmão. O duque D. Teodósio II contribuiu também para o dote. O livro de Notários De Vila Viçosa faz várias referências a Manuel Pessoa: foi apresentado como vigário reitor da igreja de S. João da vila de Porto de Mós, em 1615; foi capelão do duque desde 1615 a 1632; em 1623 recebia por esse cargo 20.000 reais de mercê ordinária, benefício da igreja matriz da vila de Chaves; foi reitor do Colégio dos Reis Magos, desde 1623 até pelo menos 1630; antes de 1632, foi apresentado na igreja matriz da vila de Chaves. Portanto, não existem dúvidas que Manuel Pessoa esteve sempre ligado ao mundo eclesiástico. Sabemos ainda que era licenciado em letras, desde pelo menos 1615 (Alegria, 1983: 212).

No período que estamos a analisar, era o tesoureiro da capela estando assim, no segundo lugar da pirâmide hierárquica da mesma. As suas principais tarefas eram guardar os ornamentos e peças de prata afectas ao culto e a contabilidade (Cunha, 1990: 118). Tal como o deão, também tinha de “rezar ofícios e missas cantadas” (Cunha, 1990: 118) em determinadas épocas festivas. Novamente a título de exemplo, um dos seus antecessores, António de Évora, que serviu o duque D. Teodósio II, recebia anualmente ao todo 610O320. O que comparando com o valor que o deão recebia na mesma época, corresponde a um valor bem mais baixo. Após o falecimento de António Brito de Sousa, Manuel Pessoa foi quem ficou responsável pela capela (Alegria, 1983: 49).

Como tivemos oportunidade de mencionar, o nosso corpo documental trata-se de correspondência trocada entre os quatro indivíduos sobre os quais temos vindo a falar e apresentar: o rei D. João IV, o secretário António Cavide, António de Brito de Sousa que foi o deão e finalmente, o tesoureiro – Manuel Pessoa. A comunicação do deão e do tesoureiro com o rei fazia-se de forma diferente, de acordo com a posição que ocupavam. Ou seja, atendendo que o deão

¹⁹ A fundação deste convento foi possível pela doação de algumas casas por Mendo Rodrigues de Vasconcelos, em 1525. Este foi um eclesiástico, mais propriamente capelão do duque D. Jaime (Sousa, 2006: 434).

pertencia a uma posição hierárquica mais alta que o tesoureiro podia comunicar directamente com o rei. O tesoureiro por sua vez, não se dirigia directamente ao rei mas sim, ao seu secretário.

A maior parte da correspondência foi trocada entre o rei e o deão – dezanove referências. Em relação à correspondência trocada entre o secretário e o tesoureiro, temos nove referências. Existe apenas uma carta que o deão enviou para o secretário por se tratar de assuntos entre ambos e não desejar molestar o rei com os seus assuntos. O conjunto da correspondência é portanto, composto por vinte e nove elementos.

As cartas foram enviadas entre 1641 e 1644. Para o ano de 1641 temos quatro referências, no ano seguinte dez, em 1643 apenas uma e, no último ano analisado treze. Existem duas cartas não datadas, uma delas a que atribuímos a data de 1642, segundo o autor José Alegria (Alegria, 1983: 43). Destas a maioria foram enviadas de Vila Viçosa pelo deão que enviou, no total, doze cartas e pelo tesoureiro, que só enviou oito cartas. Mesmo assim, o deão recebeu mais respostas da parte de Lisboa que o tesoureiro, visto que só temos conhecimento de uma carta enviada pelo secretário. Julgamos que esta realidade reflecte a posição que cada um ocupava bem como, eventualmente a consideração que o rei tinha por cada um. Devemos ter ainda em conta as obrigações que o tesoureiro tinha e os assuntos das cartas que enviava. Como veremos em seguida por vezes, abordava problemas que nos parecem ser da responsabilidade do deão.

Em termos de ritmo de correspondência, normalmente as cartas eram respondidas dentro de poucos dias. Como se poderá verificar mais a seguir, havia meses em que o mesmo emissor enviava mais que uma carta como por exemplo, logo em 1641, o deão enviou em Março e em Outubro duas cartas em cada mês. No entanto, havia ocasiões em que as respostas da parte de Lisboa tardavam, como aconteceu com uma carta que o deão enviou em Março de 1644 e que só foi despachada em Julho. Ressaltamos que estas considerações sobre o fluxo de cartas e de respostas entre os intervenientes são meramente indicativas do que pode ter acontecido visto que, estamos a trabalhar apenas com a correspondência que encontrámos, podendo existir mais. Existem inclusive, ao longo destes quatro anos, vários meses que não temos qualquer referência de correspondência trocada mas que acreditamos que possa ter existido, tendo em conta a parte a que tivemos acesso.

Os assuntos abordados na correspondência remetem-nos sempre para a capela. Olhando de uma forma geral para o conteúdo das cartas, entendemos que existia sempre assuntos a tratar, problemas para resolver e situações pendentes sobre as quais era necessário que o rei desse as orientações. Ressaltamos, pela frequência com que são abordadas, as faltas materiais existentes da capela e os problemas na distribuição. Para uma melhor compreensão da evolução da capela no período compreendido entre 1641 e 1644, faremos uma análise crítica de acordo com uma linha cronológica.

Decadência da Capela Ducal de Vila Viçosa (1640-1644)

Data	Emissor	Receptor	Tipo de documento	Observações	Fonte/ cota
15 de Março de 1641	Deão	Rei	Carta	Penso que se trata de uma minuta	Vasconcelos, 1900: 96/ 97
25 de Março de 1641	Deão	Rei	Carta		Vasconcelos, 1900: 53/55
10 de Outubro de 1641	Deão	Rei	Carta		Vasconcelos, 1900: 56/57
25 de Outubro de 1641	Deão	Rei	Carta		Códice 51-IX-05, n.º 83
9 de Março de 1642	Deão	Rei	Carta		Vasconcelos, 1900: 48/49
10 de Abril de 1642	Rei	Deão	Carta	Referida e não transcrita na totalidade	Alegria, 1983, 44/45 Vasconcelos, 1900: 97/98
24 de Abril de 1642	Deão	Rei	Carta		Vasconcelos, 1900: 49/51
30 de Abril de 1642	Rei	Deão	Minuta		Códice 51-IX-05, n.º 45
30 de Abril de 1642	Rei	Deão	Minuta		Códice 51-IX-05, n.º 48
15 Maio de 1642	Rei	Deão	Carta	Referida	Códice 51-IX-05, n.º 71
24 de Maio de 1642	Deão	Rei	Carta		Vasconcelos, 1900: 51/52
Abri ou Maio de 1642	Deão	Rei	Carta	Não datada	Vasconcelos, 1900: 57/60
2 de Novembro de 1642	Rei	Deão	Carta		Códice 51-IX-05, n.º 46
8 de Novembro de 1642	Tesoureiro	Secretário	Carta		Vasconcelos, 1900: 61/62
20 de Fevereiro de 1643	Tesoureiro	Secretário	Carta		Vasconcelos, 1900: 73
Fevereiro de 1644	Rei	Deão	Carta	Referida	Códice 51-IX-05, n.º 71
6 de Março 1644	Deão	Rei	Carta		Códice 51-IX-05, n.º 71
14 de Abril de 1644	Tesoureiro	Secretário	Carta		Vasconcelos, 1900: 62/63
24 de Abril de 1644	Tesoureiro	Secretário	Carta		Vasconcelos, 1900: 68/73
24 de Abril de 1644	Tesoureiro	Secretário	Carta		Vasconcelos, 1900: 63/64
15 de Maio de 1644	Deão	Rei	Carta		51-IX-05, n.º 58
17 de Maio de 1644	Tesoureiro	Secretário	Carta		Vasconcelos, 1900: 65/67
4 de Julho de 1644	Rei	Deão	Despacho		51-IX-05, n.º 58
2 de Agosto de 1644	Deão	Secretário	Carta	Referida	51-IX-05, n.º 81
20 Agosto de 1644	Deão	Rei	Carta		51-IX-05, n.º 81
5 de Outubro de 1644	Tesoureiro	Secretário	Carta	Referida	Vasconcelos, 1900: 73/76
30 de Outubro de 1644	Secretário	Tesoureiro	Carta	Referida	Vasconcelos, 1900: 73/76
9 de Novembro de 1644	Tesoureiro	Secretário	Carta		Vasconcelos, 1900: 73/76
	Deão	Rei	Carta	Não datada	Vasconcelos, 1900: 60/61

A primeira data que encontrámos na correspondência é 15 de Março de 1641. Trata-se de uma minuta de uma carta que o rei posteriormente enviou ao deão. Na generalidade o conteúdo da carta alude a questões relativas à distribuição do serviço. Um dos eclesiásticos referidos é Manuel de Gândara que, de acordo com Joaquim Vasconcelos, era o terceiro capelão mais antigo e que estava em funções desde 1638 (Vasconcelos, 1900: 96). A parte mais interessante da carta é a final, em que o rei pediu ao deão que enviasse rapidamente os estatutos da capela de Vila Viçosa. Estes eram-lhe necessários para servirem de base em alguns pontos, para a capela real de Lisboa (Vasconcelos, 1900: 96/ 97). Ainda que seja um parágrafo curto é muito significativo para o nosso estudo, uma vez que mostra que o rei se iria basear na capela ducal para “organizar” a capela real. Significa ainda, que esta estaria quase ou mesmo ao nível de uma

capela real, pelo menos até ao momento. Como se pode ver nesta primeira carta e nas seguintes, a informação de que se trata é bastante detalhada. Apesar da ausência do rei em Vila Viçosa, este continuaria a estar a par dos assuntos e problemas a resolver bem como, das pessoas que o serviam.

O deão enviou os estatutos passados dez dias e aproveitou a oportunidade para desenvolver outros assuntos. Ficamos a saber que o rei fez uma mercê aos capelães ainda que não percebemos detalhes sobre a mesma. A capela de António Cepa tinha ficado vaga, um dos problemas que se arrastaria. O anal²⁰ do deão também vagou no entanto, este disse-lhe que o rei não precisaria de se preocupar porque já tinha encarregado o Padre Mateus de dizer as missas. Lembrava igualmente ao rei que continuava sem mestre de capela. Informava que não existiam charmelas²¹ ainda que, a situação se pudesse remediar com um tiple²² e uma sacabuche²³. A par disto, não tinham na capela motetes²⁴, papcís e nem um salmo *Miserere*²⁵. Como afirmou José Alegria, por estas queixas podemos verificar que o rei transferiu os livros de música para Lisboa (Alegria, 1983, 42), o que teve implicação directa nas celebrações. Destacamos o curto espaço de tempo que tinha passado desde a transferência do rei para Lisboa e a data destas queixas. O deão pedia ainda orientações para a questão da cruz para a celebração das Endoenças²⁶, da consoada da véspera de Natal, do dia de Ramos, entre outras. Havia também já pagamentos em atraso à fábrica²⁷ e à distribuição (Vasconcelos, 1900: 53/55).

A 10 de Outubro o deão enviou nova carta ao rei, desta vez estava em causa o atraso do pagamento dos ordenados dos primeiros nove meses do ano (Vasconcelos, 1900: 56/57). Esta situação com certeza não seria nada agradável, o que desmotivaria as pessoas em causa. Pensando que outrora os trabalhadores da capela nunca tinham sentido falta de nada e se sentissem rapidamente poderiam falar com o duque, agora a situação tinha mudado e até os ordenados estavam em atraso.

De 25 de Outubro de 1641, o rei recebeu uma carta em que se abordou o breve da isenção feito no tempo de D. Teodósio II. A carta é bastante extensa,

²⁰ Missa que se manda dizer pela alma de alguém todos os dias durante o espaço de um ano. Neste caso, as missas eram pela alma de D. Luísa de Ledesma.

²¹ Instrumento musical de sopro.

²² Tipo de voz. Segundo a terminologia actual equivale ao tipo de voz soprano.

²³ Instrumento musical de sopro.

²⁴ Forma musical mais importante da música polifônica, entre os séculos XIII e XVIII. Surgiu precisamente para ser tocada nas igrejas.

²⁵ Trata-se do salmo penitencial mais conhecido – salmo 51. Tendo em conta o seu conteúdo – súplica de perdão admitindo a culpa – é usado na liturgia católica todas as sextas-feiras do ano (dia em que Jesus Cristo morreu).

²⁶ Liturgia da quinta-feira santa.

²⁷ Renda que se destina a intervenções de reparação, conservação e manutenção de uma igreja. É usada também, para cobrar os gastos próprios do exercício do culto divino.

referindo-se algumas igrejas como, a igreja/benefício de Fão e a igreja de São Pedro de Monforte. Termina com a assinatura de vários indivíduos (códice 51-IX-05, n.º 83).

Tentando justificar a insistência e a repetição das suas queixas, o deão inicia a carta de 9 de Março de 1642 – a primeira carta que encontrámos deste ano – desculpando-se pois agia apenas em conformidade com a sua consciência e pelo bem da capela. Uma forma de indirectamente chamar a atenção do rei para a importância dos problemas que expunha e de mostrar que cumpria bem as suas funções. Nesta carta, verificamos com mais detalhe a situação em que se encontrava a capela e as pessoas envolvidas no serviço. Ainda continuava sem mestre de capela e charmelas, tinha apenas três cantores leigos, que eram Manuel de Oliveira, Luís Fernandes, Francisco de Quiroga e um moço de estante. Os capelães eram dezasseis a contar com o deão e o tesoureiro um número que, segundo José Alegria, desceu substancialmente (Alegria, 1983:44). Destes, o deão queixava-se que Francisco Coelho “não serve”, dizia que Mateus Pires e João Camelo “prestão para o que V. Mag.^{de} sabe”, Francisco Cardoso faltava bastantes vezes ao serviço afirmando que como era pobre tinha de ir pregar, não tomando em consideração as repreensões do deão (Vasconcelos, 1900: 48/49). Para além das informações que já tínhamos conseguido apurar através das cartas anteriores, esta sugere-nos que ou os pagamentos dos ordenados continuavam em falta ou que eram reduzidos e ainda que o deão estaria com problemas em manter a organização do pessoal.

No códice que temos vindo a referir, encontrámos a minuta da carta de 10 de Abril que o rei enviou ao deão (códice 51-IX-05, n.º 47, Biblioteca da Ajuda). Dessa carta não temos o original, apenas algumas partes transcritas por Joaquim Vasconcelos (Vasconcelos, 1900: 97/98) e José Alegria (Alegria, 1983, 44/45).

A 10 de Abril o rei enviou a carta a que já fizemos referência anteriormente. Nesta tomava-se providências para resolver as questões pendentes, desde as relacionadas com os recursos humanos, materiais aos financeiros. Em relação aos charmelas embora tivesse tentado ainda não os tinha conseguido sugerindo por isso, os filhos de Brás Pereira. António da Costa Sarça deveria retomar o serviço na capela deixando o ofício que tinha em Borba, recebendo até 30 mil réis por ano e um moio de trigo. Quanto à sacabuxa sugeria que se remediasse com o baixão. Para saber exactamente o que deveria enviar pediu ao deão que o informasse detalhadamente sobre os livros e papéis que estavam em falta. O valor a pagar aos responsáveis pelas Chansonetas²⁸ de Natal e músicos era o habitual a que acrescia o valor que estivesse em atraso. Por fim, em relação à falta de ca-

²⁸ “Chansoneta” foi o nome original das composições poético-musicais denominadas “vilanico”, terminologia dada nos finais do século XV. Os dois termos passaram a coexistir. Na sua génese, no século XIII/ XIV, este tipo de canção, em que o refrão é composto por apenas dois ou três versos, não tinha nada de religioso. No entanto, teve por parte da Igreja cada vez mais aceitação, tendo sido inclusive o género musical mais realizado em Portugal, entre os séculos XV e XVIII. Este género sofreu pois uma grande transformação, passando de género profano a religioso (Bessa, 2003: 49).

pelões e tiples, disse que o Padre Marcos Soares Pereira já estava a tratar do assunto (Alegria, 1983, 44/45).

A carta que o deão escreveu a 24 de Abril foi a resposta a uma anterior enviada pelo rei. O assunto de que se tratou em primeiro lugar foi os benefícios que estavam vagos. Em seguida, o deão informou que a questão de António da Costa ainda não estava resolvida: António da Costa queria um determinado ofício que o rei lhe havia prometido em Vila Viçosa e sem esse lhe ser atribuído, continuaria com o ofício em Borba, mesmo após o deão lhe ter oferecido 30 mil réis e um moio de trigo para que ele ocupasse o ofício que o rei queria. Em relação às charmelas, no momento já não se podiam remediar. Isto porque, estava em falta Vasco Sútil, que tocava precisamente esse instrumento. Para resolver o assunto o deão, após ter recebido alguns conselhos sobre a matéria, sugeriu que o filho de cantor Francisco Quiroga (já mencionado numa das cartas anteriores) poderia substituir Vasco Sútil mediante mais vinte cruzados acrescidos aos doze cruzados que já recebia e mais um moio de trigo. Esta resolução só seria exequível se existisse um sacabuche. Para as procissões de quinta e sexta-feira das Endoenças, da Ressurreição e do Santíssimo Sacramento o deão informou o rei que este deveria pedir a presença dos comendadores para eles levarem o pálio, visto que não havia gente suficiente para o levar. Por fim, ficamos a saber que a capela raramente tinha público (Vasconcelos, 1900: 49/51), situação que também deveria ser motivo de desânimo para os capelões.

No último dia de Abril, o rei terá enviado mais uma carta ao deão, da qual temos a minuta. Nela informava que o seu portador, Manuel Gândara, iria servir na distribuição da capela como capelão, acudir e tocar órgão se necessário. O ordenado seria o mesmo que o dos restantes a que se acrescentaria mais 500 mil réis por ano. Informava ainda que não tinha conseguido encontrar mais capelões até porque, segundo o rei, nem para a capela de Lisboa os conseguia (código 51-IX-05, n.º 45, Biblioteca da Ajuda). Esta carta evidencia que não era só a capela de Vila Viçosa que se encontrava com problemas mas também a de Lisboa, tal como também afirmou José Alegria (Vasconcelos, 1900: 47). Demonstra ainda que o rei estaria a tomar providências no sentido de resolver os problemas pendentes, como já se tinha verificado igualmente noutras referências deste mês.

Curiosamente temos do mesmo dia outra minuta do rei para o deão, dizendo que José de Lima iria passar a integrar o corpo de capelões. José de Lima iria ocupar um lugar que estava vago desde a partida do rei para Lisboa: mestre de capela (código 51-IX-05, n.º 43, Biblioteca da Ajuda).

A carta que o deão enviou ao rei no dia 24 do mês seguinte retoma a questão de José de Lima, que tinha começado a exercer funções desde o início do mês. O deão não estava de acordo em que se dessem Ordens sacras a José de Lima. Afirma ter conhecimento de que ele não tinha as competências necessárias para cumprir com as exigências do rei, nas palavras do deão “tem fraca voz” não servindo por isso, nem para o coro nem para a estante e que não sabia como ser mestre de uma capela. Por outro lado, o deão elogiou bastante o padre António Fernandes no exercício das suas funções. (Vasconcelos, 1900: 51/52), o que

provavelmente não terá sido por acaso, indicando que gostaria que este ocupasse o lugar de José de Lima.

No nosso corpo documental integra uma carta não datada à qual fazemos referência aqui porque de acordo com José Alegria a dita carta teria sido escrita em Abril ou Maio de 1642 (Alegria, 1983: 43). Esta carta foi enviada pelo deão e é uma das cartas mais incisivas que o mesmo escreveu ao rei, mostrando notoriamente a sua indignação pelo estado em que a capela se encontrava. A lista de faltas/falhas é de facto impressionante, pelo que ilustramos apenas com algumas: a consoada do Natal estava por pagar bem como, o pagamento ao responsável pelo compasso das chansonetas e aos seus cantores; havia falta de cole-giais para todas as tarefas que eram necessárias executar; os cantores eram poucos. A par desta carta, enviou um memorial do padre António Fernandes Galveias, que seria entregue por um sobrinho do próprio deão – Pedro de Sousa. Entretanto retomava a exposição dos problemas a resolver, no entanto agora de uma forma menos agressiva. As missas que António Cepa deveria dizer por alma de D. Alexandre²⁹ estavam em falta visto que, António Curvo não tinha aceite o benefício e Manuel Rodrigues estava reticente em aceita-lo. Os moços da capela não recebiam fazia cinco meses. (Vasconcelos, 1900: 57/60). Portanto, as diligências que o rei informou ter tomado nas cartas que enviou em Abril, não foram suficientes para resolver os problemas com a solicitude que o deão pretendia. Outro dado interessante que esta carta nos oferece, é a referência ao sobrinho do deão, o que é indicador de que a geração mais nova dos Brito de Sousa continuava a servir a Casa de Bragança, nomeadamente no sector religioso.

Dadas as preocupações que o rei tinha numa possível invasão dos castelhanos e estando Vila Viçosa junto à fronteira, a 2 de Novembro, escreveu ordenando que os objectos de maior valor fossem transferidos para Lisboa. Para isto, enviou António Vaz a Vila Viçosa que levava a dita carta, na qual estão as várias disposições de como se deveria proceder em relação às listagens e envio dos objectos para Lisboa (código 51-IX-05, n.º 46, Biblioteca da Ajuda). Se já existiam várias faltas na capela com esta disposição, estas iriam agravar-se.

A carta de 8 do mesmo mês é curta e bastante severa, pelas palavras que o tesoureiro empregou. Manuel Pessoa afirmou que estavam a “destruir” a capela e não estavam a agir em conformidade com o que lhe disseram. Afirmou que não existiam condições para a realização das cerimónias de acordo com os preceitos, designadamente a procissão da Ressurreição e a festa do Santíssimo Sacramento. Em causa estava a inexistência na capela de uma custódia, capas e cruz. Não concordava ainda que se remediasse a capela com os ornamentos que receberam. O tesoureiro deixou igualmente patente a sua indignação afirmando que todos eram criados obedientes mas que não queriam descurar do culto divino (Vasconcelos, 1900: 61/62). O tesoureiro afirmava que queria assim cumprir com as ordens recebidas do rei no entanto, considerava que estas iriam interferir com o normal funcionamento da capela. Por esta carta entendemos que os cape-

²⁹ Irmão do duque D. Teodósio II e tio de D. João IV.

lães não terão ficado satisfeitos com o pedido de transferência das peças de maior valor para Lisboa. Esta foi a primeira carta enviada pelo tesoureiro que integra o nosso conjunto documental.

A única carta do ano de 1643 foi enviada pelo tesoureiro a António Cavide aos vinte dias de Fevereiro. Trata-se de uma carta bastante breve em que o tesoureiro perguntou se podia ir cumprimentar o rei a Almeirim e deu notícias, muito sucintas, sobre a intervenção que se estava a fazer na sua capela no Convento de Nossa Senhora do Amparo³⁰ (Vasconcelos, 1900: 73).

A carta de 6 de Março do ano seguinte retomou o assunto de duas anteriores, uma de Maio de 1642 e outra de Fevereiro de 1644. O deão pedia ao rei que o esclarecesse em como deveria de proceder em relação às consultas. Na primeira carta o deão tinha percebido que apenas se deveriam de consultar as pessoas com as habilitações necessárias: “limpeza de sangue, suficiência e bens do costume”. Na segunda carta, o rei terá aludido a eventuais promessas que se tivessem feito, pelo que o deão terá ficado confuso sobre como proceder neste caso. A consulta era para a igreja de Penas Juntas, que na altura do tio do deão valia-lhe de pensão 60000 (código 49-XII-23, p. 41, da Biblioteca da Ajuda). O despacho desta carta só foi feito a 4 de Julho! Nela o rei ordenou que o deão apenas devia consultar pessoas com as habilitações necessárias (código 51-IX-05, n.º 71, Biblioteca da Ajuda). Em comparação com o ritmo de cartas por exemplo, de 1642, esta demorou bastante tempo a ser respondida.

Na carta de 14 de Abril de 1644 o tesoureiro começou por elogiar as intervenções que se estavam a fazer no “retábulo de N. Senhora”. Deu conta das diligências que tinha tomado e pedia novas orientações em relação ao retábulo. Terminou pedindo ajuda ao rei no sentido de providenciar uma porta nova para a Igreja de São Bento³¹. (Vasconcelos, 1900: 62/63).

A carta de 24 de Abril mostra nitidamente desentendimentos entre o deão e o tesoureiro. Este último alegou que o deão não terá gostado da mercê que o rei lhe fez. Ainda segundo o mesmo, as intrigas terão começado com um episódio que se passou na sacristia da capela em que o deão terá dado “humas palmata-das” em Alexandre³² por ele não se apresentar ao serviço durante oito dias. O tesoureiro afirmou que o deão tinha inveja da mercê atribuída e da riqueza que

³⁰ Pensamos que a capela a que o tesoureiro se estava a referir possa ser a capela da Santíssima Trindade, do convento de Nossa Senhora do Amparo, que se situa em Vila Viçosa. Esta capela foi fundada precisamente pelo tesoureiro. De acordo com Túlio Espanca, esta era uma das capelas que “estava bem composta” desde meados do século XVII e estava “adornada com painéis a óleo sobre tela”. As intervenções que o tesoureiro se refere são precisamente poucos anos antes. Existiam neste convento mais capelas que pertenciam a outros vassalos da Casa de Bragança: a capela de São Cristóvão pertencia a Francisco Soares Moreno, comendador e tesoureiro da Casa no tempo em que D. João IV ainda era apenas duque; e a capela de São Gregório, o Magno, de uma pessoa também ligada à corte ducal, o padre Manuel Vieira, secretário da mesma (Espanca, 1970/71: 42).

³¹ Ermida que se localiza perto da tapada real em Vila Viçosa.

³² Depreende-se que fosse uma das pessoas afectas ao serviço da capela.

ele tinha, o que não faz muito sentido visto que o deão tinha um rendimento superior. Efectivamente, grande parte do conteúdo desta carta são queixas contra o deão. Um dos episódios em que fica patente este desafecto entre ambos, a título de exemplo, foi uma chave do sacrário, uma vez que no entender de ambos, os dois tinham direito a ela (Vasconcelos, 1900: 68/73).

O tesoureiro enviou uma segunda carta neste mesmo dia (Vasconcelos, 1900: 63/64), tratando esta sim, de outros assuntos, ainda que novamente mostre pelo menos, divergência de ideias entre ele e o deão. Isto porque, segundo o tesoureiro, o deão insistia na necessidade de o rei nomear uma pessoa para se responsabilizar pela prossecução da sentença contra o Abade de Covas.

Pela carta do deão de 15 de Maio, o rei teve conhecimento de que o benefício simples de António Cepa tinha ficado vago por decisão do próprio. Mais informa o deão que António Dias estava interessado neste benefício e discutiu inclusive logo os valores que se poderiam pagar, tendo em conta o serviço que tinha e o ordenado que recebia o capelão (códice 51-IX-05, n.º 58, Biblioteca da Ajuda). Segundo Joaquim Vasconcelos, o lugar rendia entre quinze a vinte mil réis (Vasconcelos, 1900, 102).

O tesoureiro inicia a carta do dia 17 de Maio agradecendo a nova porta da ermida de São Bento, situação referida numa das suas cartas anteriores. Este problema ficou resolvido com relativa rapidez. Sabemos que se estava a fazer um carregamento da prata, em que o tesoureiro deu por falta no respectivo rol, do sacrário, da chave e de dois turíbulos, chamando a atenção ao rei para essa situação. Os problemas na distribuição continuavam, nomeadamente, no que diz respeito à capela de António Cepa e a cantores, sendo que para esta última falta o tesoureiro deu algumas sugestões (Vasconcelos, 1900: 65/67).

Em Agosto, pela carta do dia 20 enviada pelo deão, voltamos a ter referência à capela de António Cepa que estava vaga. De acordo com o deão, António Curvo tinha recusado o lugar visto que, queria que lhe fosse atribuída uma capela melhor. Posto isto, o deão dirigiu-se a Manuel Rodrigues que lhe disse que continuaria a dizer as missas em Nossa Senhora da Conceição porque lhe valia mais. Ainda assim, se o rei precisasse mesmo, que aceitaria a de António Cepa. Dado isto o deão pediu indicações do que fazer. Relembramos que numa das cartas anteriores, mais precisamente, aquela sobre a qual tivemos dúvida na datação mas que seguimos a ideia de José Alegria – Abril ou Maio – o deão já tinha dado conta ao rei sobre esta situação. Informou também, que já tinha passado portaria para que se pagasse aos clérigos que estiveram presentes na procissão do Santíssimo Sacramento. Informou ainda, que no dia 2 tinha enviado uma carta a António Cavide, na qual constava uma questão sobre o priorado de Ourém. No nosso entender, esta parte sugere eventualmente alguma questão mal resolvida entre António Brito de Sousa e António Cavide (códice 51-IX-05, n.º 81, Biblioteca da Ajuda).

A carta de 9 de Novembro enviada pelo tesoureiro é a última carta que encontrámos. Esta é a resposta à carta recebida do secretário, enviada a 30 de Outubro e retoma o assunto tratado numa outra do dia 5. Não conseguimos aferir em pormenor a questão que está em causa, ainda assim, a frase do tesoureiro

“Seram porventura esquecimentos da velhice.” poderá indicar problema entre ambos. Nesta última carta, como dissemos anteriormente, os problemas continuavam. Havia falta de tipes, o benefício de António Cepa continuava vago, assim como, uma outra capela de João Camelo e até o benefício do priorado de Barcelos, visto que o prior tinha falecido. Ficamos a saber que novamente, se carregaram ornamentos da capela, na altura em que o tesoureiro escreveu a carta, estariam quase transportados, não estando o serviço terminado porque o Frei Manuel Camelo adoeceu. Sugeriu a entrada para a capela do irmão do Frei Manuel Camelo que, segundo ele, teria bastantes competências (Vasconcelos, 1900: 57/60).

Houve uma carta a que tivemos acesso que não está datada. É também da autoria do deão. É uma carta curta e incisiva à semelhança de outra que já fizemos menção. A indignação do deão está nitidamente patente nas suas palavras. Num acto de chamar a atenção do rei para a pessoa que é, lembrou-lhe que era descendente de gente que trabalhava há anos para a Casa de Bragança, sendo ele sempre dedicado no exercício das suas funções. Continuou dizendo que o único dinheiro que recebia era o proveniente das suas funções e que o valor era bastante baixo estando “velho” e “pobre”. Terminou apelando ao rei que embora este tivesse grandes preocupações que não se esquecesse da capela e de como ela foi (Vasconcelos, 1900: 60/61). As duas cartas do deão mais incisivas, na nossa opinião, poderão sugerir algum ressentimento com o rei por não o ter acompanhado para Lisboa.

Após esta análise detalhada de cada carta que integra o nosso corpo documental, ao longo da qual fomos tecendo algumas considerações acreditamos que, ainda que em parte conseguimos reconstituir as questões que foram tratadas em torno da capela durante estes anos.

Como ficou patente e acreditando no deão e no tesoureiro, existiram várias deficiências no funcionamento da capela, tanto a nível humano, como material e financeiro. Sem as orientações do rei os problemas expostos não se podiam resolver.

As cartas do deão e do tesoureiro deixam claramente patente o seu descontentamento com a falta de grandeza que a capela passou a ter, consequência precisamente do arrastar dos problemas que demoravam a ser resolvidos. Esta insatisfação será igualmente um reflexo do que os restantes clérigos também sentiam, a julgar até pelo comportamento de alguns. Não terá sido fácil assistir à saída do duque e da corte de Vila Viçosa e sentir todas as repercussões que isso teve, se no passado tinham um duque que tinha gosto e tempo para se dedicar a estas questões, passaram a ter um senhor ausente e rei bastante ocupado.

A capela deixou de estar nitidamente no topo da hierarquia das prioridades do rei. Ainda assim, parece-nos que ele terá feito um esforço para se manter a par das situações e tentar resolvê-las, ainda que não fosse com a celeridade que os dois eclesiásticos queriam. Quanto a nós, parece-nos uma situação perfeitamente justificável tendo em conta todo o contexto, isto é, todos os outros problemas que o rei teve que resolver durante estes primeiros anos de governação do reino.

Outro dado interessante é o lado mais humano e das relações dentro da capela. Poderia ser igualmente decorrente da ausência do rei a incapacidade do deão de se fazer respeitar enquanto dignidade máxima da capela. Houve algumas situações em que capelães lhe desobedeceram, não tomaram em consideração os seus conselhos e em que houve mesmo desentendimentos, nomeadamente com o tesoureiro. Neste caso, parece-nos que o tesoureiro por vezes interferiu na esfera de trabalho do deão. Por outro lado, ambos tentavam como podiam chamar a atenção do rei e transmitir-lhe o quanto eram empenhados no seu serviço.

Existem ainda diversos assuntos dos quais não nos conseguimos inteirar na totalidade pelo que teria todo o interesse encontrar mais correspondência ou até outro tipo de fontes que nos ajudassem a compreender melhor os problemas. Neste sentido, fica por esclarecer mais minuciosamente a identidade de vários intervenientes dos problemas tratados na correspondência.

Por fim, recordamos a importância que a capela ducal teve para a capela real. Foi com base na capela ducal que se equivalia a uma capela real, que o rei terá provido a capela real em Lisboa. Consigo partiram capelães, foram enviados a seu pedido os estatutos da capela ducal e transferidos bens materiais, como a livraria de música.

Considerações finais

No início do nosso estudo propusemo-nos a analisar as consequências que a mudança de residência permanente de Vila Viçosa para Lisboa tiveram na capela do Paço Ducal. A partir deste estudo-caso pretendíamos igualmente conseguir responder a outras perguntas mais abrangentes.

No inicio do artigo procurámos evidenciar a grandeza da capela privada dos duques de Bragança. Todos os duques de Bragança, desde o seu fundador, D. Jaime até ao duque D. João II, que viria a tornar-se rei, empreenderam um conjunto de esforços que visavam este objectivo. Nos recursos alocados à capela distinguem-se vários propósitos como, liturgia, recursos humanos e financeiros. Claro que esta preocupação com a capela deve ser entendida no contexto histórico em que se inseriu. Era portanto, por motivos não só religiosos mas também políticos e até sociais, imitando os grandes exemplos de referência – os reis.

Na segunda parte, debruçamo-nos sobre o primeiro momento de decadência da capela ducal após tanto tempo de riqueza e esplendor. Para a nossa análise tivemos como base um conjunto documental de correspondência, grande parte do mesmo constituído por cartas trocadas entre 1640 e 1644. Estas foram trocadas entre o deão, tesoureiro, secretário do rei e o próprio rei. Segundo o que conseguimos apurar a decadência da capela, deveu-se à deslocação da Casa de Bragança para Lisboa. As queixas do deão e do tesoureiro eram bastantes e permitem-nos verificar os impactos na capela a vários níveis. Como explicámos, o rei apesar da boa vontade que parece evidenciar em algumas cartas para a resolução dos problemas tinha outras preocupações mais importantes. O corpo documental analisado permitiu-nos reconstituir ainda que em parte o funcionamento da capela, o que é bastante interessante.

Ficou pois, patente que aquela que foi durante muito tempo uma das preocupações vitais desta casa senhorial, com a sua ascensão passou a ocupar um lugar secundário na hierarquia de prioridades. Sem dúvida que se terá dado preferência à capela real em Lisboa, para a qual foram inclusive bens materiais e capelães da capela ducal. A par de outras prioridades como a legitimação da própria dinastia e das preocupações como ataques castelhanos que como vimos, também afectaram a capela.

Colocamos em hipótese se a situação da capela teria algum paralelo. Ainda que não seja uma consideração fundamentada documentalmente acreditamos que pelo exemplo da capela, o Paço Ducal se poderia encontrar numa situação idêntica de decadência. Assim como, acreditamos que a periferização de Vila Viçosa também poderá ter sido em grande parte causada pela saída da Casa de Bragança. Neste sentido, julgamos que existem mais hipóteses de estudo sobre o tema que abordámos, na medida em que o mesmo pode ser mais aprofundado assim como, se estender à investigação dos impactes da saída da Casa de Bragança de Vila Viçosa, para o próprio Paço Ducal e até a vila.

Bibliografia

ALEGRIA, José Augusto – *História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

BESSA, Rui – “Vilancicos portugueses do século XIV ao XVIII”. *Revista Música, Psicologia e Educação*, n.º 5, 2003, p. 49-53. Consultado em 8 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <https://cipem.files.wordpress.com/2007/01/05-2003-5-vilancicos-portugueses-do-sc3a9culo-xiv-ao-xviii1.pdf>

BRANCO, Luís Freitas de – *D. João IV, Músico*. S.l.: Fundação da Casa de Bragança, 1956.

CÂMARA, João de Sousa da – “Os Sousa de Brito na corte de Vila Viçosa”. *Callipole*, n.º 3/4, 1995/1996, p. 37-59.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “The royal chapel during the reign of king João I (1385-1433): the role of its clergymen”. *Cuaderno de Estudios Galegos*, nr. 128, 2015, p. 83-105.

CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança (1560-1640), Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

CURTO, Diogo Ramada – “A Capela Real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII)”. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, anexo V, 1993, p. 143-154.

ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha – “Memórias de Vila Viçosa”. *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, n.º 23. Vila Viçosa: s.n., 1983.

ESPINAR, Manuel Moreno – “De la mezquita de maharoch al monasterio de San Jerónimo. Noticias para el urbanismo y la arqueología de granada (1358-1505)”. *Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas*, 1993/1994, p. 73-96.

ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal – Vila Viçosa*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.

FREIRE, Leonor da Costa e CUNHA, Mafalda Soares da – *D. João IV. Lisboa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

Decadência da Capela Ducal de Vila Viçosa (1640-1644)

MARTÍNEZ CARRASCO, Adolfo – “Los Mendoza y lo sagrado. Piedad y símbolo religioso en la cultura nobiliaria”. *Cuadernos de Historia Moderna*, nr. 25, 2000, p. 233-269. Consultado em 27 de Dezembro de 2015. Disponível em http://revistas.ucm.es/index.php/CHMO/article/viewFile/CHMO0000220233A/2296_4generalmente.

MOURA, Carlos Francisco – “Notícias da visita feita a algumas terras do Alentejo pela primeira embaixada Japonesa à Europa (1584-85)”. *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, 1.ª Série, n.º 51, 1968, p. 13-44.

SOUZA, D. António Caetano de – *Provas História Genealógica da Casa Real Portugueza*, Provas tomo IV e tomo V. Lisboa: Lisboa Ocidental, 1736. Consultado em 27 de Dezembro de 2015. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=oKpBAAAACAAJ&printsec=frontcover&dq=Historia+genealogica+da+Casa+Real+Portugueza+provas+volume+iv&hl=ptPT&sa=X&ved=0ahUKEwia9fKg5rbKAhVH1BoKHVvzChkQ6AEIHTAA#v=onepage&q&f=false>

SOUZA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 2006.

TEIXEIRA, José – *O Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983.

VASCONCELLOS, Joaquim – *El Rey D. João IV*. Porto: s.n., 1900

ANEXOS

Normas de transcrição: neste trabalho optámos pela actualização da grafia e da pontuação. Foi indicada a mudança de fólio com //.

Transcrições revistas por Marta Páscoa.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 96/ 97.

Data: 15 de Março de 1641.

Emissor: deão.

Receptor: rei.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta do ms. Biblioteca da Ajuda, volume XLIV, fólio 44 e verso 44. A carta encontra-se também no códice 51-IX-05, n.º 44, da Biblioteca da Ajuda.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 53/55.

Data: 25 de Março de 1641.

Emissor: deão.

Receptor: rei.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta do tomo 44.º da Miscelânea ms., fólio 78, da Biblioteca da Ajuda. A carta encontra-se também no códice 51-IX-05, n.º 78, da Biblioteca da Ajuda.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 56/57.

Data: 10 de Outubro de 1641.

Emissor: deão.

Receptor: rei.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta do tomo 44.º da Miscelânea ms., fólio 82, da Biblioteca da Ajuda. A carta encontra-se também no códice 51-IX-05, n.º 82, da Biblioteca da Ajuda.

Fonte/ cota: códice 51-IX-05, n.º 83, da Biblioteca da Ajuda.

25 de Outubro de 641

Com o Breve da isenção da capela que houve o Sereníssimo duque D. Teodósio II foram inibidos todos os prelados deste Reino e entre os demais o de Elvas e todos eles responderam que se davam por inibidos e o guardariam como nele se continha e as certidões desta inibição dos prelados mandou sua excelência que Deus tem guardar como cousa mais tocante a casa que ao deão e capelães e estando nós nestas posse de então para cá no la quiseram meu tempo interromper os visitadores de Braga no tempo do Arcebispo Dom Frei Aleixo de Menezes primaz, intentando visitar o benefício de Fão³³ que é o dote do deado desta real capela mas a requerimento do deão Manuel Pessanha de Brito se julgou na relação de Braga pelos desembargadores do mesmo primaz, por nula a dita visitação declarando de que não procedia contra ele e que era nula.

³³ Benefício específico.

Depois em tempo de Dom Afonso Furtado se visitou por seu mandado a dita igreja de Fão e mostrando-se por parte de Sua Excelência que Deus tem a instância de António de Brito de Sousa a deão a declaração que no tempo de Don Frei Aleixo se fizera pela mesma Relação de Braga em favor de seu antecessor Manuel Pessanha porque o dito Dom Afonso Furtado não quis estar por ela, declinou António de Brito deão para o juízo da Legacia aonde houve três sentenças conformes, das quais a ultima se devia em tempo que era arcebispo Primaz o II.mo Dom Rodrigo da Cunha ora arcebispo desta cidade// esta posse se continuou também na igreja de São Pedro de Monforte bispado de Elvas acudindo-se com cuidado e debatendo-se (?) algumas novidades que os prelados dela quiseram fazer em matéria de visitação da dita igreja não consentindo que eles ordinários a visitassem e para que a dita igreja por esse respeito não deixasse de ser provida ordenou o deão com parecer do duque que seus tem que se fizessem as obras mais precisas e necessárias mandando primeiro ver a igreja e sacristia pessoalmente pelo licenciado Manuel Pessoa, e nestas obras se gastaram cinquenta mil réis de que pagara metade os capelães e outra o prior e beneficiados da dita igreja e para isso se fez depositário que foi Martim Fernandes Nouteiro juiz dos órfãos da mesma vila e o mesmo se fez depois disto por outra vez; e se ordenou que alem da fabrica miúda da dita igreja se tirassem todos os anos três mil réis para a fabricar dos quais pagassem os capelães desta capela mil e quinhentos réis e outros mil e quinhentos réis o prior e beneficiados da dita igreja tudo conforme aos frutos que os capelães deles comem dela e que quando estes 3 mil réis não fossem necessários se depositassem para quando se houvessem de fazer obras como nesta conformidade ordenou o deão por depositário da parte que cabe aos capelães ao padre António Fernandes Galveias.

Estando assim nesta posse, paz e conformidade visitou a dita igreja de São Pedro de Monforte o Bispo de Elvas Dom Manuel da Cunha fazendo-nos nisso agravo e moléstia e mandou por visitação que os capelães pagassem todos os anos três mil réis e o prior e beneficiados outros três para a fabrica da dita igreja não podendo nem devendo ele visitar a dita igreja no temporal em que é isenta por razão da metade dos frutos que nela tem esta Real capela de Vossa Majestade fazendo-nos nisso manifestação sem justiça e agravo do qual não quer desistir; e porque se isto for por diante os mais prelados deste reino em cujos distritos a capela tem rendas aproveitando-se deste maus exemplo querem também inovar e visitar-nos o que não podem e Vossa Majestade verá (?) do breve da isenção da capela a qual junto ao parecer do padre Manuel Fagundo pedimos a Vossa Majestade nos faça mercê de se lembrar da estimação que os senhores desta Casa faziam desta capela. // e do favor com que a tratavam e a sustentavam e Vossa a Majestade a fez e faz até agora e de que foi nela Vossa Majestade e o Príncipe Nossa Senhor baptizados para ser servido de mandar favorecer uma petição que sobre esta matéria fazemos ao colector que, como juiz e conservador no-la defenda e contudo estamos todos prestes para mandar prover a igreja do necessário contando que nos não prejudique capítulo da visitação do Bispo Dom Manuel da Cunha por quanto ele prejudica a nossa posse e os privilégios da nossa isenção; e pois a matéria é tanto de Vossa Majestade e nós criados, e capelães ad sens (?) e certos ficamos que nos mandará Majestade fazer favor justiça Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade esta de Vila Viçosa e de Outubro 25 de 1641.

Catarina Esperança

António Cepa

João Gomes

Fabian D'Areu

António Curvo

António Pereira

Diogo Mateus

Manuel Rodrigues

Mateus Fernandes

Francisco Cardoso

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 48/49.

Data: 9 de Março de 1642.

Emissor: deão.

Receptor: rei.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta do tomo 44.^º da Miscelânea ms., fólio 68, da Biblioteca da Ajuda. A carta também se encontra no código 51-IX-05, n.^º 68, da Biblioteca da Ajuda.

Fonte/ cota: Alegria, 1983, 44/45; Vasconcelos, 1900: 97/98

Data: 10 de Abril de 1642.

Emissor: rei.

Receptor: deão.

Observações: referida e não transcrita na totalidade.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 49/51.

Data: 24 de Abril de 1642.

Emissor: deão.

Receptor: rei.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta do tomo 44.^º da Miscelânea ms., fólio 69, da Biblioteca da Ajuda. A carta também se encontra no código 51-IX-05, n.^º 69.

Fonte/ cota: código 51-IX-05, n.^º 43, da Biblioteca da Ajuda.

30 de Abril de 1642

António de Brito de Sousa eu El Rei vos envio muito saudar: José de Lima filho de Manuel de Lima que bem conhecestes nessa vila vos dará esta; vai-me servir de capelão nessa capela com a distribuição que os capelães dela vencem e para a servir lá [e] seu título se poder ordenar de ordens sacras lhe podeis passar as necessárias: e além delas as mais que também o forem para ele haver trinta mil reis de mercê ordinária em cada um ano com a obrigação de fazer o compasso e servir de mestre nessa capela enquanto o eu o houver por bem e não mandar o contrário e de acudir às obrigações que os capelães têm e ensinar musica sendo-lhe ordenado. E estes trinta mil reis haverá da fazenda desse estado assentados e pagos às terças na folha que tenho mandado ordenar no almoxarifado dessa vila para pagamento das pessoas que aí servem e na quantia desta mercê ordinária entra a da moradia que por respeitos particulares lhe mando dar na forma em que até agora corria e da mercê continuada para a sobrepeliz lhe passareis portaria para o almoxarife. Alcântara 30 de Abril de 1642

Decadência da Capela Ducal de Vila Viçosa (1640-1644)

Fonte/ cota: código 51-IX-05, n.º 45, da Biblioteca da Ajuda.

30 de Abril de 1642

António de Brito de Sousa Eu El-Rei vos envio muito saudar. O padre Manuel da Gândara (?) que esta vos dará vai para servir na distribuição da capela desse estado e também de capelão cantor e quando for cantor e quando for necessário acudir a tanger o órgão, com a distribuição que aí vencem os mais capelães dela, cinquenta mil réis de mercê ordinária em cada hum ano assentado e pagos aos quartéis na folha que tenho mandado ordenar no Almoxarifado dessa vila para pagamento das pessoas que servem nessa capela e mais criados que nessa vila mando assistir e para tudo haver do primeiro dia que começar a servir lhe podeis passar os despachos necessários advertindo que para os cinquenta mil réis de mercê ordinária lhe haveis de passar portaria para pela fazenda desse estado se lhe passarem as ordens necessárias para lhe irem na folha e na quantia deles entra a da moradia que por respeitos particulares lhe não mando dar na forma em que até agora corria este clérigo não é rico e por as pagas da distribuição andarem atrasadas lhe fiz mercê de vinte mil réis por uma só vez // para com mais comodidade sua poder entrar nelas; e para mudar sua casa para essa vila lhe fiz também mercê de oito mil reis que logo se lhe aqui deram e da mercê costumada para a sobrepelis lhe passareis portaria para o almoxarife. Espero que ele sirva bem e vós favoreçais em tudo de sorte que conheça ele e os mais que daqui em diante forem aí servir que folgueis muito.

Isto cá está muito falto de clérigos e é uma vergonha não haver nesta capela mais que três ou quatro que sirvam: nem tiples para cá, nem tiples para lá se acham e por este clérigo ter serviço de servir à estante e ao órgão o aceitei. Alcântara 30 de Abril de 1642.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu algumas partes da carta (Vasconcelos, 1900: 101).

Fonte/ cota: código 51-IX-05, n.º 71, da Biblioteca da Ajuda.

Data: 15 Maio de 1642.

Emissor: rei.

Receptor: deão

Observações: referida / documento transscrito mais à frente.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 51/52.

Data: 24 de Maio de 1642.

Emissor: deão.

Receptor: rei.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta do tomo 44.º da Miscellanea ms., fólio 70, da Biblioteca da Ajuda. A carta encontra-se também no código 51-IX-05, n.º 70.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 57/60.

Data: Abril ou Maio de 1642.

Emissor: deão.

Receptor: rei.

Observações: não datada. Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta do tomo 44.º da Miscellanea ms., fólio 88, da Biblioteca da Ajuda. A carta encontra-se também no código 51-IX-05, n.º 88.

Catarina Esperança

Fonte/ cota: código 51-IX-05, n.º 46, da Biblioteca da Ajuda.

2 de Novembro de 1642

António de Brito de Sousa, Eu El Rei vos envio muito saudar: logo que receberdes esta disporei que a António Vaz que vo-la dará se entreguem dos ornamentos e prata dessa capella o conteúdo na memória que com esta vos envio: e para satisfação do tesoureiro lhe deixará António Vaz escrito feito pelo escrivão da capela e assinado por ele em que se obrigue a lhe dar satisfação do que lhe entregar; e dele me mandareis uma cópia com as confrontações das cargas para por ela mandar passar as ordens necessárias para se descarregarem. Também. aqui será outra memória do que António Vaz leva desta capela que poderá servir em lugar do que vier por ela o mandareis carregar ao tesoureiro dessa e das cargas passar conhecimento em forma que António Vaz trará pela satisfação do tesouro desta. Escrita em Lisboa a 2 de Novembro de 1642.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 61/62.

Data: 8 de Novembro de 1642.

Emissor: tesoureiro.

Receptor: secretário.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta da obra manuscrita em dois volumes com o rótulo “Do Secretário António Cavide”, volume 1, fólio 163, 164, 165, 166, 174 e 182, da Biblioteca da Ajuda. Não sabemos a qual dos fólios citados corresponde a carta mencionada.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 73.

Data: 20 de Fevereiro de 1643.

Emissor: tesoureiro.

Receptor: secretário.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta da obra manuscrita em dois volumes com o rótulo “Do Secretário António Cavide”, volume 1, fólio 163, 164, 165, 166, 174 e 182, da Biblioteca da Ajuda. Não sabemos a qual dos fólios citados corresponde a carta mencionada.

Fonte/ cota: código 51-IX-05, n.º 71, da Biblioteca da Ajuda.

Data: Fevereiro de 1644.

Emissor: rei.

Receptor: deão.

Observações: referida / documento a seguir transcrito.

Fonte/ cota: código 51-IX-05, n.º 71, da Biblioteca da Ajuda.

4 de Março de 1644

Senhor por uma carta de Vossa Majestade assinada por sua real mão feita em quinze de maio de 642 me mandou Vossa Majestade, que as pessoas que houvesse de consultar em Igrejas se habilitassem primeiro perante mim em limpeza de sangue, suficiência e bons costumes porque sem nelas concorrerem estas qualidades não queria Vossa Majestade que lhas consultasse, porque agora em outra de vinte de fevereiro de 644 assinada também por sua real mão me manda Vossa Majestade que lhe consulte a igreja de Penas Juntas (?) e que na consulta lhe faça menção de al-

gumas pessoas a que se haviam feito promessas até ao presente destas postas em lembrança não há pedido, por minha via, esta Igreja pessoa alguma nem eu sei se são vivas ou falecidas nem se tem suficiência e assim duvido do que devo fazer nesta matéria para Vossa Majestade ficar melhor servido de me parece-lo pedir a Vossa Majestade seja servido de me mandar declarar o que é nisto servido que faça que me afirmam que rende a igreja trezentos mil réis ou se ide (?) consultar as pessoas que do presente requererem e se habilitarem comigo ou as postas em lembrança nesta incerteza de serem pessoas e suficientes Deus guarde a Vossa Majestade, de Vila Viçosa a 6 de Março de 1644. António de Brito de Sousa.

Despacho: Não me haveis de consultar pessoa alguma que se não seja habilitado perante vós na forma que os tenho ordenado, como aqui referiste. Vagando alguma igreja a que se oponha alguma pessoa que tenha promoção, nos fareis presente, preferindo-a às mais e fazendo o particular porém sempre há-de preceder a habilitação, porquanto saltando essa menção proporeis pessoa que a não haja, feito como fica referido.

Lisboa, 4 de Julho de 644.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 62/63.

Data: 14 de Abril de 1644.

Emissor: tesoureiro.

Receptor: secretário.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta da obra manuscrita em dois volumes com o rótulo “Do Secretário António Cavide”, volume 1, fólio 163, 164, 165, 166, 174 e 182, da Biblioteca da Ajuda. Não sabemos a qual dos fólios citados corresponde a carta mencionada.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 68/73 e 1900: 63/ 64.

Data: 24 de Abril de 1644.

Emissor: tesoureiro.

Receptor: secretário.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta da obra manuscrita em dois volumes com o rótulo “Do Secretário António Cavide”, volume 1, fólio 163, 164, 165, 166, 174 e 182, da Biblioteca da Ajuda. Não sabemos a qual dos fólios citados corresponde a carta mencionada.

Fonte/ cota: código 51-IX-05, n.º 71, da Biblioteca da Ajuda.

Data: 4 de Julho de 1644.

Emissor: rei.

Receptor: deão.

Observações: despacho.

Fonte/ cota: código 51-IX-05, n.º 58, da Biblioteca da Ajuda.

15 de Maio de 1644

Senhor

O benefício simples que vagou por renúnciação do padre António Cepa é sítio na Igreja de São João de Porto de Mós rende de quinze para vinte mil reis.

Catarina Esperança

Em 3 de Fevereiro de 644 fez Vossa Majestade mercê deste beneficio a Miguel Bernardes colegial do Colégio dos Reis que replicou dizendo que não podia nem se atrevia a ser clérigo e tendo notícia disto, pediu o dito beneficio a Vossa Majestade o padre António Dias Biscaio capelão desta capela ou hum moio de trigo de mercê ordinária.

Tem este António Dias de Vossa Majestade dez mil reis de moradia e dezasseis de mercê ordinária a distribuição e uma capela de trinta mil réis.

Parece-me que Vossa Majestade responda a Miguel Bernardes como mais for seu serviço e que faça Vossa Majestade mercê do beneficio a António Dias tirando-lhe seis mil réis Deus guarde a real pessoa de Vossa Majestade de Vila Viçosa a 15 de Maio de 1644.

[Despachos] Declarai o que poderá render este benefício Lisboa, 4 de Julho de 644. Passe-se carta a António Dias deste benefício e aviso à Junta para se lhe tirarem os 6 mil de que se faz menção.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 65/67.

Data: 17 de Maio de 1644.

Emissor: tesoureiro.

Receptor: secretário.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta da obra manuscrita em dois volumes com o rótulo “Do Secretário António Cavide”, volume 1, fólio 163, 164, 165, 166, 174 e 182, da Biblioteca da Ajuda. Não sabemos a qual dos fólios citados corresponde a carta mencionada.

Fonte/ cota: 51-IX-05, n.º 58, da Biblioteca da Ajuda.

Data: 4 de Julho de 1644.

Emissor: rei.

Receptor: deão.

Observações: despacho/ transcrita anteriormente.

Fonte/ cota: código 51-IX-05, n.º 84, da Biblioteca da Ajuda.

Data: 2 de Agosto de 1644.

Emissor: deão.

Receptor: rei.

Observações: referida / transcrita a seguir.

Fonte/ cota: código 51-IX-05, n.º 84, da Biblioteca da Ajuda.

20 de Agosto de 1644

Senhor

Avisei ao padre António Curvo que Vossa Majestade lhe fazia mercê da capela que vagou do Padre António Cepa da maneira que ele a dizia, não aceitou dizendo que havia anos que estava sem capela e que queria esperar que Vossa Majestade lhe fizesse mercê de outra melhor e por não haver outro capelão desobrigado se não o padre Manuel Rodrigues lhe recomendava que dissesse as missas enquanto Majestade não provia a capela, respondeu-me que ele dizia as de Nossa Senhora da Conceição por mercê de Vossa Majestade que lhe rende mais e que só quando Vossa Majestade precisamente lho mandasse aceitaria esta de António Cepa pelo que as missas se não dizem por enquanto Vossa Majestade não avisa do que é seu serviço se façam se se prover declare Vossa Majestade se há-de ser na conformidade que

Vossa Majestade fazia mercê ao padre António Curvo porque pode ser em pessoa tão achacosa (?) que diga por poucas missas.

Passei portaria de dois mil reis para se partirem por vinte clérigos da vila que acompanharam a procissão de Santíssimo Sacramento da capela. Em dois do presente escrevi a Vossa Majestade descarregando-me de algumas coisas e lembrando outras e por não molestar a Vossa Majestade escrevi a António Cavide na com que lhe mandei a portaria na do Priorado de Ourém pedindo-lhe que lembrasse outras a Vossa Majestade e me mandasse a resposta com a brevidade possível as quais todas eram do serviço de Vossa Majestade, cuja real pessoa Deus guarde Vila Viçosa, a 20 de Agosto de 1644.

António de Brito de Sousa

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 73/76.

Data: 5 de Outubro de 1644.

Emissor: tesoureiro.

Receptor: secretário.

Observações: referida.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 73/76.

Data: 30 de Outubro de 1644.

Emissor: secretário.

Receptor: tesoureiro.

Observações: referida. Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta da obra manuscrita em dois volumes com o rótulo “Do Secretário António Cavide”, volume 1, fólio 163, 164, 165, 166, 174 e 182, da Biblioteca da Ajuda. Não sabemos a qual dos fólios citados corresponde a carta mencionada.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 73/76.

Data: 9 de Novembro de 1644.

Emissor: tesoureiro.

Receptor: secretário.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta da obra manuscrita em dois volumes com o rótulo “Do Secretário António Cavide”, volume 1, fólio 163, 164, 165, 166, 174 e 182, da Biblioteca da Ajuda. Não sabemos a qual dos fólios citados corresponde a carta mencionada.

Fonte/ cota: Vasconcelos, 1900: 60/61.

Data: não datada.

Emissor: deão.

Receptor: rei.

Observações: Joaquim Vasconcelos transcreveu a carta do tomo 44.^º da Miscellanea ms., fólio 114, da Biblioteca da Ajuda.

O P.^e JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA (1839-96) E A MÚSICA

David Cranmer*

Depois do passeio, Espanca conduziu-me outra vez a casa, cujas curiosidades archeologicas me mostrou: uma inscrição romana, que tinha fixa na parede, para lh'a não roubarem; um punhado de moedas romanas e portuguesas; vários machados prehistoricicos de pedra polida. Por fim, sentando-se ao piano, na sua sala de visitas, que era ao mesmo tempo *museu*, tocou e cantou umas peças sacras de sua lavra, pois, alem de antiquario, Espanca era poeta e musico¹.

Foi desta forma que Joaquim Leite de Vasconcellos levou o leitor a saber da atividade musical deste notável presbítero calipolense, na “Notícia Biographica do P.^e Joaquim José da Rocha Espanca”, uma apreciação da sua vida e atividade, escrita poucos meses após o seu falecimento. No presente texto, propomos focar especificamente o último aspetto referido: o músico. O simples termo “músico”, contudo, é muito modesto para descrever as múltiplas facetas da sua atividade e conhecimento musical: a sua formação, o colecionador e copista, o compositor, o investigador e comentador sobre a música em Vila Viçosa, e o pedagogo.

A sua formação musical e primeiras atuações

Em moço, recebeu a sua instrução musical de forma gratuita, tal como muitos outros meninos calipolenses da sua geração, de Francisco António Franco (1796-1857), que recebera a sua própria formação no Real Colégio dos Santos Reis Magos, em Vila Viçosa, entre 1804 e 1814, sobretudo sob a orientação do

* Dep. Ciências Musicais/CESEM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

¹ Vasconcellos (1997), p. 130.

P.^o Joaquim Cordeiro Galão (ca. 1762-após 1831). Tendo terminado os seus estudos, Franco fora admitido como tenor na Capela do Paço Real, onde continuou a desempenhar funções de cantor até à dissolução oficial desta instituição, em 1834. Como miguelista convicto, sofreu represálias durante alguns nove anos após a vitória liberal, igualmente em 1834, encontrando refúgio a oito quilómetros de distância, no Alandroal. De regresso a Vila Viçosa, instalou-se numa casa na travessa que, por isso mesmo, chegou a ser conhecida como Travessa do Franco (como ainda se designa), no mesmo quarteirão em que nascera o menino Joaquim. O discípulo manteve ao longo da vida um profundo sentimento de respeito e gratidão pelo mestre, com quem muito simpatizava profissional e politicamente, mas devido sobretudo à sua humildade e generosidade humana.

Ainda em Vila Viçosa, Joaquim Espanca aprendeu a tocar órgão, tendo realizado a sua estreia como organista na Igreja de São Sebastião, durante a Festa de Santo Amaro, provavelmente em 1855². Também desempenhou regularmente funções de acólito, na Capela Real, cantando às vezes no “coreto” (como se designava o conjunto de cantores) sob direção de Francisco Peres Ailon de Lara (1783-1860), borbense, de ascendência espanhola. Como Franco, Peres havia sido aluno do P.^o Galão, tornando-se mais tarde 2.^º organista da Capela Real e, a partir de 1805, Mestre efetivo do Real Colégio dos Santos Reis Magos, em substituição do próprio P.^o Galão, que assumira um cargo administrativo na Capela.

Em 1856 Espanca foi para o Seminário Episcopal de Évora, onde se preparou para a futura vida de sacerdote; em 1862 recebeu ordens de subdiácono, logo no ano seguinte de diácono e, ainda em 1863, de presbítero³.

O colecionador e copista

Durante estes anos foi adquirindo partituras manuscritas de mestres locais e nacionais, em alguns casos copiadas pelo próprio, uma coleção que continuou a ampliar pelo menos até à década de 1870⁴, e que se conserva hoje em dia sobretudo no Arquivo Musical do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa (*P-VVsant*). Destas aquisições a mais antiga encontrada, quer na data de composição, quer na data da cópia em si, é “Lições de acompanhar” do compositor napolitano, David Perez (1711-78) (*P-VVsant* D10), contratado por D. José I como compositor régio (sobretudo para fornecer óperas aos teatros reais) e Mestre de Música das suas filhas. Esta obra didática foi bastante difundida em Portugal em diversas versões. Com a assinatura de “Joaquim José da Rocha Espanca J.^{or}” (“J.^{or}” [Júnior] ainda para o distinguir do seu pai) e datado de 1856, o

² Espanca (1983-86), vol. 26, p. 11.

³ Quintas, Armando & Filipe, Carlos (2016), pp. 12-14.

⁴ Tipicamente apontou a data de aquisição, assinando também. Os autores locais incluem Franco, Francisco Peres e Galão; António José Soares e Fr. José Marques e Silva, que estudaram no Real Colégio, mudando depois para Lisboa; e nacionais como David Perez, Leal Moreira, Santos Pinto e Casimiro Júnior. Ver Cranmer (2016b), pp. 28-29.

seu manuscrito terá sido copiado ou em Vila Viçosa, eventualmente de um exemplar pertencente a Francisco Franco, para depois levar consigo para o Seminário Episcopal de Évora, ou já no próprio Seminário, permitindo assim a continuação dos seus estudos de baixo cifrado e acompanhamento. Numa altura em que a prática do baixo contínuo já caíra em desuso fora do contexto eclesiástico, é de destacar a persistência no uso deste manual, mesmo num Seminário, numa data tão tardia.

Embora sem indicação de data no manuscrito, a forma da assinatura “Joaquim José da Rocha Espanca J.^{o”} implica que a romança para canto e piano “Jardim das damas”, de Francisco Santos Pinto (1815-60) (*P-VVsant P51*) também terá sido adquirida por esta altura.

Neste primeiro período, ainda antes da sua ordenação como presbítero, Joaquim Espanca continuou a obter partituras de outros compositores. Uma obra didática anónima (*P-VVsant D6*), constituída por cantorias (exercícios para se cantar) foi adquirida em 1 de março de 1859, tendo pertencido anteriormente ao seu irmão mais velho, António Joaquim (também padre). Terá sido usada eventualmente para a sua própria formação como cantor. Também neste ano chegou a possuir uma polca-mazurca para piano baseada nas *Vespras sicilianas* de Giuseppe Verdi (1813-1901) (*P-VVsant P15*) e, no ano seguinte, uma Missa a 2 ou 3 vozes de Francisco Peres.

Embora se tratem de uma amostra pequena (e não necessariamente representativa) estas aquisições, no seu todo, apontam para um interesse musical diversificado, quer em termos dos repertórios que representam, quer em termos da sua finalidade. Em anos subsequentes, depois da sua ordenação, as obras que chegaram às suas mãos (sobretudo nas décadas de 1860 e 70), e de que dispomos, foram quase todas de música sacra: por um lado, de autores locais (para além de Francisco Franco e Francisco Peres), tais como Frei José Marques e Silva (1782-1837) e António José Soares (1783-1865), o primeiro calipolense, o segundo lisboeta, que eram colegas, alunos do P.^o Galão no Real Colégio dos Santos Reis Magos e depois rivais em Lisboa; por outro, outros autores nacionais, nomeadamente, António Leal Moreira (1758-1819) e Joaquim Casimiro Júnior (1808-62).

Uma anotação no “Duetto para o pregador em / Festas do S.^{mo} Sacramento / Extrahido das Matinas do Sacramento” de Frei José Marques e Silva, que se conserva na Biblioteca Pública de Évora (*P-EVp Cód. CLI / 2-10, N.^o 1*), manuscrito integralmente na mão do P.^o Espanca, e datado na parte de órgão de “B[enca]tel, 28/2/1877”, leva a compreender que fornecia cópias das obras na sua posse para outras instituições eclesiásticas. Consta desta mesma parte:

Este acompanhamento do órgão deverá divergir um pouco do proprio original, porquanto foi escripto de memoria á vista das vozes, por haver emprestado para Elvas as próprias Matinas, que só eu tenho, e mais a Irmandade do S.^{mo} de Borba e a Sé do Funchal.

..., ou seja, para além de providenciar este excerto proveniente do Convento de S. Bento de Castres, tinha emprestado a sua própria cópia “para Elvas” (presu-

mivelmente para a Sé), sendo muito provável a cópia pertencente à Irmandade do Santíssimo de Borba, mais outra cópia da mesma fonte⁵. A ligação com a Madeira deve-se verosimilmente à presença no Funchal de dois antigos alunos do Real Colégio, discípulos do P.^º Galão e de Francisco Peres: João Fradesso (ou Fradesco) Belo e Duarte dos Santos⁶.

Apesar da massiva preponderância de música sacra entre as obras de outros compositores que o P.^º Espanca possuía, houve claramente um interesse continuado pela música profana, como comprovam dois manuscritos parcial ou inteiramente na sua grafia, sem data (mas provavelmente da década de 1870 ou 80): o “Fado liro”, de autor anónimo, numa versão para piano solo (*P-VVsant* P55), e um conjunto de três peças, para flauta, dois clarinetes, trombone e cordas, respectivamente de Santos Pinto, Luigi Bordese (1815-86) e Alexandre Goria (1823-60) (*P-VVsant* P56).

O compositor

A questão da produção do P.^º Espanca como compositor ilustra bem a precariedade do património musical português. O verbete na *Grande Encyclopédia Portuguesa e Brasileira* dá a entender a existência, na Biblioteca Pública de Évora (códice CLI/1-17), de um catálogo das suas obras, conforme a qual:

[...] compôs 73 obras musicais, em parte existentes na mesma Biblioteca, distribuídas em seis grupos distintos: o primeiro para piano somente, o segundo para piano e canto, o terceiro para instrumental, o quarto para instrumental e canto, o quinto música religiosa para novenas, e o sexto música sacra.

Embora este catálogo integra um conjunto de maços de obras compostas ou copiadas pelo P.^º Espanca para o Convento de S. Bento de Castres, próximo de Évora, o manuscrito em questão já não se encontra. Parece estar perdido de vez. Felizmente, esta listagem, ou outra quase idêntica, em 6 secções e numerada de 1 a 73, é reproduzida pelo Abade Pedro Augusto Ferreira, no último de três artigos dedicados ao P.^º Espanca e publicados na revista portuense *A vida moderna*, na sequência do seu falecimento⁷. Dada a sua importância e a dificuldade de acesso – só foi localizado um exemplar da edição em questão – é reproduzido o catálogo, em forma de tabela, no apêndice deste artigo. Várias das obras foram, entretanto, localizadas, nos arquivos musicais do Santuário de Nossa Senhora da Conceição e do Paço Ducal (*P-VV*), em Vila Viçosa, ou na Biblioteca Pública de Évora. O paradeiro atual, quando conhecido, foi acrescentado no apêndice,

⁵ O manuscrito foi devolvido e existe (com algumas partes bastante estragadas pela humidade) no Santuário de N. S. da Conceição (cota RM 15). Fora adquirido pelo P.^º Espanca em 1872.

⁶ Espanca (1983-86), vol. 25, p. 59 (Santos), vol. 32, p. 47 (ambos), vol. 33:47-48 (Fradesso).

⁷ Ferreira (1897), artigo de 7 de janeiro de 1897.

assim como o local e a data de composição, quando o compositor os refere. Quase todas as obras até agora encontradas são partituras ou partes vocais/instrumentais autógrafas – originais ou cópias pela mão do autor.

Sempre no concelho de Vila Viçosa, o P.^o Espanca iniciou a sua carreira de padre na freguesia de Sant'Ana de Bencatel, como Capelão da Irmandade das Almas, passando a prior de Santa Catarina de Pardais em 1877, e depois, em 1887, da paróquia de São Bartolomeu em Vila Viçosa. Não deve surpreender, portanto, que a maior parte das suas composições pertençam à categoria de música sacra. São estas também que mais se conservam. Até agora não se localizou qualquer das sete obras para piano solo, nem as duas para “instrumental” (ou seja, grupo instrumental, provavelmente banda) referidas no catálogo. Das treze canções para canto e piano encontrou-se apenas duas: a “Canção para Luiza d’Aguiar” (JE 10, 1882) e “O pirilampo e a serpente” (JE 11, 1888)⁸. Dos seis hinos “para instrumental e canto”, só se confirma a existência do Hino de Nossa Senhora da Lapa de Vila Viçosa (JE 25), embora não seja de descartar a hipótese do Hino da Sociedade Filarmónica União Calipolense, de autor desconhecido, ainda em uso hoje em dia, ser, de facto, o Hino da Sociedade Filarmónica Calipolense do P.^o Espanca (JE 23). Da quinta secção – “Música religiosa em língua Portugueza para nove-nas” – só se conservam as “Jaculatórias a Nossa Senhora, em fá” (JE 28).

As composições de música sacra encontradas abrangem um período de 27 anos, entre o “O salutaris hostia a 3 vozes” (JE 35, 1866) e as “Vésperas do comum dos Apóstolos e Mártires Confessores” (JE 73, 1893). Seria prematuro, com base na amostra até agora localizada, propor comentários dentro deste período em termos de momentos de maior intensidade composicional ou divisões em fases de menor duração. Parece-nos pertinente, contudo, observar que o ano de 1877, quando o P.^o Espanca deixou o cargo de Capelão da Irmandade das Almas, em Bencatel, e assumiu a posição de pároco de S.^{ta} Catarina de Pardais, parece ter sido um ano de produtividade excepcional, marcando o início da sua relação bastante frutífera com o Convento feminino cisterciense de S. Bento de Castres. Duas das suas obras compostas para esta instituição são datadas deste ano. Nos anos anteriores destacam-se as Missas de Sant'Ana (JE 36, 1867) e de Santa Cecília (JE 37, 1869), conservadas em dois acervos, as Matinas da Imaculada Conceição ([JE 54], 1873⁹), encomenda da Régia Confraria de N. Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e a Missa de Requiem (JE 62, 1874); nos anos posteriores, para além das Vésperas do comum dos Apóstolos e Mártires Confessores, já referidas, salientam-se, as três lições das Lamentações de Quinta-feira Santa, estas últimas compostas para o Convento de S. Bento de Castres (JE 45, 1880), e a Novena de N. S. da Conceição (JE 41, 1887).

⁸ “JE” (Joaquim Espanca) refere-se à numeração atribuída pelo autor, que consta na listagem – ver o apêndice deste artigo: “Catalogo das obras musicas do padre Joaquim José da Rocha Espanca, de Villa Viçosa”.

⁹ O catálogo editado carece de um item n.^o 54, enquanto as Matinas de N. Senhora da Conceição, uma das suas obras mais emblemáticas não constam. Deduzimos esta composição ter sido o n.^o 54, acrescentando-a conforme.



Fig. 1 Página de rosto da partitura autógrafa das Matinas da Conceição ([JE 54], 1873), apresentada à Régia Confraria de N. Sra. da Conceição de Vila Viçosa, que encomendou a obra e em cujo Arquivo se conserva¹⁰.

O estilo da música do P.^o Espanca é típico de muitos dos seus contemporâneos, geralmente com coros num estilo predominantemente conservador sobre tudo em acordes, e solos num estilo que se aproxima à ópera italiana coeva.

Por ser muito curiosa, graças à sua mistura de estilos e o efeito de contraste assim criado, fazemos menção específica da Noa para a Ascensão (JR 46, 1877), mais uma vez para o Convento de S. Bento de Castres. Para além de uma alternância, ao longo do hino inicial e dos três salmos, entre o coro (com canto-chão acompanhado) e o “coreto” (um conjunto de solistas que canta músicas compostas pelo P.^o Espanca), foram introduzidos entre os versículos “divertimentos” para órgão – um total de 30. Estes divertimentos são de música profana – excertos de óperas e danças. Os trechos de ópera são sistematicamente identificados: de *Il trovatore*, de Verdi, e *La figlia del regimento*, de Gaetano Donizetti (1797-1848), três trechos cada um; de *La traviata*, de Verdi, dois trechos; e de *Un ballo in maschera* e *Rigoletto* de Verdi, *Beatrice di Tenda*, de Vincenzo Bellini (1801-1835), e *I falsi monetari*, de Lauro Rossi (1810-85), um trecho. O divertimento N.^o 20 tem a indicação “Rosa de Maio”, que não nos foi possível identificar, mas que terá pertencido a uma opereta ou canção com este título ainda conhecida e popular em 1877. Os restantes divertimentos são danças –

¹⁰ Agradecemos à Mesa da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa a autorização para reproduzir esta imagem.

polcas, valsas e outras, muito provavelmente já existentes também. Todas as óperas citadas foram representadas no Teatro de S. Carlos, entre 1837 (*Beatrice di Tenda*) e 1855 (*La traviata*), em muitos casos repetidas várias vezes após a estreia lisboeta. Independentemente da questão do motivo ou do decoro desta mistura sacra-profana, esta obra demonstra a abrangência dos conhecimentos e interesses musicais do P.^o Espanca.



Figs. 2 e 3 – Noa para a Ascensão, do P.^o Espanca (JE 46, 1877): página de rosto da partitura e f. 1v da parte de órgão, incluindo o início do 1.^o Divertimento para órgão “do Trovador de Verdi”. (Biblioteca Pública de Évora)

Para além das obras de música sacra referidas, todas de uma escala mais ampla, o compositor deixou-nos várias de dimensões reduzidas. Foram conservadas ainda certas composições que não se conseguiu identificar com referências no catálogo, como, por exemplo, duas missas: uma que existe em versões para 2 ou 3 vozes, de 1879 [JE 77], outra para 2 vozes – um mero esboço sem data [JE 78]. Uma destas poderá ser eventualmente a “*Missa a 2 vozes solas*, com o título de *Santa Catharina*” (JE 40).

O investigador e comentador

Os interesses musicais que possuía e as experiências que viveu e testemunhou permitiram ao P.^o Espanca contribuir de forma excepcional para o nosso conhecimento da atividade musical calipolense através do seu *Compêndio de notícias* e sobretudo das encyclopédicas *Memórias de Vila Viçosa*. A música do passado constituía um dos seus muitos objetos de investigação, enquanto a do presente merecia ser registada e comentada. Assim, as referências às instituições e às atuações musicais surgem com regularidade nas suas escritas, sobre aspectos bastante abrangentes, sempre observadas com um olhar informado e crítico.

Na secção dedicada aos acontecimentos anuais (vol. 26, na edição de 1983-86), a música desempenhava um papel significativo nas muitas festas e observâncias de cada mês. Não é aqui, num texto dedicado ao próprio Padre, e não à

atividade musical em si, o lugar para referir sistematicamente os eventos descritos¹¹, mas antes o de exemplificar a importância dos seus comentários, pela maneira como elucidam objetos que chegaram até nós e que, sem a sua ajuda, ficariam misteriosos ou apenas parcialmente compreendidos. Bastam dois casos para ilustrar a sua importância.

No século XIX, realizava-se, no segundo domingo da Quaresma, a procissão dos Passos do Redentor. O ponto de partida era a Igreja de N. Senhora da Piedade, começando às duas da tarde. Antes de se levantar o andor, celebrava-se o primeiro passo, acompanhado pelo motete “*Bajulans sibi crucem*”. No decurso da procissão, que durava cerca de cinco horas, com seis paragens para os restantes Passos, cantavam-se os motetes correspondentes: “*Exeamus ad eum extra castra*”, “*O vos omnes*”, “*Angariaverunt Simonem Cyrenaeum*”, “*Domine Jesu, te desidero*”, “*Filiae Jerusalém*” e, por último, “*Jesus exclamans voce magna*”. Para o P.^o Espanca recordavam “os tempos de Palestrina e outros maestros do século XVI a cuja época remonta esta composição singela, mas harmoniosa, suave e devota”¹². Foi esta referência que nos alertou para uma tradição de cantar estes motetes, aparentemente, em muitas localidades em Portugal, assim como o facto de serem atribuídos a Frei Manuel Cardoso, que, segundo a *Biblioteca Lusitana* “compoz [...] os celebres *Motetes*, que se custumaõ cantar ao correr dos Passos, que o Redemptor do mundo deu com a Cruz às Costas”¹³. Em 1867, o P.^o Espanca copiou estes motetes, sem conhecimento da sua autoria, conservando-se atualmente no Arquivo Musical do Santuário de N. S. da Conceição (*P-VVsant RO16*). Através desta fonte foi possível verificar que são iguais a vários outros exemplares, incluindo dois da viragem do século XVIII, na Biblioteca Nacional de Portugal¹⁴. Esta versão do motete “*Bajulans*”, pelo menos, era conhecida igualmente no Brasil¹⁵. A “pista” para a redescoberta destes preciosos motetes veio das referências do P.^o Espanca, em conjunto com o exemplar que o próprio copiou.

Num outro caso, refere que desde 24 de dezembro até 6 de janeiro eram representados entremeses (presépios) que narravam a história do nascimento de Cristo e a adoração dos pastores. Terão tido intervenções musicais, pois, embora incompletas, existem partes vocais e instrumentais da música de um presépio, de autor anónimo, que, em termos estilísticos, remontarão à segunda metade do

¹¹ Uma seleção representativa encontra-se no nosso texto “Vila Viçosa e sua vida musical no século XIX – a perspetiva de um sacerdote músico”, in Cranmer (2017), pp. 265-304.

¹² Espanca (1983-86), vol. 26, p. 47.

¹³ *apud* Nery (ed.) 1984, p. 57.

¹⁴ *P-VVsant RO16*; Biblioteca Nacional de Portugal, *P-Ln* M.M. 4934 e 4935. Ernesto Vieira também possuía dois exemplares, M.M. 4896 e 4897, que atribui a Cardoso, sendo o primeiro a quatro vozes e o segundo um arranjo a três vozes, realizado pelo P.^o José dos Santos Maurício, de Coimbra.

¹⁵ Com a mesma música que a partitura em Vila Viçosa, este motete encontra-se num manuscrito, sem cota, no Arquivo da Orquestra Lira Sanjoanense, em São João d'El Rei (Minas Gerais), tendo sido atribuído por alguns autores a Manoel Dias de Oliveira. Ver Castagna (2008), Silveira (2008).

século XVIII, utilizadas, à partida, em Vila Viçosa (*P-VVsant RO27*)¹⁶.

A história e atividade da Real Capela (como designaremos o corpo de sacerdotes, acólitos, músicos, etc.) e da Capela Real (como designaremos o edifício anexo ao Paço) constitui uma constante nas *Memórias*, tendo sido intimamente ligada ao funcionamento do Real Colégio dos Santos Reis Magos. Nela o autor relata como esta instituição foi criada por D. Teodósio II para formar os meninos do coro da Capela. Conta igualmente como a Capela e o Colégio, a partir desse momento designado por Seminário, foram objeto de uma reforma aprofundada da parte de D. João V. Terá sido no decurso deste processo que vieram a ser copiados três suntuosos livros de facistol (livros de grandes dimensões que permitiam ao coro todo ler de um exemplar único) dedicados à música *a cappella*, que se destinavam às celebrações da Semana Santa. O P.^o Espanca também nos leva a entender que estes livros continuaram a ser usados no século XIX, tendo sido este repertório que o Príncipe Regente, futuro D. João VI, terá ouvido, durante a sua estada prolongada em Vila Viçosa, nos primeiros meses de 1806. Nas *Memórias* explica ainda como a Real Capela deixou de funcionar na Capela Real a partir dessa visita, devido a obras que o Príncipe mandou realizar, transferindo a sua atividade “temporariamente” para a Igreja do Colégio, donde só voltou passado mais de meio século.

Abundantes igualmente são as descrições e referências à atividade musical na Igreja Matriz (atual Santuário) de N. Senhora da Conceição. Um exemplo excepcional é o relato detalhado sobre as celebrações ocorridas na sequência da promulgação da bula papal *Ineffabilis Deus* (publicada a 8 de dezembro de 1854), que definiu pela primeira vez o dogma da Imaculada Conceição. Por motivos práticos e para poder aproveitar as longas horas do dia, os festejos só se realizaram a 30 de junho e 1 de julho do ano seguinte. Entre os muitos aspectos musicais, as *Memórias* falam sobre o sentimento de maravilha que o jovem Joaquim Espanca viveu ao ouvir a orquestra:

Nunca me esquecerei na minha vida, por longa que seja, o sobressalto que senti ao terminar esta primeira parte da função religiosa. Com efeito, rompendo então o coreto com uma sinfonia tocada por todos os instrumentos de corda e vento com timbales, sofri um grande choque parecendo-me que a Igreja se desmoronava... Era eu ainda então jovem de 16 anos e nunca ouviu tão soberba orquestra!¹⁷!

O autor identifica os compositores cujos salmos se ouviram nas Vésperas – Marcos António Portugal (1762-1830), Eleutério Franco Leal (ca. 1773-após

¹⁶ Espanca (1983-86), vol. 26, p. 11. Segundo o P.^o Espanca, para além dos pastores, também vinham adorar os Reis Magos. Contudo, não é o caso no presépio conservado, nem no *Auto e Colloquio do Nascimento do Menino de Jesus*, de Francisco Lopes, editado originalmente em Lisboa, por Manoel da Silva, em 1646, mas ainda conhecido em finais do século XVIII, como atesta uma nova edição de 1785.

¹⁷ Espanca (1983-86), vol. 18, p. 23.

1839) e António José Soares (1783-1865, antigo aluno do Colégio dos Santos Reis Magos) – apesar de não referir que salmos eram de que compositor. Quanto às Matinas, explicita muitos detalhes. A música era de Simão Victorino Portugal (1774-1842?), irmão mais novo de Marcos. Em relação à execução refere que

Foi tocado [o órgão] por António Maria Ribeiro, segundo organista da Capela Real e reforçado por um figle tocado por D. José Ravira, espanhol e mestre da charanga de Cavalaria n.º 3, e por um rabecão grande manejado por um italiano residente em Elvas e chamado Demétrio, o qual mostrou ser professor insigne executando com extremada perícia e ligeireza todas as fugas e alegros daquelas complicadas obras do fim do século passado.

O “figle”, também conhecido por “oficleide”, era um instrumento de metal muito usado em meados do século XIX, que passou a ser substituído por outros metais graves com pistões no final desse século. As partes instrumentais das referidas Matinas existentes no Arquivo Musical do Paço Ducal (*P-VV* secção B, maço LXXI (1)) incluem uma parte para oficleide, eventualmente usada nesta ocasião.



Um moço de coro toca um figle (oficleide) do fabricante parisiense Couesnon & Cie., foto de Nadar, postal de Neurdein Frères, Paris, ca. 1900. (Coleção do autor)

É graças ao P.º Espanca que se tem algum conhecimento sobre os órgãos existentes ou perdidos em Vila Viçosa. No século XIX os instrumentos de maiores proporções encontravam-se nas igrejas do Convento dos Agostinhos (com 3 foles) e

do Convento de S. Paulo (com 2 foles), mas com a expulsão dos religiosos, em 1834, e a combinação da falta de manutenção e vandalismo subsequentes, perderam-se¹⁸. O órgão do Convento da Esperança, após o seu encerramento, foi transferido para a Igreja do Espírito Santo (Misericórdia)¹⁹, onde ainda se conserva. Havia órgãos na Capela Real (doado por D. João V) e na Igreja Matriz, assim como um “órgão pequeno” na Igreja do Convento de S. Cruz²⁰, que ainda pode ser visto no Museu de Arte Sacra, visto que ocupa o mesmo espaço. Um “realejo” (órgão que toca uma oitava acima do habitual) que até 1834 pertencia ao Real Seminário passou a ser usado pontualmente na Igreja do Colégio, quando este veio a ser ocupado pela Paróquia de S. Bartolomeu²¹, a partir de 1865. Entretanto, perdeu-se.

No entanto, o P.º Espanca não se limitou a debruçar-se sobre a música sacra e a atividade musical religiosa. Devemos-lhe o que sabemos sobre as circunstâncias da fundação das primeiras bandas filarmónicas, a partir de 1850, e as rivalidades, às vezes acesas, entre si²². Também não lhe escaparam aspectos da música popular. Conta, por exemplo, como durante o mês de janeiro “cantavam-se de noite pelas portas as *janeiras*, que eram canções populares em honra do Nascimento de Cristo e os cantadores recebiam espórtulas em géneros ou dinheiro”²³. E em novembro, o “mês das almas”, “vários devotos, principalmente no campo, andam cantando pelas portas reclames poéticos a favor das almas do Purgatório nas noites dos sábados e entregam aos Párocos ou tesoureiros das confrarias a colheita de esmolas, salva a dedução de um almoço para os cantadores”²⁴.

Contribuiu ainda para a disseminação da música popular alentejana, enviando a César das Neves, para inclusão no seu *Cancioneiro de musicas populares* uma canção dançada intitulada “A viuvinha”²⁵. Para além da partitura para canto e piano, reproduzida aqui nas páginas 262-63, forneceu os seguintes dados sobre os passos a dançar:

No meio da roda, formada pelos pares, está a viuvinha que, no fim do estribilho, indica, por uma inclinação de cabeça, o seu escolhido; se este aceita, canta logo a aceitação e no fim deixa a roda e passa para o centro d’ella; se rejeita canta a repulsa, isto é, volta então ao princípio. *Da capo* com a quadra: (Toma lá este cabaço,) e a vivinha tem de proclamar outro no fim do estribilho.

¹⁸ *Idem*, vol. 22, respetivamente, pp. 58 e 76. A caixa ainda se encontra na tribuna da Igreja dos Agostinhos.

¹⁹ *Idem*, vol. 18, p. 90.

²⁰ *Idem*, respetivamente, vol. 23, p. 88, vol. 24, p. 85, vol. 23, p. 17.

²¹ *Idem*, vol. 23, p. 52.

²² De forma resumida, esta história é relatada em Cranmer (2017), pp. 297-300.

²³ *Idem*, vol. 26, p. 11.

²⁴ *Idem*, vol. 26, p. 22.

²⁵ Neves (1893-98), vol. I, pp. 114-16, sendo a última página uma série de 20 quadras adicionais que, na sua maioria, foram “recolhidas no Alemtejo pelo Ex.^{mo} Snr. Antonio T. Pires”. Agradeço à minha colega Ana Maria Liberal por me ter chamado a atenção para este contributo para a obra emblemática de César das Neves.

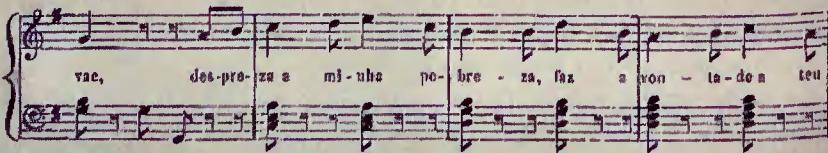
A VIUVINHA

CHOREOGRAPHICA ALEMTEJANA

À Exma Sra. D. Senhorinha e A. Vieira de Castro.

Allegro vivo

61



ESTRIBILHO

f Eu sou u - ma tris - to vi - u - va, que ve - nho da ban - da d'a - lém, que ro ca -

ACCELERAÇÃO

sar não a - cho com quem. Quer's - ma tu, oh meu hom? Com - ti - go sim,

sim; com - ti - go não, não; a - mor da mi - nh'al - ma, da meu co - ra - ção; com - ti - go sim,

sim; com - ti - go não, não; a - mor da mi - nh'al - ma, da meu co - ra - ção. Quer's - mo

D. C.

tu o - ló, pois não!

Recolhida em Villa Viçosa pelo Res.^{mo} Prior Joaquim José da Rocha Espanca.

Quando é uma voz só que canta, deve cantar as notas superiores.

Dança.—No meio da roda, formada pelos pares, está a viuvinha que, no fim do estribilho, indica, por uma inclinação de ombros, o seu encalhido; e este aceita, canta logo a *acceleração* e no fim deixa a roda e passa para o centro d'ela; se recusa canta a *represa*, isto é, volta ento ao princípio. (Da capa) com a quadra: (Tome lá este cabaço), e a viuvinha tem de proclamar outro no fim do estribilho.

“A viuvinha”, canção dançada, recolhida pelo P.e Espanca e enviada para publicação no *Cancioneiro de musicas populares*, organizado por César das Neves (1893-98).

Sendo o seu objetivo, nas *Memórias*, escrever sobre Vila Viçosa, o P.^o Espanca, infelizmente, fala muito pouco sobre si próprio. Em relação à música, a mais notável exceção é quando menciona, de passagem, a composição e estreia do Hino a N. Senhora da Lapa (JE 25), na respetiva Festa, em 8 de setembro de 1877. Citando igualmente o texto do hino, conta: “Estreou-se também um hino da Senhora da Lapa composto em verso pelo sobredito Padre Júlio e em música vocal e instrumental por mim e por Vargas Júnior de Évora. [...] Foi tocado no arraial e cantada a minha música pela Filarmónica «Calipolense»”²⁶. Como já se referiu, a respetiva partitura conserva-se no Arquivo Musical do Santuário de N. Senhora da Conceição (JE 25).

O pedagogo

Encontramos evidência de dois alunos de música. Pertencente ao Grupo de Teatro Amador de Vila Viçosa, existe um quadro com um alto relevo em gesso, esculpido por Leonel Trindade, que reproduz a imagem do P.^o Espanca. O pai do escultor, Miguel João Trindade, segundo um apontamento escrito nas traseiras da moldura, havia sido o seu aluno, mais tarde “chefe do côro na Basílica de São Vicente de Lisboa”²⁷. Devemos a este a doação da Missa de Requiem (JE 62) ao Arquivo Musical do Paço Ducal.

Outro aluno terá sido Augusto Carlos Monteiro, para quem escreveu os *Primeiros exercícios de toque de piano ou orgam para uso de Augusto Carlos Monteiro* existentes no Arquivo Musical do Santuário (P-VVsant D4). Como seria de esperar, começam com regras e exercícios simples, progredindo para tarefas mais difíceis e terminando com uma seleção de peças “normais”. Entre estas peças finais, para além do Hino de N. Senhora da Conceição de Francisco Peres e uma marcha fúnebre, há uma valsa e uma polca, uma contradança e um fandango galego, assim como um trecho das *Bodas de Fígaro* de W. A. Mozart (1756-91), numa altura em que esta ópera ainda não tinha sido representada em Lisboa.

Conclusão

O já referido Abade Pedro Augusto Ferreira, no seu obituário do P.^o Espanca, não só escreveu uma apreciação e publicou o precioso catálogo das suas obras, mas também nos relatou as circunstâncias da sua morte, informação que obteve do irmão do falecido:

O illustre finado era forte e gosava saúde, mas no dia 10 de novembro ultimo, estando na sua egreja, resfriou e sentiu-se incomodado. Declarou-se uma pneumonia, da qual melhorou e se julgava livre, mas no dia 25 uma lesão do coração repentinamente o prostrou e no dia 26 expirou²⁸!

²⁶ Espanca (1983-86), Vol. 19, p. 69.

²⁷ Agradeço a Carlos Filipe por me ter chamado a atenção para este quadro, assim como a informação que nele consta.

²⁸ *A vida moderna*, 24 de janeiro de 1896.

Embora se deva considerar o P.^o Espanca como figura de importância sobre-tudo pelo que contribuiu para a atividade musical a nível local, no Alto Alentejo, não deixa, por isso, de ser uma personalidade de relevo a nível nacional. Para além de tudo o que a sua formação musical sólida lhe permitiu, foi único na abrangência dos seus conhecimentos e das suas atuações, excepcional na sua inteligência e perspicácia, uma testemunha fora de série, e de um rigor pouco habitual nesses tempos, nas suas escritas.

Bibliografia

Castagna, Paulo. "A música para a Procissão dos Passos da Quaresma na América Portuguesa". In *Actas do VII Encuentro Simposio Internacional de Musicología, Santa Cruz de la Sierra*. Santa Cruz de la Sierra: Asociación Pro Arte y Cultura, 2008, pp. 445-71.

Cranmer, David. *Peças de um mosaico: temas da história da Música referentes a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Colibri/CESEM, 2017.

_____. "O Fundo Musical do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, Vila Viçosa", *Callipole – Revista de Cultura*, 23, 2016a, 171-187.

_____. "P.e Espanca e a música: um ponto de partida". In Joaquim José da Rocha Espanca (coord. Carlos Filipe). *Compêndio de notícias de Vila Viçosa composto pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca*. Vila Viçosa, CECHAP (Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património), 2016b, 26-35.

Espanca, Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Cadernos da Câmara Municipal, 1983-86, 36 vols.

_____. (coord. Carlos Filipe). *Compêndio de notícias de Vila Viçosa composto pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca*. Vila Viçosa, CECHAP (Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património), 2016.

Ferreira, Pedro Augusto. "Joaquim José da Rocha Espanca", in *A vida moderna*. Porto, edições de 17/12/1896, 24/12/1896, 7/01/1897.

Grande Encyclopédia Portuguesa e Brasileira. 37 vols. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Encyclopédia, 1935-57.

Nery, Rui Vieira (ed.). *A música no ciclo da «Biblioteca Lusitana»*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Neves, César das. *Cancioneiro de musicas populares [...]*, 3 vols. Porto: Typographia Occidental, 1893-98.

Quintas, Armando & Filipe, Carlos. "Joaquim José da Rocha Espanca: um percurso de génio". In Joaquim José da Rocha Espanca (coord. Carlos Filipe). *Compêndio de notícias de Vila Viçosa composto pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca*. Vila Viçosa, CECHAP (Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património), 2016, 11-25.

Silveira, Luciano Cintra. *Bajulans: ontem e hoje*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), 2008.

Vasconcellos, Joaquim Leite de. "P.^o Joaquim José da Rocha Espanca". In *Archeologo Português*, III, n.^{os} 5 e 6, 1997, 129-137.

Apêndice: Catalogo das obras musicaes do padre Joaquim José da Rocha Espanca, de Vila Viçosa.

Ao longo deste apêndice a ortografia do original foi retida.

Siglas de bibliotecas:

P-EVp Évora, Biblioteca Pública

P-VV Vila Viçosa, Arquivo Musical do Paço Ducal

P-VVcon Vila Viçosa, Arquivo Musical da Régia Confraria de N. Senhora da Conceição de Vila Viçosa

P-VVsant Vila Viçosa, Arquivo Musical do Santuário de N. Senhora da Conceição

Para piano somente			
N.º	Obra	Localização atual e cota	Observações (incl. data de composição, sempre que conhecida)
1	<i>Euterpe Callipolense</i> . Mazurka.	—	—
2	<i>Os sete dias da semana</i> . Collecção de 7 valsas.	—	—
3	<i>Duas flores</i> . Duas polkas.	—	—
4	<i>O Recreio do artista</i> . Outra collecção de 7 valsas.	—	—
5	<i>Inspiração</i> . Mazurka.	—	—
6	<i>Feliz lembrança</i> . Valsa.	—	—
7	<i>Schottisch Callipolense</i> .	—	—
II Para piano e canto			
8	<i>A flor da laranjeira</i> . Poesia moral de ... – Canção.	—	—
9	<i>O Pyrilampo e a Serpente</i> . Apólogo de F. Sala.	<i>P-VVsant</i> P30	Vila Viçosa 24/4/1888
10	<i>Luiza d'Aguiar</i> . Romance.	<i>P-VVsant</i> P46	25/5/1882. Poesia de Ignacio Pizarro M. de Sarmento
11	<i>A negra furia Ciume</i> . Canção.	—	—
12	<i>Avó e Neto</i> . Dialogo moral de ...	—	—
13	<i>Boas noites!</i> Dialogo de João de Deus.	—	—
14	<i>Primavera</i> . Canção de João de Lemos.	—	—
15	<i>Filis e o Amor</i> . Canção anacreontica de Bocage.	—	—
16	<i>As feiticeiras do Landroal</i> . Satyra.	—	—
17	<i>A moça e o casar</i> . Satyra.	—	—
18	<i>Oração de Margarida de Goethe</i> , na opera <i>Fausto</i> , traducção de Castilho.	—	—
19	<i>Amor</i> . Canção de Alfredo Quartin.	—	—
III Para instrumental			
20	<i>Marcha funebre</i> .	—	—

O P.^o Joaquim José da Rocha Espanca (1839-96) e a música

21	<i>Dois passos ordinarios.</i>	—	—
IV Para instrumental e canto			
22	<i>Hymno de Santa Anna de Bencatel.</i>	—	—
23	<i>Hym[n]o da Sociedade Philarmónica Callipolense.</i>	—	—
24	<i>Hymno da Sociedade Philarmónica Esperança.</i>	—	—
25	<i>Hymno de Nossa Senhora da Lapa de Villa Viçosa.</i>	P-VVsant RMa35	1877
26	<i>Hymno de Nossa Senhora dos Remédios</i> , da mesma villa.	—	—
27	<i>Hymno de S. A. o Príncipe da Beira – D. Luiz H.</i>	—	1887. Em 1897 o Abade Ferreira possuía o manuscrito, com orquestra constituída por “2 flautas, 2 violinos, 1 viola, 2 clarinetes, 1 violon, 1 bombardino e 1 rebeção”.
V Música religiosa em língua Portuguesa para novenas			
28	<i>Jaculatorias a Nossa Senhora, em fá.</i>	P-VVsant RMa52	1881
29	<i>Jaculatorias (3) a Nossa Senhora do Rosário. Fragrante lyrio...</i>	—	—
30	<i>Canção a Nossa Senhora do Rosário.</i> Bem como os dias da primavera...	—	—
31	<i>Canção do Natal.</i> Dizei-me ó pastores...	—	—
32	<i>O sonho do Menino Jesus.</i> Outra canção.	—	—
VI Música sacra			
33	<i>Christus factus est.</i> Motete a 4 vozes e orgam.	P-VVsant RO21	—
34	<i>Item – a 4 vozes solas.</i>	—	—
35	<i>O' salutaris.</i> – Motete a 3 para orgam e instrumental.	P-EVp Cód. CLI/2-10 (N. ^o 22) P-VVsant RG26	1866; em P-VVsant versões para 3 ou 4 vozes – parte de órgão datada de 7/11/1889
36	<i>Missa</i> com o título de <i>Sant'Anna</i> , a 4 vozes e orgam.	P-EVp Cód. CLI/1-12 (N. ^o 3) P-VVsant RMi1	Bencatel, 1867
37	<i>Missa</i> com o título de <i>Santa Cecilia</i> , a 2 vozes e orgam ou instrumental.	P-EVp Cód. CLI/1-12 (N. ^o 2) P-VVsant RMi2	1869
38	<i>Missa</i> com o título de <i>Nossa Senhora do Paraíso</i> , a 2 ou 3 vozes e orgam ou instrumental pequeno.	P-EVp Cód. CLI/1-12 (N. ^o 4)	Bencatel, 1872
39	<i>Missa</i> com o título de <i>S. Pedro</i> , a 3 vozes e orgam.	P-EVp Cód. CLI/1-12 (N. ^o 1)	1876; estreia Vila Viçosa, Igreja Matriz, 29/6/1877

40	<i>Missa a 2 vozes solas, com o título de Santa Catharina.</i>	<i>P-EVp</i> Cód. CLI/1-12 (N.º 5) <i>P-VV B CXL</i> (versão a 3 vozes)	Bencatel, 1879. Para o Convento de S. Bento de Castres, Évora.
41	<i>Novena completa de nossa Senhora da Conceição</i> , a 4 vozes e orgam. (<i>Veni Sancte Spiritus</i> ; <i>Ladainha</i> [,] <i>Tota pulchra</i> , etc).	<i>P-VVsant RMa47</i>	1887
42	<i>Te Deum</i> a 4 vozes e orgam.	—	—
43	<i>Benedictus</i> <i>Psalmo</i> a 4 vozes e orgam	—	—
44	<i>Antiphona Alma Redemptoris</i> Idem.	—	—
45	<i>Lamentações</i> (3) para o convento de S. Bento d'Évora. Arias.	<i>P-EVp</i> Cód. CLI/1-5 (N.º 1 a 3) <i>P-VVsant RM8</i> (só lições 2 e 3)	Bencatel, entre 9 e 20/9/1880
46	<i>Psalmos da Hora da Nôa</i> em quinta-feira da Ascenção, a 3 vozes e orgam, para o mesmo convento.	<i>P-EVp</i> Cód. CLI/1-8 (N.º 3)	Bencatel, 13/3/1877; para o Convento de S. Bento de Castres, Évora
47	<i>Tantum ergo</i> , a 3 vozes para orgam e orchestra.	<i>P-EVp</i> Cód. CLI/1-17 (N.º 17) <i>P-VV B XXXI</i> (1) <i>P-VVsant RG9</i> (só 2 partes vocais)	11/4/1877; <i>P-EVp</i> (acomp. só de órgão); <i>P-VV</i> oferecido a Ignacio da Rosa Rebello, 1885 – partes instrumentais copiadas por Miguel João Trindade
48	Outro <i>Tantum ergo</i> , a 5 vozes e orgam.	<i>P-EVp</i> Cód. CLI/1-17 (N.º 16) <i>P-VVsant P46</i>	19/5/1884; para o Convento de S. Bento de Castres, Évora
49	<i>Manum suum</i> , motete a 3 vozes e orgam.	—	—
50	<i>Date ei</i> , dueto para orgam.	—	—
51	<i>Di[!]existi justitiam</i> , aria de barytono e orgam.	<i>P-VVsant RO48</i>	1885
52	<i>Veni electa</i> , aria de soprano e orgam.	—	—
53	<i>Justum deduxit Dominus</i> , dueto de soprano e orgam.	<i>P-VVsant RO49</i>	1880
[54]	<i>Matinas da Conceição</i> , a 4 vozes e orgam	<i>P-EVp</i> Cód. CLI/2-10 (N.º 21) (trecho) <i>P-VVcon</i> (sem cota) <i>P-VVsant RM16</i>	1871]
55	<i>Ecce Homo</i> , aria de soprano e orgam.	<i>P-EVp</i> Cód. CLI/2-10 (N.º 20)	Bencatel 17/7/1885
56	<i>Invitatorio para a Novena das Dores</i> , a 3 vozes e orgam.	—	—
57	<i>Veni Sancte Spiritus</i> , a 3 vozes e orgam.	—	—
58	<i>Gloria laus</i> , a 3 ou 4 vozes solas.	—	—
59	<i>Plorans</i> , a 4 vozes solas de homem	—	—

O P.^o Joaquim José da Rocha Espanca (1839-96) e a música

60	Outro <i>Plorans</i> , a 3, idem.	—	—
61	<i>Sciens Jesus</i> , a 3 vozes e orgam.	<i>P-VVsant RO21</i>	—
62	<i>Missa de Requiem</i> , a 3 vozes e orgam ou instrumental pequeno.	<i>P-VV B XXXI (4)</i> <i>P-VVsant RO7</i> (fragmento-esboço)	1874; algumas das partes em <i>P-VV</i> pertenciam a Miguel João Trindade
63	<i>Cinco absolvições de exequias solemnissimas</i> a 4 vozes e orgam.	—	—
64	<i>Ladainha Lauretana</i> , a 3 vozes e orgam ou instrumental.	—	—
65	<i>Sub tuum praesidium</i> , a 3 vozes, idem.	<i>P-VVsant RMa33</i> (só parte da voz de baixo)	—
66	<i>Miserere</i> , idem.	<i>P-VVsant RVS29</i>	1873; versão com instrumental 1875
67	<i>Hymno Fortem virili pectore, de fá-bordão.</i>	—	—
68	<i>Eripuit Dominus</i> , aria de soprano e orgam.	—	—
69	<i>Um terno de Ave-Marias</i> , a 3 vozes em língua vulgar e orgam.	—	—
70	<i>Ave Maria</i> , a 3 vozes e orgam em latim.	—	—
71	<i>Mandatum novum</i> , motete a [4] vozes solas, para o jantar dos presos.	—	—
72	<i>Hymno do Asylo Callipolense</i> , para vozes e instrumental.	—	—
73	<i>Uns psalmos dos Apostolos</i> para serem cantados nas Vespertas de S. Pedro.	<i>P-VVsant RV6</i>	25/6 a 7/7/1893
[Outras obras não incluídas no catálogo]			
[74]	<i>Hino nas vésperas de S. Pedro (Decora lux)</i>	<i>P-VVsant RO7</i>	2/11/1877
[75]	<i>Aria para a festa do Rio Jordão</i> para canto e órgão	<i>P-EVp Cód. CLI/2-10</i> (N. ^o 23)	Bencatel, 27/09/1879
[76]	<i>Dueto de tiples de S.^o António</i>	<i>P-EVp Cód. CLI/2-10</i> (N. ^o 9)	Bencatel, 6/4/1880
[77]	<i>Missa em Bfa a duas ou três vozes</i>	<i>P-EVp Cód. CLI/1-12</i> (N. ^o 5) <i>P-VV B CXL</i>	Bencatel, 1879; para o Convento de S. Bento de Castres, Évora
[78]	<i>Missa a duo</i>	<i>P-VVsant RMi25</i>	Sem data; rascunho
[79]	<i>Lição 3.^u [de Matinas de Sexta-feira Santa]</i>	<i>P-VVsant RO19</i>	Esboço autógrafo
[80]	<i>Solo de baixo na Festa de S. Pedro (Caro et sanguis)</i>	<i>P-VVsant RO23</i>	Atribuição do P. ^o José Nunes Sereno, sendo a partitura na mão deste



A ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL DO MÁRMORE DO ALENTEJO: PAISAGEM E MAQUINISMOS – O CASO DAS GRUAS DERRICK

Armando Quintas*

Carlos Filipe**

Palavras – Chave: Mármore, Alentejo, Indústria, Arqueologia, Gruas

1 – A modernização de uma actividade milenar

A exploração dos recursos das rochas ornamentais, nos quais se inclui o mármore, é uma actividade bastante antiga, que entre nós se começou a desenvolver manifestamente a partir do século I, com a romanização do território que hoje constitui Portugal.

A predominância desta actividade, têm-se concentrado num território de 30km de extensão por 12km de largura, abarcando essencialmente os concelhos de Borba, Estremoz, Sousel e Vila Viçosa, constituindo a nossa maior reserva de mármore de excelente qualidade, conhecida pela geologia como *Anticlinal de Estremoz* e mais popularmente por *Zona dos Mármore do Alentejo*.

Quanto à lavra do mármore em época romana, o mesmo é comprovado por vestígios vários, como aqueles encontrados à Vigária, Lagoa ou S. Marcos, sítios pertencentes ao concelho de Vila Viçosa, já mencionados no séc. XIX pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca [FILIPE:2016] e mais recentemente sistematizados por André Carneiro. [CARNEIRO:2014]

Para épocas posteriores, ainda que a falta de estudos nos impeçam um conhecimento aprofundado acerca das explorações que antecedem a segunda metade do século XVIII, a continuidade desta actividade é perceptível pela

* CIDEHUS – Universidade de Évora | CECHAP

** ISCTE-IUL | CECHAP | CLEPUL | CAUMAR – FLUL

Callipole – Revista de Cultura n.º 25 – 2018, pp. 273-291

aplicação deste material nas obras monumentais que foram tendo lugar desde a queda do império romano até aquele momento: catedrais, palácios, casas apalaçadas, edifícios públicos, etc. [FILIPE:2015a]

Contudo, por séculos, a exploração, transformação e aplicação do mármore, foi efectuada de forma completamente manual, à força de sangue e a modernização desta actividade só chega ao território português e alentejano nos finais do século XIX, num contexto de desenvolvimento industrial tardio.

Tal fenómeno deveu-se em grande medida às vicissitudes do processo de modernização nacional, que só começa a ser implementado a partir da segunda metade do século XIX, com o regime político da *Regeneração* (1852-1891) que configurava a modernização do país através de infraestruturas várias, como a rede de caminhos de ferro e o apetrechamento das nossas indústrias com novos métodos de produção. O enquadramento da actividade mineira dá-se com a *Lei de Minas* de 1852, procurando, nesse momento de penetração da economia capitalista, que os minerais desempenhassem um papel crucial na economia, exportando-os como forma de equilibrar a balança comercial, pela importação de máquinas e matérias-primas. [VILLAVERDE CABRAL:1979]

No entanto, esse incremento industrial, acaba por se reflectir essencialmente na exploração de minérios metálicos, com destaque para as minas alentejanas da zona portuguesa da faixa Piritosa Ibérica: S. Domingos, Aljustrel, Lousal, etc., todas elas no Distrito de Beja, de onde se vão extraír milhares de toneladas de pirite, numa primeira fase para a produção do cobre e posteriormente para a produção do enxofre. [GUIMARÃES:2006,151-162]

Já para a extracção de pedra, apesar de alguma modernização localizada, como o caso das lousas de Valongo, em geral e apesar da sua própria legislação (*Regulamento de Lavra de Pedreiras* de 1884) e de algum incremento como as obras de Lisboa, o sector não vai registar grande desenvolvimento, continuando um tipo de exploração, proveniente em grande medida do mundo romano. O Inquérito Industrial de 1890, regista esse mesmo arcaísmo, ao mesmo tempo que os seus relatores fazem sobressair as jazidas dos concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa, às quais auguram um bom futuro pela qualidade do seu mármore. [INQUÉRITO:1891].

Será precisamente pela sua qualidade e abundância, que decorridas poucas décadas vão afluir ao Anticlinal dos mármores, grandes sociedades exploradoras, com a finalidade de exportarem a sua produção e ao apostarem num intenso desenvolvimento tecnológico, acabam por constituir uma nova indústria que passará a ser referência a nível nacional e internacional. Desta forma, será pois, no decorrer do século XX, que a geografia dos Mármore Alentejanos, conhece uma evolução tecnológica ao serviço do sector extractivo e transformador.

O percurso da chegada dessas primeiras sociedades, realizou-se da seguinte forma: em 1918, uma primeira tentativa dá-se com a *Sociedade dos Mármore e Cerâmicas de Estremoz e Borba*, que introduz pela primeira vez na região, a tecnologia do fio helicoidal, mas cuja duração será efémera, encerrando por falta de rentabilidade em 1922. No ano seguinte, estabelece-se a *Sociedade dos Mármore de Portugal*, que tinha por sócio gerente, o Engenheiro de Minas

António Félix Ribeiro, com um capital social de 500 contos, e que começará desde muito cedo a fazer promoção externa do nosso mármore. Em 1927 a empresa *Mármore de Sousa Baptista*, vocacionada para a produção de artigos para habitação, cozinha e sanitários, utilizava entre outros o mármore. Por último, em 1928 surgem outras companhias espirituais, a *Sociedade dos Mármore de Vila Viçosa a Solubema – Sociedade Luso Belga de Mármore S.A.* [RIBEIRO: 1933; *Idem*:1934; PORTAS:1931; FILIPE:2015b; MATOS E QUINTAS:2015; QUINTAS:2014; *Idem*:2016].

O estímulo à inovação que vai ser aportado por estas sociedades, acaba por se materializar quer pela importação directa de maquinismos, quer pela imitação dos modelos estrangeiros, introduzindo neles melhorias para os adaptar às realidades de cada exploração.

De notar que, aquando da chegada dessas companhias industriais, a situação no primeiro quartel do século, ainda evidenciava na furação manual a barrena e marreta, o uso de macacos manuais de cremalheira e os macacos de fuso (tubo cilíndrico com cabeça cónica com parafuso interior cuja rotação, conseguida, manualmente, permitia o avanço do fuso). Já os guinchos manuais com rodas desmultiplicadoras, conhecidos por «mata homens» ou «crapauds», serviam para a deslocação de blocos em rampa sobre rolos de madeira impregnados de sabão ou gordura de animal. Por sua vez, os escombros da pedreira eram retirados por serventes de cabouqueiros, que levavam à cabeça cestos de verga, conhecidos como «cabanejos» e o transporte do mármore para longe das explorações era feito com recurso a carro de bois [MENDES: 1989].

O papel dos investidores belgas foi fundamental neste processo. A Solubema – Sociedade Luso Belga de Mármore S.A., constituída em 1928 e cujo sócio-gerente era o Engenheiro de Minas, Leopoldo Portas, resultou de um investimento misto cuja maioria dos capitais provinham daquele país, tendo surgido na sequência dos investimentos que a sociedade mãe: *Société Anonyme de Merbres – Sprimont* (em Merbres-le-Château, no distrito de Thuin, região da Valónia) vinha realizando um pouco pela Europa e norte de África, capitalizando a experiência adquirida pela sua longa permanência do sector, que já datava do século XVIII. [S.A. MERBRES – SPRIMONT: 1928]

Este processo de modernização, encetado em grande medida por esta sociedade, introduziu de nodo nas pedreiras o fio helicoidal, para separação das massas de mármore. Em simultâneo inicia-se o abando o uso da cunha de ferro utilizado na separação das massas de mármore. Este circula em suportes num sistema fechado e entrando pelos orifícios abertos, após passar pela arcia siliciosa e água, talha a pedra através da abrasão, permitindo grandes cortes verticais de 40 metros de comprimento por 14 metros de altura. Um sistema inventado em 1854, apresentado no ano seguinte na Exposição Universal de Paris, já em uso nos finais do século nas grandes pedreiras da família Wincqz, em Soignies, na Valónia e reintroduzido no Alentejo, pela Solubema [BAVAY:1994, 22-23; PORTAS:1931; QUINTAS:2015]. Outras realizações, foram: a adopção de perfuradoras a ar comprimido, que comercializadas pela firma americana Ingersoll a partir de 1877, serão instaladas nas pedreiras da região na década de 1930; a adopção do vapor pela mesma época com a importação de um tractor de origem

francesa e a instalação de vias férreas estreitas Deucauville, de rápida montagem e desmontagem, produzidas por aquela firma francesa a partir de 1870. [QUINTAS:2015; TURGAN:1878,32-43]

Sem sermos demasiado exaustivos, poderemos apontar ainda, outros mecanismos que foram surgindo durante esta primeira fase de arranque industrial:

a) a grua metálica instalada na estação ferroviária de Vila Viçosa a pedido da Sociedade dos Mármoreos de Portugal, teve como objectivo a deslocação de blocos para vagões de mercadorias (Fig.1);

b) a substituição dos macacos manuais pelos guinchos de manivela com desmultiplicadores de força e cabos de aço, para arraste dos blocos para fora da pedreiras – uma inovação dos anos 30, produzidas nas firmas metalomecânica da região, cópias de modelos já comercializados em décadas anteriores em França, por firmas como a *L. Claudon, Successeurs*, que instalada na localidade de La Ferté – Milon, região do Aisne equipava as explorações de Bonneuil – en – Valois e de Èmerville, ambas no Oise, que de si distanciavam apenas cerca de 20km a norte e nordeste;

c) a adopção de guinchos motorizados, que a partir da década de 1940 começam a substituir estes guinchos manuais. [QUIÑTAS:2015] e

d) uso de camiões Dumper, com capacidade de uma tonelada que vão começar a substituir progressivamente no transporte do mármore, quer os carros de bois, quer os tratores a vapor.



Fig. 1 – Grua existente na estação de Vila Viçosa [Arquivo CECHAP, 2015]

No que diz respeito aos guinchos motorizados, conhecidos como «craupaud», palavra francesa que significa sapo, presumimos tratar-se de uma imitação de outros modelos estrangeiros, aliás, uma genial adaptação às necessidades da exploração no Alentejo. Alguns dos nossos industriais afirmam que a sua proveniência é belga, mas poderá ter também influência francesa, tendo em conta a produção de maquinismos semelhantes naquele país no imediato pós primeira guerra mundial.

A este propósito destacamos o artigo da revista francesa *La Machine Moderne* (jornal mensal de actualidades mecânicas, dirigida a um público francófono com formação em engenharia), intitulado a Motoculture, que inserido no seu número de Dezembro de 1918, nos mostra a motorização das práticas agrícolas em França e nos Estados Unidos, referindo diversos modelos, alguns dos quais muito parecidos com o nosso *Crapaud*, mas nunca aludindo à sua aplicação a qualquer actividade industrial de extracção. São os casos dos modelos das firmas francesas Dion Bouton e Tourand – Latil. (Figuras 2 e 3). [QUINTAS E FILIPE:2015; LA MACHINE MODERNE:1918]

A estes modelos, podemos ainda destacar o caso do Treuil produzido na mesma época pela firma francesa *Compagnie des forges et aciéries de la marine et d'Homécourt*, estabelecida na região de Auvergne-Rhône-Alpes. (Fig. 4). Sobre o mesmo, poderemos verificar algumas semelhanças e o facto curioso dele ser direcionado para uma clientela tanto francófona, como anglo-saxónica, italiana e até lusófona, revelando de certa forma o seu raio de exportação, concluindo que estes modelos, tiveram grande influência na concepção do nosso *Crapaud*, que será produzido às centenas pelas firmas locais. (Fig. 5).

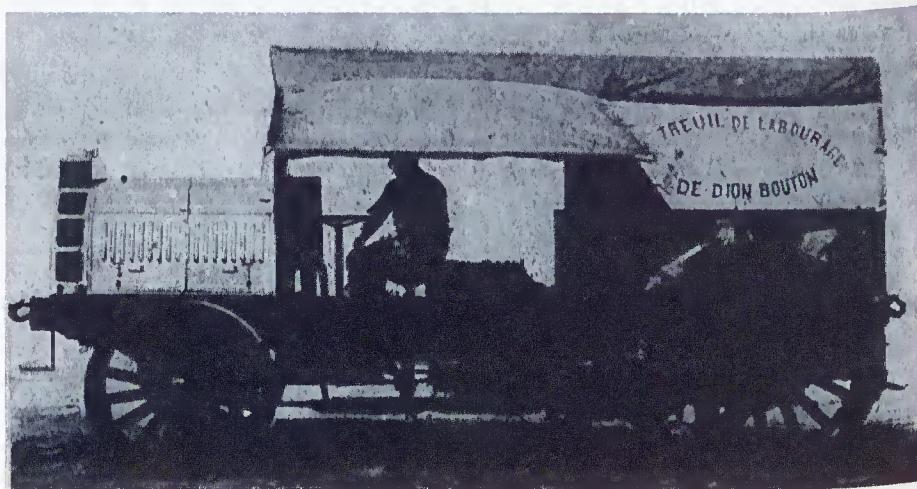
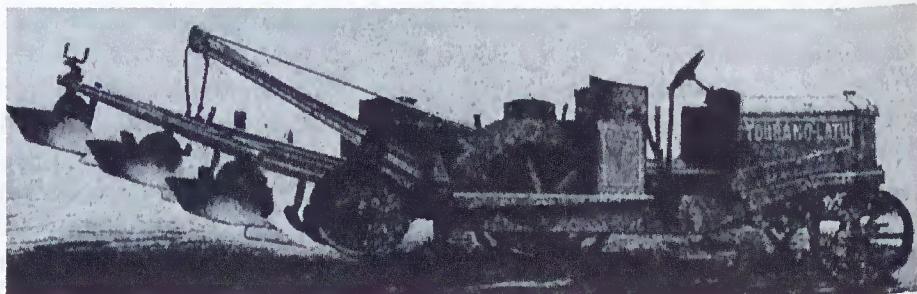


Fig. 2 e 3 – Em cima, modelo Dion Bouton, em baixo, modelo Tourand – Latil [La Machine Moderne, 1918]

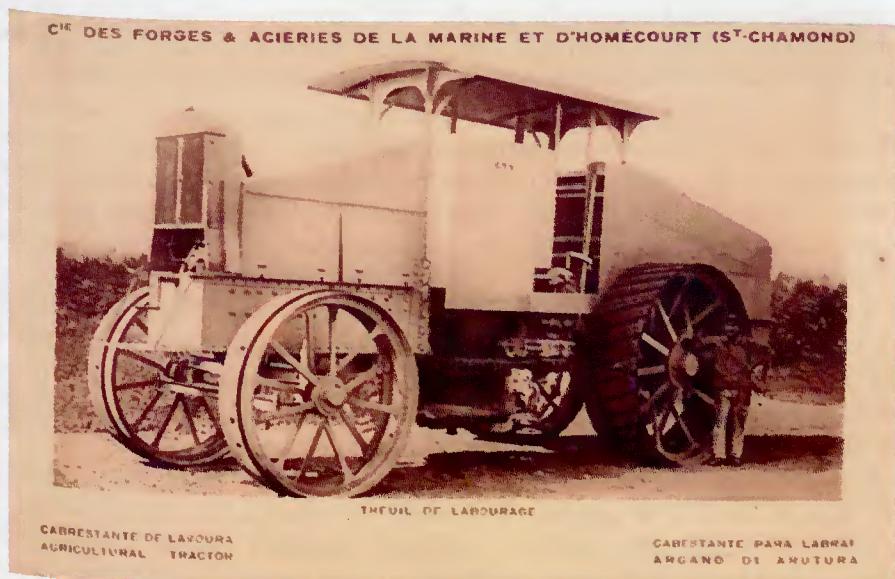


Fig. 4 e 5 – Em cima, modelo da Companhia de Forges & Aciéries, em baixo, modelo da firma Joaquim José Ramos (Arquivo CECHAP, 2015)

2 – Indústria do mármore, condicionantes à exploração e adopção de gruas de grande porte

Como pudemos observar no ponto anterior, a modernização da indústria dos mármores no Alentejo, assentou na adopção de novos métodos e mecanismos através de uma forte transferência de tecnologias provenientes do estrangeiro. As grandes sociedades exploradoras deram o pontapé de saída que acabou por ser aproveitado por outros sectores da economia regional, como foi o caso da indústria metalomecânica.

Neste ramo das construções metálicas destacaram-se quatro grandes firmas: João Trindade Pirra e Francisco José Ganco, na cidade de Estremoz e Joaquim José Ramos e Barradas e Filhos de Vila Viçosa. Eram empresas que nos seus inícios estavam vocacionadas para o sector agrícola, mas rapidamente passam a encontrar nos industriais do mármore os seus interessantes clientes, a partir do momento em que esta actividade ganha dimensão. Assim continuaram a fornecer esta indústria até bem dentro da década de 1980, quando chega a grande concorrência estrangeira.

Ora, todo esta modernização tecnológica levou a um incremento produtivo espectacular, tendo em conta a situação decadente em que se encontrava a exploração do mármore nos inícios do século XX.

De explorações intermitentes que produziam poucas dezenas de metros cúbicos e alcançavam 4 ou 5 metros de profundidade, passou-se para um modelo de produção intensiva que na década de 1930 já atingia milhares de toneladas, com pedreiras a chegarem a uma profundidade de várias dezenas de metros, o que acabou por se reflectir na paisagem circundante e na organização do território.

De tal forma foi exponencial este crescimento, que trinta anos depois, se colocaram novos desafios à indústria, nomeadamente à capacidade de extração do mármore, pelo facto da profundidade das pedreiras atingir já a meia centena de metros. Este problema técnico que está intimamente ligado à forma de gestão da propriedade fundiária, acabou por ser resolvido com a adopção de novos mecanismos.

A elevada rentabilidade foi atraindo cada vez mais investidores, que através da compra ou arrendamento de longa duração foram dando origem a um número cada vez maior de pedreiras em laboração. Estas explorações assentaram em propriedades agrícolas, numa zona de minifúndio de terras de azeite e vinho, ficando assim limitadas ao espaço administrativo de cada propriedade.

Passando a confinar por todos os lados com outras propriedades e explorações, a única forma de se aumentar a produção foi recorrendo ao aprofundamento da pedreira, o que não constituiu problema enquanto não se atingia cotas negativas bastante significativas, resolvendo-se por intermédio da extração por arrastamento com recurso aos guinchos manuais de manivela e posteriormente aos guinchos motorizados *Crapauds*.

Chegada a década de 1960, as pedreiras atingem a meia centena de metros de profundidade, impossibilitando o uso destes mecanismos, é então se que opta

pela extração por elevação, introduzindo-se na indústria dos mármores do Alentejo, as gruas de grande porte.

Estes mecanismos, conhecidos como gruas Derrick, constituíram um segundo momento de modernização industrial do sector e vão permitir a partir deste período, a construção da paisagem actual, que se caracteriza, por poços a céu aberto, com as suas escombreiras de inertes não absorvidos pelo mercado e as suas inúmeras torres metálicas. [QUINTAS:2015; FILIPE:2015]

O uso de mecanismos de elevação já provinha de tempos antigos, guindastes, cabrestantes e gruas, eram já mencionados por Vitrúvio, no seu tratado de arquitectura escrito no século I (Fig. 6). A passagem para o mundo medieval e moderno é também atestada por modelos como a Grua da cidade flamenga de Bruges, retratada por Simon Bening, pintor e miniaturista, na sua obra *Calendrier Flamand: Marché au vin à Bruges* (ca. 1530), que hoje se encontra na Biblioteca Estatal da Baviera, em Munique (Fig. 7). [MACIEL:2006; ALARCÃO:2005; QUINTAS: 2015].

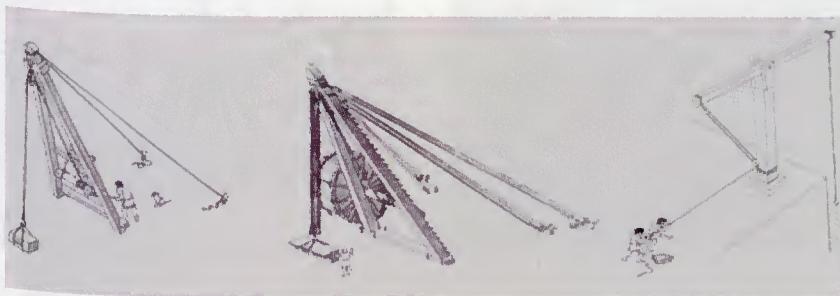


Fig. 6 – Cábrea simples, Cábrea com tambor e Carchesum
(ALARCÃO:2005, 191-193)

A partir de finais do século XVII poderemos também observar as sucessivas descrições das gruas que vão sendo feitas nos vários tratados de técnicas, ciências e mecânicas.

Em 1691, no seu *Dictionnaire mathematique, ou Idée generale des mathématiques*, o matemático francês Jacques Ozanam, refere: “Uma grande máquina que é usada em edifícios para levantar grandes cargas por meio de uma roda que os homens podem girar, puxando-a para fora ou caminhando sobre ela” (Fig. 8); no *Dictionnaire des arts et des sciences* de 1694 é descrita como: “Máquina com uma roda que se emprega para levantar as pedras para uma construção”.

Por sua vez as obras do século XVIII, como a *Cyclopaedia, or an Universal Dictionary of Arts and Sciences*, de 1728 e *L'Encyclopédie*, de Diderot e D'Alembert, no seu volume de 1769, referem, respectivamente que: “A grua moderna consiste em vários membros, ou peças, sendo o principal um mastro forte perpendicular, firmemente fixo ao chão e sustido por oito braços” e que

“A grua é uma máquina usada na construção de edifícios para levantar pedras e outros objectos pesados. A grua moderna consiste num forte mastro e diferentes membros interligados”.

[OZANAM:1691,524-525; CORNEILLE ET ALI:1694,510; CHAMBERS:1728,343; DIDEROT ET D'ALEMBERT:1769, 729]

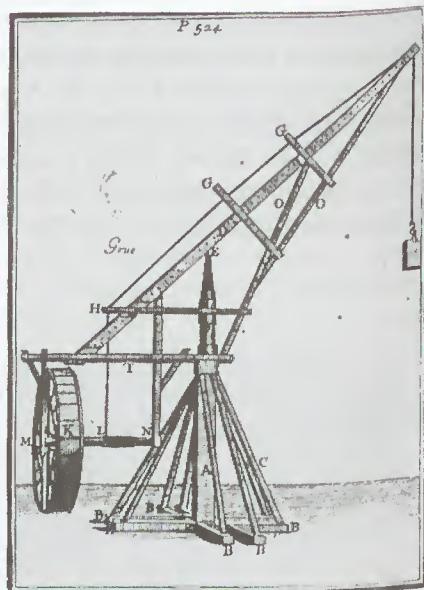


Fig. 7 e 8 – Grua de Bruges ca. 1530 e Grua de Ozanam, 1691

Já os séculos XIX e XX, vão configurar toda uma alteração e alargamento no uso destes mecanismos, que passam a ser empregues nas mais diversas actividades, destacando-se as cargas e descargas portuárias, os empreendimentos de obras públicas, os investimentos mineiros e por extensão a indústria de extração da pedra. Estas novas gruas aumentaram no tamanho e na resistência estrutural pela sua construção em ferro e aço, sendo muitas delas, progressivamente equipadas com motores a vapor, diesel e electricidade.

Para se ter uma ideia da diversidade de mecanismos de elevação que foram surgindo no mercado, observe-se o artigo intitulado “Tipos de Grua” inserido no número de Agosto de 1883, da revista americana *The Manufacteur and Builder*, publicação prática para divulgação do progresso industrial.

Nele se faz uma síntese da comunicação realizada pelo engenheiro Henry R. Towne, no encontro da Sociedade Americana de Engenheiros Mecânicos, realizada em Cleverland, onde se distinguem os diferentes tipos de máquinas de elevação e que pode ser consultado na integra no documento em anexo.

Towne distingue guindastes, de gruas e classifica estas pelo modo de transferir as cargas horizontalmente, dividindo-as segundo o movimento rotativo e

rectilíneo, fixas e móveis quanto ao seu funcionamento e ainda a sua força motriz, desde a manual ao uso do vapor.

De entre modelos referidos, destacamos as gruas articuladas (Swing Cranes), gruas locomotivas (Locomotive Cranes), pórticos (Gantries) e gruas derrick (Derrick Cranes).

Estas últimas, são de um modelo que nos é familiar, pela sua abundância no actual território dos mármores do Alentejo, que é classificada como: “uma grua rotativa de balancé, cuja extremidade superior ou pivô do mastro é mantido em posição por hastes ou estriás em vez de ser fixo ao topo.” [THE MANUFACTEUR: 1883,186]

Conhece-se o seu uso nas pedreiras de mármore de Vermont nos Estados Unidos para finais do séc. XIX (Fig. 9) bem como a existência de um outro maquinismo de 8 toneladas que ainda se encontra na marina de Lisboa, junto à Torre de Belém, um modelo de origem francesa, saído das instalações da *Société des Engines de Levage et de Manutention Électro-Mécaniques*, de Paris, em data incerta. (Fig. 10) [DAY ALLEN:1904, 309]



Fig. 9 – Gruas Derrick nas pedreiras de Vermont, em finais do século XIX

No que diz respeito à introdução das gruas Derrick nas pedreiras de mármore do Alentejo, tudo aponta para a década de 1960. Luís Lopes e Manuel Brito da Luz, referem que a primeira grua Derrick, na ordem das 20 a 30 toneladas foi instalada na pedreira da Cruz dos Meninos em Estremoz. Por seu lado, José Pousadas Pereira, antigo sócio gerente da firma João Trindade Pirra naquela localidade, além de confirmar o período em questão, acrescenta que esses pri-



Fig. 10 – Grua Derrick na Marina de Lisboa (Arquivo CECHAP, 2016)

meiros Derricks tiveram origem em gruas desmanteladas do antigo estaleiro de obras da “Ponte Salazar” actual ponte 25 de Abril. Terão sido equipamentos trazidos para Portugal pela empresa construtora, a americana *United States Steel Export Company* que depois os vendeu para sucata logo que terminado o trabalho da ponte. Adquiridos pela empresa metalomecânica de Estremoz, que os adaptou para a exploração das pedreiras do Anticlinal.

As gruas Derrick podem ser caracterizadas como dispositivos fixos, de elevação, constituídos por um grande mastro ou torre, que pode girar, e que não se inclinam. Na base está articulada uma lança suportada por cabos na sua extremidade que a conectam à ponta superior da torre, permitindo que se possa elevar ou baixar as cargas. Como forma de suportar a estrutura, estas gruas são munidas de dois ou mais braços laterais fixados ao solo. São modelos com capacidade de elevação na ordem das vinte toneladas ou superiores.

Começaram por ter motores externos, no mínimo de dois, para elevação e giratória, inicialmente a gasóleo e posteriormente a electricidade, já acoplados. Numa outra versão mais ligeira, no lugar dos braços, a máquina é suportada por várias espias, que distribuem entre elas o peso da estrutura. Foram também mecanismos, que sendo muito divulgados, passaram a ser construídos pelas referidas empresas metalomecânicas da região. [LOPES:2015; BRITO DA LUZ: 2005; QUINTAS:2015].

A presença em massa deste tipo de equipamentos visou responder a uma necessidade muito própria do território, constituindo-se assim, uma especificidade

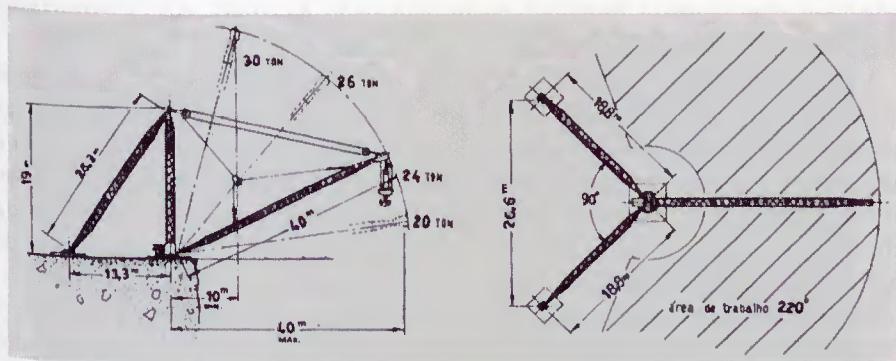


Fig. 11 – Esquema de funcionamento de Derrick modelo Pirra de 20 toneladas (QUINTAS, 2015)

não só ao nível nacional como internacional. Não haverá muitas paisagens da exploração do mármore com esta abundância de gruas tipo Derrick, até porque outros modelos de exploração com outra tipologia de terreno as dispensam. Em França de onde vieram alguns modelos, ela não existe, da Bélgica de onde chegaram grandes investidores tão pouco, pois o tipo de grua ali presente é um misto de grua e ponte rolante, dado que os empresários valões dispuseram as suas pedreiras de outra forma, de modo a obter rentabilidade de extração por meio desses mecanismos bem como do uso de vias Deucauville com tração de guinchos desmultiplicadores alimentados a vapor. Os grandes ateliers metalúrgicos produziram variadas gruas, mas vocacionadas para o transporte e não para a extração directa, daí que os modelos sejam completamente diferentes. Por último a industria extractiva instalada em geografia acidentada ou de encosta também as dispensaram. [BAVAY:1979].

3 – Da arqueologia industrial do mármore, à história e memória do Alentejo.

A arqueologia industrial, constitui hoje um sólido campo de estudo das transformações técnicas, dos materiais, das tecnologias, etc., da industrialização, podendo mesmo, abranger todas as manifestações sejam elas materiais e imateriais emanadas do período industrial.

Muito se tem escrito sobre esta temática, pelo que não vale a pena, descrever toda a sua evolução cronológica, referindo apenas que Portugal foi de certa forma pioneiro, quando ainda no período Oitocentista Sousa Viterbo, sentindo a força da novidade do vapor, apelou, no seu artigo, Archeologia Industrial, Os Moinhos, para o estudo dos antigos engenhos que estavam então a desaparecer. Conhecemos também aquelas séries de pequenas monografias sobre o estado da indústria e seu estudo em Inglaterra, que a partir da década de 1950, autores como Kennet Hudson vão então publicar ou ainda todo o manancial de informação e metodologia desenvolvido por José Amado Mendes, Ana Cardoso de Matos,

Jorge Custódio, entre outros, apenas para referir os maiores especialistas que nesta área tem vindo a trabalhar desde a década de 1980. [VITERBO:1896; HUDSON:1966; MATOS:2000].

A sua importância reside no facto de a Arqueologia Industrial, ser uma forma, um método de estudo do mundo industrial, das suas marcas, do seu vestígio, do seu património. Estes vestígios são também elementos de cultura e civilização a par e ao mesmo nível de importância de outros testemunhos, como igrejas, palácios ou castelos, estando mesmo considerado na actual Lei do Património Cultural n.º 107/2001 de 8 de Setembro, reforçado pela Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial, produzido pelo TICCIH em 2003.

Se reflectirmos na importância de se estudar o património industrial do Alentejo, compreendemos a mais-valia que possuímos pela existência da indústria dos mármoreos e de todas as alterações por ela provocada, boas e más práticas incluídas, que acabam por ser factores diferenciadores em relação a outros territórios.

No entanto para que tal seja viável e possível, é necessário que o estudo da arqueologia industrial e do seu património seja efectivo, para isso é imprescindível, realizar trabalho de campo, registar, inventariar, estudar, divulgar, preservar. Procurar eventualmente dar outras funções aos vestígios industriais, tarefas tais que apenas podem ser realizadas por especialistas formados neste domínio, com trabalho produzido através de reflexões profundas, descartando aqui qualquer idealismo ou vontade de fazer algo que possuindo contornos amadores se fique pela rama.

Neste aspecto pode-se observar o caminho que o Centro de Estudos CECHAP tem percorrido, pois desde 2012, vem abordando esta temática, com uma forte componente de investigação e divulgação, que em 2015 obteve resultados através do projecto PHIM – Património e História da Indústria dos Mármoreos.

Decorrente de tal projecto foi reunida a informação numa base de dados e disponibilizada no portal da web: História da Indústria dos Mármoreos. Este projecto oferece também um roteiro de visitas, como sugestão de pontos relacionados com a paisagem industrial dos Mármoreos encontra-se disponível para uso de smartphone.

Foi ainda possível a publicação de uma obra com artigos exploratórios aprofundamento de diversas temáticas e com vista a uma futura monografia sobre este sector. O livro *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1852-1986)*, encontra-se disponível em suporte de papel e na web em versão bilingue.



Fig. 12 – Várias gruas (Derrick). Vila Viçosa, Pedreiras de S. Marcos.
(Arquivo CECHAP – 2016.)

Estes estudos também se podem revestir de uma importância crucial para a própria indústria, ao redescobrir antigos mercados de exportação que foram encerrados por qualquer motivo e que hoje podem estar de novo apetecíveis, necessitando para tal, de uma nova abordagem apelando para a memória e a história que se foi construindo. Também ao nível da conservação e restauro, de elementos marmóreos, o desenvolvimento de novos estudos no âmbito da história, poderá vir a ter uma relação com os mármore extraídos de pedreiras exploradas noutros séculos.

Noutros continentes onde se aplicou o mármore do Anticinal e que agora se exija nova utilização com as mesmas características físicas e mecânicas, poderá levar à aquisição de matéria-prima em pedreiras já exploradas em séculos anteriores, logo após esse conhecimento estar sistematizado. A isto podemos também interagir com marketing no desenvolvimento de novos produtos de uma forma mais apelativa aos habituais.

Bibliografia e fontes

Alarcão, Jorge de (2005). *Introdução ao estudo da Tecnologia Romana*, Cadernos de arqueologia e Arte, n.º 7, Universidade de Coimbra.

Bavay, G. (1994). *La «Grande Carrière» P.-J. Wincqz à Soignies*, G. Bavay, Carnets du Patrimoine n.º 3, Ministère de la Région Wallonne – Direction Général de l'aménagement du Territoire et du Logement, Division de Monuments, Sites et Fouilles

Bavay, G. (1979). *Historique des Carrières de Soignies: des origines à 1990*, Ath, Études et Documents du Cercle Archéologique, T. I, p. 155-196.

Brito da Luz, L., M. (2005). *Análise Crítica ao Modelo de Desenvolvimento do sector das Pedras Naturais: O caso dos mármores no triângulo Estremoz-Borba, Vila Viçosa, 1980-2003*, Dissertação de Mestrado em Economia e Estudos Europeus, UTL-ISEG.

Carneiro, André (2014). “Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa” in *Callipole, Revista de Cultura*, n.º 21, p. 199-220.

Chambers, Ephraim (1728). *Cyclopaedia, or an Universal Dictionary of Arts and Sciences*, London, Vol. I.

Corneille, Thomas; Mariette, Jean; Corneille, Jean-Baptiste (1694). *Le dictionnaire des arts et des sciences*, Paris, Chez la veuve de Jean-Baptist Coignard, Vol. I.

Diderot, Denis; D'Alembert, Jean (1769). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, Paris, T. XVI.

Filipe, Carlos (coord.) (2016). *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa. Composto pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca*. Colecção Callipoartes, n.º 1, Edição do CECHAP – Centro de Estudos, Vila Viçosa.

Filipe, Carlos. (2015a). *O património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: encadramento, financiamento e construção*. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, especialidade em Cidades e Património. ISCTE-IUL, Lisboa.

Filipe, Carlos. (2015b). “Um crescimento pontuado por crises: a indústria e os industriais do mármore no século XX”, *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1850-1986)*, (Coord. Daniel Alves). CECHAP, Vila Viçosa, p. 57-93.

Guimarães, Paulo. (2006). *Elites e Indústria no Alentejo (1880-1960)*. Lisboa, Edições Colibri.

Hudson, Kennet. (1966). *Industrial archaeology: an introduction*, 2nd ed., Jonh Baker.

Inquérito Industrial de 1890 (1891). Lisboa: Imprensa Nacional, Vol. 1 – Indústrias extractivas: minas e pedreiras.

La Machine Moderne (1918). N.º 104, Décembre 1918, Paris, p. 358-378.

Lopes, Luís (2015). “As pedreiras de mármore ao longo dos tempos”, in *Callipole, Revista de Cultura*, n.º 22, Vila Viçosa, p. 83-100

Maciel, Justino M. [Trad. E Adap.] (2006). *Vitrúvio – Tratado de Arquitectura*, IST Press.

Matos, Ana Cardoso de; Santos, Maria Luísa (2000). “A interdisciplinaridade em Arqueologia Industrial”, Separata das *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular: Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*, Vol. VIII, Porto, ADECAP.

Matos, Ana Cardoso de; Quintas, Armando (2015). “A exploração dos mármores: da alteração da paisagem ao património industrial”, *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1850-1986)*. (Coord. Daniel Alves). Cechap, Vila Viçosa, p. 161-176.

A arqueologia industrial do mármore do Alentejo: paisagem e maquinismos...

Mendes, J. Brito (1989). “Nível Tecnológico da Indústria Extractiva de Rochas Ornamentais (I)”. In *A Pedra*, n.º 33, Lisboa, 1989, p. 31-37.

Ozanam, Jacques (1691). *Dictionnaire mathematique, ou Idée generale des mathematiques. Dans lequel l'on trouve, outre les termes de cette science, plusieurs termes des arts & des autres sciences*, Paris, Chez Estienne Michallet, imprimeur du Roy.

Portas, Leopoldo. (1931). “Os mármore de Vila Viçosa” *Álbum Alentejano*, T. II – Distrito de Évora. Lisboa: Imprensa Beleza, p. 481-482.

Quintas, Armando (2014). “A Fabrica e a Sociedade Sofal de Vila Viçosa – o processo de constituição e seus intervenientes” in *Callipole, Revista de Cultura* n.º 21, p. 221-245

Quintas, Armando (2015). “Técnicas e tecnologias ligadas ao mármore: uma viagem pela história”, in *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1850-1986)*. (Coord. Daniel Alves). Cechap, Vila Viçosa, p. 161-176.

Quintas, Armando (2016). “As grandes empresas portuguesas e estrangeiras na exploração do Mármore do Anticinal de Estremoz no século XX”. In Susana Rocha Relvas, Rikki Morgan-Tamosunas e Maria Gómez Bedoya (eds.), *Iberian Interconnections – Conference Proceedings*, 2016, Porto, Universidade Católica, p. 199-210.

Quintas, Armando; Filipe, Carlos (2015). Entrevistas realizadas em Fevereiro de 2015, a Firmino Barradas gerente da Firma António Barradas e Irmão, de Vila Viçosa e a José Pousadas Pereira, gerente da Firma Pirra Máquinas e Ferramentas, de Estremoz. Arquivo CECHAP.

Ribeiro, Félix. (1933). *Os mármore do Alentejo e a legislação em vigor – tese apresentada ao congresso Alentejano*. Lisboa: Oficinas Fernandes.

Idem. (1934). *A indústria dos Mármore*, Tese apresentada ao I Congresso da União Nacional. Lisboa: Oficinas Fernandes.

Société Anonyme Merbes – Sprimont. (1928) Bruxelles, J. Rozez.

The Manufacturer and Builder (1883). Vol. 15, Issue 8 (August 1883), New York: Estern And Company.

Turgan, Julien François (1878). *Les grandes usines de la France, Études Industrielles en France et à l'étranger*, vol.XI, Paris, Calmann Lévy – Librairie Éditeur

Villaverde Cabral, Manuel (1979). *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo.

Viterbo, Sousa (1896) “Archeologia Industrial Portuguesa – Os Moinhos” in *O Archeólogo Português*, Vol. II, n.º 8,9, Lisboa, p. 193-204.

Willey, Day Allen (1904). “The Carrara of America” in *Scientific American*, Vol. XCI, n.º 1º, Nov. 5, p. 309-318.

Anexo:

Types of Cranes (Tipos de Gruas)
The Manufacturer and Builder (1883)

“Um guindaste é uma máquina para levantar e baixar pesos, uma grua é um guindaste que possui também a capacidade de mover carga na lateral e na horizontal. Todas as gruas possuem o mecanismo de guindaste e adicionalmente devem ser capazes de se moverem numa ou mais direcções horizontais. Esta segunda função é efectuada em certos tipos de grua pelo simples puxar da carga, outros, por operação com recurso a um mecanismo distinto.

As gruas são classificadas tendo por referência o modo de transferir as suas cargas horizontalmente, podendo ser divididas nos seguintes grupos:

1) – Rotativo – No qual a carga gira em torno de um centro fixo, como um mastro ou uma coluna;

29 – Retilíneo – No qual a carga é movida em linhas rectas, numa ou mais direcções.

Ambos os tipos são ainda subdivididos em duas grandes categorias quanto aos seus movimentos:

A) – Fixos – Quando os seus membros de suporte estão fixos numa localização permanente;

B) – Móveis – Quando uma grua num todo pode ser movimentada;

São ainda subdivididos em 4 outras grandes categorias, quanto à sua forma motriz:

A) – Manual – Quando os movimentos são efectuados por forma manual;

B) – Motorizados – Quando os movimentos são efectuados por energia derivada de um motor estacionário ou fixo.

C) – Vapor – Quando a energia motriz deriva de um motor a vapor acoplado directamente à grua, movendo-se com ela.

D) – Hidráulico – Quando a energia consiste na pressão hidráulica obtida por bomba ou acumulador, sendo conduzida às gruas por meio de tubagens.

Uma outra distinção é ainda feita pelo termo “locomotiva” que é aplicada às gruas (normalmente do tipo rotativo) a qual é capaz de se mover por si mesma através de estrada ou trilho.

As gruas rotativas compreendem os seguintes tipos:

1) *Swing Cranes* – Grua Articulada – O mastro central é articulado no chão e ao topo do edifício, sendo a carga suspensa num bloco fixo na outra extremidade do braço projectado horizontalmente a partir do mastro. O único movimento é a rotação horizontal.

2) *Jib Cranes* – Grua de Balancé – O mastro central é articulado do chão ao topo do edifício e a carga suspensa a partir de uma armação que sobe e desce de um braço projectado lateralmente a partir do mastro.

3) *Column Cranes* – Grua de Coluna – Uma grua de balancé que gira em torno do mastro central.

4) *Pillar Cranes* – Grua de Pilar – Uma coluna central ou pilar é inteiramente suportado por uma forte fundação construída na sua base e a carga é suspensa num braço saído a partir da coluna e girando em seu torno.

5) *Derrick Cranes* – Gruas Derrick – Uma grua de Balancé, usada para jardas (unidade de medida americana) cuja extremidade superior ou pivô do mastro é mantido em posição por hastes ou estriais em vez de ser fixo ao topo.

6) *Walking Cranes* – Gruas de Marcha – Um pilar ou grua de balancé, montada em rodas, preparada através de motor ou força manual para circular por um ou mais rails.

7) *Locomotive Cranes* – Gruas Locomotivas – Grua de pilar montada em rodas e provida de um motor a vapor ou caldeira, que lhe providencia energia para funcionamento e deslocação.

Gruas Rectilíneas compreendem os seguintes tipos:

1) *Bridge Cranes* – Gruas de Ponte – Uma ponte fixa de vãos e abertura, cuja carga é suspensa a partir de um dispositivo capaz de se mover através da ponte.

2) *Tram Cranes* – Grua de Tracção Eléctrica – Um veículo ou ponte curta, a partir do qual a carga é suspensa, concebido para se deslocar longitudinalmente sobre um par de rails suspensos, mas sem capacidade de movimento transversal.

3) *Travelling Cranes* – Gruas Rolantes – Um espaço rectangular é providenciado com trilhos suspensos em duas direcções opostas, dividido por uma ponte que circula longitudinalmente sobre esses trilhos, a carga é suspensa a partir de um dispositivo, podendo ser encaminhada para qualquer parte do espaço abrangido pelo mecanismo.

4) *Gantries* – Pórtico – Uma ponte aérea suportada em cada extremidade por um quadro ou cavalete estendendo-se para baixo e tendo rodas na sua base para se deslocar longitudinalmente sobre rais, de forma que a carga se possa elevar e deslocar em conjunto com a ponte.

5) *Rotary Bridge Cranes* – Gruas Giratórias – Combinando o movimento rotativo com o movimento rectilíneo e consistindo numa ponte, tendo uma extremidade articulada para um porto ou poste e outra movendo-se e posta a circular acima do solo ou suportada por um pórtico”.

RECONHECIMENTO DO MÁRMORE DE ESTREMOZ¹ COMO PEDRA PATRIMÓNIO MUNDIAL

Luís Lopes*

Ruben Martins**

Resumo

A designação de Pedra Patrimônio Mundial (em inglês: GHSR – Global Heritage Stone Resource) visa o reconhecimento internacional das pedras naturais que enquanto recurso geológico alcançaram uma utilização generalizada na cultura humana. Os detalhes desta proposta foram apresentados publicamente pela primeira vez no 33.º Congresso Geológico Internacional, em Oslo, em agosto de 2008. Na mesma conferência, sob os auspícios da “Comissão C-10 Pedras de Construção e Rochas Ornamentais” da Associação Internacional de Geologia de Engenharia e Meio Ambiente (IAEG), decidiu-se avançar com a proposta do GHSR. Nos anos seguintes estabeleceu-se uma rede internacional alargada de investigadores que se dedicam ao estudo das pedras aplicadas em monumentos e edifícios históricos. Desde a Conferência de Oslo, a designação também ganhou apoio da União

Universidade de Évora, Escola de Ciências e Tecnologia, Departamento de Geociências, Rua Romão Ramalho, 59. Apartado 94. 7002 554 Évora. Instituto de Ciências da Terra (ICT), FCT, Portugal. *lopes@uevora.pt **rubenvm@uevora.pt

¹ Esta designação não se refere exclusivamente aos mármores explorados no concelho de Estremoz mas a todas as variedades que, pelo menos desde o Período Romano, são exploradas na estrutura geológica regional conhecida como “anticlinal de Estremoz”. Esta já aparece individualizada na Carta Geológica de Portugal de 1899 (<http://purl.pt/1912/3/>) e estende-se, por mais de 40 quilómetros, desde Sousel ao Alandroal. Por razões essencialmente históricas, o nome encontra-se universalmente consagrado, tanto na bibliografia geológica como no comércio internacional de rochas ornamentais, pelo que se deve continuar a utilizar para melhor consagração dos mármores explorados no nordeste alentejano. No ponto 2 deste trabalho referem-se mais alguns critérios para esta designação.

Internacional de Ciências Geológicas e mais tarde através do Projeto IGCP-637 (IUGS – UNESCO) veio o reconhecimento internacional da UNESCO para as pedras que têm desempenhado um papel importante na cultura humana.

Ora, o “Mármore de Estremoz” tudo tem para se enquadrar nesta proposta. Assim, em 2013, no Simpósio “Earth, Resources and Energy” do Congresso anual da “European Geological Sciences”, realizado em Viena de Áustria, submetemos uma apresentação que resultaria na publicação de um artigo no número especial 407 da Sociedade Geológica de Londres (The ‘Global Heritage Stone Resource’ designation: past, present and future). Nela se visa a candidatura dos mármores de Estremoz ao reconhecimento internacional GHSR. A proposta foi muito bem recebida e, finalmente em janeiro de 2018 na reunião do Comité Executivo da IUGS, realizada em Potsdam, o mesmo decidiu aprovar o “Mármore de Estremoz” como GHSR.

No presente trabalho apresentamos os critérios que qualquer pedra candidata a este reconhecimento deve obedecer para se sujeitar ao processo de candidatura, neste caso aplicado aos mármores do anticlinal de Estremoz.

Palavras-Chaves: Mármore de Estremoz; Património; Pedra Património Mundial

Abstract

The designation of Global Heritage Stone Resource (GHSR) aims at the international recognition of resource stones that has reached a widespread use in human culture. In the same conference, under the auspices of the “C-10 Construction Stones and Ornamental Stones Commission” of the International Association of Geology Engineering and Environment (IAEG), it was decided to propose the GHSR. In the years, a wide international network of researchers dedicated to the study of applied stones in monuments and historic buildings was set up. Since Oslo Conference, the designation has also gained support from the International Union of Geological Sciences and later through the IGCP-637 Project (IUGS – UNESCO) has become internationally recognized by UNESCO.

In fact, the “Estremoz Marble” has everything to fit this proposal. Thus, in 2013, in the “Earth, Resources and Energy” Symposium of the annual Congress of “European Geological Sciences” held in Vienna in Austria, we submitted a presentation that would result in the publication of an article in the special issue 407 of the Geological Society of London (The ‘Global Heritage Stone Resource’ designation: past, present and future). It is aimed at the application of the marble of Estremoz to international recognition GHSR. The proposal was very well received and the recognition became effective during the closed meeting of the IUGS Executive Committee, in Potsdam in January 2018, who decided to approve the proposal of Estremoz Marble as GHSR.

In this paper, we present the criteria that any candidate stone for this recognition must obey to submit to the application process, in this case applied to the Estremoz anticline marbles.

Key words: *Estremoz Marbles, Heritage; Global Heritage Stone Resource*

Candidatura do mármore de Estremoz como Pedra Património Mundial

No momento em que escrevemos estas linhas, a lista interina de pedras que pretendem ver reconhecida a sua candidatura a GSHR contem 89 designações de 26 países. Embora existam mais rochas que podem ser consideradas, até agora Portugal só apresentou duas; o Mármore de Estremoz e o Granito do Porto. O Lioz da região de Lisboa – Sintra ou a Brecha da Arrábida, por exemplo, em breve apresentarão a sua candidatura. A candidatura a GSHR implica que sejam atendidos requisitos que iremos apresentar, para o caso dos marmores do anti-clinal de Estremoz.

1. Nome Formal: Mármore de Estremoz (Estremoz Marble).

2. Origem do nome: a exploração de marmores no Alto Alentejo remonta ao Período Romano e desde essa data que a povoação mais importante na região é a cidade de Estremoz. Por outro lado, até aos anos 70 do Séc. XX, com a exceção da “Sociedade Luso-Belga de Marmores do Alentejo” na Herdade da Viegaria, Vila Viçosa, era no Concelho de Estremoz que se localizavam a maioria das pedreiras de maiores dimensões. A situação entretanto alterou-se, hoje é no Concelho de Vila Viçosa que se encontram pedreiras em maior número e de maiores dimensões. Porém, o nome ancestralmente utilizado é uma marca mundialmente reconhecida, devendo continuar a ser utilizada para melhor identificação do mármore alentejano.

3. Nome estratigráfico (ou geológico): os Marmores de Estremoz fazem parte do “Complexo Vulcano-Sedimentar-Carbonatado de Estremoz”, profusamente referido na bibliografia da especialidade. Este complexo inclui-se no Sector de Estremoz – Barrancos da Zona de Ossa – Morena, parte da Orogenia Varisca (ou Hercínica) Europeia.

4. Designações comerciais: as condicionantes geológicas que presidiram à formação dos marmores originaram uma grande variedade de cores e texturas que são comercializadas com os seguintes nomes principais: Azul, Branco, Branco com Vergadas, Branco Estatuária, Cor de Mel = Pata de Gato, Creme, Creme Rosado, Creme Venado, Marinela, Pele de Tigre, Rosa, Rosa Aurora, Rosa com Venado Esverdeado, Rosa Venado, Ruivina.

5. Outros nomes: às variedades referidas no ponto anterior há ainda a acrescentar subtipos que são ligeiramente distintos quer pela tonalidade quer pela dimensão do grão e/ou presença de minerais acessórios como quartzo, moscovite, fuchsite, biotite, sericite e anfíbolas, entre outros. Enumeram-se os mais importantes: Azul Lagoa, Branco Anilado, Branco Corrente, Branco de Cabanas, Branco do Olival Grande, Branco Levemente Venado, Branco Rosado, Branco Venado da Cruz dos Meninos, Branco Venado da Fonte da Moura, Branco Venado da Lagoa, Branco Venado do Poço Bravo, Creme do Mouro, Creme Rosado da Fonte da Moura, Creme Venado da Lagoa, Rosa Claro, Rosa de

Rosal, Rosa Puro, Rosa Venado da Lagoa, Rosa Venado da Maroteira, Rosa Venado de Cinzento, Rosa Venado de Cinzento e Acastanhado, Rosa Venado de S. Marcos, Rosa Venado do Olival da Encostinha, Rosa Venado do Poço Bravo, Ruivina da Lagoa, Ruivina de Fonte da Moura, Ruivina Escuro.

6. Uso inapropriado de nomes: de modo geral o termo “mármore” é aplicado indistintamente a todas as rochas ornamentais carbonatadas e ainda mais abusivamente a toda e qualquer pedra ornamental (ou seja a calcário, xistos, granitos, etc.). Incorretamente utilizado, o termo induz o utilizador final em erro, uma vez que raramente os materiais atrás referidos têm as qualidades reconhecida dos mármores. Na verdade, “mármore” é uma pedra de reconhecida exceléncia desde a Antiguidade Clássica e ao mesmo tempo sinónimo de “pedra branca” ou pedra de qualidade com capacidade de adquirir brilho quando polida. Geologicamente, “mármore” designa uma rocha metamórfica de natureza carbonatada, holocristalina e resultante da recristalização de uma rocha pré-existente, sedimentar ou metamórfica e em casos muito excepcionais, ígnea. As transformações ocorrem no estado sólido e levam a um rearranjo estrutural, textural, mineralógico e composicional (metamorfismo). Estas transformações são induzidas pelo incremento de pressão e temperatura a que os materiais originais irão sendo sujeitos em dois ambientes geológicos distintos. Quando estas alterações são provocadas pela intrusão de um corpo ígneo fala-se em metamorfismo de contacto, o agente principal é a temperatura e as rochas pré-existentes só são metamorfizadas na sua vizinhança. Esta transformação depende da dimensão do corpo intrusivo e raramente ultrapassa algumas dezenas de metros de distância ao contacto. A alternativa corresponde ao metamorfismo regional onde grandes massas de rochas carbonatadas, inicialmente à superfície e por força dos movimentos tectónicos, são transportadas para alguns quilómetros profundidades e a centenas de graus celsius, sem contudo, atingirem o seu ponto de fusão. No caso do Anticinal de Estremoz ocorrem três tipos de mármores. Uma sequência inferior em que o mineral predominante é a dolomite (carbonato de cálcio e magnésio) que corresponde à Formação Dolomítica, regionalmente conhecida por “pedra cascalva” e destituída de interesse como rocha ornamental. Estratigraficamente por cima ocorre uma sequência em que o mineral predominante é a calcite (carbonato de cálcio), corresponde a um Complexo Vulcano-Sedimentar-Carbonatado (CVSCE) onde há intercalação entre níveis vulcânicos (piroclastos e escoadas), rochas detriticas (siltitos e argilitos) e níveis carbonatados. Todas as pedreiras em actividade estão localizadas nesta sequência e nos locais onde predomina a componente carbonatada. Tal facto justifica a ausência de pedreiras a norte e noroeste de Estremoz (flanco nordeste da estrutura anticinal) onde predominam as fácies vulcanoclásticas. Finalmente e também com a calcite como mineral principal, ocorrem no topo do CVSCE mármores escuros azulados designados por “Ruivina”. Distinguem-se de outros azulados do CVSCE por serem mais escuros, por apresentarem apenas uma fase de deformação, textura mais grosseira, fósseis (conodontes, crinoides e tentaculites, ainda que a recristalização não permita qualquer classificação precisa dos mesmos) e ainda

Reconhecimento do mármore de Estremoz como pedra património mundial

por apresentarem uma assinatura isotópica (Carbono, Oxigénio e Estrôncio) distinta dos demais. Justificam-se assim as diferentes variedades de “Ruvina”.

Um apontamento histórico obriga a que se refira que, essencialmente no passado e de forma não inocente, os marmores de Estremoz são referidos como “Mármore de Carrara”.

7. Área de ocorrência: a macroestrutura geológica designada por “Anticinal de Estremoz” está situada a cerca de 180 km de Lisboa e compreende parte dos concelhos de Sousel, Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal (Figs. 1 e 2). Apresenta uma forma alongada com cerca de 40 km x 8 km. Porém, apenas

27 km² são ocupados pelo CVSCE onde os marmores passíveis de exploração ocupam sensivelmente um terço e a soma das áreas intervencionadas para a produção de rocha ornamental é inferior a 3 km² (estimativa obtida através da análise de imagem do Google EarthPro). A pedreira mais profunda atinge os 150 m embora as campanhas de sondagens levadas a cabo no âmbito do projecto “Cartografia Temática do Anticinal de Estremoz” (Carvalho et. al., 2008) tivessem revelado a ocorrência de mármore até aos 400 m de profundidade.



Figura 1. Esquema ilustrativo da localização do Anticinal de Estremoz no território nacional. Adaptado de Cabral et al. (2001).

calcula-se que nos quarenta quilómetros que separam Sousel (a Noroeste) de Alandroal (a Sudeste) existam cerca de 500 locais com intervenção humana (Fig. 2).

8. Localização principal dos locais de extração: atualmente a maioria das pedreiras ativas está situada no concelho de Vila Viçosa (mais de 80%), segue-se Borba e por fim Estremoz. Em 1987 havia 187 pedreiras ativas e em julho de 2016 encontravam-se cadastradas 210 pedreiras, das quais 47 apresentavam o estatuto de “pedreira ativa”, o que não implica necessariamente que estejam a laborar em tempo integral (DGEG, 2017). No total, em toda a estrutura geológica de Estremoz, entre pedreiras ativas, com lavra suspensa, abandonadas e tentativas de exploração,

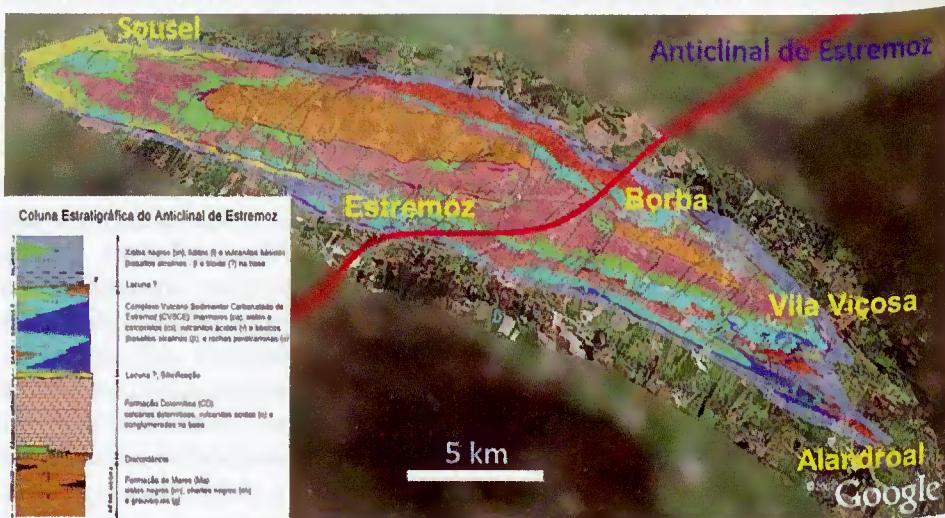


Figura 2. Mapa Geológico do Anticlinal de Estremoz com indicação dos maiores centros urbanos. Adaptado de Lopes, 2007 e IGM, 1997.

9. Detalhes de Produção: segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), mais de 90% da produção anual nacional de mármores destina-se à exportação, consequentemente o consumo interno não chega a 10%. Na Tabela 1 e Figura 3 apresentamos uma compilação de dados selecionados disponíveis na página internet do INE (ver nota sob o quadro); destacam-se máximos e mínimos a negrito. Constatase que mais do que se destinar à exportação, os mármores extraídos e processados em Portugal são destinados ao comércio extra comunitário. Ressalva-se que os valores de 2015 e 2016 não são definitivos e o registo do decréscimo de 2015 para 2016 pode não ser tão acentuado como o gráfico expressa. De qualquer modo é importante referir que em 2016 e relativamente a 2015, no global das rochas ornamentais portuguesas, parece (dados provisórios) mesmo ter havido uma diminuição na quantidade exportada mas um acréscimo significativo em valor.

Tabela 1 – Estatística referente à exportação portuguesa de mármores e materiais afins.

Ano	Exportações (€) de mármores (Nomenclatura combinada – NC8)			Exportações (kg) de mármores (Nomenclatura combinada – NC8)		
	Local de destino			Local de destino		
	Mundo	Intra União Europeia	Extra União Europeia	Mundo	Intra União Europeia	Extra União Europeia
2000	124 218 866	60 155 382	64 063 484	309 689 639	163 187 488	146 502 151
2001	127 315 360	62 730 206	64 585 154	309 380 652	162 931 570	146 449 082
2002	119 197 711	58 975 676	60 222 035	313 819 571	157 092 613	156 726 958
2003	112 336 521	58 870 853	53 465 668	332 437 256	161 783 480	170 653 776
2004	110 073 044	53 531 611	56 541 433	365 534 388	148 566 419	216 967 969
2005	110 355 877	47 801 982	62 553 895	377 413 520	137 727 612	239 685 908
2006	136 430 697	64 285 262	72 145 435	470 533 134	170 402 838	300 130 296
2007	140 222 219	64 481 599	75 740 620	517 438 481	191 530 567	325 907 914
2008	155 770 717	63 876 387	91 894 330	554 608 792	164 721 365	389 887 427
2009	140 822 526	54 158 110	86 664 416	515 767 663	111 759 168	404 008 494
2010	143 104 618	42 246 892	100 857 726	669 500 364	128 817 511	540 682 853
2011	138 649 311	41 488 692	97 160 619	672 925 356	135 750 001	537 175 355
2012	142 164 149	39 608 193	102 555 956	664 825 222	118 131 622	546 693 600
2013	149 040 178	41 548 923	107 491 255	691 525 419	109 170 866	582 354 554
2014	143 851 812	37 020 720	106 831 092	670 336 144	84 276 210	586 059 934
2015	146 444 831	36 562 628	109 882 203	678 903 368	81 117 408	597 785 960
2016	129 097 831	38 284 901	90 812 930	576 022 785	85 089 118	490 933 667

10. Informações de processamento: nos casos em que o grau de fragmentação do maciço só permite a obtenção de blocos de menor dimensão, por vezes procede-se à transformação primária junto às pedreiras produzindo bandas e ladrilhos com dimensões padrão. Na região existem unidades de processamento que produzem chapas, ladrilhos, peças de revestimento com dimensões padronizadas e peças por medida de dimensões e feitiços muito variados. A utilização de máquinas de controlo numérico (CNC's), permitem a elaboração de peças com qualquer grau de complexidade. Como se referiu atrás, o valor acrescentado à matéria-prima alcançado pela produção de peças por medidas é desejável. Apesar de se ter reduzido percentualmente, continua a ocorrer a exportação de blocos um pouco para todo o Mundo, sendo processados nos países de destino.

11. Idade e enquadramento geológico: segundo os estudos mais recentes, os “Mármore de Estremoz” têm idade câmbrica (Pereira *et al.*, 2012; Lopes &

Martins, 2015; Moreira *et al.*, 2016, e várias referências nestas publicações). Este aspecto foi demoradamente debatido num artigo no número 22 desta revista (Lopes & Martins, 2015) pelo que não o desenvolveremos aqui.

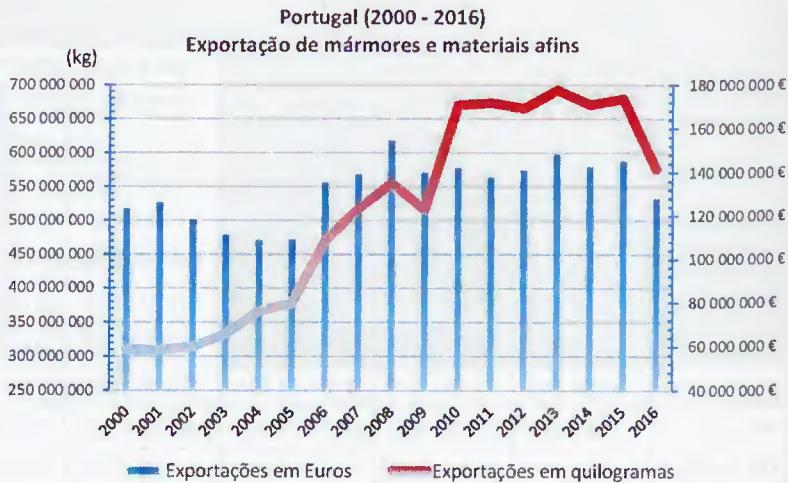


Fig. 3 – Gráfico de exportações portuguesas (euros e quilogramas) entre 2000 e 2016. Os dados de 2015 e 2016 são provisórios. Valores na tabela 1. Fonte INE, fevereiro de 2017.

12. Nome Petrográfico e Características: os mármores explorados como rocha ornamental são quase exclusivamente calcíticos (muito raramente e sempre de reduzidas dimensões e sempre nas pedreiras localizadas junto ao contacto com a Formação Dolomítica, fácies dolomíticas de grão mais fino podem ocorrer nos blocos extraídos; normalmente durante o processamento para fabrico de chapas ou ladrilhos, estas acabam por ser rejeitadas). De modo geral, os mármores apresentam grão fino a médio, raramente grosseiro e textura granoblástica (minerais em forma de grãos de dimensões idênticas). Praticamente a qualquer escala de observação é possível observar domínios onde a textura milonítica é predominante. Ocasionalmente podem apresentar textura nematoblástica (minerais orientados segundo um alinhamento) nas variedades mais heterogéneas. As figuras 4 a 6 ilustram alguns aspectos que os mármores apresentam quando observados ao microscópio petrográfico. Consistentemente e a todas as escalas, os mármores apresentam uma orientação preferencial cristalográfica que macroscopicamente se reflecte numa anisotropia a que os industriais locais designam por “corrume”. Os cortes paralelos a esta orientação são designados “a favor” e os perpendiculares dizem-se “ao contra”. Repare-se que esta orientação pode ser oblíqua ao bandado herdado da assinatura sedimentar dos mármores que, normalmente, é a orientação mais evidente dos mesmos.

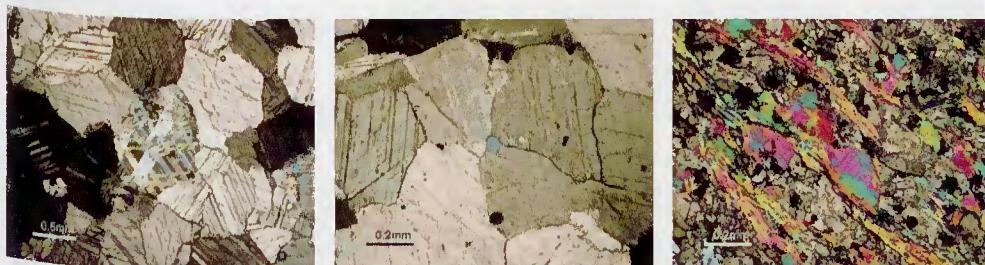


Fig. 4 – Imagens ao microscópio petrográfico do mármore Estremoz Creme. À esquerda e ao centro textura granoblástica praticamente monomineralica equidimensional. Este é o aspecto normal quando a secção de corte coincide com o corte “a favor”. Na figura do meio ao centro destaca-se um pequeno cristal de quartzo entre os cristais de calcite. Na imagem da direita representa-se um nível metavulcânico com textura orientada, nematoblástica e polimimética (quartzo, sericite, moscovite, anfíbola e minerais opacos (secção obtida no corte “ao contra”).

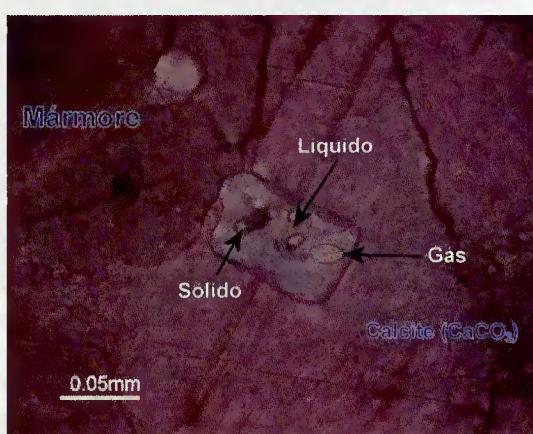
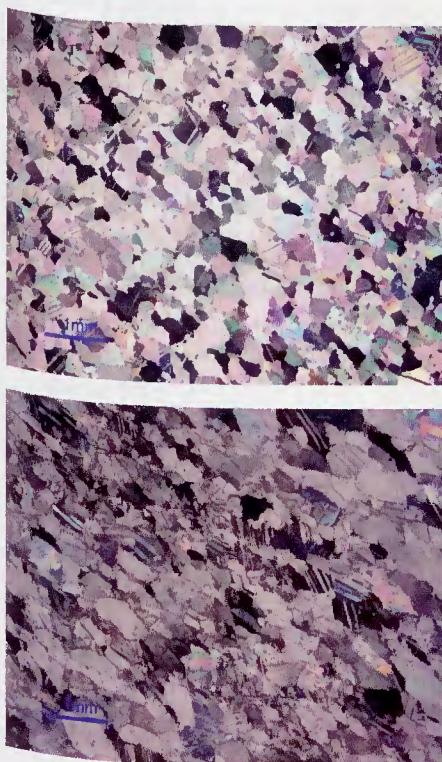


Fig. 5 – Imagens ao microscópio petrográfico do mármore “Azul Lagoa” em secção “a favor”, à esquerda em cima e “ao contra”, à esquerda em baixo. Em cima ilustra-se uma inclusão fluídica aprisionada no mármore durante o processo metamórfico de recristalização da rocha. Estas inclusões funcionam como geotermómetros e geobarómetros naturais permitindo estimar a temperatura e a pressão a que o metamorfismo ocorreu.

13. Cor (s) Primária (s) e Estética da Pedra: as variedades claras (brancos, cor-de-rosa e cremes) são as mais usuais. No topo da sequência geológica ocorrem as variedades com tons azuis. Mais raras são as variedades verdes, violáceas e grenás que normalmente não são oferecidas nos catálogos comerciais pois não é possível garantir o seu fornecimento. Qualquer das variedades pode apresentar variações graduais de cor (venados) assim como impurezas alinhadas

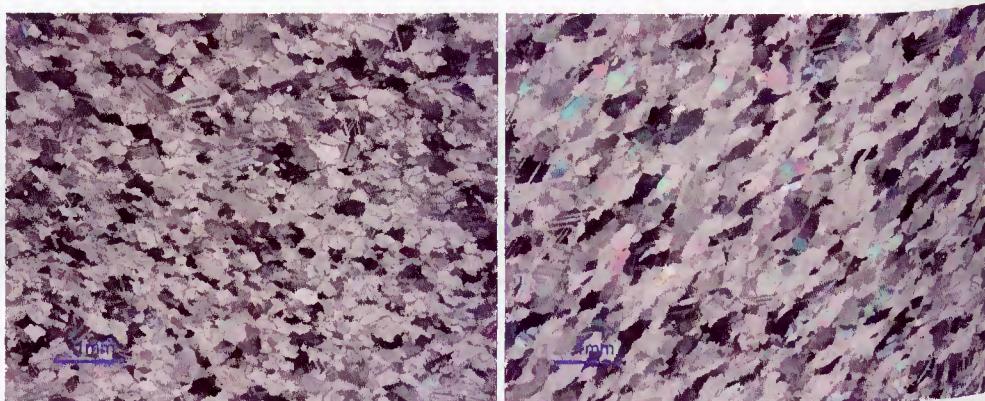


Fig. 6 – Imagens ao microscópio petrográfico do mármore branco em secção “a favor”, à esquerda e “ao contra” à direita onde a orientação cristalográfica preferencial é bem evidente segundo a diagonal. Estas imagens ilustram de modo muito claro a razão da pedra “lascar” facilmente “a favor” e ser mais resistente “ao contra”. A anisotropia aqui ilustrada constitui ainda um desafio para os escultores que têm de conhecer muito bem a pedra para a puderem talhar com mestria.

em planos que correspondem à herança de anisotropias sedimentares (vergada). Um caso particular e consistentemente observado, é a associação entre os níveis verdes, correspondentes a rochas inicialmente vulcanoclásticas básicas, agora rochas metavulcânicas e os mármores cor-de-rosa. Neste caso terá ocorrido a migração de Mn (manganês) das rochas vulcânicas que foi ocupar lugar na rede cristalina da calcite conferindo-lhe tons rosados sem, contudo, alterar a rede cristalina da calcite. Ou seja, não é o suficiente para formar um novo mineral.

Normalmente existe um degradé em que junto aos metavulcanitos os mármores são cor-de-rosa escuro que se vai desvanecendo com a distância. Este aspecto pode ser observado no canto inferior esquerdo da chapa que se encontra à entrada do Museu do Mármore de Vila Viçosa (Fig. 7). Esta chapa exibe também as relações de deformação heterogénea que se estabelecem entre os níveis mais e menos carbonatados. Os níveis mais siliciosos apresentam comportamento mais frágil ao passo que os mais carbonatados exibem deformação dúctil com padrões fluidais. De facto, à escala e nas duas chapas serradas em livro aberto existentes no museu, estão representados todos os estilos de deformação que encontramos na Natureza.

14. Variabilidade Natural: tal como ficou patente pela quantidade de nomes atribuídos às diferentes variedades de mármore exploradas no anticlinal de Estremoz, existe uma variedade natural muito grande que resulta dos processos geológicos que presidiram quer à formação das rochas sedimentares quer aos processos de metamorfismo e deformação a que os mesmos foram sujeitos. Localmente ocorrem variedades exóticas que ocasionalmente foram exploradas, destacamos os mármores verdes nos locais de Cabanas e Vigária, a Sul de Vila Viçosa, e a variedade “Marinela” que foi explorada no Monte com a mesma designação, localizado a Sul de Estremoz. Esta variedade tem a particularidade de apresentar uma matriz cinzenta azulada relativamente homogénea (“Ruivina”) e

Reconhecimento do mármore de Estremoz como pedra património mundial

uma densidade muito elevada de fraturas que foram preenchidas por calcite rica em ferro e por isso amarelada, quando polida resulta um efeito de “ouro sobre azul” muito interessante. Esta variedade, que apenas ocorre num local muito restrito, foi escolhida pelo arquiteto Marcial Freitas em 1936 para revestir a Catedral de Maputo (então Lourenço Marques à data da sua construção, em 1944; Fig. 9).



Fig. 7 – Chapa de mármore com intercalações de níveis de rochas metavulcânicas. Devido à elevada percentagem de quartzo (dureza 7 na escala de Mohs) e outros minerais de dureza superior à da calcite (dureza 3 na mesma escala) normalmente as rochas com este aspecto não são processadas. No caso particular, o elevado potencial pedagógico levou a que tivesse sido selecionada, em conjunto com outra que está à sua esquerda, obtida do mesmo bloco e serrada em “livro aberto” para ilustrar no Museu os eventos tectónicos que presidiram à formação da Orogenia Varisca e consequentemente à formação dos próprios mármores. Na parte posterior da chapa foram recolhidas amostras para a elaboração de lâminas delgadas que permitirão o estudo petrográfico e mineralógico das diferentes texturas e variedades de rochas presentes na chapa ao microscópio petrográfico. O corte e polimento em “livro aberto” permitem obter efeitos geométricos muito interessantes e cada vez mais explorados comercialmente.

Desvalorizadas no passado as rochas que apresentam dobras e padrões multicoloridos cada vez mais fazem parte das opções estéticas dos prescritores (arquitetos, designers, escultores e engenheiros civis), tal permite uma valorização destas pedras que de outro modo seriam enviadas para a escombreira. A chapa ilustrada na Figura 8 representa um destes exemplos que, ao contrário da heterogeneidade mineralógica que é referida na Figura 7, esta é quase exclusivamente constituída por calcite onde os elementos cromóforos (Mn, Fe, Cu entre outros, presentes em partes por milhão) conferem o colorido rosado e esverdeado à calcite e consequentemente à rocha.



Fig. 8 – Chapa de mármore exibindo dobras e padrões de redobramento.

15. Propriedades Técnicas: os mercados internacionais exigem que as rochas ornamentais comercializadas tenham uma ficha técnica que garanta a qualidade dos materiais fornecidos. No caso das GSHR ainda mais se justifica. Deve-se sempre realçar que sendo materiais naturais há sempre uma variação plausível em torno dos valores de referência apresentados. No Tabela 2 resumem-se algumas das propriedades técnicas dos Mármores de Estremoz, a negrito destacam-se as que os distinguem mundialmente:

16. Aptidão: os “Mármores de Estremoz” têm aptidão para todos os trabalhos de cantaria, corte para blocos de construção, pedra de escultura, monumentos, polido para uso decorativo, objetos tecnológicos, etc., tanto para utilização interior como exterior.

17. Vulnerabilidade e Manutenção do Abastecimento: algumas variedades apresentam escassas reservas não sendo por isso normalmente oferecidas. Em termos de reservas, calcula-se que considerando unicamente a exploração a céu aberto até aos 100 m de profundidade e tendo por referência o ano de maior produção, ainda haja matéria-prima para mais de 550 anos. É claro que há muitas variáveis envolvidas neste cálculo, nomeadamente o acesso cada vez mais difícil às massas mais interessantes e a evolução tecnológica que torna a extração mais eficiente, mais económica e mais rápida. De qualquer modo haverá disponibilidade de pedra para uso futuro e para a renovação / extensão de edifícios e monumentos existentes.

Reconhecimento do mármore de Estremoz como pedra património mundial

Tabela 2. Propriedades físicas e mineralogia de algumas variedades de mármores de Estremoz.

Mármore de Estremoz											
Tipo	Localização	Resistência à compressão (kg/cm ²)			Peso volumico (kg/m ³)	Absorção de água a PTN (%)	Porosidade aparente (%)	Coeficiente de expansão linear térmica (10 ⁻⁶ por °C)	Teste de abrasão (mm)	Teste de Impacto: Altura mínima de queda (cm)	Composição carbonatada
		Resistência à compressão após teste de Gelo-Degelo (kg/cm ²)	Resistência à Flexão (kg/cm ²)	Resistência à Flexão (kg/cm ²)							
Branco Estatuária	Vila Viçosa, Pardais, Lagoa	788	895	208	2709	0,08	0,23	9,9	2,8	65-70	98% Calcite 54% CaO 43% CO ₂
Branco	Vila Viçosa, Bencatel, Vigária	967	933	208	2713	0,07	0,17	12,6	2,1	45-50	99% Calcite 55% CaO 44% CO ₂
Branco Rosado	Estremoz, Sta. Maria, Cerca de Sto. António	970	950	243	2718	0,07	0,2	7,3	2	50	94% Calcite 55% CaO 44% CO ₂
Creme Venado	Borba, S. Tiago de Rio de Moinhos, Herdade do Mouro	990	863	238	2713	0,05	0,15	11,1	2,6	60	99% Calcite 54% CaO 43% CO ₂
Rosa Aurora	Vila Viçosa, Bencatel, Santos	872	950	179	2717	0,06	0,16	7,3	3,7	50-55	99% Calcite 54% CaO 43% CO ₂
Ruivina Escuro	Borba, S. Tiago de Rio de Moinhos, Ruivina	930	952	270	2715	0,05	0,14	5,4	2,6	45-50	99% Calcite 55% CaO 43% CO ₂
Ruivina da Fonte da Moura	Vila Viçosa, Pardais, Fonte da Moura	863	977	256	2703	0,1	0,28	14,8	2	55	95% Calcite 54% CaO 43% CO ₂

18. Uso Histórico, Área Geográfica de Utilização, Difusão Comercial: vários vestígios arqueológicos confirmam que desde o Período Romano os Mármores de Estremoz foram explorados pelos romanos. Assim, é natural que os tenham disseminado por todo o Império. Exemplos bem documentados são a utilização de mármore rosa de Estremoz em Volubilis (Marrocos) e de vários tipos de mármore no teatro Romano de Mérida. Durante 2000 anos a exploração nunca cessou pelo que, em Portugal, existem aplicações de todos os períodos um pouco por todo o país. Na atualidade mais de 90% da produção destina-se à exportação para mais de 100 países, uma demanda tão alargada só pode ser justificada pela qualidade da matéria-prima, pelo preço concorrencial e pela qualidade das peças processadas.

19. Edifícios, monumentos etc.: a lista, tanto de casos nacionais como estrangeiros é tão extensa que não pode aqui ser reproduzida. Por exemplo, não faltaremos muito à verdade se dissermos que praticamente em todas a cidades portuguesas há igrejas, edifícios ou monumentos que, como elemento estrutural ou decorativo, se utilizaram os mármores de Estremoz na sua construção. Referiremos apenas alguns exemplos: Paço Ducal e todas as Igrejas de Vila Viçosa; Sé Catedral de Évora; Torre de Menagem do Castelo; Igreja de Santa Maria em Estremoz (nestes o mármore foi utilizado como elemento estrutural), Paço Ducal de Vila Viçosa; Mosteiro dos Jerónimos; Palácio de Versailles e Louvre em França; Teatro Romano de Mérida; Templo Romano de Évora; em altares de Igrejas dos Séc. XV a XVII nos estados de Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, no Brasil; Mosteiro do Escorial em Espanha, Catedral de Maputo (Fig. 9) etc. A lista é muitíssimo extensa e impossível de reproduzir nestas páginas.

20. Questões relacionadas com o patrimônio: antes de mais, o Património Geológico representado nas pedreiras do anticlinal de Estremoz tem um valor inestimável; a exposição tridimensional de estruturas é única e permite analisar ao detalhe os fenómenos geológicos que presidiram à sua formação. São autênticos laboratórios ao ar-livre e em constante mutação. Por exemplo, a deformação dúctil atuante em dois períodos distintos levou ao redobramento pela 2.^a Fase das dobras formadas na 1.^a. Este fenómeno é observado a várias escalas e o local mais emblemático (Pedreira da Empresa A. Mocho, Lagoa) foi classificado como “Geossítio” e publicado no livro “Património Geológico: Geossítios a visitar em Portugal – Porto Editora. ISBN: 978-972-95255-7-5 (Lopes *et al.*, 2011). Outros locais foram identificados e inscritos como “Geossítios” e estão referenciados em: <http://geossitios.progeo.pt/geosites.php?menuID=3>. Destes merece especial destaque pela relevância e pelo empenho no município calipolense em preservar o local, o limite Precâmbrico – Câmbrico, situado no Parque Industrial de Vila Viçosa (Pereira *et al.*, 2012).

Neste item devem ainda ser mencionados o Centro de Ciência Viva de Estremoz e o Museu do Mármore (Herdade da Gradinha, Vila Viçosa) que se encontra em fase de reestruturação e modernização através de experiências interativas e inovadoras, no sentido de melhor representar o “Mundo do Mármore” e cativar os alunos para uma indústria com grande implementação local e para as Geociências em geral.

Reconhecimento do mármore de Estremoz como pedra património mundial

Outras iniciativas tem sido levado a cabo (Rota Tons de Mármore; Rotas do Mármores; Raids de veículos todo-o-terreno, provas de desportos radicais (Challenger Trophy, pela Universidade de Évora)) sempre com o objectivo de valorizar o território tendo por tema de base uma das suas maiores riquezas, a qualquer título único e excepcional – o Mármore.



Fig. 9 – Catedral de Maputo, capital de Moçambique (antiga Lourenço Marques), desenhada pelo Arquiteto Marcial Freitas e Costa em 1936, foi construída em 1944. À direita em cima, bloco de mármore na pedreira do Monte da Marinela, Estremoz fotografado em dezembro de 2016; em baixo, revestimento interior da catedral, do tipo rodapé, com cerca de 2 metros de altura e em todas as paredes interiores.

21. Rochas Ornamentais Relacionadas: as restantes ocorrências de mármores alentejanos (Vila Verde de Ficalho – Moura, Viana do Alentejo, Escoural, Trigaches, Serpa) e espanhóis (Almadén de la Plata, Alconera – Zafra, Cheles), no passado também foram exploradas como rochas ornamentais; persiste uma exploração em Vila Verde de Ficalho. Para todos estes casos o enquadramento estratigráfico é similar e as diferenças texturais, mineralógicas e composicionais entre eles devem-se essencialmente ao grau metamórfico a que foram sujeitos durante a Orogenia Varisca.

22. Imagens: uma lista alargada de exemplos de aplicações em monumentos, edifícios históricos e obras de arte através dos tempos, deveria aqui ser apresentada como testemunho da candidatura, contudo dada a natureza da publicação, não se justifica a inclusão de mais imagens das que já ilustram o documento.

23. Proponentes: a candidatura deve ser formalizada por um ou mais investigadores ou organizações que se dedicaram a preparar a nomeação, no caso presente são os autores deste artigo.

Apontamento final

Os “Mármores de Estremoz” cumprem todos os critérios exigidos para fazerem parte das rochas que contribuíram e contribuem, para o desenvolvimento da Humanidade e assim verem o seu reconhecimento como “Global Heritage Stone Resource” que terá a chancela da UNESCO. Ainda hoje, a sua utilização é sinónimo de distinção e bom gosto. As tecnologias modernas de processamento permitem otimizar e até realçar as características intrínsecas da rocha. Portugal encontra-se na vanguarda, tanto no desenvolvimento destas tecnologias como na sua implementação nos processos de extração, processamento e aplicação. No entanto, a elevada concorrência internacional obriga a que novos processos produtivos e novas soluções sejam implementadas.

Por fim, é de referir que no processo de candidatura de Vila Viçosa a Património da Humanidade, o reconhecimento agora atribuído aos seus mármores será mais um dos elementos distintivos e relevantes a apresentar.

Bibliografia principal relacionada com os Mármores de Estremoz, no contexto da candidatura.

Nota: Este também é um dos itens a cumprir no processo de candidatura. São aqui apresentadas muito mais referências que as utilizadas neste artigo.

Brilha J., Andrade C., Azerêdo A., Barriga F.J.A.S., Cachão m., Couto H., Cunha P.P., Crispim J.A., Dantas P., Duarte L.V., Freitas M.C., Granja M.H., Henriques M.H., Henriques P., Lopes L., Madeira J., Matos J.M.X., Noronha F., Pais J., Piçarra J., Ramalho M.M., Relvas J.M.R.S., Ribeiro A., Santos A., Santos V., Terrinha, P. 2005. Definition of the Portuguese frameworks with international relevance as an input for the European geological heritage characterization. *Episodes*. Vol. 28, No 3, 177-186.

Brito da Luz, L. M. N. B. 2005. Análise Crítica ao Modelo de Desenvolvimento do Sector das Pedras Naturais: O Caso dos Mármores no Triângulo de Estremoz – Borba – Vila Viçosa, 1980 – 2003; Tese de Mestrado em Economia e Estudos Europeus; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, pp. 290.

Cabral, J. M. P.; Maciel, M. J.; Lopes, L.; Lopes, J.M.C. Marques, A. P. V.; Mustra, C. O.; Freitas, M. C. & Carreira, P. M. 2001. Petrographic and isotopic characterization of marble from the Estremoz Anticline: its application in identifying the sources of Roman works of art. *Journal of Iberian Archaeology*, (3), 121-128. Porto: ADECAP.

Carvalho, J.M.F. 2008. Cartografia Temática do Anticinal, Zona dos Mármores, 2008, 36 p.

Carvalhosa, A., Gonçalves, F. & Oliveira, V. 1987. Notícia explicativa da folha 36-D, Redondo. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

Reconhecimento do mármore de Estremoz como pedra património mundial

CATÁLOGO DE ROCHAS ORNAMENTAIS PORTUGUESES (1983) – 1.^a edição, Vol. I, Direcção – Geral de Geologia e Minas, Lisboa, Ministério da Indústria e Energia.

CATÁLOGO DE ROCHAS ORNAMENTAIS PORTUGUESES (1984) – 1.^a edição, Vol. II, Direcção – Geral de Geologia e Minas, Lisboa, Ministério da Indústria e Energia.

CATÁLOGO DE ROCHAS ORNAMENTAIS PORTUGUESES (1992) – 2.^a edição, Direcção – Geral de Geologia e Minas, Lisboa, Ministério da Indústria e Energia, 79p.

Devi Taelman, Marlina Elburg, Ingrid Smet, Paul De Paepe, Luís Lopes, Frank Vanhaecke, Frank Vermeulen. 2013. Roman Marble from Lusitania: Petrographic and Geochemical Characterization, *Journal of Archaeological Science*, ISSN 0305-4403, <http://dx.doi.org/10.1016/j.jas.2012.12.030>.

Falé, P.; Lopes, L.; Martins, R.; Henriques, P.; Carvalho, J.; Viegas, J.; Cabaço, J. 2009. A Rota do Mármore no Anticinal de Estremoz (Portugal), pp. 123-133, in Paúl Carron M. Ed., *Rutas Minerales en el Proyecto RUMYS*, p. 135, Guayaquil – Equador. ISBN 978-9942-02-240-0. CYTED.

Falé, P.; Lopes, L.; Martins, R.; Henriques, P.; Carvalho, J.; Viegas, J.; Cabaço, J. 2008. A Rota do Mármore no Anticinal de Estremoz (Portugal), in Paúl Carron M. Ed., *Rutas Minerales de Iberoamérica*, p. 242, ISBN 978-9942-01-654. RUMYS, *Rutas Minerales y Sostenibilidad*, CYTED – Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo. Guayaquil, Equador; pp. 169-177.

Falé, Patrícia; Henriques, Paulo; Midões, Carla; Carvalho, Jorge M. F. 2006. Proposta para o reordenamento da indústria extractiva no Anticinal de Estremoz: Núcleo de Pardais – Replanning of the marble extraction industry in the Estremoz Anticline: Pardais nucleus: a proposal. *Actas do VII Congresso Nacional de Geologia* 29 de Junho a 13 de Julho de 2006.

Gonçalves, F. 1972. Observações sobre o anticlinório de Estremoz. Alguns aspectos geológico-económicos dos mármores, *Est. Not. Trab.*, (22) 1-2, 121-132 (Matérias-primas minerais não metálicas, n.º 17). Porto: Serviço de Fomento Mineiro.

Gonçalves, F., Oliveira, V., 1986. Alguns aspectos do Precâmbrico da Zona de Ossa-Morena em Portugal. O Proterozóico Superior de Estremoz. *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa* 27, 111-117.

Henriques, Paulo; Carvalho, Jorge M. F.; Falé, Patrícia; Luís, Gabriel – Estudos geológicos aplicados à indústria extractiva de mármores no Anticinal de Estremoz: o caso do Núcleo de Pardais. In: *Comunicações Geológicas*, Tomo 93 (2006), p. 159-184.

Justino, Maciel; Coutinho, Hélder – A utilização dos mármores em Portugal na época Romana; <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2860.pdf>, in 2011/01/19.

Lopes, J. L. G. 2003. Contribuição para o conhecimento Tectono – Estratigráfico do Nordeste Alentejano, transversal Terena – Elvas. Implicações económicas no aproveitamento de rochas ornamentais existentes na região (Mármores e Granitos). Departamento Geociências – Universidade de Évora, 568 p. Évora: Unpublished Thesis.

Lopes, L. 2007. O triângulo do Mármore – Estudo Geológico, *Revista Monumentos*, N.º 27 – Vila Viçosa, pp. 158-167. Lisboa: IPPAR/IRHU. ISSN: 0872-8747, Depósito Legal n.º 79253/94.

Lopes, Luís & Martins, Ruben. 2015. Vila Viçosa: Património Geológico, Potencial Científico e Geoturismo. *Callipole – Revista de Cultura* n.º 22 – 2015, pp. 101-119. Vila Viçosa.

Lopes, L. & Martins, R. 2012. Marbles from Portugal, Naturstein, online publication: <http://www.naturalstone-online.com/index.php?id=318>; http://www.naturalstone-online.com/fileadmin/NatursteinDaten/Anzeigenseite_neu/portugal_marble1.pdf

Lopes, L. & Martins, R. 2014. Global Heritage Stone: Estremoz Marbles, Portugal. From: Pereira, D., Marker, B. R., Kramar, S., Cooper, B. J. & Schouenborg, B. E. (eds) *Global Heritage Stone: Towards International Recognition of Building and Ornamental Stones*. Geological Society, London, Special Publications, 407, <http://dx.doi.org/10.1144/SP407.10>.

Lopes, L.; Martins, R.; Falé, P.; Passos, J.; Bilou, F.; Branco, M. & Pereira, M. F. 2013. Development of a Tourist Route around the Mining Heritage of the Estremoz Anticline, p16. In Rosa, L.; Silva, Z. & Lopes, L., eds, *Proceedings of the Global Stone Congress, Key Engineering Materials* Vol. 548 (2013) pp. 348-362; © (2013) Trans Tech Publications, Switzerland; doi:10.4028/www.scientific.net/KEM.548.348.

Lopes, L.; Martins, R.; Falé, P. & Henriques, P. 2011. Pedreira António Mocho. In: Brilha J. & Pereira P. (Eds.) (2011) – Património geológico: geossítios a visitar em Portugal / Geological heritage: geosites to visit in Portugal. 1.ª edição, Universidade do Minho, Braga, 84-85. ISBN: 978-972-95255-7-5. 2.ª edição, 2012, Porto Editora, Porto, ISBN: 978-972-0-32008-7, 137p.

Moreira, N., Pedro, J., Santos, J., Araújo, A., Romão, J., Dias, R., Ribeiro, A., Ribeiro, S., Mirão, J. (2016) – $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ ratios discrimination applied to the main Paleozoic carbonate sedimentation in Ossa-Morena Zone. In: IX Congreso Geológico de España (special volume). *Geo-Temas*, 16 (1), 161-164. ISSN 1576-5172.

Oliveira, J. Oliveira, J.T.; Oliveira, V. & Piçarra, J.M. 1991. Traços gerais da evolução tectonoestratigráfica da Zona de Ossa-Morena, em Portugal: síntese crítica do estado actual dos conhecimentos – Comun. Serv. Geol. Portugal, (77), 3-26. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

Pereira, M. F.; Solá, R.; Chichorro, M.; Lopes, L.; Gerdes, A.; Silva, J. B. 2012. North-Gondwana assembly, break-up and paleogeography: U-Pb isotope evidence from detrital and igneous zircons of Ediacaran and Cambrian rocks of SW Iberia, *Gondwana Research* 22, pp. 866-881. <http://dx.doi.org/10.1016/j.gr.2012.02.010>.

Quesada, C., Apalategui, O., Eguiluz, L., Liñan, E. & Palacios, T. (1990) – Geodynamic evolution of the Iberian Massif → Stratigraphy, 2.1 Precambrian In: Dallmeyer, R.D. & Martinez-Garcia, E. (Eds.) *Pre-Mesozoic Geology of Iberia*, pp. 252-258.

Reynaud, R., and Vintém, C., 1994. Estudo da jazida de calcários cristalinos de Estremoz – Borba – Vila Viçosa (Sectores de Lagoa-Vigária e Borba): *Boletim de Minas*, (131) 4: 355-473. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

Vintém, C., Henriques, P., Falé, P., Luís, G., Midões, C., Antunes, C., Carvalho Dill, A., Carvalho, J., Saúde, J., Bonito, N., Sobreiro, S., 2003 – *Cartografia Temática do Anticinal como Instrumento de Ordenamento do Território e Apoio à Indústria Extractiva: Relatório Final do Projecto*. Instituto Geológico e Mineiro e Cevalor.

A SISMICIDADE DE PORTUGAL

Mourad Bezzeghoud*

Bento Caldeira*

José Fernando Borges***

Abstract

Portugal can be considered to have a moderate seismicity characterized by small events ($M < 5.0$) and occasional moderate/large/major ($5.0 \leq M \leq 7.8$) earthquakes. The northern and central part of Portugal are characterized by a low seismicity ($M < 5.0$) except Lower Tejo Valley region, which exhibits the relatively high seismic activity. At least three important historical earthquakes have occurred in this zone in 1344 ($M_S = 6.0$), 1531 ($M_S = 7.1$) and 23 April 1909 ($M_W = 6.0$). The southern part of Portugal is the region with the most significant seismicity and can be divided into two areas: the Atlantic adjacent zone; and the continental zone. The first one is characterized by more intense seismic activity associated with the convergence between Eurasian and African plates. The southwest of cape of São Vicente area, where the earthquakes of 28 February 1969 ($M_S = 8.0$) and 1 November 1755 (so-called Lisbon earthquake, $I_0 = X-XI$) occurred, is probably the most seismically active zone. According to the Portugal southern mainland neotectonic map it is possible to identify the following main tectonic structures: a) the Messejana fault, with an extension of 500 km crossing all of the southern region with NE-SW orientation and which is probably associated with the Azores-Gibraltar fault; b) close to the city of Évora, the Moura-Vidigueira fault has a WNW-ESE strike; and c) the Loulé fault, located in Algarve with an approximately W-E orientation, probably responsible for large historical earthquakes. The seismic studies of the western zone of the Iberian Peninsula has revealed four zones of high seismic strain

* Universidade de Évora, Escola de Ciências e Tecnologia, Departamento de Geociências. Rua Romão Ramalho, 59. Apartado 94. 7002 554 Évora. Instituto de Ciências da Terra (ICT), FCT, Portugal. *mourad@uevora.pt, **bafcc@uevora.pt, ***jborges@uevora.pt

release: the Lower Tejo Valley, the Gorringe Bank zone, the southern Algarve and the area around the city of Évora. The southern region of Portugal (mainly the Algarve) and the Lisbon region (including the Lower Tejo Valley region) are the zones that have suffered the greatest number of disastrous earthquakes.

Key words: *Earthquakes, Seismic hazard, Seismic forecast, Seismic prevention, Observed maximum intensities, Portugal.*

Resumo

Portugal pode ser considerado como tendo uma sismicidade moderada caracterizada por uma primeira categoria constituída por sismos com baixa magnitude ($M < 5,0$) e uma segunda por sismos ocasionais com magnitude moderada/grande/maior ($5,0 \leq M \leq 7,8$). As regiões norte e centro de Portugal caracterizam-se por uma sismicidade de baixa magnitude ($M < 5,0$), com exceção da região do Vale Inferior do Tejo, que apresenta uma atividade sísmica relativamente elevada. Ocorreram pelo menos três importantes sismos históricos nesta zona em 1344, 1531 e 1909 com magnitude superior a 6.0. A região Sul de Portugal é a região com a sismicidade mais significativa e pode ser dividida em duas áreas: a margem oceânica e a zona continental. A primeira é caracterizada por uma atividade sísmica mais intensa associada à convergência entre as placas Euro-asiática e Núbia (África). A sudoeste da área do Cabo de São Vicente, onde os sismos de 28 de fevereiro de 1969 (com magnitude 8.0) e de 01 de novembro de 1755 (o chamado sismo de Lisboa, com uma intensidade de X-XI) ocorreram, é provavelmente a zona com maior atividade sísmica. De acordo com o mapa neotectónico continental do Sul de Portugal, é possível identificar as seguintes principais estruturas tectónicas: a) a falha de Messejana, com uma extensão de 500 km que atravessa toda a região sul com orientação NE-SW e que provavelmente está associada a falha Açores – Gibraltar; b) perto da cidade de Évora, a falha Moura-Vidigueira com uma orientação WNW-ESE; e c) a falha de Loulé, localizada no Algarve com uma orientação aproximadamente W-E, provavelmente responsável por grandes sismos históricos. Os estudos sísmicos da zona oeste da Península Ibérica revelaram quatro zonas com uma atividade sísmica significativa: o Vale Inferior do Tejo, a zona do Banco de Gorringe, o sul do Algarve e a área em torno da cidade de Évora. A região sul de Portugal (principalmente o Algarve) e a região de Lisboa (incluindo a região do Vale do Tejo) são as zonas que sofreram o maior número de sismos destrutores.

Palavras-chaves: *Sismos, Perigosidade sísmica, Previsão sísmica, Prevenção sísmica, Intensidades Máximas Observadas, Portugal.*

Introdução

O fenómeno conhecido por terramoto é, porventura, o evento natural mais violento com que o homem se confronta desde sempre e consequentemente o que maior curiosidade e interesse lhe suscita. O modelo aceite que explica o fenómeno baseia-se numa propriedade dos materiais, a elasticidade, que consiste em deformarem quando sujeitos a forças e retomarem totalmente ou parcialmente a forma inicial quando as forças deixarem de atuar. Quando as forças se aplicam a uma região da Terra, que dizemos estar sujeita a tensões, essa região deforma acumulando energia. Se a deformação for continuada, e na Terra é, ao fim de um tempo os materiais atingem o limite de resistência e rompem, libertando em escassos instantes grande parte da energia acumulada durante anos. Nesse processo de libertação de energia, simultâneo à rutura, e em virtude das propriedades elásticas das rochas, os dois fragmentos que se separam (os dois bordos da falha onde a rotura ocorre) sofrem um ressalto em sentidos opostos ao das forças deformadoras, retomando parcialmente a sua forma inicial. Este modelo explicativo para a ocorrência dos sismos chama-se modelo de ressalto elástico e foi estabelecida por H. F. Reid com base em estudos geodésicos que realizou após o sismo de 1906 em São Francisco, Califórnia (Fig. 1). Uma consequência do rápido deslocamento de matéria que ocorre no processo de rutura é a formação de ondas (sísmicas) mecânicas que se propagam em todas as direções pelo interior do planeta, obedecendo à teoria da propagação de ondas mecânicas em meios elásticos.

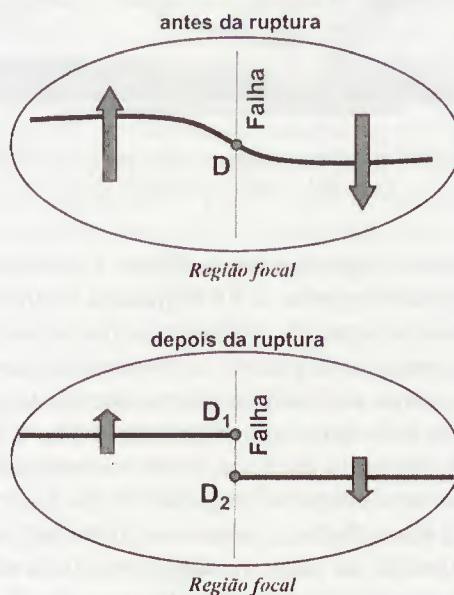


Figura 2: Modelo do ressalto elástico. Deformação e rutura de uma estrada depois da ocorrência de um sismo.

Essas ondas fazem oscilar os locais por onde passam, vibrações essas que por vezes são sentidas pelo homem, outras vezes tão fortes que causam grandes danos, mas a maior parte das vezes são tão ténues que só podem ser sentidas por instrumentos muito sensíveis, os sismómetros que se encontram instalados na superfície do planeta. Hoje em dia quando ocorre um sismo ele é registado por vários destes instrumentos que formam o que designamos por redes sismológicas, que podem ser locais, regionais ou globais. Podemos olhar para os milhares de estações sísmicas instaladas em todo o mundo como a instrumentação que escuta todos os movimentos do interior da Terra, desde os movimentos imperceptíveis aos mais intensos. A primeira rede sismológica global permitiu constatar, já nos anos 70, que a maior parte da atividade sísmica do planeta se localiza nos limites de placas (Fig. 2).

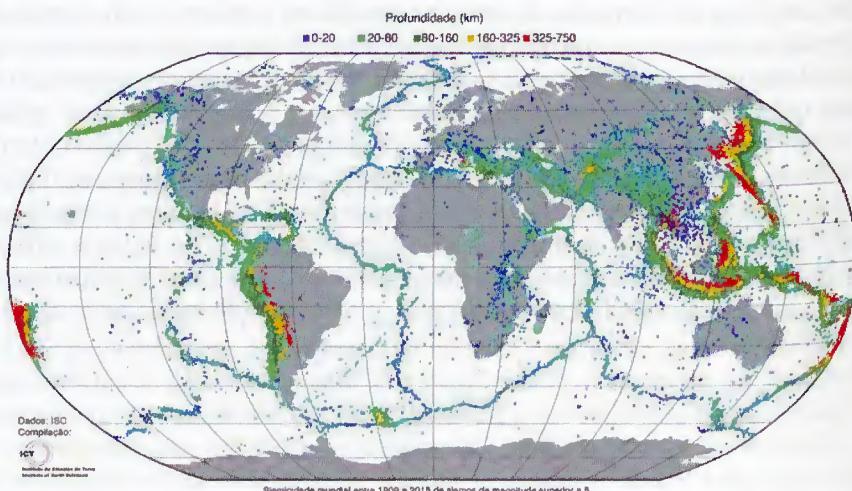


Figura 2: Sismicidade mundial, com magnitude superior a 5.0, para o período 1905-2015 (base de dados do ISC)

A distribuição espacial, apresentada na figura 2, dos epicentros dos sismos (sismicidade) de magnitude superior a 5.0 registados, entre 1905 e 2015, mostra com clareza os limites que separam as diferentes placas tectónicas. Mas a atividade sísmica mais importante do planeta encontra-se concentrada nas zonas de subducção situadas na área do Pacífico (zona sísmica do globo terrestre onde ocorrem cerca de 70% dos sismos de magnitude média a elevada). É também sabido, pelo estudo da dinâmica da Terra e dos mecanismos de geração dos sismos, que estes eventos se repetem ao longo do tempo. O período de recorrência depende do regime de acumulação de tensões em resultado da atividade tectónica e da própria constituição da litosfera. Daqui resulta a afirmação inequívoca de que zonas como Portugal continental e os Açores, que já foram atingidas por fortes sismos no passado, voltarão, inevitavelmente, a ser atingidas por eventos de elevado potencial destrutivo.

A sismicidade de Portugal no contexto tectónico

Portugal continental e a sua região atlântica adjacente situam-se na margem ocidental da Península Ibérica. A sismicidade desta área é caracterizada pela existência de diferentes regiões com distintos comportamentos sísmicos. Grossso modo podemos afirmar que a sismicidade do território continental português aumenta de intensidade de norte para sul, com uma distribuição espacial concentrada no Sul e suas margens atlânticas adjacentes. Esta sismicidade, heterogénea, é caracterizada por pequenos eventos frequentes com magnitudes $M < 5.0$ e eventos ocasionais com maiores magnitudes ($5.0 \leq M < 7.8$) (Borges et al., 2001). A sismicidade de Portugal e região atlântica adjacente no período de 1961 a 2016, juntamente com as principais falhas ativas, está representada na figura 3 (Bezzeghoud et al., 2012, 2014, 2015). O arquipélago da Madeira não apresenta sismicidade histórica ou instrumental significativa por se encontrar sobre uma zona estável da placa *NU*, e consideravelmente afastada do limite de placas.

Vários estudos sismológicos apontam que os epicentros estão concentrados nas regiões de Évora (eventos 15, 16 e 18), no Vale Inferior do Tejo e Lisboa (eventos 2, 4, 9 e 10) e ao longo da costa do Algarve (eventos 5 e 14), especialmente na região sudoeste do Cabo de São Vicente, junto da falha da Ferradura (eventos 3, 7, 8, 13, 19 e 20) e do Banco de Gorringe (evento 6). No sul de Portugal, existem várias estruturas tectónicas: a falha de Messejana (eventos 15 e 16), que atravessa toda a região sul com orientação nordeste-sudoeste e as falhas de Portimão e Loulé (eventos 5 e 14), que são provavelmente responsáveis pelos grandes sismos históricos na região algarvia (Borges et al., 2001; Bezzeghoud et al., 2015).

A complexidade do regime de tensão e tectónica da margem atlântica reflete-se na sua batimetria e na sismicidade. A batimetria, a topografia e as principais características geológicas, também mostradas na figura 3, são consequências da colisão entre as placas Eurasiática e Núbia. Uma das principais singularidades reveladas pelos dados batimétricos é a extrema complexidade da região localizada a oeste do Estreito de Gibraltar, caracterizada por vários montes submarinos, falhas ativas, bancos e canhões submarinos (Buforn et al., 2004; Zittelini et al., 2009; Bezzeghoud et al., 2014). A sismicidade na região atlântica adjacente é muito intensa como consequência da proximidade da fronteira entre as placas africana e euroasiática. Esta complexidade morfológica explica-se, em grande parte, pela acumulação de elevado número de eventos sísmicos ao longo da evolução geológica da margem atlântica e justifica que a área a sudoeste do Cabo de São Vicente é provavelmente a zona com maior atividade sísmica. Assim, a distribuição do risco sísmico por Portugal Continental é heterogénea, na maior parte do território define-se um espectro de risco compatível com sismos de magnitude moderada a forte, com exceção da faixa costeira onde se podem esperar os efeitos da proximidade a sismos fortes a muito fortes (Vilanova e Fonseca, 2007). Por isso a investigação na área do perigo sísmico da região é de grande relevância para a população portuguesa (Bezzeghoud et al., 2012).

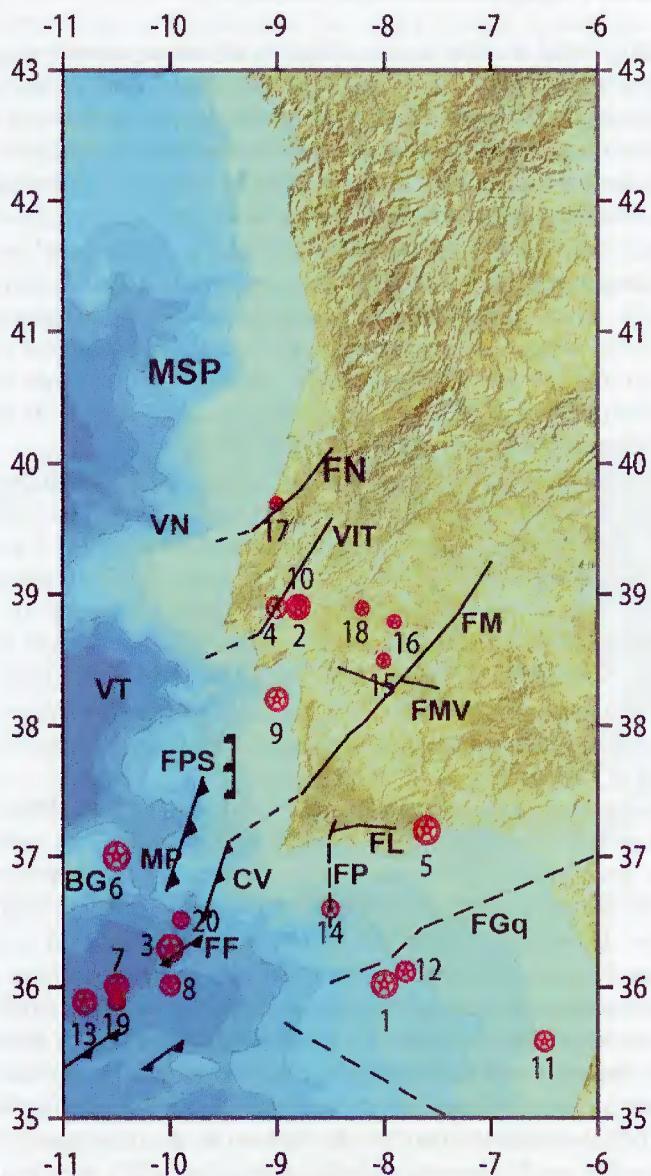


Figura 3: Sismos históricos e instrumentais mais significativos ocorridos em Portugal Continental e margem atlântica, discutidos no texto e listados na tabela 1. As falhas tectónicas principais estão, igualmente, representadas: PF = Planície da Ferradura; FF = Falha da Ferradura; MSP = Montanha submarina do Porto; VN = Vale de Nazaré; VIT = Vale inferior do Tejo; VT = Vale do Tejo; MP = Marquês de Pombal; BG = Banco de Gorringe; FGq = Falha de Guadalquivir; FN = Falha de Nazaré; FM = Falha da Messejana; FMV = Falha de Moura-Vidigueira; FL = Falha de Loulé; FP = Falha de Portimão; CV = Cabo São Vicente.

De acordo com os estudos foram encontradas quatro zonas de libertação de alta tensão sísmica na parte ocidental da Península Ibérica: o Vale Inferior do Tejo (VIT), o Banco de Gorringe (BG), a costa do Algarve (CA) e a área Norte de Évora (NE) (Borges et al., 2001; Bezzeghoud et al., 2012) (Fig. 3). Na figura 4, é apresentado com mais pormenores a atividade sísmica instrumental na região do Alentejo entre 1961 e 2012. Nesta região, as cidades de Évora e de Arraiolos e as suas vizinhanças revelam uma sismicidade significativa quando comparada com a zona situada mais a leste do mesmo mapa (Estremoz, Vila-Viçosa, Redondo). Caracterizar a atividade sísmica em Portugal Continental e sua margem atlântica adjacente é fundamental para a compreensão das intensidades sísmicas elevadas experimentadas no território do continente. A Figura 3 mostra várias áreas com terramotos de baixa magnitude espalhados pelo continente e sua margem atlântica. Durante o período (1961-2014), os terremotos mais fortes foram localizados na margem.

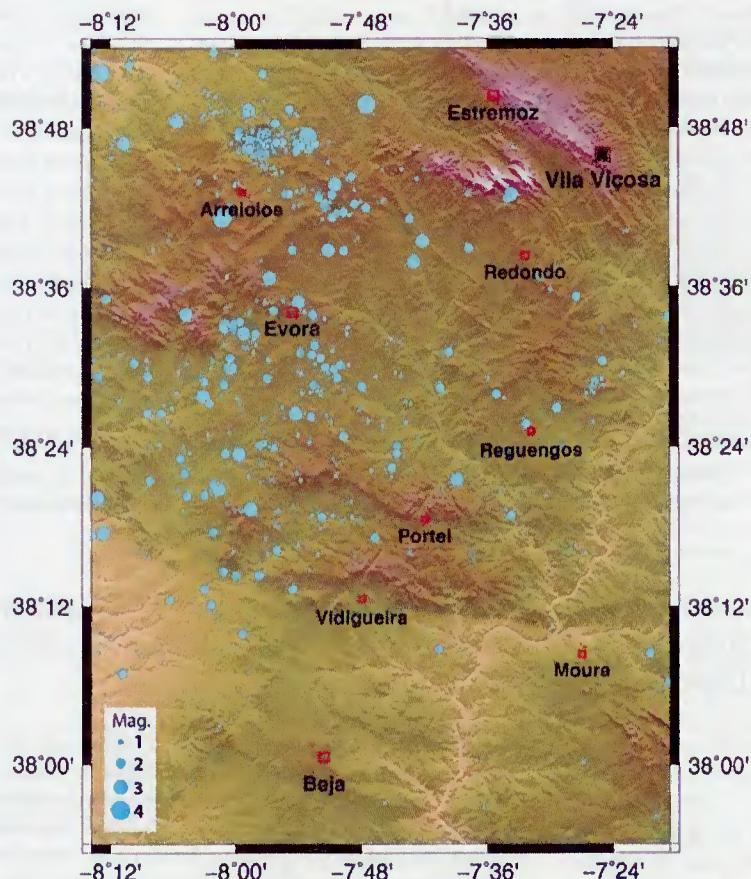


Figura 4: Atividade sísmica no Alentejo entre 1961 e 2012
(base de dados do IPMA).

Eventos sísmicos históricos e instrumentais mais relevantes

A análise da sismicidade histórica e instrumental permite-nos concluir que o território português tem sofrido o efeito de eventos sísmicos destruidores, geradores de intensidades máximas superiores a VIII em muitos lugares. A tabela 1 apresenta os eventos sísmicos Históricos e Instrumentais mais relevantes ocorridos em Portugal Continental e sua margem oceânica. Os sismos listados nesta tabela encontram-se representados na figura 3 (Bezzeghoud et al., 2012, 2014, 2016).

Nº	Data	Lat. (°N)	Lon. (°W)	Magnitude (Io)	Localização
1	26/05/881	36.0	8.0	(VIII-X)	SO Cabo S. Vicente
2	01/01/1344	38.9	8.8	6.0	Benavente
3	24/08/1356	36.30	10.0	(VIII)	SO Cabo S. Vicente/Lisboa (?)
4	26/01/1531	38.9	9.0	7.1(IX)	Vila Franca de Xira
5	27/12/1722	37.2	7.6	7.8	Algarve
6	01/11/1755	37.0	10.5	8.5 (X)	SO Cabo S. Vicente
7	31/03/1761	36.0	10.5	7.5	SO Cabo S. Vicente
8	12/04/1777	36.0	10.0	7.0	SO Cabo S. Vicente
9	11/11/1858	38.2	9.0	7.2	Largo de Setúbal
10	23/04/1909	38.9	8.8	6.0	Benavente
11	05/12/1960	35.6	6.5	6.2	Golfo de Cadis
12	15/03/1964	36.1	7.8	6.2	SE Cabo S. Vicente
13	28/02/1969	35.9	10.8	7.5	SO Cabo S. Vicente
14	14/06/1972	36.6	8.5	5.2	SE Cabo S. Vicente
15	04/06/1987	38.5	8.0	3.8	Região de Évora
16	31/07/1998	38.8	7.9	4.0	Região de Évora
17	30/04/1999	39.7	9.0	4.5	Vale do Tejo
18	29/12/2005	38.9	8.2	4.4	Região de Évora
19	12/02/2007	35.9	10.5	5.9	SO Cabo S. Vicente
20	17/12/2009	36.5	9.9	6.0	SO Cabo S. Vicente

Tabela 1. Eventos sísmicos Históricos e Instrumentais mais relevantes ocorridos em Portugal Continental e sua margem oceânica. Os sismos listados nesta tabela encontram-se representados na figura 3.

De entre os acontecimentos que marcaram a história da sismologia em Portugal, podemos destacar os eventos sísmicos mais significativos referidos na tabela 2 (Bezzeghoud et al., 2016).

A localização da fonte do terramoto 1356 é ainda duvidosa. Há dados contraditórios que o situam próximo a Lisboa, mas também na zona do terramoto de Lisboa de 1755 (Martínez Solares e Mezcuia, 2002) (Fig. 3). O que se sabe com segurança é que o choque foi sentido em Lisboa e Sevilha com intensidade VIII, e em Cádiz e em locais tão distantes como Múrcia (500 km a leste de Sevilha) com intensidade de VI. Não há relato de qualquer tsunami gerado por este terramoto.

26 de Janeiro de 1531

Causou severos danos no centro de Portugal continental, em particular na região de Lisboa. O terramoto de 1531, teve a máxima intensidade IX na região de Lisboa e gerou um tsunami (Miranda et al., 2012) (Fig. 3). Usando informações sobre os danos em Portugal, a localização foi proposta no Vale d o Tejo, perto de Lisboa (Justo e Salwa, 1998; Martínez Solares e Mezcua, 2002). No entanto, como o mesmo terramoto também foi sentido no Norte de África, há suspeitas que possa ter ocorrido num local no mar a SO de Cabo S. Vicente, próximo do terramoto de Lisboa (Udías et al, 1976; Moreira, 1985; El Mrabret, 2005).

27 de Dezembro de 1722

Afetou principalmente a região Algarvia provocando danos consideráveis em Loulé. Teve o seu epicentro provavelmente no mar e gerou um tsunami local em Tavira (Batista et al., 2007, Fig. 3).

1 de Novembro de 1755

Um dos maiores sismos de que há memória histórica. Foi o sismo com consequências mais catastróficas em Portugal, causando destruição generalizada na região de Lisboa e Algarve, tendo sido sentido nos Açores, na Madeira, em Marrocos e por toda a Europa. Desencadeou um tsunami de enormes proporções, no sudoeste algarvio e em Lisboa locais onde atingiu a amplitude máxima, respetivamente, de 10 a 15 m e 6 m. O número de vítimas provocado por este sismo foi entre 60000 e 80000 pessoas, sendo grande parte desse número em consequência do tsunami. O seu epicentro continua ainda incerto, embora existam 3 possíveis cenários: i) fonte no Gorringe (Johnston, 1996); ii) modelo de falha Marques de Pombal (ex: Zitellini et al. 2009); iii) modelo de subducção no Golfo de Cádis (Gutscher et al., 2002). Através da metodologia desenvolvida por Grandin et al. (2007a) foi demonstrado claramente que, dos três modelos propostos para o sismo de 1755, o mais provável é o que corresponde à fonte localizada no Banco de Gorringe (Grandin et al., 2007b) (Fig. 3).

11 de Novembro de 1858

Um dos grandes sismos que afetaram Portugal, provocando danos na zona de Setúbal. (Fig. 3)

23 de Abril de 1909

Foi o sismo com maior intensidade que afetou Portugal continental no século passado, registado em vários observatórios sismográficos, destruindo a vila de Benavente, próxima do epicentro. Sabe-se que o epicentro deste sismo se situa na margem sudoeste portuguesa, no entanto não existe ainda consenso relativamente à sua localização exata (Fig. 3). De acordo com a estimativa de Choffat e Bensaúde (1912), cerca de quarenta por cento do edificado desabou ou teve que ser demolido, e outros quarenta por cento necessitou grandes reparações. Devido às fortes vibrações sentidas (intensidade máxima IX) este terramoto provocou liquefação em zonas de aluviões junto ao rio Sorraia. Este terramoto é considerado como o maior terramoto ocorrido sobre o território de Portugal continental, tendo sido um dos primeiros sismos fortes, senão o primeiro, com registo sismográfico em Portugal, no sismógrafo do Observatório Meteorológico de Coimbra.

28 de Fevereiro de 1969

Trata-se do maior sismo instrumental jamais registado em Portugal. Teve o seu epicentro numa região localizada 180 km a sudoeste do cabo de S. Vicente, no limite sul da Planície da Ferradura (Fig. 3). Apesar da sua elevada magnitude ($M_w=7.8$) e elevadas intensidades sentidas (em particular na região algarvia com intensidade máxima VIII) não causou qualquer vítima mortal, tendo só

provocado danos materiais na região algarvia. Para além dos efeitos diretos, este sismo provocou um tsunami, que atingiu uma amplitude máxima de cerca de 1m (Carrilho, 2005), e foi registado nas estações maregráficas de Portugal Continental, Açores, Espanha e Marrocos. Cálculos da intensidade sísmica realizados por Grandin et al. (2007b), usando vários modelos de fonte para este evento, mostram que o modelo de fonte que melhor reproduz a distribuição das intensidades sísmicas observadas, corresponde a uma ruptura que se propaga unilateralmemente de SW para NE, com velocidade 2.5 km/s sobre um pano de falha com comprimento = 82.5 km, largura = 35 km, com o topo à profundidade de 8 km, e horizontalmente inclinada de um ângulo 49.5°.

1 de Janeiro de 1980

Este sismo, de magnitude 6.8, afetou os grupos Oriental e Central do Arquipélago dos Açores, causou enormes danos na cidade de Angra do Heroísmo. Causou a morte a 61 pessoas e provocou danos em cerca de 15000 habitações tendo 5000 destas colapsado;

9 de Julho de 1998

Este sismo, de magnitude 6.0, teve epicentro a escassos quilómetros a Este da Ilha do Faial e provocou 8 mortos, 150 feridos e a destruição de 1500 habitações nas Ilhas do Faial e Pico.

Tabela 3. Eventos sísmicos Históricos e Instrumentais destruidores mais significativos ocorridos em Portugal e sua margem oceânica. Os sismos listados nesta tabela encontram-se representados na figura 3.

As cartas de intensidade máxima observada, elaboradas à custa das intensidades dos sismos históricos e atuais, levam-nos a concluir que o perigo sísmico no Continente e nos Açores é significativo. As áreas de maiores intensidades sísmicas observadas correspondem, i) no caso do território continental, à região do Vale inferior do Tejo, a toda a orla do sudoeste português e ao Algarve; ii) no caso do Arquipélago dos Açores, às ilhas do Grupo Central e à ilha de S. Miguel.

Verifica-se para todo o território a ocorrência de sismos com intensidade máxima observada $Io \geq V$. Na região sul do continente, mais ativa, verificam-se as maiores concentrações de eventos sísmicos com $Io \geq VI$, especialmente na região da cidade de Évora, no Algarve, e na região do Vale Inferior do Tejo, incluindo a cidade de Lisboa (Ferrão et al., 2015).

A localização dos sismos com as maiores intensidades observadas em Portugal continental e na região atlântica adjacente é uma importante e fundamental tarefa que está na base da avaliação do risco sísmico em Portugal continental. As zonas de maior concentração demográfica situam-se no litoral, precisamente nas áreas cujas intensidades sísmicas observadas são mais elevadas. Este efeito (perigosidade sísmica), conjugado com a inadequada capacidade de grande parte do nosso edificado de resistir satisfatoriamente a fortes solicitações sísmicas (vulnerabilidade sísmica), permite-nos concluir que uma parte considerável da população portuguesa vive exposta a numa situação de risco sísmico considerável.

A previsão e a prevenção sismica

Previsão

A previsão de sismos a curto (horas a semanas) e longo (anos a dezenas de anos) prazos é uma linha de investigação muito importante em Sismologia. Muitos progressos foram feitos nos últimos anos no sentido de compreender melhor os processos de rutura sísmica. Embora a previsão a curto prazo não seja possível, existem metodologias bastantes precisas para a previsão a longo prazo como foi, por exemplo, no caso do sismo do Chile (29/03/2010; $M=8.8$), cuja ocorrência era esperada desde os anos oitenta.

A previsão a médio prazo (1 mês a 10 anos) envolve técnicas promissoras que envolvem análises estatísticas da sismicidade e observação da aceleração e momento sísmico. Uma outra técnica consiste em calcular a quantidade de tensão transferida para falhas vizinhas por um grande sismo como foi, por exemplo, para o sismo de Sumatra (28/03/2005; $M=8.7$) com base no estudo do sismo de 24 de Dezembro de 2004 ($M=9.2$) que ocorreu na mesma região ou ainda para o sismo do Haiti (12/01/2010; $M=7.0$) com base na análise de sismos históricos.

As técnicas utilizadas (monitorização sísmica, monitorização da deformação da crosta, monitorização das emanções de radão, comportamento animal, perturbações ionosféricas, registos sismo-electromagnéticos, etc.) para a previsão a curto prazo não têm produzido resultados satisfatórios. O fenómeno sismo-electromagnético (SEM) é um tema de investigação que conste da Linha “Técnica Ativa e Risco Sísmico” do Instituto de Ciências da Terra da Universidade de Évora.

Prevenção

Não podemos impedir a ocorrência de um sismo, mas podemos preveni-lo e tomar as devidas precauções para minimizar as suas consequências, quer no plano económico, quer no plano humano. A redução do número de vítimas durante um sismo passa por adaptar as estruturas dos edifícios e de outros tipos de obras às solicitações dinâmicas. É esse o objetivo da construção antissísmica. A prevenção sísmica baseia-se em três pontos: i) o conhecimento do risco regional, através do estudo da sismicidade histórica e instrumental, ii) a adaptação das estruturas aos movimentos fortes prováveis, e iii) a preparação das populações e dos serviços de socorro.

Enfrentar com eficiência os sismos supõe uma avaliação correta de todos os fatores de risco envolvidos e de todas as medidas possíveis de prevenção, proteção e mitigação das consequências adversas. Neste caso, aumentar a resiliência e a coesão de uma região – sismicamente perigosa – passa evidentemente pelo desenvolvimento de uma política de prevenção. Assim, é fundamental e urgente que as autoridades responsáveis promovam as medidas mais relevantes de prevenção, nomeadamente:

1. Organização de campanhas para educar e informar o público;
2. Formar os técnicos de organismos e instituições públicas para responder em caso de sismos;
3. Fazer os investimentos adequados na investigação e no desenvolvimento de novas tecnologias em matéria de sismos (Programas nacionais e Programa-Quadro);
4. Promover a avaliação sísmica e reabilitação de edifícios e infraestruturas públicas de importância estratégica, como hospitais, centrais elétricas e de produção de energia, pontes, redes de telecomunicações, escolas, edifícios antigos e monumentos de grande interesse histórico, cultural e turístico, entre outras.
5. Alargar a aplicação do Eurocódigo 8 (normas de construção antissísmica) às construções antigas. Não se pretende que o edifício não sofra nenhum dano, mas pretende-se que não ponha a vida das pessoas em perigo.

A Sismologia fez grandes progressos nos últimos 50 anos e estamos seguros que os próximos anos irão trazer novos conhecimentos em termos de previsão de sismos e em sistemas de alerta precoce (calcular a magnitude de um sismo dentro de apenas alguns segundos) onde o ICT da UÉ está também envolvido.

Conclusão

Num estudo publicado em 2015, numa revista internacional, pelos docentes/investigadores da Universidade de Évora, foi apresentado o primeiro mapa de Intensidades Máximas Observadas (IMO) feito para Portugal continental, assim como o catálogo sísmico associado ao mapa (Ferrão et al., 2015). Para além desse trabalho está em preparação e muito breve será divulgado um novo estudo que inclui o mapa IMO para o Arquipélago dos Açores.

No caso de Portugal continental, foram utilizados 160 sismos históricos registados no período 1300-1985 e 15 sismos que ocorreram no período mais recente 1986-2014 (Ferrão et al., 2015). As cartas de intensidades máximas observadas e elaboradas à custa dos sismos históricos e atuais, leva-nos a concluir que o perigo sísmico no Continente e Açores é significativo. No caso do território continental, as áreas de maior intensidade sísmica observada correspondem à região do Vale inferior do Tejo, toda a orla Sudoeste portuguesa e o Algarve; no caso do Arquipélago dos Açores são as ilhas do Grupo Central e a ilha de S. Miguel. As áreas cujas intensidades sísmicas observadas são mais elevadas coincidem com zonas litorais das de maior concentração demográfica. Este efeito (perigosidade sísmica), conjugado com a vulnerabilidade sísmica do nosso edificado, permite-nos concluir que uma parte importante da população portuguesa vive numa situação de risco sísmico considerável.